



Cultura política e usos do passado

Jailson Pereira da Silva (Org.)



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Cultura polítila e usos do passado

Jailson Pereira da Silva (Org.)

Sobral/CE
2020



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges
João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

C968 Culturas políticas e usos do passado. / Jailson Pereira da Silva. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

296p. (Coleção História e Historiografia)

ISBN: 978-65-87429-64-9 - papel
ISBN: 978-65-87429-65-6 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/87429656-2020

1. Memória. 2. Pesquisa histórica. 3. Culturas políticas. 4. Historiografia. I. Silva, Jailson Pereira da. II. Título.

CDD 907.2



Coleção História e Historiografia

Esta coleção de livros que apresentamos para vocês é mais um produto de parceria iniciada em 2006, entre programas de pós-graduação em História das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2020, com uma rede de colaboração e intercâmbio ampliada, formada por UFC, UFPE, UFPA, UFMT, UFPI, UFRN, UFBA, UFRPE, UFAM e Unifap, realizamos, entre 04 e 06 de novembro, o VI Seminário Internacional História e Historiografia. O evento, que deveria ter ocorrido presencialmente, em Fortaleza, no Campus do Benfica, na Universidade Federal do Ceará, acabou acontecendo de forma remota, por conta da pandemia de Covid 19. A manutenção do Seminário diz não somente de nosso esforço e ousadia em realizar um trabalho conjunto, descobrindo e aprofundando temas, debatendo e cruzando abordagens plurais, mas endossa nossa capacidade de resistência.

Os últimos anos trouxeram profundas dificuldades para a sobrevivência e realização das atividades das universidades públicas brasileiras, com abruptos cortes de recursos, redução da autonomia universitária e negação da ciência. Mas, especialmente, para os que produzem conhecimento na área de Humanas, os desafios são ainda maiores. Passam por campanhas que envolvem o desprestígio, acusações e perseguição. Para os historiadores brasileiros há um explícita tentativa de descredenciamento do saber produzido e acumulado em diferentes âmbitos de sua produção, especialmente em temas do

tempo presente, indiferença por métodos de pesquisa e construção de narrativas, além da banalização da verdade histórica, reduzida a versões interessadas sobre o passado.

Os ataques aos historiadores estão diretamente articulados a um cenário de intensa disputa política em que passados que não passaram são apropriados como instrumentos de mobilização política e conquista de fiéis. A produção histórica é relativizada por narrativas que mesclam notícias falsas e manipulação de dados e fatos, capazes de alimentar afetos e ressentimentos, no retrocesso de direitos e ameaças ao ambiente democrático.

Diante desse cenário, nossa rede de pesquisa sentiu a imperiosa necessidade de reflexão sobre a conjuntura social e política e, também, sobre as possibilidades da História em suas dimensões crítica e ética. Pesquisadores de várias universidades do Brasil e do mundo reuniram-se para discutir, sob a luz do tema *Os Usos Políticos do Passado* em conferências, mesas e simpósios temáticos, os desafios e possibilidades de nosso ofício num mundo em turbulência.

A Coleção *História e Historiografia* traz um panorama atualizado sobre alguns dos principais temas e áreas de preocupação dos historiadores brasileiros na atualidade. Os textos foram organizados em 10 livros temáticos — 1) Ditadura, fontes históricas e usos do passado; 2) História, Literatura e Historiografia; 3) História, memória e Historiografia; 4) História Agrária, migrações e escravidão; 5) História, espaços e sensibilidades; 6) Experiências atlânticas e História Ambiental; 7) Intelectuais, usos do passado e ensino de História; 8) Patrimônio, memória e historiografia; 9) Culturas políticas e usos do passado e 10) História da saúde e das religiões.

Esperamos que a coleção possa dar visibilidade a trabalhos produzidos em diálogos, trocas entre pesquisadores dos mais diferentes lugares e das mais distintas abordagens historiográficas, fortalecendo o trabalho conjunto entre grupos de pesquisa das instituições envol-

vidas. Desejamos, ainda, que os textos aqui reunidos possam ajudar a renovar saberes históricos, estimulando historiadores em suas tarefas de construção de novos objetos de pesquisa ou em suas atividades de ensino nas universidades ou redes básicas de ensino, além de possibilitar, a partir da reflexão crítica, novos futuros possíveis.

Ana Rita Fonteles Duarte

Profa. do Departamento de História e Coordenadora do PPGH - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É membro do corpo docente do Prohistoria (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG/UFC/CNPq).

Ana Sara Cortez Irffi

Profa. do Departamento de História e Vice-coordenadora PPGH - UFC

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do Departamento de História da UFC. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Econômica e Social - LAPHES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando, principalmente, nos temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, História do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Apresentação

Quando o sujeito reconhece o outro, sob a forma de um laço conflituoso, ele alcança a socialização. Quando, ao contrário, regride ao narcisismo primário, perde-se numa imago materna mortífera.

(ROUDINESCO, 2006, p. 43).

Toques entre a psicanálise e a História são faiscantes. Centelhas de ideias explodem cada vez que esses dois modos distintos de tratar tempo, como sugere Certeau (2011), se aproximam. Esse perigo seduz e desafia. Com ele, aprendemos que o caminho que nos leva à compreensão de *como nos tornamos o que somos comporta* uma fissura no invisível tecido temporal por onde vazam durações, simultaneidades, sincronias, sequencialidades, ritmos. A vida comporta o inesperado, a surpresa. Sem esses choques, o sujeito aprisiona a si mesmo numa visão pacificada de sua identidade e da própria história.

É para lidar com a sedução e com o desafio que existimos e que fazemos história. E foi assim que nos reunimos, a pretexto do VI *Seminário Internacional de História e Historiografia (VISIHH)*. De um lado, a sedução de um evento, a alegria da partilha; de outro, o desafio de um encontro online; e sobre todos, o tempo que, ao dar um salto, nos empurrara para esse momento que imaginávamos relativamente distante, quando a vida ordinária seria, de forma tão profunda, incorporada aos algoritmos da internet. Como dizem os

Beatles, em *Yesterday*, “*Todos os meus problemas pareciam tão distantes/ Agora parece que eles estão aqui para ficar*”.

Quão grande foi esse salto do tempo, quão intensa e duradoura foi essa aceleração, não temos como saber. Mas como os séculos, para os historiadores, não significam, exatamente, 100 anos, talvez seja possível imaginar que o século XXI já esteja nos seus estertores. Não esqueçamos, contudo, que números são invenções ardilosas (basta pensar o que o sistema binário - 0 e 1 - representa).

Se, por um lado, devemos ser cautelosos com os números, o completo desprezo por eles, contudo, pouco ajuda na tentativa de entender o resultado de nossos esforços, como profissionais da História, em prol de uma sociedade menos desigual e injusta. E os números do *VI Seminário Internacional de História e Historiografia* evocam uma atmosfera alentadora, na medida em que indicam a disposição de pesquisadores de diferentes lugares e instituições de enfrentar os desafios que esse tempo novo, esse 2020, nos tem proporcionado. Nesse tempo estranho no qual estamos imersos, ser mascarado tornou-se um gesto de bom senso e as viagens tornaram-se quase uma alevisia, inventamos ou descobrimos com entusiasmo novos modos de agir, de ensinar, de aprender, de promover encontros. Algo desses encontros aparece aqui, em forma de livro.

O volume que se apresenta colige textos oriundos de 4 dos 38 simpósios que integraram o VISIHH: *História política: o percurso contemporâneo como oportunidade de pesquisa*, coordenado pelos professores Cleberson Vieira de Araújo (UFERSA) e Juvandi de Souza Santos (UEPB); *Cultura política e violência(s) de estado no Brasil e América Latina*, sob a coordenação de Francisco Alcides do Nascimento (UFPI) e Sabrina Steinke (UFPI); *Juventudes, Culturas e Identidades: leituras a partir da História e Historiografia*, coordenado por Thiago Reisdorfer e Idelmar Gomes Cavalcanti (ambos da UESPI); *Os usos políticos dos passados Antigo e Medieval na contemporanei-*

dade, (Bruno Borgongino (UFPE) e Carlile Lanzieri Júnior (UFMT). Ao todo esses simpósios selecionaram 38 propostas de pesquisa, o que, por si, enuncia a pujança dos temas abordados. Os capítulos aqui apresentados são fruto de reflexões de algumas das apresentações orais que animaram os Simpósios Temáticos.

Pode-se dizer que são textos que orbitam as palavras *Política* e *cultura*. Porém, o centro gravitacional que faz essas produções existirem extrapola o campo conceitual. O que une os trabalhos aqui compilados, de fato, é o desejo de que possamos (nos)reconhecer (n)o outro, superar nossas imagens mortíferas, reencontrar o onírico de nossas existências, ultrapassar esse tempo estranho e lembrar que História é o apelido carinhoso pelo qual a vida atende, quando está apaixonada.

Jailson Pereira da Silva

Prof do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História - UFC

Tem doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde foi tutor do PET-História (2013-2015). Integra o Programa de Pós-Graduação em História e o ProfHistória (UFC). Pesquisa, principalmente, os seguintes temas: fontes históricas, história, História do Brasil república, cinema-história e história e cidade. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Documentos.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Sumário

História política: o percurso contemporâneo como oportunidade de pesquisa

Construindo as vozes das ruas: a emergência das Jornadas de Junho no discurso da Folha de São Paulo (2013) / 15

Guerra do Paraguai: entre políticos e heróis / 29

Democratas por ocasião ou convicção? A democracia entre a ordem e a liberdade em 1945 / 39

A serviço da lei: a atuação político-parlamentar do deputado Ibiapina (1834-1837) / 55

Cultura política e violência(s) de estado no Brasil e América Latina

A identidade de Estado Nação no regime civil militar brasileiro: cultura e representação / 73

Memória da repressão e resistência: experiência das lideranças sindicais camponesas no Ceará durante a Ditadura Civil- Militar / 87

As diversas matizes repressivas na Universidade Federal do Ceará (1964-1979) / 105

Subversivos no Inferno Verde: Amazônia, resistências e autoritarismos da Ditadura Militar (1964 — 1968) / 123

Juventudes, Culturas e Identidades: leituras a partir da História e Historiografia

“É tão sério e selvagem!”: ressonâncias juvenis no disco Dois da Legião Urbana / 141

O governo de Lauro Nina Sodré na criação do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant na formação profissional dos trabalhadores jovens e adultos na república de 1891 a 1897 / 155

Que importa quem fala? A função autor nos punkzines e heavyzines / 169

Entre as memórias dos grupos de jovens (1965-2005) / 183

O livro de Daniel, de E. L. Doctorow: um narrador à margem do mundo / 195

Os usos políticos dos passados Antigo e Medieval na contemporaneidade

“Um culto doméstico dos mortos que lembra o dos antigos gregos e romanos”: a presença de elementos da antiguidade clássica em Casa-Grande & Senzala / 211

Teoria crítica da inquisição em Tomás de Aquino / 223

Heloísa (c.1100-1164) do Paráclito: sabedoria que atravessou o tempo como amor e lenda / 245

Espaço de experiência e horizonte de expectativa de Dante Alighieri / 259

Pela abordagem da história da medicina nos discursos sobre o medieval na contemporaneidade / 277

Índice remissivo / 293

História política:
o percurso
contemporâneo
como oportunidade
de pesquisa

Construindo as vozes das ruas: a emergência das Jornadas de Junho no discurso da Folha de São Paulo (2013)

Aledson Manoel Silva Dantas¹

INTRODUÇÃO

As chamadas *Jornadas* de junho, ocorridas em 2013, fazem parte do movimento de maior influência sobre os rumos políticos que o Brasil seguiu nos anos posteriores. A deslegitimação do governo da presidente Dilma Rousseff, cuja aprovação caiu de 62%, em março, para 31% em julho, ganhou proporções incontornáveis, solapando qualquer possibilidade de produzir um legado positivo para opinião pública com os grandes eventos esportivos que o país sediaria entre 2013 e 2014. Os gritos de “Não vai ter copa!” e “Copa pra quem?”, todavia, não estavam presentes desde o início das *Jornadas*, quando o Movimento do Passe Livre (MPL) liderava, em São Paulo, manifestações de protesto contra o aumento da passagem nos transportes coletivos da cidade. O que o discurso anticorrupção, os clamores por “mais saúde e educação” e a discussão sobre o direito à cidade e sobre mobilidade urbana têm em comum? É durante esse movimento político contraditório que se construiu um discurso orientado aos manifestantes e às pautas. O MPL era um grupo conhecido e atuante na

¹ Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

cidade e, diante do encarecimento do transporte público, realizava protestos desde, pelo menos, 2011. Suas ações chegavam à mídia como exemplos de vandalismo, uma importunação para o trânsito, mas que arrefeceria com o tempo. Nas primeiras semanas de junho de 2013, as reportagens retratavam um clima de terror vivenciado pela população, e suas tentativas de se esquivar dos episódios de violência dos enfrentamentos, fruto da dura repressão policial. Em meio a inserção destes movimentos políticos no cenário internacional, com referências aos protestos na praça Taksim, na Turquia, ocorre uma inversão neste discurso, e que tem efeitos práticos sobre a opinião pública. Por meio da leitura e análise do jornal Folha São Paulo, no mês de junho, busca-se entender o processo de invenção de uma forma idealizada de participação política: a maneira de protestar, o cidadão legítimo, que tem voz e que não é violento, e uma pauta considerada perfeita. Ocorre, portanto, mais que uma apropriação. Há um esvaziamento do sentido próprio das manifestações, que ganham contornos hiperreais, moldadas segundo modelos pré-estabelecidos e que se tornam fortes politicamente.

Em 2013, na medida em que se mostravam ineficientes as respostas das autoridades aos anseios populares, crescia a revolta e a insatisfação. Ninguém entendia o que a população efetivamente queria. As pessoas queriam que se fizesse “algo” e elas precisavam, desesperadamente, serem ouvidas pela classe política. O país, portanto, parou para “ouvir a voz das ruas”. Este foi o remédio que a política brasileira encontrou para seguir um novo caminho em direção à quebra da hegemonia petista no comando do país. Por fim, ascendeu aos principais postos da república, na eleição de 2018, uma nova casta de políticos “outsiders” provenientes de diferentes redes sociais. Por qual motivo as pessoas protestaram? O que mobilizou as multidões no Brasil para incentivar as mudanças ocorridas na política?

Em boa parte do mundo, essa resposta seria, talvez, mais fácil de se responder. A situação do mundo após a crise de 2008 era instável po-

liticamente e economicamente. De acordo com Christophe Guilluy (2020, p. 15), o “grande segredo” da globalização é o desaparecimento da classe média ocidental. Este é um conceito de difícil precisão e que depende da análise de diferenças regionais, mas que podemos defini-lo como um grupo inserido economicamente e culturalmente e que desfruta dos benefícios do progresso. Seus integrantes são os “ganhadores” do modelo econômico. Guilluy argumenta que este grupo vem sofrendo um processo de compressão social e econômica, especialmente nas últimas duas décadas. Como resultado, observa-se um alargamento da periferia, de “territórios disfuncionais”, a qual, hoje, acolhe “a maioria das categorias que constituíam a base da classe média” (GUILLUY, 2020, p. 15).

O Brasil vivia uma situação diferente economicamente e se projetava como uma das economias emergentes de maior tendência ascendente. Com uma série de políticas “anticíclicas” adotadas como reação à crise de 2008, o governo brasileiro consolidava sua agenda social com a implementação de programas como o Minha Casa Minha Vida, ao mesmo tempo que coordenava ações vigorosas de financiamento em infraestrutura, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apesar do resultado negativo em 2009, quando o PIB brasileiro regrediu 0,6%, no ano seguinte o país cresceu 7,5% (MOTTA, 2018, p. 431). O “Milagrinho” brasileiro, para além do investimento público e do crescimento econômico, embasava-se na ampliação do acesso a crédito e na diminuição das desigualdades via programas sociais e valorização real do salário mínimo (CARVALHO, 2018).

A desaceleração dos níveis de crescimento observada a partir de 2011 não teve um efeito imediato sobre a popularidade do governo, cuja resistência sucumbiu rapidamente somente depois dos efeitos políticos dos protestos de rua em 2013. Nesse estabelecimento de uma nova realidade econômica, a deslegitimação da condução governamental do PT cresceu rapidamente. O ciclo favorável dos preços das

commodities e os estímulos ao consumo interno foram os pilares da política econômica brasileira entre 2005 e 2011. Esse arranjo positivo já não era possível. No plano internacional, os efeitos da crise financeira de 2008 ainda persistiam e a China, pela sua importância estratégica para o comércio brasileiro, também enfrentava um período de desaceleração no crescimento (ANDERSON, 2019, p. 99-103).

Esse momento é crucial para o entendimento da mudança de humores da população brasileira. A administração do Partido dos Trabalhadores foi marcada pela ascensão da “nova classe média” brasileira. Pinheiro-Machado e Scalco (2020) argumentam que a inclusão via consumo promovida pelo governo do PT produziu uma ideia de dignidade. Um dos indivíduos estudados na análise afirmava que a conquista de imóveis e o acesso a crédito fazia-o se sentir “como gente”. Essa política, por outro lado, teria contribuído para desmobilizar a base popular do PT e “relacionamento entre o estado e o povo tornou-se mais individualizado e apolítico”. As dificuldades econômicas vivenciadas a partir de 2013 e o problema da violência urbana contribuíram para o prevaletimento de uma “subjetividade conservadora” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020). No início de 2013, entretanto, a “raiva” ainda não estava assentada. Há um caminho de construção discursiva acelerado e que culmina no “protesto contra tudo”.

O Brasil viveu, portanto, um processo muito peculiar de inserção e exclusão. A estratégia de inclusão da classe mais pobre ocorreu por meio de políticas de integração na prática do consumo. Esse grupo foi o que ficou conhecido, dentro da retórica do discurso político como a “classe média emergente”, que saía da pobreza para uma outra esfera de consumo. Isso representava algo mais que a elevação da renda das pessoas. Significava, também, o estabelecimento do Brasil como um país de uma população de renda média-alta e a ascensão do país internacionalmente. De maneira rápida, e até violenta, esse processo é interrompido e, posteriormente, regride duplamente. É em meio a essas frustrações, de perder um padrão de vida conquis-

tado em quase uma década e o sentimento de cidadania proveniente, que as insatisfações com o governo cresceram e alimentaram os protestos de 2013 e nos anos seguintes.

Quando se busca elaborar uma genealogia das *Jornadas de Junho*, todavia, percebe-se que há, primeiro, uma descrença por parte da imprensa e, depois, uma atitude de entendimento e reconhecimento. No caso da Folha de São Paulo, os acontecimentos passam de um problema cotidiano da cidade, protestos que ocorriam todos os anos contra o aumento das tarifas de transporte público, para um evento antipolítico com pautas dissonantes, mas que reverberava nos jornais como sendo a favor de mais verbas para a “saúde” e “educação”. Nesse sentido, os ensaios teóricos de Jean Baudrillard (2011, p. 17-20) são particularmente úteis para se entender o jogo e as interações entre as manifestações de junho de 2013 e o discurso construído sobre elas, ou ainda entre o virtual e real. Essa mutação ocorrida nas motivações e interpretações sobre os protestos que ocorriam no Brasil é resultado de um “espetáculo televisual”, de sua transformação em mercadoria, uma peça publicitária do virtual e que se projetou sobre o mundo real. Assiste-se a um apagamento imediato das razões primeiras da mobilização dos militantes do MPL, por exemplo, que são substituídos por congêneres que nascem das redes sociais a partir do vácuo de poder declarado, como o Movimento Brasil Livre.

AS VOZES NAS RUAS

No dia 07 de junho de 2013, a Folha de S. Paulo repercute com destaque os protestos contra o aumento de passagem, e que viam ocorrendo em diferentes capitais brasileiras já há alguns meses. Em meio a catracas de papelão em chamas, palavras de ordem, o jornal descreve a cena da seguinte manchete: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em São Paulo”. As responsáveis por tais atos eram as “alas radicais de partidos” que teriam provocado o

fechamento de shoppings, além de depredarem estações de transporte público. Apesar de não ser ano eleitoral, já se falava dos possíveis presidenciais que concorreriam com o PT no ano seguinte. Os episódios de protesto, Vera Magalhães argumentava em seu Painel, já possuíam efeitos no cálculo de aprovação do governador de S. Paulo, Geral Alckmin (FOLHA de São Paulo, 07 de junho de 2013).

As pessoas não estavam “a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna” (FOLHA de São Paulo, 07 de junho de 2013), dizia o comandante da operação policial encarregada de reprimir os protestos. Era preciso dar cara ao protesto, para que todos pudessem entender quem estava causando o caos na cidade com que propósito. Era certo que causavam “medo”, “tensão em áreas nobres” e faziam com que os colégios reduzissem o dia letivo. “Protestar é justo”, mas quebrar tudo não, dizia uma transeunte entrevistada pelo jornal. Com essa ideia, o jornal afirma que o grupo Passe Livre foi “apoiado por petistas em 2011”, em referência a protestos anteriores feitos durante o mandato de Gilberto Kassab, do Partido Social Democrático (PSD). Em 2013, existiria uma ironia no fato desses mesmos grupos causarem problemas ao prefeito petista Fernando Haddad (FOLHA de São Paulo, 08 de junho de 2013). A intencionalidade presente nos discursos nas matérias, colunas e charges é colocar o manifestante como um indivíduo infantilizado e dependente, a figura típica do “rebelde sem causa” que, inclusive, não sofria de fato com os problemas de mobilidade urbana e que não entendia o aumento da passagem como algo necessário para a boa administração pública, que ainda fazia a concessão de não reajustar o valor pela devida taxa, mas abaixo da inflação.

O MPL, criado em 2005, convocava manifestações via *Facebook* e se declarava como “independente” e “apartidário”. Naquela rede social, o grupo afirmava não ter “presidentes, dirigentes, chefes ou secretários”, algo que o jornal contradiz, ao afirmar que o movimento possuía apoio e orientação de partidos de esquerda como o PSTU, PSOL e PCO. Sobre as acusações de promover “vandalismo” e “ba-

terna”, o MPL afirmava não incentivar atos violentos, mas que era impossível “controlar a revolta” de “milhares de pessoas com o poder público e com a violência policial” (FOLHA de São Paulo, 08 de julho de 2013, número 30747. A atuação das autoridades governamentais e as ações da polícia são tópicos que emergem nesse momento e que vão ser objeto de debate público posteriormente. O MPL via-se como uma espécie de mensageiro de uma revolta popular no Brasil. É nesse momento, de entender a natureza própria das *Jornadas de junho*, do acontecimento em si mesmo e da sua construção e ressignificação posterior. Muito provavelmente não era esse o sentido que o movimento queria que as manifestações adquirissem, apesar de seu vocabulário político já conter a reivindicação de “apartidarismo”.

A expressão *Jornadas de junho* sugere que as manifestações que mudaram a política brasileira iniciaram-se naquele mês. A questão central esboçada neste trabalho não seria a desconstrução da temporalidade ou da espacialidade do movimento, mas de identificar o discurso de centralidade que tanto a cidade de S. Paulo quanto o jornal analisado difundem. Uma cidade de importância nacional na política e na economia. Os jornais instalados nela falam sobre os problemas nacionais, sobre a condução econômica do governo federal etc. É nesse mês, portanto, que o acontecimento se torna Nacional, um evento político que mobiliza a classe política a trazer uma resposta.

Na apresentação do livro *Cidades Rebeldes*, Raquel Rolnik inicia o seu texto com um editorial de um semanário francês, *Le point*. As manifestações violentas nas ruas brasileiras são associadas aos protestos contra o governo da Turquia, ocorridos na praça Taksim. O artigo de 27 de junho de 2013 associa os protestos brasileiros a uma suposta insatisfação geral, um grande descontentamento com a corrupção e com a condução econômica do governo Dilma Rousseff. Haveria uma “infinitude de agendas mal resolvidas”, contradições e paradoxos. Falava-se em “ampliação dos direitos sociais”, reações ao processo de gentrificação impulsionado pelos grandes eventos

esportivos. A questão da passagem foi um estopim, um gatilho. A despeito dessas pautas, sobretudo no que diz respeito ao higienismo social praticado na preparação para esses eventos, o que marcou parece ter sido o sentimento de ineficiência do governo, entendida também como uma “crise de legitimidade” (HARVEY *et al*, 2013).

No dia 09 de junho de 2013, a Folha de São Paulo publica no Caderno Ilustríssima um texto traduzido de Orhan Pamuk, Nobel de literatura e que, naquela altura, defendia os protestos contra o governo turco e condenava a repressão aos manifestantes. Até esse momento, os protestos brasileiros não tinham capacidade de mover a opinião pública a seu favor. A publicação do texto de Pamuk (Uma árvore, um parque) parece provocar uma interrupção de cena e anunciar uma virada na interpretação do que estava ocorrendo. No primeiro parágrafo, Pamuk falava sobre “os acontecimentos em Istambul”, das “pessoas corajosas” que “estavam nas ruas, combatendo a política e sufocando com a fumaça venenosa do gás lacrimogêneo”. Semelhante aos “20 centavos” do aumento de passagem, o motivo aparentemente banal também aparece (FOLHA de São Paulo, 09 de junho de 2013) Na Turquia, a destruição de uma árvore foi o que provocou a revolta das pessoas.

No dia seguinte, nova matéria sobre os protestos na praça Taksim. O jovem “guardador de barricadas” descrevia os confrontos com a polícia e suas táticas de resistência: “Voltei para a praça porque quero liberdade. Nós temos um objetivo aqui e não sairemos até conseguir. No começo, era a construção de um shopping. Eu queria proteger as árvores. Depois se tornou algo muito maior” (FOLHA de São Paulo, 10 de junho de 2013).

Ainda que se possa questionar a conveniência e a intencionalidade dessa publicação, é, justamente, sobre esses contornos que as *Jornadas de Junho* foram constituídas enquanto um evento político. Ainda havia muita violência, impossível de ser justificada nos meios de comunicação. O prefeito de São Paulo apela para um “patamar de civilização”,

ao pedir que os manifestantes “renunciassem à violência” e buscassem diálogo. Em uma coluna, o MPL também continuava a ser retratado como um grupo de “militância frouxa”, composto por universitários mimados com o dinheiro dos pais. Era uma aventura de crianças. Em substituição, o autor sugere pautas consideradas mais amplas e modernizadoras (FOLHA de São Paulo, 10 de junho de 2013). Uma nota publicada no dia 12 de junho, por exemplo, tinha como título “Iphone”. Nela consta um episódio no qual um dos manifestantes quebrou uma vidraça após algumas tentativas e, em seguida, “sacou o seu iphone e registrou o feito” (FOLHA de São Paulo, 12 de junho de 2013).

Nos dias seguintes, os confrontos tornaram-se mais intensos. No discurso, vê-se o embate de narrativas entre manifestantes e policiais: “esquerda radical”, *black blocks*, depredações em estações de metrô e vitrines e ônibus queimados. Diante do descontrole e do caos, o jornal repudia a violência, mas não toma uma posição tão veemente, apesar de inclinar em favor dos agentes de segurança. O MPL, do outro lado, difunde uma ideia de “revolta popular”, resultado do excesso de violência da Polícia Militar, que não estaria respeitando as negociações (FOLHA de São Paulo, 11 e 12 de junho de 2013). Os manifestantes estavam respondendo à violência policial, mas já havia tentativas de acordos sobre os protestos. Posição e interpretação do MPL que foi reiterada no dia 13 de junho, considerado o auge dos protestos em São Paulo (FOLHA de São Paulo, 13 de junho de 2013).

Neste mesmo dia, a Folha de São Paulo, em seu editorial, falava em “retomar a Paulista”, tratando os manifestantes como abusivos, pois prejudicavam “milhões” para chamar a atenção do público. O mesmo jornal que publicava textos e reportagens louvando os manifestantes da praça Taksim, insistiam em retratar os protestos contra o aumento sucessivo no preço das tarifas de transporte público de “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorevolucionária”. No *Painel do Leitor*, a revista publica a seguinte opinião: “Fico assustado com a hipocrisia da Folha ao chamar os manifestantes brasileiros de vândalos,

ao mesmo tempo em que chama os manifestantes turcos de ativistas [...]. Pergunto qual será a diferença entre os dois movimentos”. Uma contradição que foi percebida e aceita? A publicação desse desagravo de um “leitor” sugere que haveria um caminho discursivo a ser percorrido, justamente aquele que separa o herói do agitador, da ilegitimidade. Não obstante, havia muitos elementos que incomodavam, principalmente a violência e, nessa questão, até a Política Militar de São Paulo, instituição da ordem e que deveria dar um basta nos protestos violentos, escapava às críticas (FOLHA de São Paulo, 13 de junho de 2013)

Os protestos estavam tendo resultado em algumas capitais, nas quais as autoridades chegaram a revogar os aumentos nas tarifas, como Natal, Porto Alegre e Goiânia. Segundo o MPL, faltava São Paulo. Apesar disso, havia algo a ser corrigido e, segundo Silvia Viana, “O erro estava nas ruas” (HARVEY *et al*, 2013). A polícia deveria, por exemplo, distinguir os manifestantes e não fazer parte da “arruaça”, dizia Jânio de Freitas em sua coluna (FOLHA de São Paulo, 13 de junho de 2013). A edição da Folha do dia 14 de junho tinha muito o que mostrar, sobretudo pela repressão policial, que não era, necessariamente, uma novidade, mas que ganhou um destaque diferente. Existia uma tentativa de “civilizar” o debate público no Brasil, pois o que estava ocorrendo era um “conflito de canibais e antropófagos”, nas palavras de Elio Gaspari, na “mesma rua do confronto de 1968, uma referência à resistência ao regime militar instalado em 1964 (FOLHA de São Paulo, 14 de junho de 2013). Sobre a desconstrução da violência dos atores políticos nas ruas, Silvia Viana apresenta uma importante reflexão sobre esse processo colonizador dos intelectuais da imprensa, um esvaziamento do sentido das tensões nas ruas e das suas pautas. Segundo Viana, a estratégia foi a “invenção do protesto sem protesto”, que permitiu à mídia “recriar por completo o seu discurso a partir do dia 13” (HARVEY *et al*, 2013).

A seleção de fotografias, por exemplo: no lugar dos mascarados ameaçadores e das depredações, do fogo, agora é a polícia que aparece também como agente da violência. Em uma dessas fotos, um

policial aparece apontando uma escopeta para manifestantes de braços levantados, rendidos. Em segundo plano, um rapaz de mochila encontra-se de costas e ajoelhado, como se implorasse pelo fim da violência. Bombas de gás dentro de carros, transeuntes confundidos com manifestantes e agredidos por policiais. O jornal buscou entender a percepção da população sobre a violência espetacularizada. Mesmo que 55% dos entrevistados tenham se mostrado a favor dos protestos contra o aumento de tarifa, um número maior, 78%, entendiam que os manifestantes foram mais violentos do que deveriam. Por outro lado, apenas 40% declarava que a polícia agia de maneira desproporcional (FOLHA de São Paulo, 14 de junho de 2013).

Este tipo de informação representa um momento de preparação para uma nova estratégia que pudesse se alinhar aos desejos manifestação política e à necessidade de ordem, de não-violência. Hélio Schwartzman, colunista da Folha de São Paulo, em tom de correição mais brando que outros colunistas em dias anteriores, elaborou uma proposta de combinação entre direito de protesto e o respeito à propriedade pública e privada. Ao final do seu texto, ele dizia “Não dá para criar uma lei que permita manifestações como as das *praças Taksim e Tahrir*, mas não as da avenida Paulista, só por que combater a tirania é uma *causa mais nobre* do que demandar subsídios”. Pode-se perceber, portanto, a grande lacuna das manifestações no Brasil. Faltava uma “causa nobre”, algo mais “adulto”, “civilizado”. A estratégia discursiva adotada pelo jornal, portanto, era composta pela distinção em dois níveis: da composição social e da forma dos protestos. É a partir desse ponto que surge o “protesto contra tudo” ou “pela saúde e pela educação” (FOLHA de São Paulo, 14 de junho de 2013). Silvia Viana argumenta que:

A separação anterior entre pacíficos e baderneiros servia à reposição da ordem, segundo a qual nada justifica o entrave à sobrevida cotidiana que nos arrasta do escritório para casa e de volta. As manifestações pacíficas eram exibidas e celebradas porque deixavam São Paulo trabalhar (HARVEY *et al*, 2013).

Protesto ordeiro, com as pautas certas e, principalmente, direcionado aos alvos considerados corretos: esse é o script elaborado para as próximas cenas políticas. À polícia, cabe o entendimento sobre os manifestantes “verdadeiros” e aqueles que provocam a violência, a repressão. A chave interpretativa para a razão de tanta raiva e da insistência em resistir à imposição da ordem por parte dos agentes de segurança também está sendo tecida. Os eventos políticos da praça Taksim, em Istambul, servem para dar inteligibilidade ao que ocorria no Brasil. Insere-se o país, também, dentro de um contexto mundial mais amplo de revoltas populares. No dia 15 de junho, dia da abertura da Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff recebeu uma vaia sonora que, descontada a representatividade dos presentes no estádio nesse dia em relação à população brasileira, mostrava para os brasileiros o seu Recep Erdogan, presidente da Turquia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Brazil Apart**: 1964-2019. Londres/Nova Iorque: Verso, 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total**: mito-ironias do virtual e da imagem. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: todavia, 2018.

FOLHA de São Paulo, 07 de junho de 2013, n. 30746.

FOLHA de São Paulo, 08 de junho de 2013, n. 30747.

FOLHA de São Paulo, 09 de junho de 2013, n. 30748.

FOLHA de São Paulo, 10 de junho de 2013, n. 30749.

FOLHA de São Paulo, 11 de junho de 2013, n. 30750.

FOLHA de São Paulo, 12 de junho de 2013, n. 30751.

FOLHA de São Paulo, 13 de junho de 2013, n. 30752.

FOLHA de São Paulo, 14 de junho de 2013, n. 30753

.GUILLUY, Christophe. **O Fim da classe média**: A fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades. Rio de Janeiro: Record, 2020.

HARVEY, David *et al.* **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida N.; FERREIRA, Jorge (Org.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia M. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographics Theory**, Chicago, v. 10, p. 21-31, 2020.

Guerra do Paraguai: entre políticos e heróis

Cleberon Vieira de Araújo¹

INTRODUÇÃO

A construção do herói, na América Latina, se confunde com a política local, seus grandes fatos, feitos e eventos históricos.

Com isso, ganha destaque a Guerra do Paraguai que mesmo passados seus mais de 150 anos continua a dar espaço à formação de heróis, muitos deles contestados, que continuam a povoar o imaginário nacional dos quatro países que no século XIX se envolveram em uma guerra catastrófica.

Entre políticos, vilões e heróis os discursos e a história desses países foram se formando ao apresentar personagens, políticos e militares, como o Duque de Caxias, o Conde D'Eu e mesmo Francisco Solando López, então presidente do Paraguai.

Assim, este breve trabalho tem como principal objetivo discutir sobre os políticos e heróis que se destacaram ao longo da Guerra do Paraguai.

Quanto à metodologia adotada essa se apresenta como qualitativa e apoia-se na literatura consultada a exemplo de Chiavenato (1984) e Doratioto (2002).

¹ Pós-doutorando em educação — CENID/ México, lattes.cnpq.br/9500580525816815.

ENTRE POLÍTICOS E HERÓIS: UMA CONSTRUÇÃO

Em muitos países os personagens que fazem a história, e que aparecem no livro didático, geralmente são aqueles personagens da política, e portanto figuram na história oficial.

Com o passar do tempo, e os muitos revisionismos, a história foi alterando essa imagem de muitos personagens que passaram de heróis a políticos comuns ou mesmo de conduta duvidosa, causando um verdadeiro desmonte da história até então acreditada por muitos.

Mas, se a política nem sempre constrói heróis nacionais, como é desejável, tão pouco ela é desnecessário visto que o ser humano é um ser político e, nesse sentido, Arendt (2002) tenta apresentar sua visão de política ao asseverar que:

A política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam do homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. Por isso, não encontraram nenhuma resposta filosoficamente válida para a pergunta: o que é política? Mais, ainda: para todo o pensamento científico existe apenas o homem — na biologia ou na psicologia, na filosofia e na teologia, da mesma forma como para a zoologia só existe o leão. Os leões seriam, no caso, uma questão que só interessaria aos leões. [...] (ARENDR, 2002, p. 07).

Mas, se os leões só interessam aos leões, a política deveria interessar a todos e todas já que o ser humano precisa da mesma como mecanismo de vida em sociedade, com isso:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo

a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo (ARENDDT, 2002, p. 17).

Logo, levando em conta que a política se encontra no cotidiano, é normal que muitos desses, em face de questões diversas, acabem tornando-se heróis nacionais e figurando nos livros como personalidades de destaque e essa transformação acaba levando em conta relações de domínio e poder de um determinado grupo ou classe sob outro o que, pode levar a uma resignificação que pode seguir numa direção contrária dos originais comprovados pela pesquisa histórica (DUTRA *et al*, 2007).

Assim, o político que se torna herói nacional é o resultado de uma construção que pode ser ou não verdadeira, mas resultado de um discurso e “Os discursos políticos mobilizam ainda outros valores e princípios que os tornam creditáveis ou pelo menos passíveis de crédito” (DUTRA *et al*, 2007, p. 28).

A GUERRA DO PARAGUAI E A “CONSTRUÇÃO DE HERÓIS”

A guerra e seus desdobramentos produzem e reproduzem nomes e heróis, que foram mantidos ao longo do tempo ou mesmo reordenados em seus significados históricos e patrióticos, que podem ajudar na formação da identidade de vários países e proporcionar a união de um povo enquanto nação.

Essa construção, geralmente, leva em conta eventos que formaram a identidade nacional ou que proporcionaram alguma vitória, ou não, para os países envolvidos em conflitos, guerras e revoluções, a exemplo da Guerra do Paraguai.

Muitas são as versões acerca dos conflitos e, às vezes, até divergentes e incompletas, porém, um “ponto comum [...] são os relatos pormenorizados das batalhas, atos de heroísmo e de situações vividas nos acampamentos ou nas marchas do exército. Evita-se, contudo, uma busca das verdadeiras pelas quais lutavam” (PORTO JÚNIOR, 2002, p. 133).

Assim, nomes, fatos e crimes de guerra ainda são discutidos na literatura da Guerra do Paraguai de maneira turva, dada a escassez de fontes, passados mais de 150 anos do conflito armado. Mas, o povo paraguaio costumeiramente aponta seu principal inimigo, entre tantos:

Pero el gran criminal de esa guerra es el Conde D’Eu, yerno de Pedro II, que a partir de 1869 substituye al Duque de Caxias en el comando del ejército. El Conde D’Eu tiene una crónica fantástica por los crímenes que cometió en esa guerra. En la batalla de Peribebuy, cuando murió el valiente general brasileño Menna Barreto, la irritación del príncipe francés llegó a tales límites de brutalidad que mandó en un torpe acto de venganza, que ciertamente no honra al militar muerto, degollar a todos los prisioneros paraguayos capturados, inclusive al comandante Pedro Pablo Caballero. El Conde D’Eu, pálido y trémulo, según los testimonios de la época, asistió de lejos, el degüello colectivo de un ejército vencido (CHIAVENATO, 1984, p. 159).

Mas, a imagem do terrível Conde não para por aí, na literatura os nomes de heróis de um lado e de sanguinários, impiedosos e terríveis acontecimentos se misturam ao continuar a mencionar a figura icônica do Conde D’Eu.

[...] la crónica de su villa nía tiene aspectos más rudos y salvajes. Él mandó cerrar el viejo hospital de Peribebuy, manteniendo en su interior a los enfermos- la mayoría viejos y niños — y lo incendió. El hospital en llamas quedó cercado por las tropas brasileñas cumpliendo órdenes de ese rubio príncipe loco, empujaban a punta de bayonetas hacia dentro de las llamas a los enfermos que milagrosamente intentaban salir de la hoguera (CHIAVENATO, 1984, p. 160).

Mas, se do lado paraguaio o vilão é o Conde D'Eu, do lado brasileiro o nome é outro, Solando Lopéz, o ditador louco.

Francisco Solano López Carrillo es el hombre que en nuestra historia (Paraguay) y en América ha suscitado las más diversas opiniones y las más enconadas controversias. Nació en Asunción el 24 de julio de 1827. De carácter rígido y reservado, de voluntad férrea y su natural orgullo fueron las aristas sobresalientes de su personalidad (RIQUELME, 2007, p. 33).

Se o Conde brasileiro ainda desperta tanto medo e terror até os dias de hoje, em contrapartida outro nome iria se fortalecendo no Paraguai, o nome e a imagem de Francisco Solano López, que também variou de herói da guerra a culpado por vários momentos.

A geração daqueles que lutaram na guerra, quer nos países aliados, quer no Paraguai, não registrava de forma positiva o papel histórico de Solano López. Havia certeza da sua responsabilidade, quer no desencadear da guerra, ao invadir o Mato Grosso, quer na destruição de seu país, pelos erros na condução das operações militares assim como da decisão de sacrificar os paraguaios, mesmo quando caracterizada a derrota, em lugar de por fim ao conflito (DORATIOTO, 2002, p. 18).

Nesse momento histórico, a América do Sul estava repleta de líderes locais, muitos deles identificados com o caudilhismo, que buscavam tanto evidenciar-se localmente, ao mesmo tempo em que ampliavam seu espaço no campo político da região platina e, nesse sentido:

Contradições, acertos, erros de leitura histórica ou método a parte, não se poderia negar que tanto o imperador brasileiro quanto Carlos López tinham agendas positivas e projetos ambiciosos para seus respectivos países. Se Mitre, Urquiza e Flores naquele momento eram caudilhos lutando para garantir seu núcleo local de poder, que resolviam suas questões pessoalmente nas frentes de batalha, de espada em punho, e governavam territórios ricos, mas caracterizados por grandes extensões de pastagens, o paraguaio

e o brasileiro buscavam ombrear suas nações com os mais desenvolvidos do mundo (LIMA, 2016, p. 58).

Diferentemente de Francisco Solano López, seu pai Carlos López percebendo a luta intensa entre poder e política que cercava a bacia platina, tentou resolver os problemas mediante a diplomacia evitando, ao máximo, um conflito armado de grandes proporções.

Carlos López, no contexto da bacia platina sempre tentou resolver os problemas inerentes a política regional com a diplomacia, evitando assim, uma guerra em potencial ao afirmar “Prefiro comandar meu país pela pena e não pela espada” (LIMA, 2016, p. 69).

Mas, esse não era o mesmo pensamento de seu filho já que entre herói e louco a linha parecia muito tênue no que tange a história de López, mesmo após o seu tratamento de imagem, mediante o revisionismo histórico, ao afastar-se da história tradicional. Para alguns tinha uma personalidade centrada nos interesses do país e, até mesmo, agradável já para os opositores mostravam a real face do mandatário implacável e cruel para com aqueles que cometiam erros.

Mas, é claro, Francisco não se via como um monstro. Ao contrário. Ao longo do caminho, mandou construir um altar, e padre Maiz convocou o “Sagrado Colégio do Paraguai”, eleito para propor a canonização de López. Os que não votaram a favor dessa blasfêmia foram executados. Mais de 23 pessoas morreram. Em seguida, houve uma cerimônia bizarra no santuário a beira da estrada (CAW-THORNE, 2015, p. 215).

Para ele ninguém era insubstituível, nem mesmo familiares ou aqueles que estavam a serviço do que restava do governo paraguaio a exemplo dos engenheiros ingleses, logo qualquer um poderia sofrer as penalidades da Lei, caso julgasse conveniente para seus fins ou ainda os da própria Guerra.

Os engenheiros ingleses e os comerciantes e seus familiares também saíram, com a esperança que López os pouparia de um destino fatal. Afinal, Elisa era britânica e, é claro, tinha sentimentos patrióticos. Mas, tinham ciência que corriam um enorme risco. Segundo John A. Duffield, um americano que fugiu do Paraguai e foi preso pelo Exército brasileiro, seiscentos estrangeiros foram torturados e mortos, sem julgamento ou explicação de qualquer tipo, por ordem de López. No entanto, a maioria dos sobreviventes era britânica (CAWTHORNE, 2015, p. 170).

Tinha, portanto, uma personalidade das mais fortes e uma fome por poder quase que incontrolável que fazia com que “Suas variações de humor às vezes o levavam a condenar ao fuzilamento sumário quem cometesse a menor infração” (LIMA, 2016, p. 31).

Deve-se destacar que não foi somente o nome do mandatário paraguaio que foi imortalizado na condição de herói nacional, a exemplo de Bernardino Caballero, General Francisco Isidoro Resquín, General José María Bruguez, General José Eduvigis Díaz entre outros. Esses muitos generais e combatentes são reverenciados até o dia de hoje por terem empregado a própria vida para defender a nação (RIQUELME, 2013).

Também ganham destaque às mulheres da vida de López como suas irmãs, mãe e esposa, que despertam o surgimento de histórias com variadas versões.

A mãe e as irmãs de López também foram capturadas vivas, mas as mulheres paraguaias não as hostilizaram. Ao contrário, eram tão vítimas quanto às outras mulheres e, também como elas, as senhoras da família López amaldiçoaram Elisa. No entanto, ao ver o cadáver de Francisco, doña Juana chorou (CAWTHORNE, 2015, p. 222).

López teria conhecido sua futura esposa, Elisa, em viagem a Europa e logo traria para o Paraguai esse ícone da Guerra e do país como um todo que hoje é conhecida como heroína do povo paraguaio. “Elisa rei-

naria junto com ele. Depois de uma noite de êxtase, ele prometeu que ela seria a Imperatriz da América do Sul” (CAWTHORNE, 2015, p. 60).

Encantada com o exotismo que López trazia, sem falar com campo de oportunidades que se abria para ela no novo mundo, do qual pouco se conhecia, “Elisa inflava o ego de Francisco sem cessar e estimulava sua fantasia de que um dia seria o Napoleão do Novo Mundo [...]” (CAWTHORNE, 2015, p. 61).

A cada passo a futura heroína, que morreu sem conseguir de volta as terras dadas por seu marido no Paraguai, conseguia conquistar a López e até mesmo o povo de seu país adotivo, com muitas diferenças em relação ao comportamento feminino local. “Elisa era uma mulher independente. Nenhuma dama em Assunção teria coragem de sozinha ir fazer compras em Buenos Aires. Elisa sim. E isso conquistou o respeito de Francisco” (CAWTHORNE, 2015, p. 71).

Como toda heroína que se presa, na reta final de sua vida e com a perda total de tudo que tanto presava no Paraguai, Elisa também teve o seu momento de nostalgia que se misturava com fantasias de um período em que ela fazia parte das histórias de reis, rainhas e princesas com poderes máximos que chegava a ser comparado aos deuses e heróis. Com isso, “[...] sua Família afirmava que ela passara o resto da vida tentando redimir seu nome e o de Francisco — as histórias mirabolantes de seus parentes compararam-na a Joana d’Arc” (CAWTHORNE, 2015, p. 236).

No Brasil, após o conflito também gerou-se heróis a exemplo do Duque de Caxias, que participou comandando as tropas brasileiras em boa parte da guerra tendo no exército o grande ícone da vitória brasileira.

Assim toda a destruição provocada pela guerra acabou por apagar o brilho da vitória brasileira. O conflito trouxe ainda mudanças profundas à sociedade. O maior vitorioso seria o exército, que saía do conflito estruturado,

treinado e equipado, com seus integrantes se transformando em verdadeiros heróis nacionais. A popularidade transformou o exercito em instituição de prestígio e não tardaria a intervir na vida política do país. Para ter uma ideia, com a instituição da República alguns anos depois, os dois primeiros presidentes do Brasil seriam heróis da guerra do Paraguai (GRANGEIRO, 2016, p. 97).

Além de Dom Pedro II, Duque de Caxias e do Donde D'Eu a guerra produziu outros nomes de daquele que não foram recordados enquanto heróis tiveram poder de destaque e até de decisão ao longo do conflito, a exemplo do General Osório, Menna Barreto e dos anônimos “voluntários da pátria”.

Portanto, foi mediante a desinformação, manipulação de fatos, histórias com versões direcionadas e distorcidas e ainda muitas omissões de informação que as personalidades e heróis da Guerra do Paraguai foram sendo criada e remontada ao longo tempo ao passo que se esquecia, paulatinamente daqueles que morreram no anonimato e que, em muitos casos, não sabiam sequer a motivação principal da guerra ou porque estavam a travar a aquelas lutas tão sangrentas e duradouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política é uma marca do ser humano que sempre a coloca em uso, quando vivendo em sociedade.

Na formação da história de muitos países, políticos acabaram identificando-se com heróis nacionais, ou foram levados a isso mediante manipulação de fatos históricos para esse fim.

Assim, a Guerra do Paraguai se destaca nesse sentido, ao compor o imaginário, e a história, de muitos países da América do Sul, também revela seus heróis nacionais com histórias que nem sempre são pautadas em fatos reais ou em análise histórica condizente.

E nesse contexto, políticos como Solano López, no Paraguai, e Conde D’Eu, no Brasil, se destacam como personagens amados por uns e odiados por outros, porém jamais esquecidos por sua contribuição ativa na história.

Portanto, analisar e refletir como se formam os heróis de uma nação é fundamental para que se conheça de fato o percurso histórico construído ao longo do tempo, e a Guerra do Paraguai, com seus muitos personagens, é um grande exemplo a ser avaliado e sempre revisitado nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, Hannah. **O que é política?** tradução de Reinaldo Guarany. - 3 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAWTHORNE, Nigel. **Uma nova história da Guerra do Paraguai: Solano López e a imperatriz da América do Sul.** 1 ed, M. Books do Brasil editora Ltda. São Paulo, 2015.

CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio americano: la guerra del Paraguay.** Ed. Argentina. Buenos Aires, 1984.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra.** Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

DUTRA, H. M.; SILVA, L. H. O.; BATISTA, Dimas José. **Do herói ficcional ao herói político.** Ciências & Cognição (UFRJ), v. 12, p. 03, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v12/v12a03.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

GRANGEIRO, Cândido, **Cenas da história:** v. 3, 1 ed. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2016.

LIMA, Luiz Octavio de. **A guerra do Paraguai.** 1 ed. — São Paulo: Planeta, 2016.

PORTO JUNIOR, M. J. Guerra do Paraguai: Visões da História. **História em Revista** (UFPel), Pelotas, v. 8, 2002, p. 133-155.

RIQUELME, Adolfo. **Heroes: compendio de la triple alianza.** Servilibro. Asunción, 2007.

Democratas por ocasião ou convicção? A democracia entre a ordem e a liberdade em 1945

Cintya Chaves¹

INTRODUÇÃO

“[...] sem conceitos não há experiência e sem experiência não há conceitos. [...]” (KOSELLECK, 2012, p. 32)²

Ao revisitar o processo de abertura política no Brasil de 1945 percebe-se que o conceito de democracia foi diariamente acionado, em especial, pelos impressos de todo o país. As imprensas cearenses, potiguar, pernambucana, carioca, paulista, entre outras, emitiam notas diárias e entusiasmadas sobre as mobilizações de diferentes grupos em prol da “(re) democratização”, além de trazerem entrevistas com políticos e intelectuais.

Definir o que caracterizaria o regime democrático parecia ser a pauta da vez. Isso implica que consideremos as relações entre uma retórica sincrônica, constituída naquele e a partir daquele evento, e a

1 Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Professora Substituta da Universidade Estadual do Ceará - Campus Limoeiro do Norte/ FAFIDAM, atuando nas áreas de Teoria e Metodologia da História e Ensino de História. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3653550255991587>. cintyachaves22@gmail.com.

2 Publicado originalmente em 1986.

linguagem diacrônica, que tornou a primeira possível, como propõe a História Conceitual (*Begriffsgeschichte*) (KOSELLECK, 2012, p. 20).

Vale lembrar, entretanto, que apesar da eleição ocorrida em 1933 e seus ganhos, como o estabelecimento do voto secreto, o direito das mulheres a votar, a implantação de uma Assembleia Nacional Constituinte e de uma Justiça Eleitoral, foi somente a partir de 1945 que historiadores admitem que experienciava-se a democracia representativa no país.

Para José Murilo de Carvalho (2002, p. 146), este é um período em que “apesar das limitações”³, “a participação do povo na política cresceu significativamente [...]”. Já Jorge Ferreira (2010, p. 05) teceu uma crítica aos historiadores que focalizaram mais nos “[...] mecanismos de manipulação ideológica, dominação política e controle social [...]”, do que na conquista de direitos civis e políticos. O cientista político Fernando Limongi (2012, p. 63) corroborou com a tese do historiador Jorge Ferreira ao declarar o seu incômodo com a tendência de as pesquisas estabelecerem uma continuidade entre Estado Novo “e a democracia nascente”, negligenciando, portanto, a ruptura “instaurada”. A respeito disto, a professora Lucilia Delgado (2003) já advertia que os estudos sobre este período se tornaram um grande desafio, por se alocarem na lógica da permanência e da ruptura:

[...] a transição política de Estado Novo à nova ordem democrática [...] pode ser considerada como um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo regime político. Simultaneamente, pode ser entendida como marco de permanência na mudança [...] (DELGADO, 2003, p. 131).

Analisando isso, almejamos compreender os sentidos articulados, disputados em torno da noção de democracia por diferentes grupos sociais, tendo como referência o estado do Ceará, em 1945. Nossa

3 Estas limitações destacadas por José Murilo de Carvalho se referem à cassação do Partido Comunista, em 1947, à interdição dos analfabetos nos sufrágios do período e às constantes fraudes eleitorais devido à falta de cédulas oficiais para a população votar (CARVALHO, 2002, p. 144-148).

questão não recairá em tutorar o uso mais adequado do termo, mas sim sobre as concepções de democracia, por entendermos que além de não serem estáticas, foram instrumentalizadas de acordo com as conveniências dos sujeitos.

UMA DEMOCRACIA RESTRITA À REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

“Eleição, sinônimo de Liberdade” (SARASATE, 1945, s/p)

1945, um novo ano. Nele misturava-se a incerteza com a esperança, que havia condições para a ditadura varguista chegar ao fim. O I Congresso Brasileiro de Escritores, em 26 de janeiro de 1945, inicia o período dando continuidades a movimentos de resistências em prol da democracia que vinham ocorrendo desde 1942. Pela entrevista de José Américo de Almeida em fevereiro é possível perceber que os sinais do princípio do fim da guerra, geravam um otimismo e entreteciam uma concepção de tempo oportuno (*Kairós*) para “ajustar” a democracia no Brasil.

Não obstante, a sensação de asfixia social parecia prevalecer. Assim, a “redemocratização” se tornou bandeira de luta de diferentes grupos. Estudantes, trabalhadores, intelectuais, comunistas, ex-políticos, que atuavam nos anos de 1930, gritavam pela “liberdade”, apesar de cada grito pretender ecos de intensidades diferentes. Neste sentido, um dos primeiros indicativos do “retorno” da democracia, para “os democratas”, parecia ser as eleições e a forma como elas ocorreriam, como pode ser observado através do “comentário do dia”, em 22 de fevereiro, realizado por um ex-político cearense que abriu esta seção.

Neste comentário, Paulo Sarasate⁴, diretor do jornal *O Povo* de Fortaleza, fazia uma crítica aos mecanismos de censura vigentes no país e à procrastinação do governo Vargas quanto a institucionalização das eleições. Questionava ainda que, mais do que um ambiente formal, era preciso estabelecer um “ambiente psicológico” para se exercer a liberdade de imprensa. Somente com esta liberdade o pleito se realizaria para além de uma formalidade e de acordo com o “sacrifício de nossos compatriotas mortos em defesa da democracia”.

Para fortalecer sua argumentação, deixava claro que esta mesma defesa era feita pelo jornal carioca *Diário de Notícias* e concordava que “eleição numa democracia que se preze”, apresentaria “manifestações espontâneas e desembaraçada de opiniões” e um “debate franco das ideias pela tribuna e pela imprensa”. Para que a vontade coletiva prevalecesse nas urnas era necessário ser “orientada com a precisa antecedência, através de uma pregação antes, sem tropeços”.

O interessante é que, ao publicitar tais críticas à falta de liberdade de imprensa, Paulo Sarasate, contraditoriamente, nos mostra o quanto a censura estadonovista já estava, em certa medida, flexibilizada. O “democrata” ainda nos possibilita perceber, como a democracia vai ser associada, prioritariamente, ao ato de votar e às eleições. Nota-se ainda uma preocupação de que Getúlio Vargas se utilizasse das mesmas para se legitimar no poder, sendo a liberdade de imprensa a principal arma para que isto não acontecesse.

Para alguns atores do movimento denominado “união nacional” pela democracia no Brasil, do qual Paulo Sarasate e outros “democratas” faziam parte, Getúlio Vargas não deveria ter o direito a se candidatar. Isto fica muito claro na entrevista de José Américo de

4 Segundo documento “Deputados Novos”, da Câmara dos Deputados - SILEG, produzido em 12/11/2009, Paulo Sarasate Ferreira Lopes, nasceu 03/11/1908 em Fortaleza — CE. Suas atividades profissionais foram advogado, jornalista e professor. Exerceu seus mandatos eletivos como, [...] Deputado Estadual (Constituinte), 1935-1937, CE, PSD; Deputado Federal (Constituinte), 1946-1951, CE, UDN. Dt. Posse: 05/02/1946; Deputado Federal, 1951-1955, CE, UDN. Dt. Posse: 11/03/1951; Governador, 1955- 1958, CE, UDN; Deputado Federal, 1959-1963, CE, UDN. Dt. Posse: 02/02/1959; Deputado Federal, 1963-1967, CE, UDN. Dt. Posse: 02/02/1963; Senador, 1967-1968, CE, ARENA. Paulo Sarasate administrou, com Demócrito Rocha, a revista *Ceará Ilustrado* e o jornal *O Povo*.

Almeida cedida ao *Jornal Correio da Manhã*. Nela, o escritor parai-bano apontava que a saída para o Brasil era uma “união nacional” e defendia a incompatibilidade de Getúlio Vargas com a democracia. Além disso, inaugurava a campanha eleitoral, ainda que velada, do Brigadeiro Eduardo Gomes, e dava a entender que no momento de “crise” que o Brasil atravessava, não necessariamente o país precisava ter outros nomes concorrendo à presidência, mas caso um terceiro candidato quisesse concorrer não teria sua participação recusada:

[...] As forças nacionais já tem um candidato. É um homem cheio de serviços à Pátria, representa uma garantia de retidão e de respeito a dignidade do país. [...] Nesta altura eu já estaria **suspeito** para falar em **terceiro candidato**. Mas falando por mim, com a minha responsabilidade direta, não vejo homens, vejo soluções para o país. **Se fosse suprimir essa linha de separação e congregar os brasileiros para que as energias não se consumissem e desperdiçassem na campanha eleitoral, mas em benefício geral no interesse do êxito dos problemas, que mais nos importam se fosse possível encontrar, desde já, tão feliz solução, esta seria a forma mais indicada para a reconstrução política e material do país.** [...] Nesta hipótese, acredito que a fórmula de um terceiro candidato não seria recusada por aqueles mesmos que já tivessem a certeza da vitória. [...] (ALMEIDA, 1945, p. 14, grifos meus).

Américo insinuava assim que seria melhor para o Brasil se as eleições não apresentassem o caráter competitivo do jogo político, demonstrando os receios que elites políticas e intelectuais tinham com a imprevisibilidade que as urnas poderiam trazer e a tentativa de tutelar o processo de abertura política de 1945. Isso é muito emblemático para se pensar sobre a “pragmática” empregada ao se construir definições sobre a democracia no país, tendo em vista que as “ideias” defendidas por Américo nesta entrevista foram reproduzidas em periódicos com entusiasmo, como foi o caso do *Jornal O Povo*, no Ceara.⁵

5 Sob o título de “sensacionais declarações do Sr. José Américo sobre o atual momento político”, o *Jornal de direção* de Paulo Saraste destacava a entrevista do escritor ao *Correio da Manhã*. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 23 de fevereiro de 1945.

Até aquele momento as eleições se encontravam incertas, sendo oficializadas em 28 de fevereiro de 1945 pela Lei Constitucional Nº 9. Mesmo depois da publicação desta lei pairava a dúvida sobre uma possível candidatura de Getúlio Vargas, inflamando as manchetes dos jornais oposicionistas: “Ou a ordem com Eduardo Gomes, ou a desordem com Getúlio”. Esta foi mais uma das matérias incluídas pelo jornal *O Povo* (8 de março de 1945), do jornal do Rio de Janeiro *Parga*, para divulgar um comício pela democracia na capital da República, que na época era o Rio de Janeiro.

A manifestação responsabilizava Vargas pelo assassinato cometido pela polícia política do universitário Demócrito Sousa Filho, de Recife. A morte do estudante havia sido abordada nos jornais do país, como o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro. Ela era mais um atestado do caráter brutal da Ditadura.

Era preciso minar qualquer possibilidade de um futuro com Vargas. Para isto, se fazia necessário lidar com um presente que deixasse às claras as atrocidades realizadas pelo ditador. Acionava-se ainda o passado de tortura, estabelecendo o lugar do torturado que envolvia, não somente a tragédia da família Prestes, mas que foi prioritariamente a mais abordada pelo impresso *O Povo*.

Quase um mês depois divulgava-se a candidatura de Eurico Gaspar Dutra e Paulo Sarasate⁶, salientava:

O problema da sucessão presidencial foi colocado, afinal, em seus precisos termos. Como se impõe de **modo inclinável nos países de tradição democrática**, dois nomes estão na liça para disputar face a face as preferências da **soberania popular**. **A ideia de um candidato único, contrária, sob todos os pontos de vista, à arejação do regime, cedeu lugar, [...] ao funcionamento do sistema representativo.** [...] dois eminentes brasileiros se defrontam [...] um deles é o general Eurico Gaspar Dutra, militar honrado e operoso, cujo o prestígio a frente do Ministério de Guerra, indicava-o naturalmente como o fiador da lisura e correção do pleito eleitoral. O outro é o major

6 Em 15 de março de 1945, Paulo Sarasate emitia sua opinião através de uma coluna do jornal *O Povo*, intitulada: “As eleições serão um julgamento”.

brigadeiro Eduardo Gomes, herói do **primeiro Cinco de Julho** e nome sobre o qual não foi possível articular, até agora, a mais leve acusação. Contra a primeira candidatura, apesar do respeito devido a honradez do candidato, é de fazer de início, uma restrição ponderável: não surgiu como a primeira, de um movimento espontâneo da opinião pública, mas do próprio seio do oficialismo agonizante. [...] Votando em Eduardo Gomes, portanto, o povo brasileiro, além de sufragar o nome de um compatriota sem jaça, estará proferindo perante a **história** a condenação [...] do consulado getuliano e de quanto oprimiram as liberdades públicas no grande crepúsculo moral em mergulhou o Brasil (SARASATE, 1945, s/p, grifos meus).

Ao abordar sobre a possível candidatura de Getúlio Vargas, o impresso de direção de Sarasate, assumia tom áspero, desumanizador, gerenciando-o apenas como o monstro ditador. Ao se remeter ao general Dutra, certos cuidados foram tomados e, apesar de associá-lo ao legado da ditadura em contraposição a Eduardo Gomes, discursado como o verdadeiro candidato comprometido com a democracia, a candidatura de Dutra era garantia de idoneidade no processo eleitoral. O povo, que nada mais era do que os eleitores, tinham nas mãos o poder de condenar para sempre a ditadura diante da História, percebida como um tribunal de justiça. Concomitante à distinção que Paulo Sarasate tentava pontuar, seu discurso construiu algo em comum entre os dois, afinal ambos salvavam o Brasil quando este precisava.

É emblemático o fato de como a democracia foi construída como o regime que restauraria a ordem. A ditadura foi entendida como um modo de governo que cometia crimes, sobretudo políticos, expressando a desordem. Democracia e ditadura foram tratadas como pares antitéticos, como se isso, por si só, explicasse as diferenças em relação ao que a primeira traria para o Brasil. Tentava-se ainda forjar a mitologia política de que o clima da ordem só poderia ser recuperado pelo ex-tenentista revolucionário dos anos de 1930, que em 1944 alcançara a patente de major-brigadeiro do ar.

Vale ressaltar que alguns fatores corroboraram para um ambiente de prestígio para as forças armadas. Dentre eles destacam-se a atmosfera da insegurança gerada pelos crimes políticos, a heroicização dos soldados que, mesmo inseridos somente no final do conflito, eram vistos como defensores da nação e a rememoração do movimento de 1930 como revolucionário⁷ em que se exaltou a participação dos tenentes. O entrelaçamento destas condições foi importante para ratificar o lugar do exército diante da sociedade e oferecer subsídios para que, principalmente, alguns intelectuais tentassem fabricar Eduardo Gomes como herói.

João Roberto Martins Filho (2003, p. 103) salienta que “a visão dos militares como sócio menor e hesitante do condomínio político não parece resistir ao mais breve exame da história política do país depois de 1930”. Afinal, foi ainda no governo Vargas, devido ao apoio presidencial a Eurico Gaspar Dutra como Ministro de Guerra de 1937-1945 e a Góes Monteiro⁸, que o exército conseguiu uma organização que pode ser considerada como “coesa” (MARTINS FILHO, 2003, p. 104).

DEMOCRACIA COMO RESTITUIDORA DO CIVISMO DE UM POVO?

Olavo de Oliveira era outro democrata cearense, ex-deputado federal⁹ e professor de Direito. Em 10 de fevereiro de 1945, ao opinar para o jornal *O Povo*, sobre o retorno à democracia, afirmava:

7 As conquistas do movimento de 1930 são rememoradas em períodos diferentes pelos sujeitos do período como pode ser observado no primeiro semestre do *Jornal O Povo* de 1945.

8 “Góes Monteiro - o tenente coronel que, depois de 1930, passou a general de divisão em apenas dois anos”. Também foi Ministro de Guerra em 1934-1935 e “chefe do Estado-Maior do Exército de 1937 a 1943” (MARTINS FILHO, 2003, p. 104).

9 Eleito em 1934 pela Liga Eleitoral Católica. “Com o Golpe de 1937 voltou ao Ceará para advogar e ensinar Direito Penal na Faculdade de Direito”.

Recebo com prazer a normalização da vida política do país, que marcará a **restauração da democracia** em cujos prélios retemperará **o povo e seu civismo**. As próximas eleições terão significação invulgar, eis que serão no seu resultado, o julgamento das atitudes dos nossos homens públicos [...] em todos os municípios estou agremiando os meus amigos para irmos as urnas em defesa das nossas ideias dando eu preferência a sua manifestação direta tanto no âmbito nacional, como no estadual e no municipal. Deve governar quem, em pleito livre, dispuser de maioria (OLIVEIRA, 1945, s/p, grifos meus).

Olavo de Oliveira se tornaria proprietário do jornal *O Democrata*¹⁰, em sua primeira fase, a partir de cinco de agosto de 1945. Seria eleito senador pelo Partido Popular Sindicalista (PPS) no final do ano de 1945, contando com “o apoio dos comunistas”. De um partido que era totalmente contra os comunistas, que no caso era a Liga Eleitoral Católica, o político migra para um que encontrou apoio comunista.

Mas, Olavo de Oliveira, em seu breve comentário, construiu a ideia de uma democracia que não se distanciava da noção de pleito e, claramente, se concretizaria através das urnas e do povo votando. Por isso, já preparava seus correligionários em alianças partidárias para serem além de eleitores, provavelmente também candidatos, já que ele foi um dos fundadores do partido pelo qual foi eleito.

As contradições expressas pelas decisões, ou seja, futuras coligações partidárias, lemas dos partidos que estes aderiram ou fundaram, bem como os rearranjos de alianças partidárias, enfim, os interesses que engendraram o jogo político e social nos ajudam a compreender como os grupos se apropriavam de uma concepção de democracia.

Sobre isso, vale salientar que havia um vocabulário político muito forte já estabelecido que circunscrevia os próprios sentidos de democracia. Ao lado de democracia, encontravam-se noções

10 Em sua primeira fase (agosto de 1945) o Jornal contava com direção de Olavo de Oliveira e tinha como redator chefe, segundo Idelfonso Lima (2006), Alfeu Faria de Aboim.

como ordem, moral, pátria e civismo, lembrando o que já ressaltava Reinhart Koselleck (2006, p. 107):

[...] democracia se torna um arquilexema, um conceito generalizante [...] do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcional politicamente: surgem a democracia popular representativa, a cristã, a social, etc. [...].

Se havia uma defesa da lógica de representação política da democracia liberal, projeto que hoje sabemos que foi o institucionalizado, o que tornou ele possível e vencedor foram as concepções já mencionadas. A democracia deveria restaurar a ordem e estar submissa à pátria, considerada o sujeito da ação.

Tomemos a frase de Olavo de Oliveira ao afirmar que “a restauração da democracia retemperará o povo e seu civismo”. Com um léxico muito próximo ao de José Américo de Almeida ao retratar que o “povo” queria ter seu destino nas próprias mãos, o “democrata” cearense empregava a noção de civismo e não de cidadania na associação que resringia e recortava a luta deste “povo” somente aos direitos políticos.¹¹ Ao mesmo tempo em que a imprensa aqui analisada, de predominância do pensamento liberal, apontava o Estado brasileiro como fascista¹², transportava e reproduzia as racionalidades autoritárias vivenciadas no interior do projeto republicano brasileiro, mas principalmente intensificadas no Estado Novo, como as noções de pátria e civismo.

O homem cívico, do latim *civicus*, se constitui uma noção conectada à de cidadão. Em dicionários do século XVIII como de Raphael

11 O movimento quememista, segundo Jorge Ferreira, identificava que a democracia estava reduzida aos direitos políticos e por isso se articularam em prol de seus interesses, expressando sua vontade política (FERREIRA, 2003, p. 43).

12 As pesquisas historiográficas concluíram que o Estado Novo não pode ser entendido como fascista, mas como um Estado autoritário. Ver (CAPELATO, 2003, p. 199).

Bluteau (1728) e Antonio de Moraes Silva (1789)¹³, cívico foi definido como “uma coroa cívica, entre os romanos, era de folha de Carvalho e dava-se em prêmio ao que tinha salvado a vida a um cidadão”. Já nos glossários da contemporaneidade¹⁴, cívico se relaciona “ao amor e dedicação a pátria e aos interesses da coletividade”. Observamos assim, uma mudança semântica da compreensão de cívico ao se superestimar um corpo abstrato (a pátria) ao invés do corpo físico/concreto do cidadão.

Ângela de Castro Gomes (2009, p. 1), ao estudar o civismo constatou que desde o final do século XIX intelectuais se preocupavam “com a construção e consolidação de uma cultura política republicana [...] uma pedagogia da nacionalidade [...]”. Assim, o civismo cumpria seu papel no processo de identificação nacional, “pois se tratava de aprender a amar ao Brasil” (GOMES, 2009, p. 9). Em 1945, a oposição tentava deixar claro que amar a pátria era romper com um estadista que não era mais patriota por ter traído a mesma ao implantar uma ditadura em nome de interesses próprios. Era uma tentativa de ressignificar os símbolos criados por Getúlio Vargas.

Apesar de o termo cívico estar interligado ao de cidadão não se pode considerar que ele traduz as mesmas experiências sociais deste último. O primeiro em grande medida na vivência republicana brasileira exprimiu um projeto de sujeito político adequado às necessidades da pátria. Do homem cívico se esperava o sacrifício, a obediência e uma reverência à pátria em detrimento, muitas vezes, de seus direitos.

A cidadania, como bem já explicou José Murilo de Carvalho, apesar de sua complexidade, pode ser entendida pela conquista de direitos civis, políticos e sociais. Isso não quer dizer que se adquira os três direitos ao mesmo tempo, nem que ela implique descumprimento de deveres, mas a tônica não recai sob o “arquetipo” ocidental cristão de

13 O verbete analisado foi cívico. Ambos os dicionários se encontram disponíveis on-line no site: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

14 Dicionário Digital Aulete. Verbetes: “Cívico”.

devoção e abnegação. Um fator crucial para este processo de cidadania consiste na formação do “Estado-Nação” (CARVALHO, 2002, p. 12).

É importante ressaltar que aparentemente o termo civismo era mais habitualmente empregado no vocabulário político daquele período do que o de cidadania. Tudo leva a crer que o léxico de civismo se configurou como uma linguagem diacrônica existente que convergiu com as formas sincrônicas de experienciar a transição política daquele presente, que naquele momento, estava, sobretudo, em aberto. Não obstante, isso não invalida os indícios que a noção nos fornece das formas de se relacionar com o Estado na abertura política, mas complexifica as produções de sentidos estabelecidas.

Olavo de Oliveira se constitui uma figura emblemática para se pensar o perfil diverso e contraditório dos democratas no país, por ter sido o encarregado por Vargas para fundar o Partido Social Democrata no Ceará (MAIA, 2013). O partido, que passaria a existir no estado a partir de 26 de outubro de 1945, foi fundado por Menezes Pimentel, devido Olavo de Oliveira ter perdido a disputa de controle do grupo para o interventor. Pelos apontamentos de Roberta Maia (2013) podemos concluir que Olavo Oliveira era um “getulista” que, por disputas internas, passa para a ala dos “democratas”, rivalizando diretamente com Menezes Pimentel.

Neste contexto, Olavo de Oliveira teria em setembro de 1945, fundado o PPS. Da comissão diretora do partido faziam parte José Marrey Júnior e Miguel Reale¹⁵. Do ponto de vista nacional, o PPS teve expressão, além do Ceará, no Pará, na Bahia e, em menor escala, em São Paulo. Em seu programa, apresentava compromisso com as leis trabalhistas e organização sindical.¹⁶ A ocasião fizera um democrata opositor ao governo? Apesar dos possíveis ressentimentos envolvi-

15 Integralista na década de 1930.

16 Informações pesquisadas [online] no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

dos, Olavo de Oliveira não migrou para a UDN, partido em que prevaleceu o antigetulismo, como destacou Maria Victória Benevides (1981), e escolheu fundar seu próprio partido.

Endossar a noção de “democratas” carrega a complexidade de “pôr sob o mesmo guarda-chuva” sujeitos e grupos com interesses e compreensões completamente distintos. É preciso examinar até que ponto classificar os sujeitos sociais sob esta lógica dicotômica (“getulistas e democratas”) não simplificou os próprios usos que os atores fabricaram em torno da noção de democracia, produzindo interpretações genéricas que desconsideraram as possíveis mutabilidades, movimentos, divergências e interesses diante de tensões no tempo e no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a democracia é preciso esclarecer: Não houve um sentido unívoco do conceito em 1945. Se por um lado ela será recortada sob a lógica representativa e partidária; tutelada pelas insígnias da pátria, da ordem e civismo pelos atores, que ao cabo se reuniram no partido da União Democrática Nacional (UDN), por outro os comunistas a percebiam como uma via, uma forma de resolução dos conflitos sociais cotidianos, dentre eles, o econômico.

Entretanto, no primeiro semestre de 1945, havia a prevalência de retóricas que insinuavam a concretização da democracia restrita à aquisição dos direitos políticos e alguns civis, como liberdade de expressão e a anistia, apesar de a Carta aos Mineiros de 1943, retomada pela imprensa em 1945, defender ser inadmissível uma democracia que não atentasse em resolver as desigualdades sociais. Por ora, observar que para aqueles sujeitos de 1945 a democracia só estava sendo restaurada, já que o movimento de 1930 havia “revitalizado” e implantado as bases fundamentais de funcionamento dela,

se constitui o mais emblemático. Se a “premissa formal irrefutável de que toda a história tem a ver com a sociedade e a linguagem” (KOSELLECK, 2012, p. 12), atentar sobre o uso compartilhado do léxico de (re) democratização, poderá ser uma das possíveis chaves, para pensar sobre os sentidos e usos do conceito de democracia no Brasil.

FONTES

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico ...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 20 maio 2020.

Dicionário Digital Aulete. **Verbetes**: “Cívico”. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/civico>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ALMEIDA, José Américo de. A situação — Declarações do Sr. José Américo. [Entrevista de José Américo de Almeida concedida a] Carlos Lacerda. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.14, 22 fev. 1945.

Jornal **O Povo**, Fortaleza, de janeiro a abril de 1945. Disponível na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Jornal **O Democrata**. Fortaleza, março de 1946. Disponível na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Manifesto Mineiro de 1943.

Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Deputado Pontes Neto/ Deputados Estaduais, 13ª Legislatura — 1951-1954. Edições INESP — Reimpressão da 1ª, Fortaleza — Ceará, 2009.

SARASATE, Paulo. Eleição sinônimo de Liberdade. [Comentário do Dia]. Jornal **O Povo**, Fortaleza, s/p, 22 fev. 1945.

SARASATE, Paulo. As eleições serão um julgamento. [Comentário do Dia]. Jornal **O Povo**, Fortaleza, s/p, 15 mar. 1945.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** — Lisboa, 1789. Disponível em: [//dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1](http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1). Acesso em: 20 maio 2020.

OLIVEIRA, Olavo de. **Biográfico**. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-olavo-de>. Acesso em: 08 out. 2020.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** [S.l: s.n.], 2003, p. 183 - 213.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-46.

FERREIRA, Jorge (Org.). 1946-1964: A experiência democrática no Brasil. **Tempo**, v. 14, n. 28, Niterói, jun. 2010. p. 11-18. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100001. Acesso em: 21 jan. 2014.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, XXV. História e Ética. Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. História Social e Historia de los conceptos. **Histórias de conceitos: estudios sobre semántica y pragmática del len-**

guage político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012. 317 p. (Ciencias Sociales). Tradução de: Luis Fernández Torres. p. 15.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA NETO, Ildelfonso Rodrigues. **Escrita subversiva — O Democrata, 1946 — 1947**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

LIMONGI, Fernando. Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945. DADOS — **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 1, 2012, p. 37-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n1/a02v55n1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MAIA, Roberta Kelly Santos. **A cidade do jornalista**: da Fortaleza representada nos jornais à administração da capital por Luiz Queiroz Campos (1954-1964). 183 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97-126.

A serviço da lei: a atuação político-parlamentar do deputado Ibiapina (1834-1837)

Noemia Dayana de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

José Antônio de Pereira Ibiapina, mais conhecido como padre Ibiapina, foi deputado geral pelo partido² dos liberais moderados da província do Ceará antes de ordenar-se padre, em 1853. No entanto, não exerceu o legislativo sem antes graduar-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Olinda, em 1832. Atingido esse título, o jovem resolveu dedicar-se prioritariamente ao Direito Natural, ao qual chegou a ser professor na mesma faculdade, cujas defesas, alinhadas aos do liberalismo, evidenciaram os bens inalienáveis do homem, especificamente, a liberdade.

Ao atuar no Parlamento Nacional entre 1834 e 1837, Ibiapina empenhou-se em defender a legislação, a Carta Constitucional promulgada em 1824, que pouco ou nada guardava de semelhanças com

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3290103571104176>. E-mail: noemia_oliveira@hotmail.com.

2 “É preciso pontuar que os partidos existentes no Brasil nesse período, constituíam-se como grupos políticos, pois que se originavam de organizações em torno de um agente político que se destacava pelas relações sociais ou econômicas em determinada localidade (FRANCO, 1980). Isto é, se concebiam em agrupamentos locais, onde prevaleciam as qualidades dos que compunham mais, do que a grande quantidade de agentes, e não possuíam rigidez na estrutura. Dotados de poderosa autonomia, eram sempre encarnados em torno de uma liderança mais personalista (DUVERGER, 1972)” (OLIVEIRA, 2019, p. 94).

as defesas liberais expostas nos manuais que o jovem teve contato quando ainda era estudante. Essa investigação nos lança direta ou indiretamente ao quadro sociopolítico brasileiro do século XIX, em que as discussões acerca do liberalismo estão consolidadas e se mostram diversificadas em termos da experiência aqui no Brasil. No entanto, a nossa pesquisa avançou em uma trajetória político-parlamentar demonstrando que a disparidade entre teoria e prática liberal tornou-se um impasse político até mesmo entre os seus adeptos.

Diante disso, objetivamos analisar as ações parlamentares do deputado, levando em consideração aquelas que incidiram diretamente sobre as leis brasileiras do período, mais exatamente, o Ato Adicional que alterou a Constituição, durante o primeiro ano de mandato legislativo de Ibiapina. Para isso, nos valem das pontuações feitas por Costa (2010) sobre o liberalismo no Brasil, dos estudos realizados por Carvalho (2018) acerca da cidadania e as ponderações sobre camuflagem política de Duverger (1974), todas importantes para pensar acerca das atitudes do deputado, que ora eram condescendentes com os interesses da elite, ora eram questionadoras da ordem político-social oitocentista. Ademais, este estudo é parte modificada do segundo capítulo da minha dissertação de mestrado em História, intitulada “O parlamentar do silêncio: atuação política do deputado Ibiapina na Assembleia Legislativa Brasileira (1834-1837)”, defendida em 2019, na Universidade Federal de Campina Grande.

O BACHAREL LIBERAL

A investigação sobre a vida de José Antônio de Pereira Ibiapina nos lança a observação do quadro sociopolítico brasileiro, de reconhecida relevância histórica, do século XIX. No entanto, a característica peculiar a que nos desafiamos foi a de investigar a atuação político-parlamentar do deputado, levando em consideração a escassez de pesquisas desenvolvidas acerca da atuação legislativa

de Ibiapina — que faz parte do universo secular das atividades desenvolvidas por ele, além das de advogado, juiz de direito, chefe de polícia e professor da Faculdade de Direito de Olinda. Diante disso, detectamos a aversão dele em não se reter aos ambientes institucionais, onde desempenhou os seus exercícios parlamentares, os quais se ampliam, posto que os espaços políticos são diversos círculos concêntricos que definem, de uma forma ou de outra, a influência de uma organização ou de uma doutrina (JULLIARD, 1995).

Além disso, a polifonia aqui ressaltada se transforma em uma rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2005), revelada por meio das afinidades intelectuais e as influências ideológicas que teve Ibiapina antes de adentrar as salas da Câmara dos Deputados. Isso se reflete nos discursos políticos travados nesse espaço, onde o deputado colocou-se para os demais a partir de imagens e atos que vislumbrou ter do interlocutor, do mesmo modo que ele faz sobre o referente (isto é, o conteúdo do discurso). Tal coisa nos possibilita montar um esquema de questionamentos mais amplo do que somente o da produção do discurso, avaliando assim os atos de linguagem que nos fornece informações internas e externas a ele (OSAKABE, 1979).

Para tanto, os estudos superiores de Ibiapina começaram ao ingressar nas salas do Seminário de Olinda, a maior instituição educacional do Nordeste naquele começo de século, cujo espaço proporcionou o contato dele com os ideais discutidos pelos revolucionários de 1817 e 1824, sendo este último mais proximamente conhecido, dada a experiência vivida com o seu próprio pai e irmão. As lutas políticas travadas pelos confederados advinham do liberalismo que se processou na Revolução Francesa, Americana e até mesmo das Sociedades Secretas³ que atuaram pela independência do país, antes e depois do ato consumado.

3 Me refiro as Lojas Maçônicas, especialmente àquelas que fugiram da influência portuguesa, como foi o caso do Areópago de Itambé, fundado em Pernambuco em 1796, pelo botânico Manuel Arruda da Câmara. Para maiores informações ver “O testamento político de Arruda Câmara” (PESSOA, 1972).

Por isso, os livros de filosofia, humanística e até de teologia trazidos por luso-brasileiros, além de outros trazidos tantas vezes de forma clandestina, caíram nas mãos do jovem seminarista através das aulas no seminário e não foram encarados com dificuldade, tendo em vista que desde cedo havia entrado em contato com as ideias liberais, defendidas pelo pai e irmão, que inicialmente utilizaram-nas como uma arma na luta contra Portugal. “Nessa primeira etapa, os liberais eram revolucionários em termos de política e conservadores em relação às questões sociais. A luta que na Europa era contra o absolutismo real era, no Brasil, luta contra o sistema colonial” (COSTA, 2010, p. 136-137).

O liberalismo “heroico”, como o chamou Emilia Viotti da Costa (2010), compõe a primeira fase da retórica (e prática) liberal no Brasil, que não só atraiu setores da elite, mas também outros grupos sociais, como por exemplo, os escravos que almejavam a liberdade, os pobres livres que almejavam amplo acesso as diversas profissões, bem como o fim dos privilégios referendados pela colônia. Nesse sentido, ao mesmo tempo que os princípios liberais chamou a atenção de Ibiapina nos estudos, também foi o responsável por fazê-lo distanciar-se do ambiente seminarístico, haja vista o envolvimento dos clérigos em movimentos emancipatórios, como se pode constatar na Abrilada (1832) e Setembrada (1831).

Isto porque Ibiapina não encarava com simpatia o envolvimento de padres com os movimentos insurrecionais, acreditava sim na submissão das igrejas nacionais ao poder papal, e na concordância e no apoio da igreja a qualquer que fossem as atitudes do Estado. Além disso, o descrédito que ele depositou às ações dos clérigos iluministas no início do século XIX e, posteriormente, o envolvimento de padres com a maçonaria, era sinônimo da descaracterização do grupo clerical brasileiro que fora alvo de suas críticas contundentes, seja como padre ou como estudante seminarista, um verdadeiro questionador da razão que dirimia a religião e corrompia os seus seguidores.

Nesse sentido, a militância de Ibiapina indicava muito mais proximidade com as sociedades literárias, isto é, as investidas dos grupos de intelectuais reunidos em fins do século XVIII e início do século XIX, que desejavam a independência brasileira por vias pacíficas e organizadas. Os movimentos dos quais seus conterrâneos cearenses, além de seu pai e irmão se envolveram, tornou-se um empecilho para os liberais moderados, que desejavam assegurar o controle da nação, através da ampliação da esfera do poder legislativo em detrimento do poder real, a qual se processaria dentro de reformas institucionais, já que as lutas entre os grandes e poderosos e o povo oprimido, incitada pelos liberais nos primeiros anos da Regência, foram encaradas como incapazes de transformar profunda e concretamente a sociedade.

A experiência vivida pelos seus parentes na Confederação do Equador emplacou como o maior exemplo para ele de fracasso da investida do liberalismo radical, que “incitavam o povo a se levantar contra aqueles que os enganavam e traíam a pátria, ao mesmo tempo que lembravam os soldados que eram cidadãos como os demais e que, como estes, deveriam se insurgir contra a postergação de seus direitos e reclamar o governo do povo pelo povo” (COSTA, *Op. cit.*, p. 153). Tendo em vista que essas investidas radicais foram respondidas pelo imperador com a violência e, posteriormente, pelos conservadores com a centralização de decisões políticas e administrativas, Ibiapina acreditava que a transformação da sociedade brasileira não deveria se dar por esse caminho.

Portanto, a atuação político-parlamentar dele aconteceu exatamente ao contrário dos radicais, embora tivesse os mesmos objetivos políticos de emancipação do jugo colonial, estes foram colocados em prática por ele, inicialmente, a partir de ações de vigília das leis e normas explícitas pela Constituição, a qual inclusive, os confederados como o seu pai e o seu irmão havia lutado e morrido ao questioná-la. Por isso que as investidas legalistas feitas pelo deputado assinalam a posição que escolhera para defender, isto é, os mesmos princípios liberais, contudo, dentro da ordem monárquico-constitucional.

Reconhecemos a frente feita por Ibiapina na defesa de um sistema representativo e baseados em princípios constitucionais, outrora defendido por Frei Caneca, que acreditava mais no Brasil como “uma federação do que um governo centralizado. Condenava também a vitaliciedade do Senado e a nobreza. O poder moderador parecia-lhe uma ‘invenção maquiavélica’, a ‘chave-mestra da opressão da nação brasileira” (CANECA *apud* COSTA, 2010, p. 146-147). Para este revolucionário, o projeto liberal expressava-se muito além da Constituição, era a luta por uma sociedade moderna sem privilégios políticos e/ou centralizações.

No entanto, nem a independência, nem a Constituição de 1824 introduziu mudanças radicais aos direitos civis, já que a opção pela monarquia demonstrou a conciliação da elite brasileira com os interesses centralizadores do imperador, D. Pedro I. Este, por sua vez, foi visto como um instrumento de manutenção da ordem social e união das províncias da antiga colônia portuguesa. “Assim, apesar de constituir um avanço no que se refere aos direitos políticos, a independência, feita com a manutenção da escravidão, trazia em si grandes limitações aos direitos civis” (CARVALHO, 2018, p. 34). Neste caso, a Constituição (texto elaborado por uma comissão indicada pelo imperador) promulgava que os cidadãos brasileiros eram as mesmas pessoas que tinham vivido na colônia, sendo 85% de analfabetos, entre eles, estavam alguns proprietários rurais (*Idem*).

Embora a luta do deputado Ibiapina fosse a continuação da luta dos confederados, a transformação que ele desejava tinha um caráter muito mais institucional do que revolucionário, algo que seria ainda construído em termos humanizados e coletivos (CARVALHO *apud* AZZI, 1991). Contudo, sendo mais de 90% da população moradora da zona rural ou sob o controle e influência dos proprietários rurais, bem como os funcionários públicos da zona urbana, o exercício da cidadania estava comprometido. Nesse sentido, vale ressaltar que “até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas” (COSTA, 2010, p. 163).

Segundo José Murilo de Carvalho (2018), a participação eleitoral e o pertencimento a um corpo de jurados (o Júri Popular que tinha como exigência mínima a alfabetização), foram uma das primeiras formas de envolvimento dos cidadãos com o Estado nacional.

A Constituição regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. A limitação de renda era de pouca importância. A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. [...] A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem. Talvez nenhum país europeu na época tivesse legislação tão liberal (CARVALHO, 2018, p. 35-36).

Apesar de ser considerada muito liberal, a Constituição não previa eleições diretas, sendo realizadas indiretamente e em dois turnos. No primeiro, eram escolhidos os eleitores, cuja proporção era de 1 eleitor a cada 100 domicílios. No segundo turno, os eleitores, que deveriam ter renda mínima anual de 200 mil-réis, escolhiam os deputados e os senadores. Os senadores tinham mandato vitalício e eram eleitos em lista tríplice, na qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência, enquanto os deputados tinham mandato de 4 anos (a menos que a Câmara fosse dissolvida antes) (CARVALHO, 2018).

Escolhido para ser deputado geral pelo Ceará em 1833, Ibiapina foi o mais votado para a terceira legislatura do Império. Apesar da crise do projeto político da Cristandade no Brasil, que tratava o reino português como sagrado, estendendo-se para os seus domínios, os católicos e os clérigos ilustrados de tendência liberal sabiam da necessidade

de superar esse modelo (AZZI, 1991), entre eles, estava Ibiapina que aperfeiçoou os seus conhecimentos liberais a partir do contato com o Seminário de Olinda e a Faculdade de Direito, tornando-o capacitado intelectual e politicamente para a “novo país”. Embora tenha renegado num primeiro momento a carreira religiosa em detrimento da carreira pública, foram exatamente com os estudos realizados juntamente com os católicos liberais que ele pôde fortificar as suas críticas sobre a ordem política, econômica e cultural do Antigo Regime.

Isto porque as duas instituições educacionais que ele frequentou defendiam uma educação menos condicionada ao modelo Igreja-Cristandade, colocando a necessidade de abandono da “aliança com os interesses colonialistas para colocarem-se de forma decidida a serviço da liberdade da pátria” (AZZI, *Op. cit.*, p. 7-8). Tais influências liberais incidiram definitivamente para o fim do pacto colonial no Brasil, e por sua vez, o fim do projeto da Cristandade. Em vistas disso, Ibiapina adentrou as salas do Parlamento Nacional, em 1834, motivado pelas teorias liberais, que previam a transformação da administração colonial em uma burocracia moderna e representativa.

O DEPUTADO CAMALEÔNICO

Como atuante parlamentar no momento “vitorioso” do liberalismo, Ibiapina investiu no freio das manifestações sociais por meio dos aparatos constitucionais e “como membro da comissão de justiça, demonstrava que as medidas tomadas são convenientes e conforme a constituição” (ANAIS, 07 de junho de 1835). No entanto, o que operava no país eram as decisões jurídicas em transição de Portugal-Brasil, que mantinha a estrutura econômica escravista e um sistema político monárquico. Optou-se, portanto, pelas continuidades e não pelas rupturas, como ocorreu com outros países da América do Sul. E Ibiapina, como um liberal moderado, ponderava com as leis e estabelecia assim a “nova ordem nacional”.

A necessidade de formação do Estado nacional carecia de aparatos jurídicos e políticos que foram debatidos intensamente no parlamento durante o ano de 1834, especialmente pela importância de novas instituições que caracterizariam a burocracia moderna no país. O problema é que esse movimento de formação e valorização nacional desembocou no regresso dos conservadores ao poder, movimento que foi endossado pela Igreja em comunhão com o Estado. Aqueles que contestavam essa aliança, como Ibiapina, eram empurrados para fora dos foros públicos, já que até “moderadamente” ele exercia crítica aos seus companheiros, falseadores de um projeto liberal no país.

Nesse sentido, o deputado se utilizou de uma estratégia política que se estabeleceu a partir do projeto de Estado-nação, cujo sistema político vigente se desenhou de um lado com os satisfeitos com este projeto e, de outro lado, os que se propunham a alterar a ordem e as correlações de forças operantes nesse cenário. Ibiapina, portanto, fez parte do segundo grupo, tendo como estratégia legislativa inicial a camuflagem política, que é entendida por Maurice Duverger (1974) como uma estratégia que dissimula os objetivos e as motivações da ação política, apresentando pseudo razões de caráter mais popular, com vistas a se beneficiar da opinião pública. Além disso, visa a conquista ou a influência do poder ou para obter adesão/obediência popular.

Para isso, os mecanismos mais comuns da camuflagem política são: a dissimulação de um objetivo menos confessável para o conjunto de valores da sociedade; o apelo aos valores da sociedade ou de grupos dela; e, por fim, o convencimento das bases forjando um adversário ou justificando as medidas por necessidade de defesa (DUVERGER, 1974). Dessa forma, Ibiapina forjou seus interesses políticos para se beneficiar da opinião e da aceitação parlamentar, haja vista sua primeira experiência parlamentar, usando do mecanismo de dissimulação do seu objetivo, que era modernizar burocraticamente as instituições políticas e jurídicas do império, algo menos confessável para uma Assembleia Legislativa composta por homens

ligados através de laços familiares, amizade ou patronagem forjadas pelas atividades agroexportadoras e o tráfico de escravos.

Adotando a camuflagem política como estratégia inicial, foi preciso que o jovem deputado integrasse ativamente as discussões parlamentares, o que fez com que em 1834 ele compusesse a Comissão de Petições, a Comissão Especial que examinou os “atos da administração passada, e propor os abusos nela introduzidos” (ANAIS, 15 de julho de 1834), e a Comissão que apresentou “a regência a lei de reforma da constituição” (ANAIS, 07 de agosto de 1834). Dessa forma, ele incidiu sobre as alterações constitucionais, que ficaram conhecidas como Ato Adicional, entretanto, sem usar da tribuna, apenas votando e compondo as comissões supracitadas.

Diante disso, ele esteve presente nas discussões sobre a participação ou não do Senado na reforma constitucional — votando com a maioria pela não participação —; votou pela discussão, artigo por artigo, da reforma constitucional; votou com a minoria contra o artigo 1º, que dizia:

Artigo 1º — O direito reconhecido e garantido no art. 71 da Constituição, será exercitado pelas câmaras dos distritos, e pelas assembleias que com o título de assembleias legislativas provinciais se devem estabelecer em todas as províncias. A autoridade da assembleia legislativa da província em que estiver a corte, a não compreenderá, nem o seu município (BRASIL, 1834).

Essa discussão incidia sobre o pacto imperial, que a historiadora Miriam Dolhnikoff (2005) chamou de “origens do federalismo no Brasil”. Nesse sentido, vale lembrar que o Ato Adicional foi a única alteração pela qual a Constituição de 1824 passou, de modo que os deputados gerais e os senadores, agindo de acordo com as relações de patronagem, buscavam a independência do poder central, através das câmaras e assembleias legislativas locais. Apesar de camuflar a sua intenção política, Ibiapina acreditava com a minoria, que a capital do país, o Rio de Janeiro, também deveria ter a sua assembleia provincial. Com isso,

ele usou de uma pseudo razão política para não votar com a maioria, embora a sua real intenção era a de aniquilar, como foi dito anteriormente, com as instituições e relações políticas locais, herdeiras da patronagem comum no Antigo Regime colonial.

Ainda camuflado, o jovem deputado votou com a maioria pela aprovação da imunidade parlamentar aos membros das assembleias legislativas, discussão presente no artigo 6º do projeto da reforma:

Artigo 6º — Os membros das assembleias provinciais são invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício de suas funções, e durante a sua deputação não poderão ser presos sendo por ordem da respectiva assembleia, salvo por crime de rebelião, sedição, insurreição, auxílio a estrangeiros para a invasão do império, e em flagrante delito de pena capital (ANAI, 30 de junho de 1834).

A discussão sobre a imunidade parlamentar ultrapassou os limites do século XIX, recaindo sobre as tramas da política atual brasileira. Este (artigo 6º) foi o primeiro artigo legal responsável por imunizar criminosos quando estiverem em atividade parlamentar. Para tanto, a base dessa discussão esteve no Parlamento Nacional quando a cadeira do império estava vazia e, portanto, os deputados estavam preocupados em moldar a legislação para seu benefício próprio, ou melhor, fortalecendo as relações locais e parentais. Além disso, a ressalva com relação aos crimes de rebelião, sedição, insurreição e auxílio a estrangeiros que invadirem o império estavam diretamente ligadas as questões vivenciadas na ordem do dia, isto é, a intensificação das mobilizações populares, que reivindicavam a participação efetiva nas decisões político-institucionais.

Com vistas a ampliar as decisões locais, o artigo 8º do projeto de reformas, discutido em 1º de julho de 1834, previa aos conselhos gerais o poder de prorrogar o período das sessões parlamentares. Ibiapina votou contrariamente com a minoria, o que faz parte da sua camuflagem política, que tinha como principal mecanismo a dissi-

mulação do seu objetivo principal. Entretanto, a revelação do seu objetivo ficou ainda mais evidente quando votou contrariamente ao 22º artigo do projeto de reformas, que previa:

Artigo 22º — Além das atribuições que por lei competirem aos presidentes das províncias, compete-lhes também: 1º Nomear dentre os deputados provinciais até seis conselheiros, a quem ouvirá na sanção das leis, e em todos os negócios graves da administração provincial, e removê-los quando julgar conveniente. As funções dos conselheiros cessam em todo o caso, logo que toma posse novo presidente. 2º Nomear para um ou mais municípios delegados que serão incumbidos de aprovar provisoriamente as posturas das câmaras municipais, promover a sua observância e executar as ordens do presidente da província. 3º Nomear e demitir os empregados públicos quando o exigir o bem do serviço e não se opuser a lei. 4º Convocar a nova assembleia de maneira que possa reunir-se no prazo marcado para as suas sessões. 5º Convocar a assembleia provincial extraordinariamente, prorrogá-la e odiá-la, quando assim o exigir o bem da província. 6º Suspender a publicação das leis provinciais, nos casos e pela forma marcados nos artigos 15 e 16. 7º Incumbir os negócios gerais aos empregados provinciais e municipais e vice-versa, quando assim julgar conveniente (ANAI, 12 de julho de 1834).

A concessão feita no artigo 22º aos presidentes de província se assemelhava as decisões concedidas pelo poder moderador ao imperador. A aceitação desse artigo fortaleceu os interesses e as vontades arbitrárias dos presidentes de províncias, os quais durante o período de governo poderiam remover deputados provinciais, cessando assim as funções dos conselheiros; nomear delegados; demitir empregados públicos; convocar assembleia provincial ou nova assembleia; suspender publicação de leis provinciais e; incumbir empregados provinciais em negócios gerais. Com isso, os presidentes passariam a autoridade máxima das províncias, balizada pelas relações pessoais, não tendo quem o julgasse ou o pudesse confrontar nas decisões, até mesmo os deputados provinciais e/ou juizes de direito.

O deputado Ibiapina, convicto da necessidade de dismantelar a herança colonial dos favorecimentos políticos, sabia o que artigo 22º da reforma constitucional causaria na dinâmica das províncias, ou seja, fortaleceria os poderes locais, acentuando a arbitrariedade nas decisões burocráticas, sem que houvesse punições ou medidas que contivessem tais abusos. A camuflagem política utilizada nas primeiras discussões da reforma constitucional pelo deputado tornou-se insustentável em vistas dos interesses locais e patronais que nada tinham de semelhante com as pretensões liberais, especialmente contra os privilégios da aristocracia rural, o contrato social que afirmava a soberania do povo e a soberania da lei, com a divisão de poderes e as formas representativas de governo (COSTA, 2010).

O mecanismo de camuflar o seu objetivo político levou-o a mais um êxito quando foi nomeado pelo presidente da Câmara dos Deputados para apresentar a regência a lei de reforma da constituição, junto com os deputados Limpo de Abreu, Seara, Vital Raymundo, Souza Martins, José Mariano de Albuquerque, Brito Guerra, Albuquerque Maranhão, Peixoto de Albuquerque, Francisco do Rego, Vicente de Macedo, Fernandes da Silveira, Inocêncio José Galvão, Cornélio Ferreira França, Antônio Augusto da Silva, Climaco, Rodrigues Barboza, Cerqueira Leite, José Pedro de Carvalho, Alves Machado, Tobias Aguiar, Duarte Silva, Paranhos e Batista de Oliveira (ANAI, 07 de agosto de 1834).

Embora não tenha pronunciado nenhuma palavra na tribuna durante as sessões de 1834, tendo participado ativamente nas comissões e votações, ele terminou este ano deixando a sua contribuição registrada, ainda que divergente dos favorecimentos locais, nas decisões e no texto que modificou efetivamente os rumos da política nacional. Pode-se dizer, que segundo o programa dos liberais moderados, ele tinha alcançado o objetivo de promover reformas e legitimá-las a nível político-institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela elasticidade possível do tradicionalismo católico, pontuado por Tiago Adão Lara (1988), bem como a especificidade do liberalismo no Brasil é que podemos entender a atuação político-parlamentar de Ibiapina. Para isso, vale lembrar que no Brasil, o liberalismo não foi transportado em termos políticos e ideológicos do exterior para cá, pelo contrário, com características próprias, bem como agentes diferenciados, o liberalismo chegou aqui dialogando com o tradicionalismo, resultando assim numa expressão reconhecidamente triunfante na primeira metade do século XIX, o liberalismo moderado (FRANCO, 1976).

Representante dele foi Ibiapina, que acreditava na contenção dos ânimos rebeldes e nos reformismos estatais, através da prevalência da lei, contenção pela lei, na sociedade fundada na ordem, características acentuadas também pelos conservadores. A ordem que deveria apresentar-se livre de continuidades do Antigo Regime, ou melhor, tradições/transmissões coloniais, foi encabeçada por uma classe senhorial, na qual o deputado liberal também fazia parte. Contudo, o seu entendimento dos fatos extrapolava os interesses desse grupo, causador da sua antipatia do projeto liberal e do seu abandono político-parlamentar após a terceira legislatura do império.

O seu primeiro papel público, o qual fora “arranjado” e financiado pela elite econômica cearense, mostrou-se inevitavelmente lesado nos seus valores sociais, políticos e jurídicos. Ele entendia que fazer política, sobretudo, naquele cenário, era “apresentar o Código Criminal a tais penas para tais e tais crimes. [...] disposições para infundir-lhes horror ao crime e interessa-los na punição dele; e a mudança que se experimentou então na linguagem, [...] bens emanavam da Constituição” (IBIAPINA, 30 de janeiro de 1835). O que causou estranhamento aos seus contemporâneos políticos, que acreditavam que “os povos ainda não estavam preparados ao amor às instituições livres que possuímos” (*Idem*).

Isso tudo não significava o rompimento com a ordem vigente, longe disso, por ter entrado em contato desde cedo com as experiências revolucionárias de seu pai e irmão, Ibiapina elaborou uma visão singular do liberalismo. Isso confirmou que o impacto da revolução acarretou na sua personalidade um espírito contrarrevolucionário, ao passo que se associou também as investidas institucionais do grupo político ao qual esteve vinculado. Marcado, portanto, pelas lições da Faculdade de Direito de Olinda e os estudos oratorianos e beneditinos, concomitantemente, passou a entender que o liberalismo estava atrelado aos interesses dos parlamentares (representantes do povo, teoricamente) provinciais e gerais.

REFERÊNCIAS

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados: Segundo ano da terceira legislatura. Sessão de 1834. **Discurso do Deputado José Antônio de Pereira Ibiapina**. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia de Viúva Pinto e Filho, 1887. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em: 14 mar. 2017.

AZZI, Riolando. **A cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. **Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Primeiros passos (1822-1830). *In: Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 21-88.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: Teoria e Prática. *In: Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 133-170.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DUVERGER, Maurice. **Introdução à Política**. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. *In: Cadernos de debate*, São Paulo, n. 1, 1976, p. 61-64.

IBIAPINA, José Antônio de Pereira. [Carta enviada para o presidente da província do Ceará]. **Destinatário: José Martiniano de Alencar**. Quixeramobim, 30 jan. 1835. 1 carta.

JULLIARD, Jacques. A Política. *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

LARA, Tiago Adão. **Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

OLIVEIRA, Noemia Dayana de. **O parlamentar do silêncio: atuação política do deputado Ibiapina na Assembleia Legislativa Brasileira (1834-1837)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Campina Grande, 2019. 168f.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **O “testamento” político de Arruda Câmara**. Comunicação apresentada na 3ª Sessão de Estudos (Universidade de São Paulo), 1972.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In: RÉMOND, René. Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Editora FGV, 2005, p. 231-269.

Cultura política
e violência(s) de
estado no Brasil e
América Latina

A identidade de Estado Nação no regime civil militar brasileiro: cultura e representação

Edilene Muniz de Andrade¹

INTRODUÇÃO

Este artigo busca através de uma perspectiva de cultura política, compreender o processo de construção e propagação da identidade de Estado Nação no período da ditadura civil militar brasileira, por meio da comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, realizada em 1972. Essas manifestações nacionais têm sua origem como tradições inventadas por volta do século XIX, já fazendo menção a sentimentos de patriotismo. Mas, é a partir do século XX, que essas comemorações são utilizadas para objetivos específicos e conscientemente políticos, em que é possível encontramos em suas ações uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Sendo assim, pretendemos pensar essa festividade como parte de um projeto político autoritário de modernização conservadora do Brasil, que integra o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado em 1971, para entrar em vigor a partir de 1972 até 1974.

Diante disso, as promoções socioculturais passam a ser subsidiária dos ideais do regime civil militar, como a exemplo da comemoração

1 Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestranda em História (PROHIS/UFS).

dos 150 anos da Independência do Brasil. Que foi organizada e coordenada pela ditadura para que os Estados brasileiros participassem da manifestação, realizando atividades comemorativas em prol do Sesquicentenário. Nesse caso, as ações culturais promovem a ampla divulgação dos objetivos nacionais da ditadura civil militar, de desenvolvimento e transformação social e, integração da nação, através do discurso de um Brasil da diversidade cultural e da mistura das raças. E de princípios de um país potência que se constituirá por meio da força de trabalho do povo brasileiro e de um enorme contingente populacional que em 1972, se tratava de 90 milhões e almeja chegar a 100 milhões de habitantes em 1973, como fator de produção e de consumo.

Nesse sentido, através da cultura e das representações produzidas pela efeméride foi possível a constituição de uma identidade de Estado Nação na ditadura civil militar brasileira. Reforçando sentimentos de pertencimentos, de patriotismo e de homogeneidade de uma nação em progresso, em que todos os brasileiros ajudariam a construir. E dessa forma, o governo autoritário cria um modelo de identidade fixa, que nos é apresentado como algo a ser inventado e não descoberto. Quando na verdade o processo de construção de identidade é flexível, não se tratando de uma coisa natural ao indivíduo, mas, de uma criação do mundo cultural, social e político, como é possível perceber por meio deste trabalho de cultura política. Assim, se tornam relevantes os objetivos analíticos propostos por este artigo de compreender o estabelecimento da identidade de Estado Nação através das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

A IDENTIDADE DE ESTADO NAÇÃO NO REGIME CIVIL MILITAR BRASILEIRO

No Brasil a questão de Identidade nacional está sempre em voga, ao longo da história é possível perceber a preocupação em relação ao que constitui o ser brasileiro. Pensamento esse que não ocorre simplesmen-

te no campo sociocultural e histórico, mas principalmente no político. Uma obra historiográfica que ilustra bem esses questionamentos acerca da identidade de Estado Nação é o livro de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*, no qual o autor delinea algumas particularidades que compõem esse ser brasileiro, sendo assim, Sergio Buarque afirma:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, formados no meio rural e patriarcal (HOLANDA, 1981, p. 107).

A preocupação de como queremos ser vistos perante outras nações são assuntos que se fez presente no passado e continua na contemporaneidade. Desde os anos de 1920, uma nova elite cultural se formou em torno de dois objetivos: inventar um idioma cultural comum para uma nação cindida por graves fossos socioeconômicos e, assim, modernizar o Brasil sem perda de suas identidades culturais. De acordo com Napolitano:

Busca de uma essência da nação povo brasileira e de uma estética modernista, se inventou uma nova “brasilidade”, incorporada pela direita e pela esquerda. Pela direita, pela mão do primeiro governo Vargas, sobretudo no período do Estado Novo e sua política cultural, este projeto se transformou em um discurso oficial e autoritário (NAPOLITANO, 2014, p. 21).

No período da ditadura civil militar esse Estado nação também estará marcado pela modernização e desenvolvimento econômico. Essas noções de identidade nacional são tomadas como hegemônicas e são socialmente propagadas de modo a estabelecer identidades fixas. Que podem contribuir para a manutenção de rela-

ções sociais de poder, como as ocorridas na ditadura civil militar brasileira. Para um país em pleno subdesenvolvido e que busca o desenvolvimento a questão de identidade de Estado nação se torna crucial. Pois, “uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadado a uma existência precária” (BAUMAN, 2005, p. 27).

Nesse sentido, que a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; uma coisa que ainda se precisa construir. É nesse momento que o Estado se coloca como promovedor dessa identidade, representante da concretização do futuro da nação e garantidor dessa continuidade. Assim, “é que o Estado será incumbido de definir, classificar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais” (BAUMAN, 2005, p. 27). Que nesse caso se trata de um Estado que é representado pelo governo militar que define os seus amigos e inimigos, não reconhecendo competidores e muito menos opositores, se cria uma identidade em si através do poder da exclusão. Conforme Bauman:

Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças. A identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre nós e eles. A identidade nacional só permitia ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir fosse a princípios ou ocasionalmente com a irrestrita prioridade de lealdade nacional (BAUMAN, 2005, p. 28).

Dessa forma, que o processo de identidade de Estado nação no período da ditadura civil militar brasileira, especificamente no ano de 1972, faz parte do mecanismo de cultura política, pois, através de sistemas de representações e símbolos constitui uma identidade de Estado nação, indo além da noção reducionista do partido político. Segundo Marcos Napolitano:

O regime desenvolveu várias políticas culturais ao longo de sua vigência. Indireta, pois a cultura se beneficiou também das políticas gerais de desenvolvimento das co-

municações e do estímulo ao mercado de bens simbólicos, visando à “integração nacional”. Para os militares, a cultura era subsidiária de uma política de integração do território brasileiro, reforçando circuitos simbólicos de pertencimento e culto aos valores nacionais, ou melhor, nacionalistas (NAPOLITANO, 2014, p. 90).

De acordo com Berstien, “cultura política é um complexo sistema de representações, partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade” (2009, p. 32). Por assim dizer, a cultura política da ditadura civil militar brasileira tinha como projeto de Estado nação um “Brasil grande”, país potência que visa à formação de um nacionalismo autoritário. Que integra o I plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972 a 1974, que se trata de uma modernização conservadora, cujo, o conceito de integração nacional de que “juntos somos mais fortes” será crucial para o processo de identificação e pertencimento nacional.

Deste modo, por meio da lei número 5. 727, de 4 de novembro de 1971, é instituído o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil, que faz menção aos 150 anos da Independência. O I PND tem como objetivos nacionais o desenvolvimento e transformação social mediante processo de competição capaz de assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de integração, com articulação harmônica entre governo e setor privado, União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresa e trabalhadores (BRASIL. I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 1972, p. 7).

Pretendia também implantar sistema de centros de tecnologia em áreas de infraestrutura e indústrias básicas, como: energia elétrica, tecnologia nuclear, petróleo, telecomunicações, siderurgia, pesquisa mineral, pesquisa espacial, e reformulará a carreira de pesquisador para lhe assegurar condições de trabalho satisfatórias. Criou uma política de aproveitamento dos recursos humanos do país (que em 1973 ultrapassará os 100 milhões de habitantes), como fator de produção e de consumo. No campo da educação, instituiu o MOBREAL um programa de alfabetização em massa para reduzir a 2 milhões,

em 1974, o número de analfabetos na faixa de 15 a 35 anos. Implantou também o sistema de ensino de 1º grau, integrando o primário e o ginásio, com a universalização progressiva desses dois níveis de ensino, estabelecendo o sistema de centros regionais de pós-graduação, além de continuar a reforma universitária (BRASIL. I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 1972, p. 8).

Essas são as pretensões que o regime civil militar traçou para o Brasil, através de um modo específico de organizar o Estado e moldar as instituições para no período de uma geração, transformar o Brasil em uma nação desenvolvida. Que a ditadura constituiu o modelo brasileiro de desenvolvimento. Que por um lado, cria uma economia moderna, competitiva e dinâmica, e, por outro lado, realiza democracia econômica, social, racial e política, consoante da qual julgava ser a índole brasileira.

O programa de integração nacional buscava a homogeneidade social por meio da abertura de rodovias, promovendo um maior acesso às regiões interioranas do Brasil. Que de certa forma contribui para o progresso dessas localidades mais afastadas dos grandes centros desenvolvidos, convergindo para os ideais do governo autoritário da construção de um Brasil potência. Que não se limitava apenas no aumento do capital econômico, mas, em suas dimensões territoriais, na diversidade cultural, na mistura das raças e no enorme contingente populacional que fornece mão de obra e consumo.

Sendo assim, esse discurso de Estado nação é apresentado à sociedade em forma de textos seminiais, fatos simbólicos e galerias de grandes personagens, através de regras morais e também fatores religiosos, de modo a manter a homogeneidade nacional. Berstien afirma que “a cultura política é um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera política” (2009, p. 32).

Assim, as promoções culturais a exemplo do Sesquicentenário da Independência do Brasil, realizado em 1972, serão subsidiárias dos ideais do regime autoritário. Diante dos discursos, das representações simbólicas, dos textos seminiais e galeria de grandes personagens que se fez pre-

sente na manifestação. Que pelo decreto 69.344 de 1971, instituiu uma comissão nacional para coordenar e organizar as atividades festivas dos 150 anos da Independência. E por meio do decreto lei 69.922, de 13 de janeiro de 1972, criou a Comissão Executiva Central que fica sob a direção do General do Exército Antônio Jorge Correia.

Uma identidade que se constitui por meio da dicotomia, da separação entre nós e eles. Que nesse caso se utiliza da história e da memória social para a formação de uma contra memória, no qual se busca proteger o Estado nação dos contrários ao Estado de direito que pretende subverter a ordem, ou seja, salvar a nação dos subversivos. Stuart Hall entende que esse processo de identidade ocorre através da diferença que reflete a tendência de tornar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que somos como algo que é determinado socialmente e culturalmente. Desse modo, “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (HALL, 2000, p. 76).

Nesse sentido, que regimes autoritários como a exemplo da ditadura civil militar irão se respaldar na história e na memória a fim de as reescrever e desse modo legitimar suas ações. “A ditadura vai justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e se impor na memória dos contemporâneos” (NAPOLITANO, 2014, p. 282). Então, procura explicar a ruptura e por meio passados busca as raízes da nova sociedade que pretendem construir. E dessa forma, justifica os valores dominantes, as hierarquias e as instituições vigentes na sociedade, as regenerando e afastando o que julgam serem ameaças à ordem tradicional. A eficácia na constituição das identidades só é possível através da atribuição de sentido a elas adquiridos, pois, de acordo com Hall:

A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. Dizer isso não significa, entretanto, dizer que elas são determinadas, de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição (HALL, 2000, p. 78).

Nas identidades nacionais é extremamente comum o apelo a mitos fundadores, eles são a representação de uma forma de atribuição de sentido. Essa compreensão é possível devido o desenvolvimento da nova história cultural que possibilita entender o relacionamento entre as formas simbólicas e o mundo social. A partir “das práticas sem discurso, das lutas de representação e dos efeitos performativos dos discursos” (CHARTIER, 2005, p. 13). Isso ocorre em virtude da capacidade que as significações têm de serem assimiladas socialmente, no qual Hall vai dizer:

Pouco importa se os fatos assim narrados são “verdadeiros” ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade (HALL, 2000, p. 85).

Assim, definido as fronteiras através do binarismo, cria-se agora o lugar de interseção que seria o local da identificação nacional. Que é o que Homi Bhabha chama de terceiro espaço. No caso da ditadura civil militar brasileira esse espaço está atrelado à integração, desenvolvimento e homogeneidade da nação, cujo um dos slogans era de unir o país do Oiapoque ao Chuí. A cultura é uma atividade significante ou simbólica, “a articulação de culturas é possível não por causa da familiaridade ou similaridade de conteúdos, mas porque todas as culturas são formadoras de símbolos e constituidoras de temas, são práticas interpelantes” (BHABHA, 1996, p. 36).

Que contribui para a formação de um consenso acerca do Estado nação, que se fez presente na festividade do Sesquicentenário por meio de novas iniciativas políticas, que passam a ser compreendidas através do saber recebido e dessa forma fazendo sentido socialmente, adquirindo respaldo social. Essa promoção sociocultural compõem as modernas práticas de realizar política. Que nesse caso colaborou com o projeto autoritário de construção de identidade hegemônica, utilizando mecanismos que permitam a potencialização de sentimentos nacionalistas e a identificação da sociedade com esses elementos. Nesse sentido, o regime civil militar faz uso de Hinos, como o Hino do Sesquicentenário da Independência que destaca feitos passados como grandiosos, os colocando como algo que só o Brasil é capaz de atingir, enfatizando o discurso ditatorial da capacidade de desenvolvimento que o país possui. De uma nação pluricultural e miscigenada que exalta seus heróis. Vejamos:

Marco extraordinário Sesquicentenário da Independência, potência de amor e paz esse Brasil faz coisas que ninguém imagina que faz. É Dom Pedro primeiro, è Dom Pedro do grito, esse grito de glória que afaga a história e vitória nos traz na mistura das raças, na esperança do rio. O imenso continente nossa gente Brasil, Sesquicentenário e vamos mais e mais na festa, no amor e na paz (PICCINO, 2012, p. 79).

São ideais que também será difundido por meio de discursos oficiais de Emílio Garrastazu Médici e de propagadas, que busca enaltecer uma identidade com bases em pensamentos trabalhistas. Reforçando a perspectiva da construção e desenvolvimento do Brasil como fruto do esforço e trabalho de todos os brasileiros, no qual “o herói de hoje não está morto, trabalha” (CORREIO DA MANHÃ, 1972, p. 4). Esse foi o objetivo que se pretendia inculcar no imaginário social, em que atualmente o herói da pátria é cada indivíduo que está na labuta diária na procura do progresso da nação. Assim, como no passado que tivemos o grande protagonista personificado na imagem de D. Pedro I que lutou para a formação deste país, na atualidade o personagem é o governo

militar que juntamente com o cidadão trabalhador promove a prosperidade do Brasil. Como bem expresso em comunicação por Médici:

Me sinto feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho (*apud* MATTOS, 1990, p. 21).

São ideologias que irá permear a memória social através de aparatos simbólicos e representativos que se fez presente na manifestação, como a exemplo de moedas e medalhas comemorativas que traz as imagens de D. Pedro I e Emílio Garrastazu Médici. Bem como, a figura do mapa do Brasil com linhas ligando todos os pontos do país representando o ideal de integração e homogeneidade social. Princípios esses que passam a ser manifestado e reproduzido pela sociedade, como é possível percebermos nos trechos a seguir:

Nessa festa todos nós vamos cantar juntos a música de maior sucesso neste país. O nosso Hino. Pense na vibração que vai ser você e 90 milhões de brasileiros cantando juntos. À mesma hora, em todos os pontos do país. Um país com 150 anos de Independência merece isso (CORREIO DA MANHÃ, 1972, p. 11).

Senhor presidente Médici, para as crianças e os brasileiros de todas as idades o senhor tem hoje uma importância muito grande. O senhor nos ensinou a querer mais a conhecer melhor e a acreditar neste país. O senhor formou um time sem igual, onde todos nós temos nossa posição mesmo que seja na regra de 3. É um time sempre pronto a atender ao seu comando jogando na defesa do que é nosso, com a autoridade do nosso capitão, o senhor segura nossa bandeira e aponta o melhor caminho. Que Deus abençoe a nossa bandeira e ao senhor também. Va firme, presidente (*Ibid.*, p. 3).

Sergipe também se faz presente nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, através de atividades

festivas como a cerimonial de recebimento do fogo simbólica em Aracaju, a recepção do cortejo que traz os despojos imperiais de D. Pedro I e de sua estadia na capital sergipana para a visita pública. Por meio do Festival de Arte de São Cristóvão que marca Sergipe no cenário cultural nacional, mas que colabora para o ideal do regime civil militar de um Estado nação. Assim como o esporte mediante os jogos colegiais e estaduais, da mini copa da Independência, intensificando a perspectiva de união e pujança, que o esporte representa essa potência que é o Brasil e de desfiles cívicos, pois, no “Sesquicentenário da Independência você constrói o Brasil” (DIÁRIO DE ARACAJU, ANO VII, N. 2021, 1972).

Sendo de crucial importância para essas ações segundo Bhabha, “o aspecto fundamental dessa nova consciência é que ela prescinde de totalização para legitimar a ação política ou a prática cultural” (1996, p. 37). Esta é a verdadeira questão. Essas representações apresentadas são frutos de um sistema de negociação que faz parte de um processo de reorganização política de acordo com Bhabha:

A negociação é alma da política. Negociamos até mesmo sem saber que o fazemos: estamos sempre negociando em qualquer situação de antagonismo ou oposição política. Subversão é negociação; transgressão é negociação; negociação não é só essa espécie de compromisso ou de “venda do estoque” que irrefletidamente muitos acham que é (BHABHA, 1996, p. 39).

Essa identidade que só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto, como alvo de um esforço um objeto; uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero. Embora, nos seja apresentada como natural ao indivíduo. Diante de todas essas questões colocadas percebemos que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida. São “bastante negociáveis e revogáveis, as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age e a determina-

ção de se manter firme a tudo isso são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto na reflexão das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que faz parte de um projeto político autoritário de modernização e desenvolvimento nacional. Através do capital simbólico, representativo, discursivo e cultural presente na manifestação, promove a construção de uma identidade de Estado Nação, voltada para a perspectiva de um país que possui diversas tradições culturais, miscigenado, grandioso em extensões territoriais e no contingente populacional. De um povo trabalhador que busca a integração social do Brasil. Os significantes permitem a identificação e os sentimentos de pertencimentos e patriotismos que são essenciais à formação de identidades nacionais.

Diante disso, observamos que a constituição de identidades é um processo flexivo, embora, nos seja apresentadas como homogêneas e fixas. Quando na verdade se trata de uma elaboração social, cultura e política, que muitas das vezes passa a atender interesses específicos como o ocorrido no período da ditadura civil militar brasileira, em que a identidade nacional estará a serviço da manutenção e legitimação do governo militar. Reforçando os ideais desenvolvimentistas e homogeneizadores de um Estado forte, pacífico e seguro. A ditadura busca estabelecer essa identificação através das promoções socio-culturais, que fazem parte das instâncias de significação nos quais adquirem sentidos, e por serem formadoras de representações que contribui para a fixação dos seus princípios.

Desse modo, o Sesquicentenário da Independência do Brasil torna-se subsidiária da cultura política do regime civil militar de forma-

ção de uma identidade de Estado Nação, que reflete as perspectivas do projeto autoritário de modernização e desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Sergi. Cultura política e historiografia. *In*: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. **O terceiro Espaço**. Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)- 1972/1974**. Brasília: SEPLAN, 1971. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc>.

CHARTIER, Roger. **El presente del pasado**: Escritura de la historia y historia de lo escrito. Ciudad del Mexico: Universidad Ibero Americana, 2005.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1972.

DIÁRIO DE ARACAJU. Aracaju, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. Teorias da Recepção. *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais/ Organização Liv Sovih: Tradução Adelaine La Guarda Resende**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PICCINO, Evaldo. “Pra frente Brasil”, “Independência ou Morte” e o uso de música e cinema como propaganda oficial. **Revista Novos Olhares**, v. 1, n. 2, 2012, p. 74-83.

Memória da repressão e resistência: experiência das lideranças sindicais camponesas no Ceará durante a Ditadura Civil- Militar

Brenda Timbó Mendes²

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo discutir a experiência de lideranças sindicais camponesas no Ceará, durante a ditadura civil-militar. Para tal, foram objeto de análise, principalmente, as autobiografias produzidas por esses camponeses; os livros-relatórios resultantes das investigações da Comissão Nacional da Verdade; as memórias camponesas disponíveis no Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (NUDOC) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Plebeu Gabinete de Leitura; os documentos do acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Ceará. Esses documentos foram selecionados com o objetivo de compreender tanto a produção narrativa dos camponeses sobre esse momento político, como a própria narrativa dos órgãos repressivos do Estado no contexto da ditadura sobre os camponeses.

Em nossa análise, enfatizaremos a ação de duas lideranças camponesas, no caso José Leandro Bezerra e Vicente Pompeu da Silva os

2 Mestranda em História Social pelo Programa de Pós — Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

escolhemos, pela maior disponibilização de materiais sobre a atuação desses sujeitos e por terem ocupados papéis relevantes na organização dos camponeses. Ambos eram vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e contribuíram na organização dos camponeses no Ceará entre as décadas de 40 a 60, principalmente.

O RECONHECIMENTO DO ESTADO AOS CAMPONESES TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS

Na última década, uma série de livros-relatórios foram publicados pelo Estado resultantes, principalmente, das investigações conduzidas pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pela Comissão Nacional da Verdade. Esses documentos dizem respeito ao reconhecimento da própria participação do Estado por intermédio dos seus agentes nos crimes de violações de direitos humanos perpetrados durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Com relação à condução das investigações dos crimes de violação de direitos humanos ocorridos no meio rural, em 2013, a Secretária de Direitos Humanos publicou o livro: *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. O livro-relatório examinou um total de 1.196 casos de camponeses e apoiadores da causa. Segundo os autores dessa obra, 602 casos de camponeses e apoiadores da causa poderiam ter sido analisados pela (CEMDP) e foram excluídos da justiça de transição. Assim, o relatório sugeriu o encaminhamento dos demais casos para serem analisados pela Comissão Nacional da Verdade, inclusive, para fins indenizatórios dos casos reconhecidos como de responsabilidade do Estado. A apuração dos crimes de violação de direitos humanos, cometidos durante a ditadura, iniciou na década de 90, com a aprovação da Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995, que ficou conhecida como a Lei dos Desaparecidos Políticos, que reconheceu 136 casos de opositores mortos em decorrência do regime militar e com participação do Estado. O trabalho de apuração

desses crimes não finalizou nesse momento e essa mesma lei criou a CEMDP, para apurar outros casos de tortura, morte e desaparecimentos (AMORIM, 2013, p. 12-15).

Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, sendo um dos seus objetivos à condução de investigações sobre os casos de violação de direitos humanos perpetrados pelo Estado entre os anos 1946-1988, portanto, um recorte cronológico que antecede e ultrapassa o próprio marco da ditadura civil- militar. Dentro da Comissão Nacional da Verdade, foram instituídas comissões específicas de investigações, dentre uma dessas foi criada, em 2012, a Comissão Camponesa da Verdade, responsável por investigar os casos de torturas, mortes e desaparecimentos de camponeses. A criação dessa comissão surge como um fruto do Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras, dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em 22 de agosto de 2012, que reuniu milhares de camponeses do Brasil inteiro e celebrava o 1º Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, em 1961 (AMORIM, 2013, p.7). O relatório reconheceu que muito ainda precisa ser feito em termos de investigação sobre as violações cometidas aos camponeses durante esse período, principalmente, durante a ditadura civil- militar (AMORIM, 2013, p.14).

Em 2014, a Comissão Camponesa da Verdade publicou o seu relatório final sobre os crimes perpetrados aos camponeses entre os anos de 1946-1988 (BRASIL, 2014). Sem dúvida, o relatório da Comissão Camponesa da Verdade representou um avanço significativo na condução das investigações e reconhecimento por parte do Estado dos crimes cometidos a esses sujeitos excluídos da justiça de transição . As investigações conduzidas por essas comissões resultaram em relatórios que posteriormente foram publicados e foram fundamentais para o reconhecimento de outros casos de camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Além de fornecerem um material de pesquisa relevante sobre a ação do Estado e a ação dos camponeses no contexto da ditadura.

O GOLPE MILITAR E A PERSEGUIÇÃO ÀS LIDERANÇAS SINDICAIS CAMPONESAS NO CEARÁ

As perseguições às lideranças sindicais camponesas no Ceará iniciaram-se logo após o golpe militar, como enfatizou o líder camponês Vicente Pompeu da Silva: “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011 p. 109). Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais na Agricultura do Estado do Ceará³ quando foi preso a primeira vez, em 3 de abril de 1964:

Então, veio a Revolução, quando eu bem esperava vinha da roça com um saco de milho na cabeça para os moleques comer milho assado, uns pés de milho que eu tinha lá no Bom Sucesso, aí chegando com isso, disse que era Presidente da Federação, aí perdi saco, perdi milho, perdi tudo (SILVA, 1983, p.8).

Os documentos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura foram enterrados por Pompeu, para que não fossem encontrados pela polícia. A sede da federação dos trabalhadores não só foi invadida, como demolida nos primeiros meses após o golpe militar. Vicente Pompeu, à época presidente de uma das federações, foi deposto do cargo que passou a ser ocupado por alguém de confiança dos militares.

A experiência do líder sindical camponês José Leandro, não foi muito distinta e a perseguição iniciou logo no primeiro dia após o golpe militar. No dia 01 de abril de 1964, José Leandro participava

3 Antes do golpe militar existiam três federações no Estado do Ceará que representavam na esfera estadual diferentes categorias de camponeses: a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Ceará (sede em Assaré); a Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais do Estado do Ceará (sede em Iguatu), e a Federação dos Pequenos Proprietários e Possesores do Estado do Ceará (sede em Caridade). Com o golpe militar, cada município só poderia ter um único sindicato dos trabalhadores rurais e na esfera estadual só poderia existir uma única federação por estado. Desse modo, essas três federações deram origem à atual Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), representação sindical de 2º instância. Em 20 de setembro de 1964, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) que passa a representar os trabalhadores rurais em esfera nacional, representação sindical de 3º instância.

de uma reunião no Sindicato dos Ferroviários, as notícias do golpe já circulavam, a reunião na sede do Pacto Sindical, foi um evento de resistência ao golpe. Ao sair do local, José Leandro dirigiu-se à rádio Dragão do Mar com o objetivo de deixar uma mensagem aos trabalhadores. O espaço foi cercado por militares e segundo o relato do líder sindical, só não foi preso no primeiro dia do golpe porque não foi reconhecido pelos soldados: “Eu já estava avisado que estavam me procurando, mas sabia que aqueles soldados que me pegaram no fundo do muro não me conheciam. Foi isto que ajudou minha tentativa de fuga dar certo” (COSTA, 1988, p. 94). José Leandro, por sua vez, ocupava o cargo de vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que sofre intervenção dos militares. Daí em diante, José Leandro passa a viver foragido e para evitar a prisão, o líder sindical passa a residir no Rio de Janeiro, vivendo na clandestinidade, tendo que se distanciar de sua família.

Tanto a documentação do acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional e do acervo do APEC, existem documentos referentes à ação de Vicente Pompeu, José Leandro dentre outros indivíduos ligados à questão rural, como padres e advogados. Os documentos revelam indícios da constante vigilância a que essas lideranças sindicais camponesas e apoiadores estavam submetidos pelo aparato de repressão da ditadura. Os acervos Memória Reveladas do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Ceará, contém uma série de documentos do Departamento de Ordem Política Social — DOPS, do Serviço Estadual de Informação — SEI e da Polícia Militar. Sendo importantes acervos documentais para entender a ação repressora do Estado no contexto da ditadura. Atualmente, os documentos estão dispostos ao público, sem restrição quanto à exposição dos nomes citados e essa mudança foi decorrente da aprovação da Lei de Acesso à Informação nº 12. 527, de 18 de novembro de 2011.

É fundamental destacar que a disponibilização e as possibilidades de acesso aos pesquisadores dos documentos produzidos pelos órgãos

repressivos do Estado, durante o regime autoritário, segundo Mariana Joffly (2013), fomentaram a crença de que a simples disposição desses documentos ao público/ pesquisadores traria consigo o acesso a uma espécie de “verdade intrínseca/ imanente” carregada por esses documentos sobre as ações praticadas pelo Estado, indivíduos ou grupos sob vigilância durante a ditadura. Desse modo, a simples disposição desses documentos que passaram a ser tratados/ denominados por pesquisadores ou não como “arquivos sensíveis” ou também “arquivos repressivos”, termos comuns que passaram a ser vastamente utilizados não só por pesquisadores para referir-se a esses documentos como fontes para a história, fomentaram a ideia equivocada de que estes possibilitariam um acesso aos acontecimentos históricos durante o regime autoritário de modo idêntico “ao que de fato aconteceu” (JOFFLY, 2013, p.3), e isto não corresponde à realidade pela impossibilidade inerente ao próprio fazer historiográfico. Como nos lembra Benjamin (1987), o conhecimento sobre o passado ocorre por meio de reminiscência: “Articular historicamente o passado, não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal qual como ela relampeja no momento de perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Segundo Camargo (2009), esses documentos dizem muito mais sobre as instituições que os elaboraram do que sobre as ações dos indivíduos neles retratados. Seria um erro utilizar tais documentos como comprobatórios da ação desses indivíduos então sob vigilância do Estado (CAMARGO, 2009, p.435), haja vista que, como pondera o historiador Enrique Padrós, a respeito do contexto de produção dessa documentação, os depoimentos eram recolhidos sob forte pressão física e psicológica dos depoentes. As informações aí contidas, segundo o autor, eram comumente distorcidas e até mesmo forjadas, de acordo com os interesses desses órgãos (PADRÓS, 2009, p. 42).

Na documentação do acervo Memórias Reveladas encontram-se tanto documentos produzidos pelos órgãos repressivos, como

documentos apreendidos, ou seja documentos produzidos pelos indivíduos ou grupos. Os documentos são interessantes por trazerem uma visão sobre os camponeses, às lideranças sindicais, os conflitos por terra, resumidamente sobre a questão agrária. Desse modo, são documentos que carregam uma visão da instituição sobre os sujeitos que estavam sob vigilância.

Em um dos documentos analisados, no caso, um informe do Serviço Nacional de Informação - SNI, intitulado “Atividades subversivas em Iguatu,” responsabiliza o clero e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguatu pela mobilização dos camponeses: “Estaria havendo movimento de caráter subversivo em IGUATU-CE, sendo os principais responsáveis o Clero Local e o Sindicato Rural” (INFORME 048/ SNI, 1970, p.1). Ressalta-se que Vicente Pompeu da Silva foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STRs de Iguatu e que deu início ao processo de organização dos trabalhadores rurais deste município, mas também participou da fundação de outros STRs que se espalharam por várias cidades do Ceará durante a década de 60. O documento informa ainda sobre a ida do Vicente Pompeu a cidade de Iguatu e retrata o camponês como um indivíduo “perigoso” e ligado aos comunistas. O documento traz indícios de que as atividades de Pompeu eram acompanhadas de perto pelo órgão, já que inclusive constam o local e o período de sua ação em Iguatu com precisão:

Poucos dias antes do lançamento do manifesto estive em Iguatu, o comunista Vicente Pompeu, fichado na DOPS do Ceará, elemento perigoso, de péssimos antecedentes políticos, atuante na linha comunista, participante de passeatas, comícios e todos os movimentos que se realizaram em Iguatu até 1964. Está residindo em Fortaleza a cerca de 8 meses (INFORME 048/ SNI, 1970, p.1).

Na análise da documentação, é necessário entender o que esses órgãos vão atribuindo como atos de subversão ou o que eles con-

sideravam como indivíduos que passam a ser vistos como “pessoas perigosas”. O informe responsabiliza os sindicatos dos trabalhadores rurais e a própria Igreja Católica por essas ações tidas como subversivas que estariam acontecendo em Iguatu e essas atividades apontadas como “subversivas” seria na verdade fruto da reivindicação por direitos pelos camponeses: “Já está surtindo efeito a conscientização feita pelo Sindicato rural apoiado pelo clero, pois os camponeses já se mostram exigentes em suas reivindicações, chegando a exigir dos patrões indenizações absurdas” (INFORME 048/ SNI, 1970, p. 2).

As atividades de José Leandro também eram acompanhadas de perto pelo aparelho de vigilância do Estado. O fundo Memórias Reveladas sob guarda do APEC, possui uma pasta nominal em que constam documentos, fotografias sobre a atuação de José Leandro. Na apresentação da sua atuação, José Leandro é retratado assim como Pompeu, como um indivíduo “agitador perigoso”:

Agitador perigoso. Fomentador de greves. Secretário Geral da Federação das Associações dos Lavradôres e Trabalhadores Agrícolas do Estado (FALTAC); Diretor do Pacto de Unidade Sindical — ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Pacto de Unidade e Ação (FUA), principal fundador da ilegal Aliança Operário Estudantil Camponês, esteve em Cuba a convite de Fidel Castro, com passaporte nº 340.069: Mantém correspondência diretamente com a Rússia (INFORME, 1965, sem paginação).

Nesse mesmo documento consta uma ficha corrida com datas e fatos da vida de José Leandro que serviriam como uma espécie de comprovante da sua ação enquanto um “agitador perigoso”. Esse histórico de atuação de José Leandro, foi solicitado pelo então delegado do Dops, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará. No ofício consta que José Leandro respondia ao inquérito na polícia por atos de “subversão” e “corrupção”, enquanto ocupou a liderança da CONTAG (OFÍCIO SOB Nº 276 /DOPS, 1965, sem paginação). A acusação de corrupção não é baseada em nenhuma

prova cabal, a conclusão deduzida pelos interventores seria que a antiga diretoria da CONTAG teria levado consigo documentos, que segundo eles, comprovariam os atos de corrupção. Assim, os interventores sustentam a acusação de corrupção contra José Leandro apenas embasada em uma convicção, mesmo reconhecendo que faltavam provas para sustentar tal afirmação:

[...] a junta supõe que deve ter havido extravio de documentos importantes, possivelmente levados pela antiga diretoria ou destruídos por algum membros dela, por ocasião da vitória da Revolução, com a finalidade de agastar responsabilidades da dita diretoria e também para que não ficassem positivados os malbaratamentos de dinheiro público, fugindo assim, ou pretendendo fugir, os ditos membros de responsabilidades (RELATÓRIO DA JUNTA GOVERNATIVA, 1965, p.1).

No documento, transparece a ideia de que as lideranças da CONTAG, seriam pessoas estranhas à classe rural, além disso os interventores também consideravam que a classe camponesa foi “desiludida” por Lydolfo Silva (presidente da CONTAG) e José Leandro (vice-presidente da CONTAG): “Durante o curto exercício de seus mandatos cometeram o grande crime de desiludirem por atos e palavras, toda a nobre e trabalhadora classe rural (RELATÓRIO DA JUNTA GOVERNATIVA, 1965, p.1). Portanto, o problema não residiria nos camponeses, mas naqueles que seriam os responsáveis por orientá-los, ou seja, nas lideranças sindicais camponesas que por sua vez não pertenceriam ou mesmo representariam os camponeses na visão do órgão.

Em um inquérito policial destinado a investigar as “atividades subversivas no meio rural” (PROCESSO SECOM nº 52.023, 1972, p.1), com o intuito de apurar a ação das lideranças sindicais camponesas e apoiadores, é possível perceber a visão do órgão sobre esses camponeses investigados. O inquérito visava apurar a ação de Vicente Pompeu e de outras lideranças sindicais do campo, além de

advogados e apoiadores. No documento, os indivíduos responsáveis pela subversão no meio rural seriam lideranças sindicais camponesas e advogados. Os camponeses são retratados como “ingênuos” e facilmente guiados por essas lideranças sindicais rurais e advogados. Estes sim, seriam os responsáveis pela subversão no campo. A subversão aparece no inquérito como uma “orientação equivocada” dos direitos do trabalhador rural que seriam vítimas desses indivíduos “mal intencionados” que faziam uso da legislação agrária para contrapor camponeses e proprietários:

Os fatos desenrolam-se utilizando-se da inocência do pobre homem do campo para jogá-lo de encontro ao proprietário, tomando por base a defesa dos seus direitos, **de forma que o trabalhador rural tomaria a iniciativa de não mais atender as determinações dos patrões, não lhes pagando mais rendas, exigindo-lhes indenizações por benfeitorias realizadas no curso da permanência das terras cultivadas.**

A maneira como isso vem sendo feita gera sofrimento ao homem do campo para uma concepção errônea de como preservar os seus direitos, o qual achando-se castigado pelos donos da terra, passa a agir desatinadamente. Uma vez indisposto com esses donos de terra, recorre aos entreveros culminando quase sempre a violência, cujos exemplos vêm ser de conhecimento de todos nós. **Isso é a imagem negra dessa má orientação** (PROCESSO SECOM nº 52.023, 1972, p.2. Grifo nosso).

Cabe salientar que o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), foi aprovado pelo presidente Castelo Branco e tornou-se conhecido como a Lei da Reforma Agrária. Era este o principal instrumento jurídico utilizado pelos advogados neste contexto para defender os camponeses no Ceará. Como o Estatuto da Terra foi um instrumento jurídico elaborado pela própria ditadura, os autores do inquérito reconhecem que as leis rurais, elaboradas pelo governo militar, não constituem enquanto um problema, mas a questão seria a interpretação e orientação dada pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e assessores jurídicos. Assim, mesmo

as lideranças sindicais camponesas e advogados estarem atuando dentro da esfera legal, lutando por cumprimento de direitos, respaldados pela própria legislação agrária elaborada pelos governos militares, estes não escaparam de serem acusados de “subversão”:

A legislação brasileira e a política do Governo de assistência ao homem do campo, passou a ser manipulada de forma a se constituir no elemento base dos conflitos que afloram nas zonas rurais deste Estado face a interpretação tendenciosa dada por alguns; Presidentes dos sindicatos orientados que são pelo Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (PROCESSO SECOM nº 52.023, 1972, p.17).

Vicente Pompeu que passa a ser alvo de investigação deste referido inquérito, teria sido denunciado aos agentes da polícia política por portar livros “subversivos” e por supostamente vendê-los dentro da Fetraece:

[...] ultimamente circula livremente pela Federação um elemento semianalfabeto, mas de alta doutrinação, inclusive fora do Estado, pois [...] na vender livros subversivos vindos da China e da Cuba, tendo tal sujeito sido escolhido misteriosamente Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza. O elemento que assumiu o Sindicato de Fortaleza chama-se Vicente Pompeu, conhecido no meio da subversão por Pompeu (BRASIL NUNCA MAIS/ BNM 082, 1971, p. 17 - 18).⁴

Desse modo, por meio dessa documentação da Polícia Política, é possível perceber o que esses agentes vão atribuindo como subversão no meio rural. Assim, tanto a utilização da legislação agrária ou mesmo portar determinados livros passam a ser motivações suficientes para incriminar advogados e lideranças sindicais camponesas.

⁴ O segundo colchete foi utilizado em decorrência de uma palavra ilegível no documento. Ressalta-se que a denúncia surge de dentro da própria Fetraece por uma pessoa de convivência de Pompeu, isto sinaliza a vigilância constante a que as lideranças camponesas eram submetidas. Denúncia enviada por um dos advogados da Fetraece ao Comando da 10ª Região Militar — Ministério do Exército, 15 de setembro de 1971.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE DITADURA: “EU FUI PRESO E TORTURADO PORQUE LUTAVA — COMO LUTO AINDA PELA REFORMA AGRÁRIA”.

As memórias de Vicente Pompeu são atravessadas por uma organização à frente dos camponeses na luta pela conquista de direitos, mas também pela perseguição e tortura sofridas durante as suas prisões, principalmente, sobre a sua segunda prisão que, inclusive, ocorreu posteriormente a data de produção desse inquérito da polícia política destinado a investigar a sua atuação no meio rural. Antes de acontecer a sua segunda prisão, Vicente Pompeu relatou momentos de tensão que vivenciou quando estava escondido na casa de um camponês, este acabou tirando a própria vida pelo temor passado durante a revista policial:

Quando a polícia bateu lá, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o exército”. O morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou sindicato, mas nunca mais vi ele. “Isso é o que você diz! declarou o policial em tom de ameaça. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar café da manhã. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 109).

Vicente Pompeu permanece em atuação no Ceará durante a ditadura. Como ele mesmo relatou, permanece na condição de clandestinidade realizando a sua militância junto ao PCB. Para permanecer em atuação, o camponês passa a ser um vendedor de produtos que eram entregues pelo PCB para serem utilizados como o seu disfarce tais como: giletes, tarrafinhas, binóculos, dentre outros produtos. Um disfarce que utilizava para distribuir materiais do PCB por vários Estados do Nordeste, dentre os materiais distribuídos, encontrava-se o jornal *Voz Operária* que tinha como objetivo difundir as

ideias do Partido. O líder camponês foi preso pela segunda vez em abril de 1973, momento de recrudescimento dos chamados anos de chumbo da ditadura⁵. A prisão teria ocorrido depois da invasão da gráfica do PCB pelos militares. Pompeu foi preso no Ceará, mas levado a Pernambuco, um dos Estados do Nordeste de maior repressão aos camponeses e apoiadores:

Com a descoberta da referida Gráfica várias pessoas foram presas, entre as quais em decorrência de confissões extraídas de vários companheiros sob torturas, como era comum no período, a repressão detectou minhas passagens por Pernambuco; daí no mesmo mês de abril fui levado em avião da FAB para Pernambuco. Encapuzado, algemado, preso a uma corrente à cadeira de avião (PRO-CESSO DA OUVIDORIA GERAL Nº 436, 2001, p. 17).

Sobre os sofrimentos vivenciados em sua segunda prisão, sentidos no corpo e psicológico. Pompeu, relatou que passou dez dias preso, sendo submetido à tortura em Pernambuco:

Entrevistadora: E a tortura?

Vicente Pompeu: A tortura é a coisa pior do mundo. Aqui em Fortaleza eu não fui torturado. Me levaram na base área. Levaram num aviãozinho [...] Chegamos numa cidade, eu conhecia que era na cidade porque parava e o guarda buzina onde era pra passar. Com pouco tempo chegamos no quartel do exército.

Entrevistadora: Você não sabia onde era?

Vicente Pompeu: Ninguém sabia onde era, sei que era no exército. A gente entra fica um soldado na porta, com o revólver lá em cima, com pouco tempo, nós chegamos lá de noite. Trouxe um caderno e caneta pra eu escrever o movimento sindical. Depois de escrito, ele chega, algema a gente e leva peitando a gente nas paredes. Chega lá no campo, a gente passa num apertado e fica num canto da mesa, nu, algemado, com a mão pra trás e um capuz na cabeça. E tem que se ajoelhar no chão, com as pedrinhas e os caroços de milho pra gente se ajoelhar em cima. E

5 Período que corresponde aos anos de 1968, com a aprovação do Ato Institucional nº 5, até 1974, fim do governo Médici. Marcado como um período de intensificação da repressão, tortura aos grupos de oposição ao regime militar que permaneciam em atuação.

botava na gente, ligava na orelha um bichinho. Liga lá na máquina, pergunta uma coisa, você não responde como ele quer: “Tira a chinela dos pés, essas havaianas”. Com havaianas o choque é menos, isso você fica com pé na terra. “Você conhece fulano de tal?” Conheço não. Ele liga o choque, a língua sai fora, os dentes pra dentro, você fica rolando pelo chão, rola pelo chão e o mundo desaparece, parece que é outro mundo (SILVA, 2003, p. 46).

Vicente Pompeu, nessa sua entrevista disponível no Plebeu Gabinete de Leitura, em 2003, falou mais abertamente sobre a questão da tortura do que na entrevista concedida em 1983, disponível no Nudoc da UFC. São entrevistas concedidas em décadas diferentes, que propiciaram mudanças no contexto de fala e escuta (POLAK, 1989, p. 6). A sua primeira entrevista ocorreu antes do período redemocratização e os militares ainda estavam no poder e as próprias questões postas aos entrevistados influenciaram na produção da narrativa. Como nos lembra Beatriz Sarlo “a memória não é invariavelmente espontânea”, nesse sentido, as intervenções durante as entrevistas são para a autora uma forma de forçar essa memória espontânea a produzir uma narrativa sobre esse passado. São as “imposições da memória” que forcem a lembrar o que se deseja esquecer e que atendem a uma pressão de conhecimento dimensionada dentro do que esse presente deseja saber sobre o passado (SARLO, 2007, p. 56 -57). É possível ainda refletir sobre o silenciamento de Pompeu na sua primeira entrevista que nos remetem de acordo com Walter Benjamin sobre os combatentes da guerra que voltavam emudecidos diante da experiência de horror vivenciadas nos campos de batalha (BENJAMIN, 1987, p.198).

José Leandro, diferente de Pompeu nunca chegou a ser preso, durante boa parte da ditadura, teve que se refugiar em outras cidades, exercendo diferentes funções. Uma migração forçada em decorrência da perseguição política. O seu retorno ao Ceará ocorreu, somente, em 1979, com a Lei de Anistia. A narrativa sobre o

seu retorno é demarcada com a reorganização do PCB diante das dissidências internas: “Aqui chegando, encontrei alguns dos companheiros velhos que deixei, enfrentando dificuldades para organizar os comunistas, em parte atingidos pela divisão do Prestismo. Tentei ajudar no que era possível” (COSTA, 1988, p. 100). Nos últimos capítulos de sua autobiografia, o sindicalista relata a sua visão sobre a Reforma Agrária, a questão do latifúndio e lamenta a intervenção na CONTAG durante a ditadura.

Com relação a Pompeu, o camponês após a sua saída da prisão, enfrentou dificuldades com relação ao emprego e a sua própria saúde, por conta das torturas vivenciadas em sua prisão. Esses fatos foram retratados no livro *Retrato da repressão política no campo*, no ano de publicação da segunda edição dessa obra, em 2011, o camponês faleceu em decorrência de um AVC. Para os pesquisadores, Pompeu foi um representante da luta pela reforma agrária e isso permaneceu latente até os seus últimos dias:

Pompeu, nas memórias que ia revelando, deixou um legado, expresso em uma frase, singela, certa, dita à pesquisa desse projeto, na visita à residência dele em Itarema (CE), em fevereiro deste ano, na qual resumia a sua trajetória: **“Eu fui preso e torturado porque lutava — como luto ainda pela reforma agrária”**. Ele tinha esperanças de que a história das relações sociais no campo viesse a ser outra (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 112. Grifo nosso).

José Leandro faleceu nos anos 2000, e não chegou a participar desse livro-relatório do Estado, construído por meio das narrativas dos camponeses perseguidos e torturados. Estranhamente o seu nome não chegou, nem mesmo a ser mencionado na parte final do capítulo que traz uma listagem dos camponeses que sofreram perseguição, tortura ou assassinato no Ceará. Ausência que se repete no relatório final da Comissão Camponesa da Verdade, publicado em 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Leandro Bezerra e Vicente Pompeu, por meio das suas narrativas, expressam um forte engajamento político em prol das conquistas por direitos e sindicalização dos camponeses, ideal esse que essas lideranças sindicais vincularam às suas próprias vidas. São narrativas, numa perspectiva de Walter Benjamin (1987), que recorrem à experiência individual e vivida por outros para construir uma memória de si e do grupo. Portanto, a narrativa desses camponeses, enquanto um espaço de intercâmbio de experiências constituídas pela memória do narrador e da vivida pelos outros (BENJAMIN, 1987, p.201). Ao entrelaçar essas narrativas dos camponeses que ocuparam posições de lideranças sindicais com os documentos repressivos do Estado, produzidos sobre esses sujeitos, buscou-se delinear a atuação desses camponeses e a visão do Estado por meio dos seus aparatos de repressão sobre essas lideranças sindicais camponesas, mas também sobre questões de contornos mais amplos como a própria visão dessas instituições sobre a reivindicação dos camponeses por direitos. As investigações e a disponibilização desses acervos dos órgãos de repressão da ditadura indicam uma preocupação do presente em assumir e se responsabilizar pelos atos de violações cometidas no passado a esses camponeses. Nesse sentido, buscamos “olhar esse passado pelos olhos de quem viveu” (SARLO, 2007, p. 58), não só no resgate do sofrimento e violações sofridas por esses camponeses, porém, também, com o objetivo de captar a luta, a mobilização dessas lideranças camponesas, mesmo em um contexto de repressão.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Informe nº 048/ SNI, 1970 - “atividades subversivas em Iguatu”. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Arquivo: Memórias Reveladas sob tutela do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Informe, 1965 - “atividades subversivas de José Leandro Bezerra da Costa” .Pasta: José Leandro Bezerra da Costa. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Memórias Reveladas sob a tutela do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Ofício Sob nº 276 /DOPS, 1965. Pasta: José Leandro Bezerra da Costa. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Memórias Reveladas sob a tutela do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Relatório da Junta Governativa, 1965 — “Atividades da Junta Governativa”. Pasta: José Leandro Bezerra da Costa. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Memórias Reveladas sob a tutela do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Processo Secom nº 52.023, 1972 — “atividades subversivas no meio rural” Fundo: Divisão de segurança e informações do Ministério da Justiça. Arquivo: Memórias Reveladas sob tutela do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Brasil Nunca Mais/ BNM 082, 1971. Ministério Público Federal. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Processo da Ouvidoria Geral nº 436, 2001. Requerimento de indenização de Vicente Pompeu da Silva. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. Processos da Comissão Estadual de ex-presos políticos. Sob guarda do Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/vicente-pompeu-da-silva-pdf;isad?sf_culture=en. Acesso em: 14 dez. 2020.

ENTREVISTAS

SILVA, Vicente Pompeu da. **Projeto História Oral** — Lideranças Sindicais. Entrevista concedida à pesquisadora Glória Ochoa. Universidade Federal do Ceará — Núcleo de Documentação Cultural, 1983.

SILVA, Vicente Pompeu da. Entrevista realizada por Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Disponível em: **Plebeu Gabinete de Leitura**, 2003.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Gilney. (Coord.) **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/sdh_direito-a-memoria-e-a-verdade-camponeses-mortos-e-desaparecidos_2013.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Obras escolhidas; 1).
- BRASIL. **Comissão Camponesa da Verdade**: Relatório Final — Violações de Direitos no Campo (1946-1988). Brasília. Dezembro de 2014. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%2009dez2014.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo** — Brasil 1962 -1985 — camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.
- COSTA, J. L. B. da. **Depoimento**. Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. Fortaleza: IOCE, 1988.
- CAMARGO, A. M. de A. Os arquivos e o acesso à verdade. *In*: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. (Org.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo, SP: Editora HUCITEC, 2009 (Estudos brasileiros; 43), cap. 19, p. 424-444.
- JOFFYLY, Mariana. A “verdade”: sobre o uso dos documentos de órgãos repressivos. *In*: Simpósio Nacional de História, 27. 2013, Natal: RN. **Simpósio temático...** Natal: RN, 2013, p. 1-11.
- PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**: Revista do Programa de Pós- Graduação em História da UDESC, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009, p. 30-45.
- POLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, 2007.

As diversas matizes repressivas na Universidade Federal do Ceará (1964-1979)

Jônathas Assunção de Oliveira¹

A ORIGEM E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA REPRESSIVO

Durante a eleição presidencial de 2018 retornaram à cena política pautas que representavam valores conservadores, golpistas e autoritários exigindo: “Intervenção Militar Já”, “Fora Comunistas”, “Vai pra Cuba”, “A Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha”, “Não à Ditadura Comunista no Brasil”. Essas demandas expressavam o descontentamento de setores contrários aos governos petistas, no poder desde 2003. Os slogans acima citados foram estampados em cartazes e entoados por manifestantes das classes médias urbanas, vestidos de verde e amarelo, nas ruas das principais capitais brasileiras, demonstrando o acirramento político-ideológico entre os candidatos Jair Bolsonaro, representante da “Nova Direita” e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), trazendo à tona semelhanças com outro conturbado período político: a ditadura civil-militar.

Em 31 de março de 2020 completaram-se cinquenta e seis anos do golpe de Estado que derrubou o governo do presidente João Goulart representando a vitória das forças conspiradoras nacionais, que

¹ Mestrando em História Social e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

tramavam desde o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, motivadas por ideais de direita-conservadora, autoritários e anticomunistas expressos em setores da elite nacional: burguesia empresarial, Forças Armadas, latifundiários, imprensa, Igreja Católica e liberais. As famosas “Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade”² exigiram: a retirada imediata do presidente da República que supostamente implantaria uma ditadura comunista e a convocação das Forças Armadas para salvar o país do processo de “bolchevização” através da instauração de medidas urgentes “destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (AI-1, 1964, p. 2).

A partir 1964, a repressão tudo atingiu, o combate à subversão e ao suposto terrorismo ganhou importância e espaço, realizando-se em massa: censuras, interdições, proibições e expurgos das atividades discentes e da rotina universitária. O regime ditatorial não existe sem repressão, da mesma forma que, não existe repressão, se não houver uma ditadura ou regime de exceção. Investigaremos as diversas formas de repressão instituídas na Universidade Federal do Ceará a partir de dois momentos distintos: formação e estruturação através de ações de controle, interdito e censura entre 1964-1967; e a radicalização das ações repressivas através da infiltração, espionagem, perseguição e expurgo dentre 1968-1979. A repressão englobou e se manifestou através de tipos e formas distintas que estavam interligadas e gradativas. Dessa forma, o expurgo era uma consequência de táticas repressivas anteriores, a censura, a interdição e o controle

2 Foi um movimento que surgiu em março de 1964, consistindo num conjunto de manifestações organizadas pela elite nacional conservadora, setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, no qual o presidente João Goulart clamava a população a apoiar as Reformas de Base. Em resposta, foram realizadas várias ‘marchas’ por todo país, congregando segmentos da classe média e empresariado urbano temerosos da “infiltração comunista” e da instalação de uma suposta ditadura comunista chefiada pelo presidente, clamando as Forças Armadas a derrubarem seu governo. O que aconteceu no dia 31 de março de 1964. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso em: 13 mar. 2020.

desencadearam em expurgos propriamente ditos, reflexos de uma política estatal de *governamentalidade*.

A repressão durante a ditadura militar brasileira não se configurou apenas como um ato, mas como mentalidade do governo autoritário que se desembocou no ato. A repressão é uma mentalidade que visava regrad a população, através da ação policial que teria a função de espionar e vigiar as condutas coletivas e individuais, criando um aparato legal que regulamentasse a sociedade por dispositivos de segurança. O conceito de *governamentalidade* seria o modo como Estado autoritário criou instituições e práticas dentro do próprio Estado para normatizar a população por dispositivos de segurança como se observou na criação da Lei de Segurança Nacional (LSN) em 1967, nos cinco Atos Institucionais (AI) editados entre 1964 a 1978, na outorga de uma Constituição em 1967 e na criação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³ formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁴ em 1966, amparando-se em práticas e ideologias autoritárias que objetivavam eliminar e/ou anular as ações de extratos sociais dissonantes presentes em diversas instituições públicas.

Para Foucault (2006) na obra **“Ditos e escritos. Volume IV: estratégia, poder e saber”**, o estado moderno apresentava uma dupla face, ao mesmo tempo, totalizante e individualizante, combinando

3 Os militares que se aglutinaram na ESG formularam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) tinham por finalidade estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional: Segurança e Desenvolvimento.

4 Segundo Arns (1985, p. 69-70), a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em agosto de 1949 pela Lei 785/49, estava ligada ao Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, integrante do Ministério da Defesa do Brasil. Com a polarização ideológica, vieram as preocupações de movimentos de domínio estrangeiro de umas nações sobrepondo o poderio militar e econômico sobre outras, tendo que ser tomada uma decisão, e naturalmente, além da ideologia, a geografia, e a história foram de fundamental importância para a decisão do alinhamento ideológico dos militares brasileiros. Daí, ao criar a Escola Superior de Guerra, os oficiais brasileiros já tinham sinalizado para que lado iriam: o anticomunismo e o alinhamento aos Estados Unidos da América. A ESG foi um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil.

uma dualidade estrutural, de um lado “*governamentalidade*” pastoral e de outro, as estruturas da razão do Estado. A *governamentalidade* seria constituída por instituições, procedimentos, análises e reflexões que tinham como alvo principal a população e os dispositivos de segurança, como um instrumento técnico essencial do saber da economia política. O Estado surge para enquadrar as populações e identificar os indivíduos. Vale ressaltar que a acepção de economia política foucaultiana está ligada a capacidade do governante em administrar o estado e a população dentro de estratégias que visem o controle social por meio das biopolíticas exercidas pelos dispositivos de segurança. Essas biopolíticas seriam práticas e instituições do aparato repressivo nacional que objetivavam normatizar os grupos e indivíduos que causassem prejuízos à administração, ao controle do Estado ou que representassem ameaças à continuidade da política de normatização social.

A Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal definiu *ação subversiva* “a forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime” (Manual de Segurança e Informações, 1971, p. 1-15), predominantemente psicológica para conquistar as populações para um movimento político-revolucionário em prol da destruição das bases fundamentais da comunidade que integram. A partir dessa conceituação, a repressão e o combate à subversão recairiam sobre pessoas, textos, canções, eventos, filmes, imagens e todo qualquer instrumento que possibilitasse comprometer, na ótica governamental, a credibilidade das novas autoridades ou *status quo* social. Tornando-se o ethos dos organismos de segurança e informações tipificar os crimes contra a segurança nacional, aprimorar as ações de defesa interna, consolidar o aparato repressivo nacional através da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da atuação das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS); recrudescendo

as ações repressivas e expurgatórias sobre setores descontentes, desalinados ou influenciados por vertentes de esquerda comunista.

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, os atos subversivos teriam dupla função: tomar o poder por processo pacífico e preparação para o clima revolucionário mediante a eclosão da luta armada. O movimento revolucionário “tentativa de mudança político-social por processos alheios às normas estabelecidas: subversão e violência, o que traduz um inconformismo com a ordem vigente, ou a ambição de pessoas ou grupos cujo objetivo é a chegada ao poder”⁵. A partir dessas definições percebeu-se uma articulação entre os conceitos de violência, subversão e revolução, difundindo-se a ideia que a revolução socialista no Brasil se realizaria em três etapas: convencimento e apoio popular, uso de instrumentos subversivos e tomada do poder pela violência. Essa triangulação criada pelo EsNI/SNI seria vista como justificativa para o aparelhamento do Estado, inserindo ações de espionagem e vigilância em setores sensíveis para eliminação dos focos e influências comunistas, estruturando-se um sistema de contrapropaganda e contraespionagem para poder localizar os espaços de propagação e infiltração dos ideais de esquerda.

A Lei de Segurança Nacional (1967) caracterizou os tipos e as motivações dos crimes de contra o Estado ampliando a acepção dos conceitos de “segurança nacional”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária”, passando a ser comum encontrá-los nos relatórios de espionagem e vigilância, ofícios, informações sigilosos, reservados e secretos. O novo conceito de *segurança nacional* passou a definido como a “garantia dos objetivos nacionais mediante a aplicação de medidas destinadas a preservação da segurança externa e interna, utilizando-se da preservação e repressão contra guerra psicológica adversa e revolucionária ou subversiva” (Lei de Segurança Nacional, 1967, art. 3º, p. 1). Essa mo-

5 Aspectos da Guerra Contemporânea, EsNI, 1977, p. 4.

dificação serviu de parâmetro para a criação de um sistema repressivo para conter as supostas ações subversivas em curso no país.

Os termos *segurança nacional, atividade subversiva, guerra revolucionária e segurança interna* estruturaram *modos operandi e ethos* das agências de seguranças do período militar, sendo usados para defender-se dos constantes ataques a pátria, democracia, estabilidade, moralidade e tradições da sociedade brasileira. A Constituição de 1967 no artigo 1º introduziu o princípio da regra que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei” (Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, Art. 1º, p. 1), incorporando-se princípios autoritários e de combate à subversão nas ações do aparato repressivo nacional que se encontrava em fase de aprimoramento, consonante aos primeiros anos de governo da “Revolução” que se utilizará da estrutura do Serviço Nacional de Informações (SNI) para expandir os serviços de produção de informações necessárias às ações repressivas realizadas pelo DOPS, inicialmente, e na segunda fase, sob a liderança dos DOI-CODI, recrudescendo as ações governamentais de repressão a partir de 1968 pela instauração do Ato Institucional nº5 (AI-5).

Na década de 1970 para combater o avanço das práticas subversivas consolidou-se uma rede de informações para coletar e difundir informações relevantes à Segurança Nacional sob a coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI), criada pela lei nº 4.341/64. O organismo federal de inteligência era formado pelos centros de informações das Forças Armadas: Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), que em conjunto com a Comunidade de Informações da Polícia Federal (CI/DPF) formavam a Comunidade de Segurança Interna (CSI); pelas Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI) organizadas pelos ministérios civis; pelo Centro de Informações do Exterior (CIEx) do Ministério das Relações Exteriores; pelas Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DOPS) e pelos Serviços de Informações das Polícias Militares (P-2).

Essa ampla rede de informações ficou conhecida como Comunidade de Informações (CI) e tinha como objetivo: produzir farta documentação comprobatória para embasar e/ou facilitar as atividades da Comunidade de Segurança formada pelos órgãos responsáveis pelo combate e eliminação das atividades contrárias ao novo regime militar. (Arquivo Nacional: SNI, BRANBSB V8, caixa 06, pasta 07)

A INSERÇÃO DOS DIVERSOS MECANISMOS REPRESSIVOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Nas décadas de 1960-70, os universitários faziam grande oposição e resistência aos ideais propagados pela ditadura, sendo colocados em funcionamento instrumentos de vigilância e espionagem sobre a juventude universitária devido à suposta propensão e vulnerabilidade às influências do comunismo. Dessa forma, as universidades se tornaram estratégicas para a formação da nova geração de estudantes, contenção e controle dos ideais de esquerda, sendo incluídas nos currículos escolares ideias de patriotismo, civismo e anticomunismo para evitar a proliferação da subversão e da revolução entre a classe estudantil brasileira. Pela análise dos documentos elencados constatou-se que a visão dos centros de informações civis e militares caracterizavam as ações estudantis como revolucionárias e subversivas, buscando destruir os pilares da sociedade brasileira: ordem, religião, econômica e política, usando a subversão como caminho natural para o processo revolucionário que deveria ser combatido e exterminado para evitar contagiar outros setores da sociedade brasileira.

Nas universidades foram estabelecidas três escalas de relações: adesão, resistência e acomodação. A primeira visava à estabilidade e continuidade do desenvolvimento provocado pelo modelo de modernização através da realização de ações em prol da cooperação com as autoridades. A segunda representava a resistência dos grupos reprimidos e que buscavam fazer oposição aos ditames das forças militares,

manifestando para a denúncia e derrota da ditadura. Porém, segundo Motta (2014), em sua pesquisa, observou-se um terceiro tipo de relação que fugia da lógica binária colaboradores x resistentes, marcada pelo estabelecimento de práticas que objetivavam resolver e/ou atenuar os conflitos ou divergências internas por meio de negociações, acordos e conciliações influenciadas na cultura política brasileira, através de tradições arraigadas na sociedade, presentes na ditadura. Os jogos de acomodação foram alternativas viáveis para escapar ou driblar a repressão na universidade, utilizando-se de elementos do personalismo, que estimulava os atores a priorizar laços pessoais em detrimento de convicções políticas e instituições, sendo um “conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro” (MOTTA, 2014, p. 12).

O processo repressivo na Universidade Federal do Ceará caracterizou-se por dois momentos distintos: formação e estruturação das ações repressivas (1964-1967) e radicalização da repressão direta, usando infiltrações, espionagem e expurgos (1968-1979). No primeiro momento utilizou-se mecanismos de controle, repressão e expurgo mediante a colaboração da Reitoria e do Conselho Universitário (CONSUNI) atingindo, principalmente, discentes que se colocaram na oposição ao novo regime por meio de greves, passeatas, atos públicos e arregimentação para a militância política comandada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelos diretórios acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), órgão máximo representativo da classe universitária.

A partir da pesquisa foram encontrados indícios de *jogos de adesão e de acomodação* durante o processo repressivo na universidade pela colaboração da Reitoria e do Conselho Universitário (CONSUNI) com as autoridades militares e a secretaria segurança pública estadual, garantindo o controle e contenção dos atos considerados subversivos, intervindo nas unidades acadêmicas, nas atividades estudantis realizando: troca de presidentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) por supostas posturas e ideias

inadequados ou contrárias ao Conselho Universitário, controle das eleições para os diretórios acadêmicos, apreensão de jornais e materiais contrários ao regime militar e impugnações para assumir cargos por crimes ideológicos devido passado de atividades ditas subversivas na juventude universitária.

Pode-se citar como exemplo desses jogos de adesão a substituição dos acadêmicos Valton Miranda e Sérgio Moreira Duque⁶ da presidência do DCE por comportamentos tidos com inadequados ou desalinhados a “Revolução de 64”. Em contrapartida, as autoridades militares davam prosseguimento à política de investimentos federais, parcerias com institutos de pesquisa pelos acordos MEC-USAID, financiamentos internacionais para a criação do sistema de pós-graduação e aprimoramento das estruturas físicas da UFC, sendo reafirmado pelos constantes votos de louvor e homenagens feitas ao governo militar e ao presidente Castelo Branco pelos atos que salvaram o país do perigo do comunismo e da subversão.

Comunicou-se em seguida o Magnífico Reitor⁷, que as autoridades por intermédio do Senhor Chefe de Polícia do Estado, haviam atenciosamente solicitado a colaboração da Reitoria no sentido de assegurar a abstenção, nos meios acadêmicos, de qualquer manifestação de caráter subversivo e especialmente de fazer cessar as irradiações ostensivas que haviam sendo feitas pelo Clube dos Estudantes Universitário⁸ (Ata da 140ª sessão extraordinária do CONSUNI de 02 de abril de 1964, p. 1).

-
- 6 Os alunos citados foram retirados do Conselho Universitário pelo Reitor Martins Filho. O primeiro, segundo Ramalho (2002, p. 130), recebeu a orientação de que escrevesse uma carta de renúncia, sendo empossado o estudante Sérgio Moreira Duque. O segundo fora retirado do cargo motivado por supostas falas injuriosas ao Reitor e Conselho Universitário.
 - 7 O Magnífico Reitor citado era o Professor Antônio Martins Filho, fundador e reitor por quatro gestões seguidas na Universidade Federal do Ceará (UFC) dos anos 1956- 1967. Martins Filho foi importante figura na construção e consolidação da UFC, mediante suas fortes ligações com o presidente Castelo Branco (1964-1967), como pode-se constatar nas Atas do CONSUNI a partir de várias visitas, encontros relatados, favores (a compra da Casa José de Alencar) e homenagens (concessão do título de doutor honoris causa e o nome do auditório da Reitoria-Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco).
 - 8 A greve estudantil mencionada na ata 140ª sessão extraordinária do CONSUNI, será analisada no próximo tópico, reservado ao estudo da primeira fase da repressão na UFC. Nesse momento, buscando apresentar o funcionamento e as características gerais desse período de repressão, controle e expurgo na UFC.

A ata da 140ª sessão extraordinária do CONSUNI no dia 02 de abril de 1964 corrobora com os indícios de *jogos de adesão* realizados na universidade em prol da colaboração, cooperação e alinhamento às autoridades militares, representadas pela 10ª Região Militar (10ª RM) e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. A partir do conceito de jogos de acomodação foram identificados na instituição: o início da realização dos instrumentos de controle e repressão direta nas atividades universitárias pela ação das chefias de departamento dos cursos universitários, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, interferências na natureza e execução de atividades estudantis, exigindo relatórios prévios das atividades, confisco de jornais do DCE, dentre outras formas de repressão realizadas pelas autoridades acadêmicas entre 1964-1967.

Na primeira fase repressiva, percebeu-se que as relações se estabeleciam via solicitações formais (ofícios) ou informações (contatos telefônicos diretos) dos órgãos de segurança e do MEC para a realização do controle e contenção das atividades subversivas, mas realização das punições, se dava pela administração superior internamente e externamente pelo DOPS, sob parceria do CONSUNI. Pela interpretação das atas percebeu-se que não havia, na primeira fase, a necessidade de instrumentos de controle externos à universidade para garantir a abstenção e contenção das atividades estudantis ditas insubordinadas. Tal cenário mudará radicalmente no período posterior ao AI-5 (1968), sendo proibidas quaisquer atividades de natureza política e estudantil, inserindo-se, secretamente, organismos de vigilância e espionagem nas dependências acadêmicas e a proibição do DCE UFC, marcando a fase de descenso do movimento estudantil cearense pelo recrudescimento da violência do aparato repressivo, ações controle ideológico direto das atividades estudantis aumentando as perseguições, prisões, sequestros, expulsões e torturas.

O ofício nº 2519/73 produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) remetido ao Assessor Especial da Universidade de

Brasília (UNB) sob assunto “Relação de Assessorias”, continha a relação das universidades federais que abrigavam ASI ou AESI da Comunidade Setorial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), redistribuindo entre os órgãos de inteligência e universidades no intuito de “facilitar” as atividades de investigação, espionagem e controle de docentes e discentes. O ofício era composto por três partes: primeira, contendo os dados de identificação, local de produção, destinatário, assunto e justificativa presentes no ofício confidencial nº 2519 AEPC/DSI/ MEC/73 produzido pelo Diretor DSI/MEC ao assessor especial da Universidade de Brasília (UNB) sobre a relação das ASI ou AESI regionais e especiais das universidades federais. Na segunda parte, consta ofício nº 936 de 20 de julho de 1973 da Escola Nacional de Informações (EsNI) ao Magnífico Reitor da Universidade de Brasília (UNB) com a relação das Assessorias de Segurança e Informações da Comunidade Setorial do Ministério da Educação e Cultura (MEC). E por fim, consta a relação das assessorias regionais e especiais alocadas nas universidades federais contendo informações importantes que nos dão detalhes sobre os locais de trabalho: nome do assessor especial ou regional, o telefone, endereço da sala e o telefone residencial e endereço do assessor. Pelo presente ofício pode-se confirmar a localização da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Ceará (AESI-UFC) que segundo relatos, estava alocada numa sala da Reitoria.

Ceará:

Geraldo Nogueira Diógenes- Universidade Federal do Ceará.
Trabalho: Reitoria da Universidade- Fone: 23- 2128 — 26- 5244.
Residência: Rua Xavier de Castro, 40- Fone: 26- 6531, Fortaleza
(Ofício confidencial nº.2519 AEPC/DSI/MEC/73, p. 4).

O ofício confirmou a existência dessa instância na Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1973. A partir da análise das fontes e de Motta (2014), constatou-se que a Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal do Ceará (AESI- UFC) era um

órgão de informações (OI) componente da Comunidade de Informações (CI), subordinada a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e integrante do Sistema Nacional de Informações (SISNI). As AESI ou ASI realizavam investigações, dossiê e Pedidos de Buscas (PB) sobre atividades suspeitas de subversão ou de militância política, sendo fichados como perigosos e subversivos.

No ofício nº 936 de 20 de julho de 1973 da Escola Nacional de Informações (EsNI) ao Magnífico Reitor da Universidade de Brasília (UNB), o Gen. Bda, Enio dos Santos Pinheiro, Diretor da Escola Nacional de Informações contém agradecimento especial pela “inesestimável colaboração prestada por essa Universidade à EsNI, através da indicação do ilustre Professor Roberto Lyra Filho⁹, para proferir conferências aos alunos desta Escola”.

“Of. nº 936 (279/GAB) Brasília, DF em 20 julho 1973
O Professor Lyra atendeu com invejável solicitude a extenso programa de conferências que lhe foi confiado, nas quais pôs em evidência suas indiscutíveis qualidades de mestre culto e inteligente, atingindo plenamente, nos temas abordados, os objetivos colimados pela Escola” (Ofício confidencial nº 936, 20/07/1973, p. 2).

A partir da interpretação do ofício acima infere-se que eram realizadas ações em prol da colaboração das universidades para desenvolver o trabalho de investigação, vigilância e espionagem sobre as atividades estudantis, preparando material necessário à Comunidade de Informações com a participação do Professor Roberto Lyra Filho, titular da cátedra de Direito da UNB, que atuava nas áreas Direito Penal, Processual Penal e Direito Criminalista para embasar juridicamente os cursos produzidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI) para incrementar as atividades específicas

9 Roberto Lyra Filho foi professor da UnB (1963-1984) e escritor, destacando-se por sua atuação nas áreas do Direito: Penal, Processual Penal, Criminologia, Filosofia Jurídica, Sociologia Jurídica e Direito Comparado. <https://www.bce.unb.br/2015/02/doacao-da-biblioteca-roberto-lyra-filho/>. Acessado em: 28 out. 2019.

dos organismos de inteligência da ditadura militar. Pelas palavras do Diretor da EsNI percebeu-se que havia uma relação muito cordial da UNB com a escola, através do agradecimento especial pela disponibilidade, solicitude e indiscutível qualidade dos serviços prestados pelo docente ao prestar apoio jurídico, acadêmico e normativo para a formação e preparação dos agentes do aparato repressivo nacional.

Segundo Ishaq (2012, p. 139), a Escola Nacional de Informações (EsNi) foi criada em maio de 1971, em Brasília, estando subordinada ao chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). A EsNi oferecia cerca de 25 tipos de estágios específicos para funcionários de nível e superior: analista, contraespionagem, contrainformação, operações, análise da propaganda, segurança de comunicações, defesa contra entrada, retrato falado que atuavam nas áreas de informação e contrainformação, sendo alocados nos diversos Centros de Informação da Comunidade de Informações civis e militares, produzindo material profissional para fomentar as investigações e repressões realizadas¹⁰ pelas forças de segurança na contenção de atentados a Defesa Interna e Segurança Nacional.

Através do trabalho de pesquisa sobre as fontes encontrou-se recorrente atuação de certos organismos de informações na Universidade Federal do Ceará (UFC): SNI, CIE, CISA, CI/DPF, DSI/MEC. As Divisões de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) eram os braços do regime militar sobre as universidades para vigiar as atividades estudantis, estabelecendo controle, vigilância e repressão sobre setores indesejáveis no seio das organizações estudantis universitárias, mas também estabeleciam estreitas ligações de cooperação e adesão com os setores da Administração Superior universitária.

10 Segundo o “*Dicionário de Subversão* do CISA, foi termo utilizado por militantes de organizações subversivas para designar o “o conjunto de órgãos governamentais que tem como um de seus objetivos o combate ao terrorismo e à subversão” (ISHAQ, 2012, p. 255).

“Of. nº 2519 AEPC/DSI/MEC/73

Do: Diretor da Divisão de Segurança e Informações Em 25 junho 1973

Ao: Sr. Assessor Especial da Universidade de Brasília Assunto: Relação de Assessorias Entendemos, que o apoio recíproco entre os elementos integrantes das Comunidades Setoriais muito poderá contribuir para o incremento de nossas atividades específicas” (ofício confidencial nº 2519 AEPC/DSI/ MEC/73, p. 1)

De acordo com o trecho do ofício confidencial nº 2519 AEPC/DSI/ MEC/73 encontramos indícios de uma parceria e trabalho conjunto em prol do controle e vigilância da universidade por meio do “apoio recíproco”, tomando ações alinhadas para estabelecer o “incremento” das atividades específicas por meio atitudes que visavam aprimorar a intervenção e repressão das atividades estudantis como pode-se perceber também no caso da denúncia de atividades subversivas no curso de Ciências Sociais em 1970. Essas ações “em apoio” ou em alinhamento com a ditadura civil-militar estão dentro do espectro de práticas ancoradas no processo de modernização-autoritária que era composto de impulsos repressivos e modernizadores, simultaneamente, nas universidades federais, seguindo a ideia de “desenvolvimento com segurança”, baseado nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional.

Não se falava em Centro Acadêmico e DCE, de jeito nenhum. Eles (militares) não deixavam de jeito nenhum. Ninguém podia falar de Marx em sala de aula, ninguém podia fazer nada, era uma repressão total. E todo mundo sabia que tinha gente infiltrada lá com o aluno, só que nunca se descobriu quem eram. Teve um aluno que desapareceu e nunca mais soube dele, a gente achou que ele era infiltrado, mas como a gente não tem certeza, eu não vou nem falar o nome dele. Mas esse menino não terminou com a gente, começou, mas não terminou (Simone Simões - Ciências Sociais UFC¹¹).

11 Oliveira, 2010, p. 2.

A partir do depoimento da acadêmica Simone Simões captou-se indícios das consequências que Lei de Segurança Nacional sobre os cursos e faculdades da UFC, proibindo a liberdade de expressão, opinião e ação estudantil, contrariando a essência das universidades como lócus de debate científico livre, promovendo ambiente de liberdade vigiada, propagando medo pela constante infiltração de agentes ou militares nas salas de aulas. Essas ações objetivavam identificar e desarticular supostos focos de ação subversiva, pregação comunista ou de atos que contrariassem os conceitos de segurança nacional de acordo com base na Lei de Segurança Nacional, sendo punidos com expulsões, prisões, perseguições e sequestros conforme os depoimentos dos alunos dos cursos de História e Direito da UFC:

Fui preso em casa, de madrugada. A Polícia Federal organizou um “arrastão”. No mesmo dia foram presos dezenas de estudantes das mais diversas tendências. Mas só eu fiquei preso porque a polícia encontrou em minha casa um envelope com uma documentação comprometedor. Havia guardado o envelope sem saber o que continha. O envelope era da Rosa Fonseca (Manuel Domingos - História - UFC¹²).

Já em 1969, após participar de algumas manifestações estudantis, sofri as primeiras ameaças e perseguições, através de telefonemas anônimos.... Por volta dos meses de maio a junho de 1970, vários companheiros do movimento estudantil e do trotskismo começaram a ser perseguidos e presos, dentre eles, eu me encontrava perseguido por forças da Polícia Federal e do DOPS/CE, passando a morar em locais diversos, em regime de semiclandestinidadade (Paulo Emílio - Direito - UFC¹³).

Os depoimentos acima revelam exemplos das ações repressivas e persecutórias praticadas na UFC, utilizando-se de prisões coletivas, perseguições, arrastões, invasões a residências e instituições de ensi-

12 Oliveira, 2010, p.3.

13 Requerimento de Anistia, 2002, p. 2.

no superior, objetivando prender suspeitos de ação subversiva, militância política de esquerda e integrantes da luta armada, provocando um clima de medo, instabilidade, insegurança, vigilância. A solução utilizada pelos perseguidos políticos era vida na clandestinidade ou semiclandestinidade, escapando das ações do aparato de segurança.

A partir da Lei de Segurança Nacional foram legalizadas as ações repressivas sobre as classes estudantis permitidas pela formulação do conceito de guerra revolucionária “é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”¹⁴, permitindo que civis fossem acusados de “crimes de subversão”, criando condições jurídicas para que a linha dura controlasse os órgãos de segurança, agindo como *polícia política* tendo liberdade de ação na realização de cassações, investigações, interrogatórios, prisões e torturas.

Segundo o historiador Carlos Fico (2004, p. 75), um dos principais objetivos das lideranças militares a partir do AI-2 foi a “busca sistemática da institucionalização do aparato repressivo, fundada na ‘utopia autoritária’ da eliminação dos óbices à realização dos objetivos nacionais permanentes”, construindo de forma paulatina um vasto e ramificado sistema de repressão e informação que atuou de forma orgânica e sistêmica em todo país com a decretação do Ato Institucional nº 5 (1968), institucionalizando as “comunidades de segurança e informações”.

A análise da documentação possibilitou captar fortes indícios de uma política estatal consonante com a ideologia de direita, autoritária, conservadora, anticomunista, antidemocrática e repressiva na identificação dos considerados “inimigos internos” do Estado, categorizando suas supostas ações, objetivos, organizações, influências na preparação para fomentar informações sobre as supostas pretensões de tomada do poder pela via armada ou pela revolução socialista, podendo-se perceber nas anotações do curso de formação da Escola Nacional de Informações do SNI “Aspectos da guerra contemporânea” (1977) no Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Arqui-

14 Lei de Segurança Nacional, 1967, art. 3º, p. 1.

vo Nacional sob título V8 TXT ESN. 3, 1977, p. 3) clara pretensão de identificação, cassação, contenção e eliminação das ações das organizações de esquerdas presentes na Universidade Federal do Ceará (UFC).

REFERÊNCIAS

ATA DA 140ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI de 02 DE ABRIL de 1964.

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, de 09 DE ABRIL DE 1964.

ENTREVISTA REALIZADA COM A PROF. SIMONE SIMÕES EM 23/04/2010.

ENTREVISTA REALIZADA COM A PROF. MANOEL DOMINGOS NETO EM 25/05/2010.

FICO, Carlos, **Além do Golpe: Versos e Controvérsias sobre a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder e saber** / Michel Foucault: organização e seleção de textos. 2.ed. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2006 (Ditos e escritos: IV)

ISHAQ, Vivien. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 429.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968)**, Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2002.

REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO DE ANISTIA POLÍTICA-PAULO EMÍLIO ANDRADE AGUIAR, 2002.

OFÍCIO CONFIDENCIAL nº 2519 AEPC/ DSI/MEC/1973.

OFÍCIO CONFIDENCIAL nº 936, 20/07/1973.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **A UNE contra o SNI**. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1987.

Subversivos no Inferno Verde: Amazônia, resistências e autoritarismos da Ditadura Militar (1964 — 1968)

Leonardo Bentes Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

A Amazônia foi palco de intensa perseguição contra os opositores do Golpe Civil Militar, após 01 de abril de 1964 as ações de resistências foram gradativamente sufocadas e reprimidas pelos militares. Tomavam as ruas os movimentos em comemoração à vitória da “revolução” e o repúdio aos subversivos. Deste modo, setores da sociedade sofreram diretamente as ações autoritárias da ditadura militar, assim, estudantes, políticos, jornalistas e intelectuais foram perseguidos através de formas de autoritarismos praticadas pelo regime nos diversos aspectos: político, administrativo, cultural e social. Não obstante, o receio da resistência de “possíveis focos de subversão” motivou os militares, civis apoiadores e agentes estrangeiros a manter constante vigilância sobre a região.

Tudo isto pode ser analisado através da correlação da dinâmica intensa entre a Guerra Fria e a situação colonial nos países

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Historiografia e Ensino de História (UFAM). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA - UFAM). E-mail: leobentesr@gmail.com.

ditos de “terceiro mundo”. No pós-guerra, os Estados Unidos exprimiram uma postura hostil ao velho colonialismo, mas o anti-comunismo americano cristalizou a defesa do conservadorismo em várias nações pelo mundo. A nova configuração da política global mesmo não tolerando o *velho colonialismo* esteve disposta a sustentar as classes dominantes alinhadas a seus interesses, mas, totalmente configuradas diante da lógica da situação colonial. Esta relação pode ser analisada não somente em África, mas nos chamados países emergentes, em especial na América Latina. Interromper governos legitimamente eleitos para apoiar ditaduras confluía com sua contraditória postura internacional, o importante era desmobilizar tanto políticas nacionalistas quanto centelhas revolucionárias nas nações em vista de um ambicioso projeto ideológico de dominação política e econômica alinhadas aos interesses estadunidenses.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo examinar como se articulou as alianças e parcerias ideológicas internas e externas dentro da dinâmica de controle e vigilância política na Amazônia contra a “subversão”, através da análise de fontes do acervo documental dos aerogramas da Secretaria de Estado dos Estados Unidos sobre o Brasil, além dos jornais da grande Imprensa.

SUBVERSÃO E AUTORITARISMOS NO INFERNO VERDE.

A representação da Amazônia a partir do discurso de selva “infernal” teve como clímax a obra *Inferno Verde* do escritor Alberto Rangel publicada no início do século XX. A obra sustenta a relação do homem com o ambiente “bárbaro” e “incivilizado” e profundamente autoritário (RANGEL, 2008). Presente também o permanente discurso de uma região abandonada, à espera do homem civilizado.

Consequentemente, o “inferno verde” deveria ser imediatamente civilizado pelo homem do sul e sudeste do país, bem como os estrangei-

ros ganharam lugar cativo. Igualmente, a noção de “vazio demográfico” é uma forma de invisibilidade. O discurso do “espaço vazio” foi utilizado como justificativa dos programas e projetos desenvolvimentistas, “contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais” (ALMEIDA, 2008, p. 33). A própria herança da ditadura militar cristalizada na historicidade e na memória da região foi intensamente marcada por permanências e continuidades de uma cultura política autoritária, imbricadas nas representações alimentadas por anos como “terra sem história” ou “região entregue a si mesma”, mas que somada a isto a novidade de que os militares sempre estariam prontos para alcançar a integração socioeconômica e a melhora da qualidade de vida do homem amazônico diante das crises que assolaram a região.

Em 1964, a Amazônia Brasileira era formada pelos estados do Amazonas, Pará, Acre, parcela dos territórios do Mato Grosso, Maranhão, Goiás e os territórios federais de Amapá, Rondônia e Roraima, 5.752.203 km² de área total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1964). A capital do Pará, Belém, era a cidade mais populosa da região com 402.170 habitantes, rota internacional de companhias aéreas, também era sede do Comando Militar da Amazônia, enquanto em Manaus estava localizado o Comando da Guarnição Federal e sede dos Grupos de Elementos de Fronteira. Destes centros, os militares irradiavam para toda a região os anseios dos projetos de dominação e controle político do regime.

Consolidada a ditadura, em 1966 o olhar dos militares direcionou para o norte do país. Integrar para não entregar era preciso, a Folha de São Paulo declarou que “a história da Amazônia tem sido cultivada e mesmo defendida com o sangue de brasileiros, mas até hoje não se conseguiu escrevê-la. Pois a Amazônia permanece, na quase totalidade de sua extensão, indevassada e impenetrada pelo homem” (FOLHA DE SÃO PAULO, Suplemento da Amazônia, 16 de abril de 1966).

Fica evidente que a ditadura que se consolidou a partir do golpe civil militar reforçou em sua cultura política uma tradição peculiar em nossa historicidade: o complexo qualificado de situação colonial (BALANDIER, 2014). Entendemos que esta tradição não pode ser apenas analisada através de manifestações econômicas e aspectos políticos, mas dentro de um sistema que mantém relações que implicam tensões e conflitos, como um complexo, uma totalidade, “articulando seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, e buscando sistematicamente suas conexões e interrelações” (CALIL, 2014, p. 14).

Sobre este chão-histórico que nossos sujeitos vivenciaram suas experiências, numa “concretização dos instintos colonialistas dos nossos dirigentes” (BALANDIER, 2014, p. 35), em meio a arranjos de acomodação, resistindo ou apoiando o regime através de uma política de *colonialismo interno*. Não obstante, é o historiador que “nos faz compreender como a presença de uma nação colonial é, ao longo do tempo, inserida no seio das sociedades colonizadas” (*Idem*). Deste modo, apropriaremos do conceito de *situação colonial* presente na Antropologia Política de Georges Balandier para analisar as diversas relações que implicaram no dinamismo da dominação da cultura política autoritária.

Seus protagonistas fincaram suas justificativas na tese francesa da *guerra contrarrevolucionária* e, por conseguinte suas ações embasaram num “sistema interligado de ações políticas, econômicas, psicológicas” que visava “a derrubada da autoridade estabelecida de um país e sua substituição por outro regime” (TRINQUIER, 1964, p. 6). Militares publicaram resultados de estudos realizados pela Escola Superior de Guerra e Escolas do Estado Maior, no qual oficiais das forças armadas chegaram à conclusão de que em 1964 o Brasil estaria na terceira fase da “guerra revolucionária”: subversão da ordem e obtenção de armas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22 de janeiro de 1964).

Colunistas de jornais reforçavam as afirmações dos militares ressaltando que o governo de João Goulart foi tomado por homens im-

buídos de mentalidade marxista que adotaram uma “filosofia social baseada na luta de classes que é a interpretação que Karl Marx deu à história” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 25 de janeiro de 1964). O clima de intranquilidade gerou até falsas divulgações de execução de golpe, noticiado pelo *A Província do Pará*, anúncios transmitidos pelas emissoras de TV e rádios alertaram a população de Belém enquanto os quartéis das tropas recebiam grosso efetivo da tropa, a polícia tomou os postos nos bairros. Porém, o general Francisco Portugal da 8ª Região Militar confirmou ser infundadas as notícias que se espalharam pela cidade e que reinava absoluta tranquilidade no território nacional (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 25 de janeiro de 1964). O mesmo jornal manifestou em seu editorial a posição “anti-comunista, no momento em que poderosas alianças de democratas sinceros e comunistas [...] fazem dirigir para o caminho da violência a reclamada, a desejável, a inevitável evolução brasileira” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23 de fevereiro de 1964). No Amazonas, as classes empresariais utilizaram da imprensa para publicar suas opiniões, imbuídas pela participação no “progresso” do Estado, somente aprovariam as reformas de base dentro das “normas democráticas” longe da ação de uma minoria de brasileiros que sob o “pretexto de defenderem as reformas, vêm disseminando, levando a intranquilidade aos lares, provocando a discórdia” (JORNAL DO COMMERCIO, 22 de março de 1964).

Coube também importante função da Igreja nesta totalidade, oferecer sua racionalização para a tomada de poder num país marcado pela influência do catolicismo na vida do povo brasileiro. Cumprindo ardorosamente essa missão na Amazônia, o Arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos apoiou as classes dominantes na conspiração e foi um fiel colaborador do golpe. Simpático as causas reacionárias, andou no meio da multidão, imponente com sua veste talar e barrete episcopal durante a Marcha da Família com Deus realizada em Belém. O bispo não hesitava em dar a benção ao autoritarismo, deixou claro a posição da Igreja sobre o golpe em entrevista à

TV Marajoara: “não dando margem a que fiquem os fiéis em dúvidas quanto a verdadeira posição da Igreja Católica, na atual conjuntura quando o Brasil retoma o caminho da verdadeira Democracia” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09 de abril de 1964). Evidentemente o país não retornou à legalidade, submergiu numa autoritária ditadura.

Em Manaus, associações religiosas conclamavam antes do golpe para a marcha organizada por um movimento liderado por membros de igrejas católicas, evangélicas e também judeus. O movimento contestou não ter cores político partidárias e nem religiosa, tomou o nome de “Movimento Solidarismo e Democracia” no qual convidou a população para a grande concentração no dia 04 de abril na Praça de São Sebastião (JORNAL DO COMMERCIO, 29 de março de 1964). Cercado por membros da elite civil e empresarial, o Arcebispo de Manaus, Dom João de Souza Lima, Cônego Walter Nogueira, Pastor Moacir Alves, representantes israelitas e espíritas estiveram unidos na defesa do “Brasil, com o sacrifício da própria vida, expurgando os comunistas, maus brasileiros, que queriam infelicitar a nossa Pátria” (JORNAL DO COMMERCIO, 05 de abril de 1964). Assim, o modelo das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” realizada em 19 de março de 1964 em São Paulo foi seguido pelas diversas cidades da Amazônia. Em 21 de abril de 1964 foi a vez de Belém regozijar seu louvor a Deus ao regime instalado arbitrariamente, os militares estavam satisfeitos com as bênçãos da Igreja sobre sua conspiração, espalharam sobre o chão amazônico as marchas pela “restauração” da ordem e do progresso. Afinal, os organizadores destas marchas tiveram sob a coordenação de empresários, federações de industriais, advogados, de políticos, membros da igreja que “partilhavam dos mesmos interesses e buscavam a viabilização de um mesmo projeto” (CALIL, 2014, p. 27).

No Amazonas, as classes conservadoras, líderes da indústria e comércio reclamavam do governo estadual reformas dentro das normas democráticas, respeitando os ideais cristãos e a propriedade privada. Enxergaram nos atos e decretos do governo como “uma

tendência para a completa destruição da empresa privada, enquanto os elementos de extrema-esquerda se regozijavam em sua crescente influência” (EUA, Amazônia e a Revolução Anti-Goulart, A-53). Dreifuss (1981, p. 100) ressalta a influência de associações de classes dos Estados Unidos na tentativa de mobilizar a comunidade de empresários locais dentro do processo político brasileiro para agir em confluência com as políticas imperialistas estadunidenses. Para os funcionários do Consulado Americano em Belém, os empresários locais na Amazônia viram os decretos do governo como uma tendência para a completa destruição da empresa privada, bem como se cristalizou a crença de que Goulart seguia com a missão de destruir a livre empresa (EUA, A-53). A preocupação com sinais de iminente “comunização” do país gerou aumento de consultas aos Consulados e Embaixadas de brasileiros e americanos residentes sobre como poderiam pedir asilo político “em caso de emergência”, bem como o Centro Cultural Brasil - Estados Unidos recebeu repentino aumento de pedidos de treinamento em inglês por parte de “empresários geralmente sérios” (*Idem*).

Aliás, o jornal *O Liberal* evidenciou o “entrosamento perfeito entre Governo e Forças Armadas” (O LIBERAL, 03 de abril de 1964) no controle da situação política, e não tardou as autoridades civis lançarem notas na Imprensa após o golpe. O prefeito de Belém, Luís Geolás Carvalho publicou que desde os primeiros instantes da crise esteve ao lado das Forças Armadas para trazer “a tranquilidade e a paz” dentro dos princípios da disciplina e da hierarquia (*Idem*). Ou, por vezes, as contradições encarnaram as posturas políticas daquele momento. Como no caso do governador trabalhista Plínio Coelho, que no primeiro momento demonstrou confiança “na ação patriótica do presidente João Goulart [...] recolocando o país em seus verdadeiros destinos, dentro da legalidade” (A GAZETA, 01 de abril de 1964). Posteriormente, afirmou que o Amazonas foi “um dique contra a desordem comunista” (JORNAL DO COMMERCIO, 08 de abril de 1964), em cerimônia realizada no Palácio Rio Negro declarou que a “revolução” libertou o país da implantação de um “regime comunista castrista” e que a deposição de João Goulart foi “uma revolução de

elevado sentido histórico” (JORNAL DO COMMERCIO, 10 de abril de 1964). Deste modo, o conceito de cultura política é relevante para “entender comportamentos políticos e o peso de relações estruturais” e como “as tradições preexistentes impactam as escolhas políticas e impõem certos limites aos agentes” (MOTTA, 2018, p. 131).

Entretanto, a movimentação de resistência foi deflagrada nas primeiras horas do dia 01 de abril de 1964, quando lideranças sindicais do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da União Acadêmica Paraense (UAP) convocaram trabalhadores, estudantes e populares para acompanhar a *Vigília Cívica pela Democracia* (CUELLAR; PETIT, 2012). Também, no seio do operariado amazonense, o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores dos Serviços Portuários decidiram por paralisar as atividades e decretaram greve na orla portuária do *Roadway* até “que se normalize a situação no país, com a manutenção da ordem e da legalidade, sob a orientação do presidente João Goulart” (A GAZETA, 01 de abril de 1964). Os primeiros solidários a greve foram os empregados da Refinaria da Companhia de Petróleo do Amazonas (COPAM), paralisaram a produção de gasolina e outros derivados de petróleo, estivadores e portuários, metalúrgicos, gráficos e outros operários endossaram a solidariedade ao movimento contrário a “rebelião de Minas Gerais”.

Contudo, pela Amazônia, as ações de resistência foram gradativamente sufocadas e reprimidas pelos militares, bem como tomavam as ruas os movimentos conservadores em comemoração à vitória do golpe a fim de demonstrar repúdio aos subversistas. No Amazonas, o General Madeira não hesitou em intimidar os trabalhadores e estudantes que planejavam executar a greve geral em consonância com a CGT. No Pará, ameaçaram invadir sindicatos e forçar os operários a retornar ao trabalho. O superintendente regional da Petrobras, Abeillard Hasselman, foi afastado por ordem do General Ramagem, após boatos de que no Depósito Tapanã haveria um esconderijo de armas pequenas e munições (EUA, A-53). Sua saída significou, aos olhos do Consulado americano, o fim do controle comunista dos

trabalhadores na região. A União dos Estudantes do Pará (UAP) foi considerada foco da esquerda em Belém, pois, foram encontrados equipamentos tchecos e demais propagandas subversivas insinuando que a instituição tinha estreitos laços com o comunismo e não hesitaria em apoiar as forças contrárias aos golpistas.

No Amapá, o governador Terencio Porto apreendeu das livrarias e bancas “literatura comunista” e outras publicações consideradas subversivas a fim de demonstrar lealdade ao novo regime. Em Belém, livros orientados para a esquerda e comumente vendidos nas livrarias locais desapareceram das prateleiras (EUA, Reações adicionais da Amazônia, A-56). Em maio de 1964, o Consulado Americano decretou enfaticamente que a “Revolução finalmente chegou à Amazônia” ao afirmar que a repressão à subversão que caracterizou abril, deu lugar a uma investigação mais abrangente sobre desonestidade política, corrupção e contrabando (EUA, Resumo Mensal, A-66).

A consolidação da ditadura na Amazônia exigiu o expurgo da cultura política anterior ao golpe, deste modo, o desejo aparente era de desassociar a política do regime da antiga política, bem como evitar a associação desses sujeitos a sua “nova cultura política”. Isto é evidente nas cassações do governador Aurélio do Carmo (PSD — Pará) ligado ao ex-presidente Juscelino Kubistchek e do governador Plínio Coelho (PTB — Amazonas) associado a cultura política trabalhista. Nas Forças Armadas também aconteceram expurgos, de modo que a suspeita renúncia do general Orlando Ramagem, então Comandante Militar da Amazônia e da Oitava Região Militar, tenha sido pressionada em vistas de sua íntima associação com o ex-presidente Juscelino Kubistchek e considerado fraterno ao PSD do estado do Pará. Igualmente, o general Madeira por ter sido associado ao presidente João Goulart e conseqüentemente a sua imagem ligada ao “esquerdismo”, foi transferido para a reserva através do Ato do Comando Supremo da revolução nº 3 de 11 de abril de 1964.

Além do mais, a denúncia de interferências estrangeiras, em especial a dos EUA, a partir de 1965, tornou evidente o perigo das fragilidades da região e de suas fronteiras. Seu maior crítico foi o governador do Amazonas, Arthur Reis, considerado pelas autoridades estadunidenses como insuflador do nacionalismo contra a “internacionalização da Amazônia”, seu temor era de que um dia a Amazônia deixasse de fazer parte do Brasil. Neste aspecto, somava também as ameaças comunistas vindas das fronteiras através da Guiana Britânica, pois, logo após a sua independência em 1966 fortes correntes comunistas possibilitariam um futuro eixo Guiana-Cuba (EUA, Resumo mensal-maio, A-34). Por conseguinte, o grande receio das autoridades estadunidenses era o crescimento de adeptos aos movimentos *antiamericanistas* ou *anti-estrangeiro*, pois, temiam por atrapalhar os investimentos do capital estrangeiro na região. Não obstante, fica nítido que além de desmobilizar focos revolucionários adeptos ao comunismo em vista da guerra fria, era preciso também desarticular o nacionalismo que unia variadas vertentes ideológicas contrárias a prática exploratória da região por nações estrangeiras.

Havia uma forte expressão de antiamericanismo nos estudantes paraenses, em 1966, declararam em manifesto que o governo brasileiro havia entregado o país a interesses estrangeiros: “Esse povo nunca ficará calado contra a opressão, a dominação, a repressão policial, os massacres de estudantes e trabalhadores, as prisões, as torturas e a entrega do Brasil à dominação estrangeira, com a progressiva ocupação da Amazônia”. Pelas ruas de Belém, pichações contra a ditadura e slogans antiamericanos como “Yankee Go Home” tomavam a tônica do momento (EUA, Expressões de descontentamento, A-13). Em 1967, estudantes pararam em frente ao prédio do Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USIS) em Belém, após o discurso-manifesto proferido por um estudante, lançaram objetos em direção ao prédio e quebraram alguns vidros (EUA, Resumo — abril, A-50). Em outro protesto, queimaram uma réplica da bandeira ame-

ricana e marcharam em direção ao prédio da USIS, onde novamente atiraram pedras nas janelas (EUA, Resumo — maio, A-56).

Os protestos em forma de pichações tomaram as ruas de Macapá antes da visita presidencial à Amazônia em 1968. Frases antigovernamentais como “Abaixo a Ditadura” apareceram pichadas nas paredes de vários prédios públicos e até mesmo na residência do general Ivanhoé Gonçalves, então governador do Território Federal do Amapá. As pichações foram rapidamente apagadas e nenhuma publicidade foi dada ao incidente, nada foi divulgado nos jornais locais e a apuração dos fatos pelo consulado foi dada através de turistas que viajavam de Belém para Macapá (EUA, Atividade Anti-governo, A-19).

Durante a visita do General Costa e Silva pela Amazônia em 1966, foram distribuídas cópias de manifesto estudantil na Universidade do Amazonas e em várias escolas secundárias de Manaus, o manifesto tecia violenta crítica à “ditadura brasileira” e ataques a Costa e Silva (EUA, A-13), além disso, um estudante foi preso em frente ao hotel onde estava hospedado o general, por carregar uma pistola e agir com suspeita. Em sequência, um plano subversivo contra o general foi descoberto pelo Exército em Belém, trinta pessoas foram detidas e presas, fato que levou o coronel encarregado da segurança afirmar que “os comunistas eram ativos no Pará” (EUA, Costa e Silva, A-1). Posteriormente, foram denunciadas as ações de Ruy Barata, Raimundo Serrão e Benedito Monteiro acusados de participarem do suposto “complô subversivo” contra o general durante sua estadia na cidade, o que acarretou a negarem seus mandados de habeas-corpus pelo Supremo Tribunal Militar em razão de seus “atos contrários à segurança nacional” (EUA, Resumo — setembro, A-16).

Em 1967, um grupo de estudantes coordenados pelo venezuelano Ricardo Gomez foram acusados de “terem arquitetado plano subversivo com a finalidade de iniciar intenso treinamento destinado ao desencadeamento de guerrilhas no interior amazonense” (QUEIRÓS, 2019, p. 41). O processo de Inquérito Policial Militar afirma que Gomez viera ao Brasil para “recrutar alguns elementos que o

auxiliassem numa futura ação de guerrilha com a finalidade de fazer a libertação de toda a Amazônia sul-americana da exploração do imperialismo” (*Idem*, p. 42). Entretanto, a guerrilha não passou de suas fases iniciais de execução, foram detidos pelas Forças Armadas nos arredores de Manaus. O Consulado Americano descreveu o grupo guerrilheiro como “mal organizado”, composto por cinco jovens brasileiros liderados por um “agitador venezuelano treinado”, reconhecido como um especialista em subversão na América Latina, especialmente na Colômbia e nas Guianas, e provavelmente preso em seu próprio país por subversão. “Suas tentativas de agitar a população local aparentemente não tiveram sucesso e treze dias depois foram apreendidos pelas forças militares, completamente desorientados, quase sem comida e totalmente desanimados” (EUA, Guerrilhas em Manaus, A-149). Juntos estiveram, o trabalhador rural José Severino Ferreira (trabalhador rural), o soldado do 27º Batalhão de Infantaria Sebastião Lustosa Brasil e os estudantes Walmen Melo Botelho, Mário José de Lemos Monteiro e Carlos Washington de Lemos Botelho. O movimento ainda contou com apoio de “líderes intelectuais” em Belém, entre eles o agrônomo Raimundo Nonato Sobrinho, o engenheiro civil Antonio Roberto Pinto Guimarães e do funcionário público Vicente de Paula Moura Costa, estes não estiveram na ação in loco. Segundo César Queirós (2019) a operação de captura dos guerrilheiros envolveu mais de 45 homens da polícia militar e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Enquadrados no art. 25 da Lei de Segurança Nacional, o advogado de defesa rogou pela inocência dos acusados ao declarar que a finalidade não era um “movimento subversivo, mas de defesa da Amazônia” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23 de março de 1968). Apenas Ricardo Gomez e o agrônomo Raimundo Sobrinho foram condenados, os demais foram absolvidos.

No mesmo ano do julgamento dos guerrilheiros, outra circunstância levou visível incômodo à ditadura. Quatro presidiários estrangeiros fugiram do presídio São José em Belém, entre eles o próprio Ricardo Gomez. A polícia determinou o sigilo das informações para a imprensa com a justificativa de que as notícias poderiam causar pãni-

co à população, contudo, a operação de caça aos fugitivos movimentou a cidade e manteve curiosos na rua. Outro fugitivo, o peruano Jorge Odrias, confessou ao jornal *O Liberal* que não havia um plano definido de fuga, questionado se havia algum plano terrorista traçado e capitaneado pelo guerrilheiro Gomez, afirmou que não (*O LIBERAL*, 08 de outubro de 1968). O bairro da Sacramenta foi fortemente policiado por patrulhas da Aeronáutica e guardas da Polícia Militar, o japonês Yashuhiro Matsura ao trocar tiros com a polícia foi fuzilado por um soldado, “em seus bolsos foram encontradas 10 balas, algumas cédulas e um mapa da cidade de Belém” (*Idem*). Preso por uma patrulha da Aeronáutica próximo da pista da Base Naval de Val de Cães, o estadunidense Eugene Ralph Robertson ao perceber a impotência de sua resistência simplesmente rendeu-se. Por fim, a operação movimentou 180 soldados fortemente armados com o apoio do efetivo da Aeronáutica, que utilizou um avião teco-teco para sobrevoar o local.

Diante dos acontecimentos que perturbaram a Amazônia nestes últimos meses, o temor de uma possível “comunização” pode ser encontrado no discurso do economista Ramiro Nazaré aos membros do Lions Clube de Belém, ao afirmar que o “próximo Vietnam do mundo” seria a Amazônia. A condução desta convicta perspectiva teleológica pode estar embasada em vista da tentativa de efetivação de guerrilha e na posterior fuga dos estrangeiros que puseram em xeque a ordem pública da região. Direcionou a má organização do movimento na execução de seus planos como fator chave de sua desmobilização: “chamou a atenção para o que poderiam fazer os fugitivos se fossem em maior número ou estivessem melhor armados. Eu não tenho dúvidas de que eles dominariam tranquilamente uma cidade”. Também salientou a presença de subversivos nas forças militares e tão somente o despreparo destas no controle da subversão, caso contrário o possível sucesso das forças subversivas poderia levar “a repetição do fato do encouraçado *Potenkin*” na Amazônia (*O LIBERAL*, 10 de outubro de 1968). Dessa forma, as resistências, mesmo derrotadas ou silenciadas, provocaram nas forças reacionárias o temor do êxito de suas forças contrárias aos autoritarismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia esteve sobre constante vigilância durante a ditadura, seja por agentes externos (Secretaria de Estado dos EUA) ou por agentes internos através do Serviço Nacional de Informações (SNI). Desta forma a região permaneceu sobre forte aparato de controle político-ideológico, permitiu ao regime impor faces de seu autoritarismo sobre as bases sociais. Logo, a tese da guerra contrarrevolucionária serviu para dar razões a perseguições de opositores ao regime. Ademais, o perigo da subversão foi real na Amazônia e suas fronteiras foram consideradas focos de subversão, ou de entrada de estrangeiros onde haveria a troca de experiências destes sujeitos com os brasileiros ao visar à luta contra o autoritarismo. Assim, o receio constante das resistências dos sujeitos contrários à ditadura, permitiu a ditadura reagir através de intensa presença militar nas cidades de Manaus e Belém através das Forças Armadas e Policiais Militares, os sujeitos resistiram a repressão em diversos lugares e movimentos considerados hostis ao regime, contrariando o discurso de “passividade” que marcou profundamente a história dos sujeitos sociais da região.

Portanto, não podemos nos furtar de uma análise capaz de traçar relações entre os fatores internacionais, nacionais e regionais, a fim de esclarecer a complexidade de uma região amplamente vigiada por estrangeiros num contexto global de “Guerra Fria” e marcada por uma situação colonial reforçada durante o período da ditadura militar. Aliás, é fundamental o entendimento da dinâmica de articulação e alianças ideológicas entre agentes estrangeiros e nacionais que mantiveram forte aparato de vigilância e dominação política sobre a Amazônia, dentro de relações de conciliação e acomodação de apoiadores do regime desde o golpe em 1964. Não obstante, as resistências a ditadura militar se materializaram em diversas faces opondo-se aos autoritarismos de estado em múltiplas ações na região amazônica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BALANDIER, Georges. 2014. A situação colonial: abordagem teórica. **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 1. São Paulo, 2014.
- CALIL, Gilberto. O sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. *In*: MATTOS, Marcelo B; VEGA, Rúben. **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- CUÉLLAR, Jaime; PETIT, Pere. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169 — 189, janeiro — junho, 2012.
- MOTTA, Rodrigo P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018.
- QUEIRÓS, César A. B. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. **Revista Labirinto**, v. 31, 2019.
- RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: Cenas e Cenários do Amazonas**. 6. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.
- TRINQUIER, Roger. **Modern Warfare: a french view counterinsurgency**. London: Pall Mass Press, 1964.

PERIÓDICOS:

- A Gazeta (Manaus)
A Província do Pará (Belém)
Folha de São Paulo, Suplemento da Amazonia (São Paulo)
Jornal do Commercio (Manaus)
O Liberal (Belém)

DOCUMENTOS OFICIAIS:

No Repositório Digital da Brown University:

- EUA, Arquivo Nacional. **Amazônia e a Revolução Anti-Goulart**. Nº A-53 Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 5 de abril de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. **Resumo mensal — maio**. Nº 66 — Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 5 de maio de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. **Reações adicionais da Amazônia às revoluções anti-Goulart**: movimento conservador em andamento. Nº 56 — Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 15 de abril de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. **Resumo mensal - maio**. Nº A-34 — Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 14 de junho de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. **Resumo mensal — setembro**. Nº A-16 — Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 11 de outubro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. **Expressões de descontentamento dos estudantes no norte**. Nº A-13 — Confidencial. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. **Costa e Silva visita a Amazônia**. Nº A-1 — Não classificado. Aerograma da Embaixada Americana (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (EUA), 2 de setembro de 1966.

EUA, Arquivo Nacional. **Resumo Mensal, abril**. Nº A—50. Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 5 de maio de 1967.

EUA, Arquivo Nacional. **Resumo Mensal, maio**. Nº A—54. Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 6 de junho de 1967.

EUA, Arquivo Nacional. **Guerrilhas de Manaus vão a julgamento**. Nº-149 — Limitado para uso oficial. Aerograma da Embaixada Americana (Brasília) para o Departamento de Estado (EUA), 23 de janeiro de 1968.

EUA, Arquivo Nacional. **Atividade Anti-governo no Amapá**. A-19 — Limitado para uso oficial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 9 de agosto de 1968.

Juventudes, Culturas
e Identidades:
leituras a partir
da História e
Historiografia

“É tão sério e selvagem!”: ressonâncias juvenis no disco Dois da Legião Urbana

Ramone Maria de Sousa Silva¹

Edwar de Alencar Castelo Branco²

INTRODUÇÃO

Os anos 1980 foram marcados por acontecimentos que suscitaram as composições do Rock nacional dessa década efervescente, especialmente as letras do vocalista e compositor Renato Russo, que ascendeu nesse contexto como líder da banda brasileira Legião Urbana.

As múltiplas interpretações das canções do grupo se relacionam às tensões perpassadas no panorama sociocultural e político da geração oitentista. Dessa forma, se torna primordial discutir a quebra de barreiras, assim como as frustrações do presente experienciado, pois o estado desses jovens remetia à rebeldia e contestação e, através da música, constituíram uma linha de fuga em relação aos valores padronizados.

-
- 1 Mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em História do Brasil- PPGHB-UFPI. Bolsista da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). E-mail: ramone.hist@hotmail.com.
 - 2 Professor titular da Universidade Federal do Piauí, Doutor em História e Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: edwar2005@uol.com.br.

No decurso da Arte Musical ressoada nos trabalhos lançados pela Legião Urbana, o disco *Dois*, de 1986, abordou em seu eixo temático, assuntos mais serenos e pessoais, se comparado ao seu antecessor autointitulado *Legião Urbana*, de 1985. À vista disso, compreende-se que tais letras e canções foram fomentadas por descreverem o convívio dos jovens, seus medos e descobertas no campo afetivo e das relações amorosas e suas consequências, muitas vezes conflitantes.

Este disco condensou lirismos e harmonias suaves, sem deixar de abranger questões de cunho social, embora, àquela altura, não fosse mais a intenção da banda fazer críticas corrosivas, mostrando que a linguagem das letras sofreu transformações. O que distinguia este disco do anterior, embora apresentasse uma leve influência *Punk*, era o elo de proximidade do eu com o outro, onde os integrantes convergiram as experiências mais intimistas dos jovens, descobrindo o amor adolescente, a amizade e a vida.

Mediante tais óticas referenciais, o presente trabalho propõe-se a analisar as ressonâncias juvenis que atravessaram a juventude da década de 1980, a partir das nuances líricas e estéticas do disco *Dois*, da Legião Urbana, lançado no ano de 1986. Procurou-se discutir em que medida o eu lírico das canções condensa em seus lirismos as promessas, os sonhos e incertezas do que é o jovem despertando para a vida e tendo que lidar com as frustrações da faixa etária que se situa entre a adolescência e a vida adulta.

Ademais, as canções expressam essa relação da dimensão entre o sujeito, o lugar e sua individualidade, onde os mesmos (des) constroem a noção de tempo, de pertencimento. No tocante ao teor metodológico, além de letras de canções, utilizamos fontes tais como biografias e entrevistas concedidas por Renato Russo.

“O CONCRETO JÁ RACHOU”: ECOS VIBRANTES SOB AS PAISAGENS SONORAS DO PLANALTO CENTRAL

O *Rock* nacional emerge essencialmente vinculado à juventude da década de 1980. Nesta época, este gênero musical se solidifica nacionalmente, e os jovens que vivem “no contexto de transição para a democracia aos primeiros anos da nova república” (ROCHEDO, 2011, p. 11) formam o público consumidor do eixo cultural criado por bandas musicais que então eclodem, como a própria Legião Urbana.

Esta juventude faz parte da classe média nacional, consumidora dos bens culturais propagadas pela solidificação da música elétrica no país. O usufruir da posição de jovens pertencentes a famílias com situações econômicas favoráveis se apresenta como um coeficiente substancial para que estes e seus circuitos de amigos desfrutassem de experiências juvenis em um ambiente paradoxal diluindo porções da ilusória sensação de liberdade na severidade das regras impostas pelo regime de exceção em trânsito no Brasil da época.

No texto intitulado *Carro zero e pau - de - arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*, os autores Maria Hermínia Tavares e Luiz Weiz (1998) discutem que, dentre outros fatores que o ascenderam, este foi também uma conquista de uma parcela conservadora de instâncias da sociedade brasileira que o apoiaram. Para muitos o silêncio parecia ter sido a única opção para mediar o temor.

No entanto, existiram formas de implodir o silêncio quando as subjetividades encontravam-se ameaçadas de paralisia (GUATTARI, 2010). Em partes, esta oposição se fomentou por intermédio de indivíduos pertencentes à classe média brasileira, nas pessoas de estudantes universitários, intelectuais e diversos sujeitos - artistas de múltiplos setores da arte emitindo sons roucos, em prol de frestas de liberdade.

Sendo assim, se torna primordial discutir a quebra de barreiras, o ideal de sonhos, aspirações, assim como as frustrações e incer-

tezas do seu presente, o que remetia à “flexibilidade, inquietude, transição, rebeldia e contestação” (ROCHEDO, 2011, p. 12), pois o estado daqueles jovens os quais, no mais das vezes através da música, constituíram uma linha de fuga em relação aos valores então padronizados no meio social em que se encontram.

As grandes novidades descortinadas no horizonte oitentista propuseram as transformações dos discursos e a composição de uma trilha sonora representativa da geração que estava surgindo ao sol. Em contrapartida a movimentos geracionais observados anteriormente, existia, desta vez, o fio que os conectava, os elos de ligação que davam o tom à produção dessas práticas e identificavam os jovens como elemento chave desse mosaico, no qual os aspectos relacionados às percepções das identidades juvenis passam a ser ressaltados no *establishment* cultural.

Nesse sentido, artistas do emergente Rock brasileiro da época cantavam, em suas letras, as inúmeras faces da sociedade vigente e também dos desdobramentos da vida dos jovens vivendo nas cidades. Um dos artistas que tematizou essas questões em suas composições foi Renato Manfredini Júnior, filho do economista Renato Manfredini e da professora de Inglês Maria do Carmo. Nascido em 27 de março de 1960, no Rio de Janeiro, Renato Russo se tornou líder da Legião Urbana. Leitor ávido de poesia, seus principais referenciais foram os textos dos poetas Carlos Drummond de Andrade e Shakespeare. Na música, seus ídolos eram Bod Dylan, The Beatles e os Sex Pistols.

Conforme o jornalista e biógrafo Arthur Dapieve, o músico adotou o nome artístico de Renato Russo inspirado em pensadores como Jean Jacques Rousseau e Bertrand Russel (DAPIEVE, 2000). Os movimentos juvenis trazidos pela música urbana davam fôlego ao jovem que, dentre tantas aspirações, lutava por tons libertários em uma sociedade aprisionada por paradigmas. Desse modo, a música funcionou como um instrumento catalisador de metamorfoses.

Renato Russo tematizou a política vigente, tão em desesperança nos anos 1980, e valores existenciais e universais como o amor e a amizade, que se relacionam aos conflitos perpassados na vida e no espaço sociocultural do artista e que são apropriados pelos jovens que vivem na cidade, sobretudo por estas serem dificuldades e tensões que são vividas por grande parcela do público da Legião Urbana.

A chegada de Renato Russo à Brasília e a música urbana que fará surgir grupos e estilos juvenis articulados à formulação de uma sonoridade urbana, em finais da década de 1970, dos quais ele fez parte, com a formação da sua primeira banda em 1978, o Aborto elétrico³, com influências do Punk Rock inglês, norte-americano, e de seus subprodutos. A dissolução do Aborto Elétrico pode ser lida como um capítulo na história dos sujeitos envolvidos que ocorre entre o findar de uma era e o alvorecer de outra.

O desmembramento de seus componentes, em 1982, os quais eram Renato Russo, Felipe (Fê) Lemos e Flávio Lemos, foi crucial para o surgimento da Capital Inicial, agregando para sua formação o vocalista Fernando (Dinho) Ouro Preto, e da Legião Urbana, que veio a se tornar uma das bandas de maior representatividade do cenário nacional, tendo à frente os músicos Renato Russo, Dado Villa Lobos, Marcelo Bonfá e Renato Rocha.⁴

3 Segundo os traços biográficos da juventude de Renato Russo narrados por Arthur Dapieve, a banda recebeu esse nome após um episódio ocorrido em Brasília, onde uma jovem grávida, reprimida pela polícia com um cassete, perdeu o filho em gestação. Todavia, também é possível encontrar versões alternativas contadas por Fê Lemos, onde ele afirma que em conversas entre ele, Renato Russo e André Pretorius, o nome teria sido sugerido por este último que fez parte da primeira formação do Aborto Elétrico, mas deixou Brasília após o chamado para servir o exército na África do Sul, seu país natal.

4 Além de Renato Russo nos vocais, a Legião Urbana, a partir de 1985, foi formada por Eduardo Dutra Villa-Lobos, mais conhecido como Dado Villa-Lobos, nascido em Bruxelas, em 29 de Junho de 1965 (guitarra); Marcelo Augusto Bonfá, nascido em Itapira em 30 de Janeiro de 1965 (bateria) e Renato da Silva Rocha, conhecido como Billie e/ou Negrete, nascido no Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1961 (baixo). Renato Rocha, porém, deixou a banda em 1989 após desentendimentos acerca da sonoridade do disco *As Quatro Estações*. A Legião encontrava-se experimentando outras influências musicais, entretanto, Renato Rocha discordava destas experimentações por se distanciarem significativamente da musicalidade do álbum anterior. Em meio à isto, outros conflitos somaram para o agravamento da situação, culminando na saída do citado integrante.

Ao sobrevoar as paisagens sonoras de Brasília e narrar as invenções de uma juventude cantante ao som de três acordes, é possível perceber que um disco da banda certa era tão capaz de escancarar as janelas de uma amizade, assim como exaltar os ânimos no Planalto Central. É desta forma que Paulo Marchetti, jornalista e cidadão de Brasília, vislumbra o limiar desta ebulição cultural que levaram à fabricação destas bandas fecundadas entre o crepúsculo da ditadura e o alvorecer da nova república, no qual:

Quem estivesse em Brasília tornou-se testemunha de uma revolução sonora. [...] A cidade experimentou um *boom* sem precedentes na sua vida cultural. Centenas de bandas se acotovelavam buscando tomadas para conseguir um lugar no panteão da música brasileira. O rock corria nas ruas e entrequadras do Plano Piloto e das cidades satélites. A cena musical da cidade, contudo, só viria a ganhar fama nos agora distantes anos 80. Foi quando Legião Urbana, Capital Inicial e Plebe Rude tomaram o país como pontas de lança do que viria ser chamado de Rock Brasília (MARCHETTI, 2013, p. 09).

Os agenciamentos e vivências operacionalizadas sob o espectro do cotidiano juvenil brasiliense tematizaram e significaram uma diversidade das composições contidas no repertório das inúmeras bandas formadas debaixo do sol brasiliense, especialmente da Legião Urbana. Os significados endossados no prisma daquilo que significou habitar o “jardim da infância do rock brasileiro” (MARCHETTI, 2013), recompondo de signos os espaços da urbanidade, afetavam sujeitos que por vezes sujeitando-se, e outras tecendo insubordinações a ela, imprimiam afetações peculiares das histórias que escreveram entre o “crepúsculo e a revolução sonora” testemunhada nas ruas do Planalto. À vista disso, onde as identidades juvenis dos novos tempos acompanhavam a pulsação frenética e, assim, escapavam das amarras do preconcebido. Mostravam-se tão efêmeras como as fugidias previsões de um futuro anunciado e contornos um tanto duvidosos.

As discursividades, seus efeitos e produções de sentidos elaboradas com base nas nuances de Renato Russo sobre traços da juventude que cantava se fizeram possíveis, notadamente, por causa do experimento de subjetivações efetivadas na cidade legadas por um período travesso de uma adolescência enérgica, com gosto de seca, rock e amigos. Os jovens roqueiros de Brasília estabeleceram um estilo cultural alternativo e bem diferente ao que até então se tinha na cidade onde “no começo andava todo mundo era Punk mesmo, rasgado” (RUSSO *apud* ASSAD, 2000, p. 27). Diante disso:

A centralização do grupo em torno das ideias provenientes dos punks ampliou-se conforme avançaram os anos 70 e 80, tanto para Renato quanto para os demais sujeitos que habitavam a região da colina. Assim como outros jovens espalhados pela cidade, mostrava um comportamento tipicamente punk. O caráter circular do estilo permitia sua apropriação por inúmeros grupos de indivíduos, que se sentiam atraídos por essa nova forma de manifestação (PRADO, 2012, p. 33-34).

Baseado em trejeitos do movimento *Punk*, à procura de um sentido, esses jovens rebeldes deram vazio a uma pluralidade identitária que, mais do que uma expressão musical, era uma expressão de vida, de contestação e desprezo aos valores estabelecidos. O movimento *punk* que influenciou os roqueiros brasilienses no final dos anos 70 foi impulsionado pelo lema do *it yourself* (faça você mesmo), pois assim os jovens, para fazerem rock, não necessitavam ter a técnica musical que o rock progressivo requeria (ABRAMO, 1994).

“TEMOS NOSSO PRÓPRIO TEMPO”: A DIMENSÃO ENTRE O SUJEITO E A NOÇÃO DE TEMPO.

Com o disco *Legião Urbana*, primeiro trabalho da banda, lançado em 1985, o principal comunicado enviado ao público era a procura por novas resoluções, mesmo que se tratasse de possibilidades. A luta para

concretizar tais possibilidades contribuiria para a diminuição ou estabilização das esferas socialmente caóticas presentes em um país que lutava para sair de um regime ditatorial que perdurou por vinte anos.

A politização e os interesses pelas questões sociais serviram de alicerce para a construção poética de muitas canções da banda, nos seus três primeiros discos. Porém, no segundo disco da banda, Renato Russo, Dado Villa-Lobos, Marcelo Bonfá e Renato Rocha não desejavam somente expor os problemas crônicos da pátria.

Nesse sentido, produziram um álbum que desse vazão aos sentimentos universais, das sensações de ordem micropolítica e dos sonhos de cada um, conforme ressaltado na fala a seguir.

Não estamos mais a fim de cuspir em cima dos outros. Eu acho que isso foi coisa de um momento, já foi feito [...] A mudança se manifesta mais na temática. A gente está pegando exatamente o que a gente falava no primeiro disco, mas ao invés de ser aquela coisa corrosiva, aquela coisa de atacar, estamos tentando dar um recado (RUSSO *apud* ASSAD, 2000, p. 81).

No decurso das palavras ressoadas por Russo, entendemos que o álbum *Dois*, de 1986, abordou em seu eixo temático, assuntos mais serenos e pessoais, se comparado ao seu antecessor. À vista disso, é elucidado que tais letras e canções foram fomentadas por despreverem o convívio dos jovens, seus medos e descobertas no campo afetivo e das relações amorosas e suas consequências, muitas vezes conflitantes. Esse álbum condensou lirismos e harmonias suaves, sem deixar de abranger questões de cunho social, embora, àquela altura, não fosse mais a intenção da banda fazer críticas corrosivas, sendo que:

As agruras provocadas pelas diversas crises dos tempos pós-modernos inferiram em muitos desses sujeitos históricos juvenis a sensação de um futuro incerto o bastante para se sonhar com sociedades ideais. A situação os impelia a vê-la, pensá-la e tentar entendê-la e isso não signi-

ficou passividade por parte daqueles sujeitos em nenhum momento. A frustração e a exaltação do individualismo não foram exclusividade da década de 80, mas nota-se que nestes anos se chegou ao cume de tais sentimentos (RAMOS, 2010, p. 103).

Ao proferir que o grupo estava fazendo o mesmo que já tinha feito em seu álbum antecessor, o vocalista nos mostra que a linguagem das letras sofreu transformações. O que distinguia este disco do anterior, embora apresentasse uma leve influência *punk*, era o elo de proximidade do eu com o outro, onde os integrantes convergiram as experiências mais intimistas dos jovens, descobrindo o amor adolescente, a amizade e a vida.

Na corrente desse debate, é oportuno pensar à luz da ideia de *Geração* como um tempo móvel, urdida pelo filósofo Jean-François Sirinelli (SIRINELLI, 2006), o qual não a delimita a uma linha cronológica de se perceber e/ou narrar os episódios de personagens envolvidos em um tempo histórico, enxergando-os enquanto sujeitos de uma história cíclica.

Observadas as particularidades nos constructos de cada tempo vivenciado, as identidades juvenis nos anos 1980 transbordavam sobre os sujeitos e seus corpos vibráteis (ROLNIK, 2016), transformando-os em uma vazante, como enunciados nos fragmentos líricos abaixo, presentes na canção Tempo perdido, uma das principais faixas do disco Dois da Legião Urbana.

Todos os dias quando acordo
Não tenho mais
O tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo
Todos os dias
Antes de dormir
Lembro e esqueço
Como foi o dia

Sempre em frente
Não temos tempo a perder
Nosso suor sagrado
É bem mais belo
Que esse sangue amargo
E tão sério
E selvagem! Selvagem!
Selvagem!
Veja o sol
Dessa manhã tão cinza
A tempestade que chega
É da cor dos teus olhos
Castanhos
Então me abraça forte
E diz mais uma vez
Que já estamos
Distantes de tudo
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo
Não tenho medo do escuro
Mas deixe as luzes
Acesas agora
que foi escondido
É o que se escondeu
E o que foi prometido
Ninguém prometeu
Nem foi tempo perdido
Somos tão jovens
Tão jovens! Tão jovens!⁵

Os versos ressaltam a angústia juvenil que atravessa a juventude da década de 1980, intercalados por um instrumental e características harmônicas marcantes à sonoridade da banda naquele momento, utilizando - se de intervalos musicais considerados mais maduros e não tão vistos em outras canções do Rock nacional, a citar o dedilhado que abre a canção. A narrativa da canção é pulsante em evidenciar o refletir sobre a passagem do tempo. O autor fala à juventude, vocalizando sobre a voracidade do tempo, cada vez mais efêmero. É o reflexo da busca incessante por algo a se acreditar e por experiên-

5 URBANA, Legião. Tempo perdido. In: **Dois**. Composição de Renato Russo. EMI-Odeon, 1986.

cias inseridas nesta temporalidade movente. O eu lírico condensa em seus lirismos as promessas, os sonhos e incertezas do que é o jovem despertando para a vida e tendo que lidar com as frustrações da faixa etária que se situa entre a adolescência e a vida adulta.

Os lirismos condensam um narrador crente que, apesar das adversidades da existência juvenil e de um tempo que escorre pelas mãos, não há espaço para desistências. Seguir em frente é a escolha pela qual se deve optar em meio à dias cinzas e tempestuosos, causadores de constantes desalentos. A canção expressa essa relação da dimensão entre o sujeito, o lugar e sua individualidade, onde os mesmos (des) constroem a noção de tempo, de pertencimento. O narrador, ao mesmo tempo em que se dirige aos outros jovens, faz uma autorreflexão sobre sua própria existência enquanto ser que está à procura de seu lugar ao sol, que sente medo dos desafios constantes, mas que procura dar sentido à sua vida para não torná-la um “tempo perdido”.

Ao enxergar o mundo a partir do olhar de si mesmo, o eu poético revela que o futuro nunca estará claro e sempre teremos o que temer, portanto, o jovem precisava estar precavido diante das lutas diárias e não se ausentar sem lutar. No final do túnel, há uma luz, um refúgio que se apresenta como uma aposta de confiança no porvir. Os versos oscilam entre as condições possíveis à juventude oitentista: há um paradoxo entre esperança e angústia. Mas, ambos os sentimentos se complementam entre si. “Dormir com a luz acesa” é admitir a existência marcante da sensação de medo que acompanha a construção subjetiva destes jovens. Este embate frequente entre uma juventude esperançosa e uma juventude que também sente medo do escuro, sujeita-a a um devir, levando-a a conhecer indivíduos viajantes sobre si.

Sob este enfoque, as observações focalizadas por Stuart Hall (2006) provocam a absorção da *Identidade* como uma celebração móvel, um deslocamento das estruturas que até então imaginávamos serem sólidas e estáveis, na qual os sujeitos perdem o “sentido de si” e

os seus quadros de referências preexistentes são reelaborados a partir dos fluxos redimensionais em que nossos reflexos já não transparecem idênticos a si mesmos e já não nos encontramos enclausurados em um “eu” exato, estanque, unívoco. Por intermédio desses desdobramentos, somos levados a tomar conhecimento dos movediços estilos e identidades não fixadas por entre os “eus” plurais que ora envaidecem, ora desorganizam, ora fragmentam-nos.

De fato, há uma linha tênue entre a ruptura e a continuidade. Nesta explanação, ao se pensar no sentido de Homi K. Bhabba (1998), a juventude da década de 1980 se enxerga submersa em *Identidades Intervalares*, deslizando por *entre-lugares* das subversões e sujeições do seu tempo, ao passo que o campo que orbitamos se revela fora da curva e é cercado por variantes que nos fazem refletir sobre o eu subjetivo que há em nós. Neste aspecto, em seus próprios termos, o pensamento Bhabbiano lança focos de luz em um emaranhado de reflexões, projetando visibilidade ao *vocabulário das diferenças* e às relações fronteiriças entre o eu e o outro, cruzando “[...] ‘entre-lugares’ [que] fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação — singular ou coletiva — que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação [...]” (BHABBA, 1998, p. 20) no ato de definir a própria ideia de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da música, atualmente, vem ganhando cada vez mais espaço no meio acadêmico e se configurando enquanto uma fonte histórica que ocasiona a disseminação de visões plurais. Por meio desta breve narrativa, foi nos oportunizado a viabilidade de irromper, engendrar interpelações por entre uma imensidão de indagações norteadoras da criação de outras tantas perguntas que atravessam essa abordagem em face das tensões, das subjetividades e dos deslocamentos identitários no e do espaço-tempo em

que Renato Russo e os contemporâneos da sua geração estiveram inseridos. Através destes aspectos, imprimiram em seus ditos, escritos e versos, um universo múltiplo e particular dos agenciamentos que guiaram o cenário emergencial destes roqueiros.

As faces disseminadas por Renato Russo nos discos lançados com a Legião Urbana permitem a revelação direta e indiretamente, de uma multiplicidade sentimental intensa no campo das afetividades. Na escrita deste trabalho, foi possível perceber que os discursos e lirismos exponenciados no disco Dois propiciaram uma discussão do vocalista, dos demais integrantes e dos sujeitos do seu ciclo enquanto atores históricos que propuseram uma intervenção em um dado momento vivido, através das conversações e das afetações exprimidas na arte musical que transbordaram a temporalidade da sua época.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

BHABBA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

PRADO, Gustavo dos Santos. **A verdadeira Legião Urbana são vocês (1985-1997)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012, 200 f.

RAMOS, Eliana Batista. **Rock nos anos 1980: A construção de uma alternativa de contestação juvenil** (Dissertação em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2010, 217 f.

ROCHEDO, Aline do Carmo. **Os Filhos da Revolução: A Juventude Urbana e o Rock brasileiro dos anos 1980**. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. 153f.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. São Paulo: FGV, 2006.

TAVARES, Maria Hermínia Almeida; WEIS, Luiz. Carro zero e pau — de —arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. *In*: NOVAIS, Fernando. SCHWARCZ, Lilian. **A história da vida privada no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

FONTES

BIOGRAFIAS

DAPIEVE, Arthur. **Renato Russo**: O trovador solitário. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

DISCOGRAFIA

URBANA, Legião. Dois. EMI-Odeon, 1986.

LIVRO DE MEMÓRIAS

MARCHETTI, Paulo. **O diário da turma 1976-1986**: a História do Rock de Brasília. 2 ed. Brasília: Pedra na mão, 2013.

LIVROS DE ENTREVISTAS

ASSAD, Simone. **Renato Russo de A a Z**: As ideias do líder da Legião Urbana. Campo Grande: Letra Livre, 2000.

O governo de Lauro Nina Sodré na criação do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant na formação profissional dos trabalhadores jovens e adultos na república de 1891 a 1897

Lucas Ayres Cardoso¹

A sociedade passava por um período de mudança, uma vez que com a saída do imperialismo, e a entrada da república, possibilitaria uma melhor educação, para tanto, a instrução educacional oferecida não supria as expectativas de uma formação qualificada, neste sentido, é importante refletir a priori sobre os trabalhos pioneiros, destinado aos estudos da educação profissional no Brasil, pois, geralmente difundem a ideia de que pouco se fez nesta área e que este pouco foi marcado de fracassos e escolhas equivocadas. Contudo, na perspectiva de trilhar novos caminhos sobre a história da educação pública no Brasil, esta pesquisa se volta à Sociedade Propagadora do Ensino e ao Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.

Neste sentido, esta escola foi criada no horário noturno por esta associação, para ensinar operários e/ou trabalhadores na diretriz de uma formação profissional que suprisse as necessidades das indústrias

¹ Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando na Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela UFPA. E-mail: ayrescardoso@ufpa.br.

que estavam adentrando a Província do Pará. Este ensino foi destinado à formação da força de trabalho de jovens e adultos, como uma política educacional de diversos governos na república, para além disso, é um tema que segundo Luiz Antonio de Carvalho Franco “tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira”. O tema representa uma alternativa de colocar ao público algumas questões do processo histórico do governo de Lauro Nina Sodré, uma vez que é definido na omissão do próprio conhecimento produzido a seu respeito em relação a muitas profissões no século XIX.

Analiso a educação na Província do Pará no âmbito de uma política de governo e de iniciativa do próprio estado a partir na segunda metade do século XIX, no governo de Lauro Nina Sodré em sua relação com o interesse de formação de uma mão-de-obra qualificada, no sentido de ter um operário e/ou trabalhador preparado para ser inserido formalmente no mercado de trabalho.

A pesquisa constitui um trabalho árduo, por isso a importância de sair do seu metier e visitar outros campos de conhecimentos de ensino e aprendizagens, para dialogar com o objeto de estudo. Neste sentido, é um processo contínuo de mudanças e transformações em consequências diretas, uma vez que, o autor adianta que no;

Período em que “O Ensino Público” foi editado encontrava-se fortemente influenciado pelas ideias republicanas e por amplos questionamentos acerca do poder central sobre as províncias. Esta centralização política e financeira interferia significativamente no campo educacional. A instrução tinha o papel de estabelecer o domínio da classe dominante ociosa que acumulava riquezas a partir do trabalho escravo (ROMANELI, 1991, p. 37).

Analisara que a educação era voltada a filhos de proprietários de empresas. No entanto, o Lyceu Benjamin Constant, desde a sua proposta de criação já surgia como um espaço de formação, que tornaria possível aos jovens e adultos serem inseridos nas in-

dústrias, para além disso, um currículo totalmente diversificado, pois, havia uma grande disparidade entre a educação primária e a secundária. Esta última apresentava um ensino que privilegiava a elite, todavia, no primário era para aqueles trabalhadores que exerciam a mão-de-obra o dia todo dentro das fábricas. Por isso, a necessidade de formação desses operários, uma vez que estavam trabalhando dentro das fábricas.

Todavia, conforme o autor ratifica que “A educação teria de arrastar-se através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, e incensantemente desagregada” (AZEVEDO, 1976, p. 76). Que separada pela elite dominante e os trabalhadores e filhos de trabalhadores que necessitavam sustentar as suas famílias, e principalmente, ficavam à margem de uma formação adequada e social, cultural e econômica. Segundo este autor a entrada da República minimizaria as desigualdades sociais por meio da educação de qualidade, uma vez que, no império havia uma educação muitas vezes sem sala de aula e sem prédios próprios, e acima de tudo, sem uma formação adequada para os professores.

Nesse sentido, pensar a educação, na medida em que os lyceus apresentam-nos os currículos e a formação desses professores, nos ajuda a refletir sobre o objeto de pesquisa, pois enfatiza que:

O período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadas. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano do Império, contávamos com uma frequência de 250.000 alunos em nossas escolas primárias e o crescimento quantitativo das escolas e matrículas se fazia muito lentamente [...]. Quanto aos índices de analfabetismo, a situação do conjunto do país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, era assustadora [...]. Verificamos, portanto, que em termos de realizações concretas pouco se fez pelo ensino elementar nas primeiras décadas republicanas, embora em outras áreas — como no ensino secundário e superior, e, sobretudo, no ensino pedagógico, técnico e profissional - tenha se observado um ligeiro desenvolvimento (PAIVA, 1987, p. 83-85).

Portanto, a visão de uma política educacional era voltada com relação aos jovens e adultos, pois, nas mentes dos nossos representantes a educação deveria ser focada para as elites do nosso Estado. Entretanto, analisara, que através da criação da (SPE) se teve a iniciativa nesta Província, de ter uma escola com turmas à noite, voltada àqueles trabalhadores que estavam inseridos dentro das indústrias, e que deveriam ter uma formação profissional para uma mão de obra qualificada, os quais poderiam permanecer em seus trabalhos dentro das fábricas na Província do Pará.

De acordo com “o Sistema Educacional público e gratuito era altamente excludente e a formação profissional, de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos humildes, pobres e desvalido” (ARAÚJO, 2007, p. 52), foi à forma encontrada para assegurar um “disciplinamento popular”, no sentido de garantir a legitimação da estrutura sócio econômica no Pará.

Nesse sentido, registra que “o que interessava a esses historiadores era a evolução da economia, e esta, por sua vez, os interessava porque evidenciava a estrutura e as mudanças da sociedade” (HOBSBAWM, 1991, p. 13). Por isso, o que prevalecia era a economia, pois era o mais importante, todavia, não há uma formação mais crítica, pois, dentro do governo de Lauro Nina Sodré, pois era fundamental a formação profissional, no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant para com os trabalhadores jovens e adultos que estavam inseridos nas fábricas e que necessitavam desta profissionalização para de fato em formação técnica.

O governador considerava que era necessária a criação de uma Sociedade Propagadora de Ensino para levar à frente uma série de medidas necessárias às melhorias da instrução e formação profissional pública paraense, principalmente em direção aos trabalhadores pobres. Diante disso, em 1892 ocorreu a criação

do “Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant”, sendo uma escola pública de ensino primário, com aulas de português, francês, história universal, geografia, aritmética, álgebra e geometria, desenho, pintura e contabilidade, na época denominada escritura mercantil, constando ainda o estudo da mecânica, da física, química industrial e de taquigrafia, além disso, esta última matéria ajudou muito com o serviço dentro da escola.

De acordo com Moura (1895) registra que as disciplinas do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant foram primordiais para muitos operários, pois esta escola estava preparando bons operários industriais e excelentes artistas, para, além disso, os professores faziam parte desta formação, onde eram reconhecidos por serem destacados em suas áreas nas quais ministravam aulas, portanto a importância do quadro abaixo em apresentar os professores em suas disciplinas:

PROFESSORES	DISCIPLINAS
Raymundo Espíndola	Portuguez
Octaviano Paiva	Francez
Capitão sabino Luz	Aritmética
Dr. Ignácio B. de Moura	Algebra
Dr. Henrique Santa Rosa	Geometria e Desenho Geométrico
Roberto Moreira Contabilidade	Contabilidade
Bernardino Marques	Geografia e História
Maestro José C. da Gama	Música
José de Castro Figueiredo	Desenho
João Florencio de Mello	Aula Primária

Fonte: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, 1895, p. 28.

Para, além disto, foi apresentado outro quadro por meio de dados do Jornal A Província do Pará de 1895, onde nele podem-se verificar os horários, dias e disciplinas ministradas no Lyceu de Artes Benjamin Constant que contava com 300 alunos que estudavam de segunda a sábado no turno da noite:

Horário das aulas do Lyceu de artes e Ofícios Benjamin Constant.

Segunda-feira	Aritmética	Das 7:00 às 8:00 da noite
Quarta-feira	Geographia e História	Das 7:00 às 8:00 da noite
Sexta-feira	Música	Das 7:00 às 9:00 da noite
Quarta-feira	Geometria Descriptiva e Desenho descriptivo	Das 7:00 às 9:1/2 da noite
Sexta-feira	Contabilidade e Escripuração mercantil	Das 8:00 às 9:1/2 da noite
Terça-feira	Portuguez e Francez	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Quinta-feira	Geometria e Desenho Geométrico	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Sábado	Desenho de Figuras e Ornatos	Das 7:00 às 9:00 da noite
Pará, 21 de janeiro de 1895, - Raimundo Espíndola, 1º secretário		

Fonte: Jornal A Província do Pará, de 24 de janeiro de 1895, no microfilme das obras raras do CENTUR.

As aulas ocorriam de segunda-feira a sábado, sendo, sempre à noite, o que demonstra a intenção de alcançar as pessoas das camadas populares. Quanto à estrutura curricular, é possível perceber a integração entre artes e ofícios, pois no currículo havia as ciências modernas, desenhos, pintura, música, desenho descriptivo e desenho de figuras, além do idioma francês. Todavia, se tratava apenas de formar uma mão-de-obra somente para a atuação técnica e para atuação estritamente mecânica, para além disso, formar trabalhadores com refinamento em diferentes ramos das artes.

No quadro abaixo podemos perceber que muitos professores lecionavam mais de uma disciplina. Ademais, alguns destes passaram a ensinar apenas no Lyceu, já que tinham se comprometido com a Sociedade Propagadora do Ensino, esforçando-se para formarem pessoas. Mas cabe destacar que muitos destes intelectuais eram renomados na sociedade paraense e destacados no meio intelectual pelo desempenho de suas habilidades em cargos públicos e em outros círculos. Este é o caso, por exemplo, da disciplina de música, que foi ministrada pelo renomado Maestro José C. da Gama Malcher.

Para tanto apresentara o quadro abaixo com os professores e com as suas habilidades em cada disciplina:

Professores de cada disciplina.

Dr. Carlos A. C. Novaes	Geografia e História
Zeno Cardoso	Tachygraphia
Dr. Antonio Marçal	Chymica e Phyfica
Hildebrando B. de Miranda	Chymica e Phyfica
Dr. José A. Pereira Guimarães	História Natural

Fonte: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, 1895, p. 29.

Portanto, esses dois quadros apresentam professores que trabalharam nas disciplinas no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, no entanto, alguns, atuaram em mais de uma disciplina. O Democrata, 1892. 11 de fevereiro, há a notícia de criação de um curso livre de matemática aos alunos do Lyceu Benjamin Constant, no pavimento térreo do Lyceu Paraense. O curso livre foi iniciado pelo professor Brito Bastos. As aulas aconteciam das 3 às 5 horas da tarde, horário que antecedia o das aulas noturnas, de forma que os alunos matriculados em um dos cursos pudessem frequentar as aulas do currículo principal do Lyceu Benjamin Constant, podendo ter alternativa de complementação da sua formação ou um reforço no campo da matemática.

Nesse sentido, torna importante a obra sobre a Exposição Artística e Industrial de Ignácio Moura onde apresenta os expositores desta escola de horário noturno. São os alunos do Lyceu Benjamin Constant, e especifica da seguinte forma, “o artista parece tê-lo apanhado em um dos momentos de inspiração ardente e trouxe para o papel a figura corporizada o gênio americano” (MOURA, 1895, p. 121). Especificasse o trabalho de Manoel Simplício Torres onde destaca a sua aprendizagem e dedicação dentro da escola pois, “a obra exposta é o melhor retrato de Carlos Gomes que temos visto atualmente” (MOURA, 1895, 121).

Manoel Simplício Torres era paraense e tinha sua oficina de ferreiro na Rua dos Pariquis na cidade de Belém e era descrito como “um moço de pouco mais de 25 anos, acanhado, dócil e infundido de uma melancolia própria dos artistas nacionais, mas que a todo momento busca a sua valorização”. Simplício lutava para ser valorizado, com os

artistas do estado do Pará. Portanto, a exposição que ocorreu em 1895, foi uma boa oportunidade para os alunos mostrarem um pouco do que se aprendia na escola de horário noturno chamada de Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, que funcionava de segunda à sábado.

Segundo a historiadora Leila Mourão, “o surgimento do operariado em Belém do Pará, ocorreu sob os auspícios de uma sociedade escravocrata, e por quase todo o século XIX, teve suas atividades normatizadas por sua legislação escravista” (MOURÃO, 1987, p. 34). Para além disso, a abolição e a institucionalização do regime republicano prevaleceu nas relações de trabalho muito da mentalidade escravista brasileiro, haja vista que a regulamentação da jornada de trabalho era de 08:00 horas diárias e o salário era mínimo, e tinha as leis de férias. Para além disso, “existia toda uma formalização de leis que estabeleciam a carga horária de cada trabalhador dentro das fábricas no Estado do Pará” (MOURÃO, 1987, p. 34). E destaca que no final do século XIX a manufatura familiar artesanal dificultou a formação de uma mentalidade tipicamente proletária, e o índice do analfabetismo no Brasil era muito grande, devido às relações sociais que existiam em todas as províncias brasileiras.

A historiadora adianta à força de trabalho, pois “a indústria paraense foi de baixa capacidade técnica de força-de-trabalho, utilizada de modo geral oriunda do campo e do interior, e de outros estados, na qual se praticava uma agricultura rudimentar” (MOURÃO, 1987, p. 34), e se utilizava fundamentalmente de instrumentos de trabalho simples que não requeriam maior especialização. Para além disso, as relações de trabalho estabelecidas à época, salvo raras exceções, tinham como base preceitos e preconceitos de orientação patriarcal escravocrata, ou de transição entre esta e as orientações tipicamente capitalistas, e já estabelecidos em outros países industrializados.

As políticas públicas educacionais implantadas no governo de Lauro Nina Sodré, que através do regulamento de 1890, houve mudanças, nesse sentido, defende que “as mudanças implantadas na educação do Estado do Pará durante o período de 1886 a 1897, no

qual o governo de Lauro Sodré aprovou diversos encaminhamentos legais” (VIANA, 2015, p. 23). Entre eles, o pesquisador analisou o Regulamento Escolar, programas, horários e instru es pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará aprovado em 1890. Entre as altera es estabelecidas pelo referido documento ele ressaltou a introdu o da disciplina “Educa o Física, nas escolas primárias, cuja justificativa relacionou-se   necessidade de regenerar a popula o paraense posto que a mestiagem supostamente gerasse preguiça e indolência” (VIANA, 2015, p. 23). Portanto, para a autora a disciplina de educa o física era uma forma de estimular todos os alunos e de combater os maus hábitos para manter a ordem.

Para tanto o processo de conhecimento era através do próprio trabalho, pois, segundo um educador que pesquisa sobre a forma o do trabalhador adianta que “A apreensão dos ofícios, tanto para os escravos como para os homens livres, acontecia no próprio trabalho” (ARAÚJO, 2007, p. 51). Além disso, crescia a busca por um trabalhador qualificado, pois, a popula o urbana na província do Pará, aumentaram as demandas por sapateiros, ferreiros e carpinteiros. Logo, reflete-se que com o tempo a economia cresceria com os desenvolvimentos, e dos aperfeiçoamentos e técnicas para com esses trabalhadores tendo suas atividades em prática dentro das indústrias na Província do Pará.

Neste sentido, especificasse a importância da Sociedade Propagadora de Ensino, uma vez que, recebia doa es para a escola do Lyceu Benjamin Constant para garantir o seu funcionamento. No quadro abaixo são apresentadas algumas destas contribui es.

Colaboradores do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant

José Gonçalves de Lemos	10\$000
Amado Joaquim da Silva	10\$000
Deocleciano Antonio P. Lobato	10\$000
Jacinto de Souza Leão	5\$000
Manoel Francisco de Paula	4\$000
Raymundo Balieiro e Silva	5\$000

Fonte: O Jornal A Província do Pará de 3 de agosto de 1892. Hemeroteca da Funda o Tancredo Neves.

Ou seja, muitos eram os colaboradores que contribuíram com certa quantia em réis, para o funcionamento da escola noturna, por isso, diante dessas narrativas torna-se importante apresentarem as disciplinas que contribuíram para a formação desses trabalhadores que tinham pouco tempo para se dedicarem aos estudos, pois trabalhavam em fábricas ou oficinas próprias conforme apresentado pelo aluno Manoel Simplício. Portanto, os saberes destas disciplinas eram muito importantes para a formação profissional uma vez que, investira em um modelo de formação de trabalhadores na diretriz das artes e dos ofícios.

Conforme a Revista Oficial de Ensino declara que;

O ensino theórico do Lyceu consta de um curso primário integral, no qual são ensinadas as seguintes matérias indispensáveis: leitura e lições de cousa, estudos práticos da língua materna, grammatica, portugueza, arithmetica pratica; geometria plana, noções geraes sobre os sólidos, geographia geral primária, particularmente do Brazil e especialmente do Pará, noções de cosmographia, exercí-cios primários de cartographia, história do Brazil precedida de idéas geraes sobre a história universal, instrução moral e cívica, leitura e explicação das constituições estadual e federal, desenho à mão livre, escriptura e desenho linear geométrico (REVISTA: A ESCOLA, 1900, p. 129).

Ou seja, todas essas matérias estão distribuídas no plano de ensino, além da sua formação em tempo hábil de seis anos. O curso prático do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant ocorria em duas seções: 1ª em Belas artes, abrangendo o estudo de desenho, pintura, escultura, arquitetura e música, e no 2ª de Ofícios e Artes, indispensáveis e compatíveis com os recursos que a sociedade que o mantém, por isso a importância deste Lyceu Benjamin Constant em oportunizar a esses alunos uma formação qualificada, onde permitirá o operário em permanecer formalmente dentro das fábricas na província do Pará.

O Lyceu Benjamin Constant iniciava as suas aulas no dia 23 de janeiro e terminava no dia 09 de novembro. As aulas noturnas e a sua

frequência eram “obrigatórias sob pena de eliminação”, por certo número de faltas. Para além disto “*a matrícula na aula do estabelecimento é facultada de 2 de janeiro à 30 de abril de cada ano. Todavia, que os analfabetos tivessem aulas em qualquer mês do seguinte ano letivo*” (Revista: A Escola, 1900, p. 480). Percebe-se certa priorização e preocupação por parte do governo em não proibir a entrada dos analfabetos no estabelecimento de ensino, porém, analisou-se que existe um período de matrícula e frequência sob um número de falta para ser desligado de sua formação teórica e prática do Lyceu Benjamin Constant.

Esta escola noturna era dirigido pelo presidente da Sociedade Propagadora de Ensino, que de acordo com o regulamento era mantido com os rendimentos do patrimônio desta associação, que em 1898 ascendia a 117.063\$910, além dos auxílios recebidos do Estado e da municipalidade de Belém. Para além disso, esta escola atendia cerca de 300 alunos por ano, conforme o quadro a seguir do período de 1892 a 1900;

Os alunos por ano do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.

1892	424 alunos
1893	259 alunos
1894	320 alunos
1895	280 alunos
1896	350 alunos
1897	357 alunos
1898	384 alunos
1899	280 alunos
1900	247 alunos
Total	2.901 alunos

Fonte: A Revista de Ensino A Escola, de 30 de agosto de 1900.

Segundo o “atestado melhor da utilidade demonstrada de tal estabelecimento não precisa ele citar em seu favor. Pois, a eloquência dos números e na hipótese é esmagadora” (REVISTA A ESCOLA, 1900, p. 481. Uma vez que, a concorrência nas matrículas com relação a uma vaga era enorme todos os anos. Para além disso, as dificuldades eram grandes, pois esses alunos trabalhavam de dia nas fábricas e à

noite iam para a escola se formar em uma determinada formação profissional na Província do Pará.

O programa de ensino estava pautado na formação específica no ensino primário, com especialidades técnicas, direcionadas às artes plásticas, comércio, indústria e comunicação, e que o fundamental para o governador Lauro Nina Sodré era formar uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Além disso, Farias o historiador William Gaia Farias compreende que;

O Lyceu de artes e Offícios Benjamin Constant também funcionava como um espaço importante para a construção da hegemonia republicana. Neste viés, professores e alunos da referida escola exaltaram a República de várias maneiras, principalmente com discursos inflamados em defesa dos grandes homens do regime e por meio da produção de obras de arte cujas temáticas eram republicanas (FARIAS, 2008, p. 69).

Era um projeto voltado em prol de uma formação capacitada através de oficinas de carpintaria, marcenaria e tipografia, com o intuito em aprender uma profissão, pois esses operários ajudariam no processo de produção nos trabalhos dentro das fábricas. Além disso, os pequenos trabalhos realizados nas oficinas, ficariam no próprio Lyceu Benjamin Constant. Para além disso, muitos desses trabalhos seriam mostrados na exposição artística de 1895, criada por Ignácio Moura.

Portanto o discurso do governador visava a uma formação teórica e prática para o mercado de trabalho nas grandes indústrias, deixando de lado o seu compromisso para um ser mais crítico e de formação em sua sociedade, especificamente no Estado provincial do Pará. Segundo LE GOFF, (1984) declara que os documentos não são inócuos. “Todavia, o documento é monumento”. Por isso, dependerá sempre desta manipulação do historiador em desvendar conforme o processo histórico, quais os documentos que ele próprio dependerá para servir

para a sua pesquisa. Evidentemente que não existe um documento já pronto ou feito, contudo, é necessário que este documento seja desmontado para o pesquisador, pois dentro da sua análise será fundamental que descubra sobre a importância deste processo histórico.

Buscou-se tornar possível que os documentos podem contribuir com muitas pesquisas de qualidade, onde debruçara sobre o governo de Lauro Nina Sodré, que muito contribuiu para a formação da maioria da sociedade, uma vez que, o índice apontava que 75% das pessoas eram analfabetas em todo o Brasil. Neste sentido, observa-se a importância desse governador em implantar uma escola à noite que suprisse a necessidade das pessoas que trabalhavam de dia, e só tinham tempo de estudarem à noite. Além disso, as escolas existentes não supriam todas as necessidades de todos que moravam na Província do Pará.

REFERÊNCIAS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Hemeroteca da Fundação Tancredo Neves. 1892.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A educação profissional no Pará.** Belém: EDUFPA. 2007, p. 52.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura.** 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da república no Pará.** Belém: Açai, 2008.

A EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA E INDUSTRIAL DO LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT, 1895

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, .

LE GOFF, J. **Documento/Monumento.** In: Enciclopédia Einaudi: Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v. 1 (Memória — História).

MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense.** Belém: FIEPA, 1989.

MOURA, Ignácio. **Estado do Pará**: a exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant, ed. Belém, Imprensa do Diário Oficial, 1895, p. 121.

O Democrata, 1892, quinta feira, 11 de fevereiro.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

REVISTA: **A Escola de Ensino**. 1900.

ROMANELI, Otaíza. **História da educação brasileira**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 37.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. 234 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015.

Que importa quem fala?

A função autor nos punkzines e heavyzines

José Eduardo Oliveira Nascimento¹

INTRODUÇÃO

O *fanzine* é a expressão de uma negação (CASTELO BRANCO, 2015). Seu *modus operandi* visa burlar os parâmetros tradicionais de fabricação, circulação, e até os padrões de leitura. Todavia, será que o *fanzine* também nega o sujeito? Mas como o *fanzine* poderia negar o sujeito? Na realidade, depende de qual sujeito estamos nos referindo, ou melhor, sobre qual conceito de sujeito estamos trabalhando, uma vez que, como qualquer objeto constituído historicamente, o sujeito é uma noção passível de mudanças. Por meio dos *punkzines*² e *heavyzines*³, buscamos localizar as condições históricas que tornaram determinado sujeito “visível” ou não no material analisado.

Para tal, vamos identificar através da *função autor* entendida a maneira de Roger Chartier como “[...] uma função variável e complexa do discurso, e não a partir da evidência imediata de sua existência individual ou social” (CHARTIER, 2014, p. 27). Desse modo, vamos articular as seguintes premissas: “A autoria de um *fanzine* é

1 Graduado em História (UESPI), mestrando em História do Brasil (UFPI) e bolsista da CAPES.

2 Termo cunhado por Gustavo Prado (2016) para identificar os *Fanzines* produzidos por punks.

3 Influenciados por Prado (2016), cunhamos o termo *heavyzine* para identificar os *Fanzines* produzidos por *headbangers* (fãs de heavy metal).

algo que colabora, sub-reptícia e deliberadamente, para ironizar a noção de autor. A noção de *copyright*, por exemplo, é apropriada no sentido de sua negação [...]” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 756), e “O editor de fanzine pode querer que seu trabalho circule apenas entre um círculo restrito de colecionadores [...], outros almejam mais, desejam ganhar popularidade, que sua mensagem seja difundida ao máximo (MAGALHÃES, 1993, p. 67).

As perspectivas supracitadas se afastam em vários sentidos, na medida em que Castelo Branco entende que o *zine* é uma mídia táctica que escapa da noção tradicional de autoria, complicando a própria identificação do sujeito responsável pelo *fanzine*. Magalhães não nega as dificuldades metodológicas que Castelo Branco aponta, porém, partindo de sua reflexão, entende-se que os *fanzines* são mídias com um espaço de atuação variado, dessa forma, a própria noção de autoria não é um aspecto definido, pois, dependendo das condições culturais, o sujeito pode tentar reforçar ou não sua presença no *fanzine*. Acreditamos que uma articulação entre ambas as perspectivas pode gerar uma melhor compreensão sobre como a *função autor* é experimentada na cultura zineira. Portanto, não se trata de identificar “a morte do autor”, mas problematizar como a autoria é praticada no espaço dos *punkzines* e *heavyzines*, visto que sua função é uma construção histórica e sua relevância é definida dentro de um contexto cultural específico. Nesse sentido, Chartier argumenta:

[...] o autor, na origem, era inicialmente um “fauteur” (fomentador). Ele evocava, por exemplo, esses textos do início da era moderna que, por transgredirem a ortodoxia política ou religiosa, eram censurados e perseguidos. Para identificar e condenar aqueles que eram seus responsáveis, era necessário designá-los como autores. [...] Antes de ser o detentor de sua obra, o autor encontra-se exposto ao perigo pela sua obra. [...] As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se nos índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI [...] (CHARTIER, 2009, p. 34).

Nesse caso, a autoria estava atrelada aos escritores que conseguiram imprimir um conjunto de manuscritos, assim, formando um livro impresso. É compreensível o esforço das instituições religiosas e monárquicas, pois, com a invenção da imprensa ocorreu uma “[...] disseminação de textos numa escala desconhecida [...]” (CHARTIER, 2014, p. 104). Essa crescente circulação de textos impressos, incluídos livros, foi o estopim para iniciar a identificação sistemática de autores. Nesse sentido, “A censura parece ter produzido, naquele período, os primeiros reconhecimentos relativos à autoria [...]” (BIGNOTTO, 2018, p. 84). Outro fator primordial para a construção da noção de autor é o direito e a posse sobre o texto impresso. Essa autoridade sobre o texto só foi possível a partir do século XVIII, com a criação de leis que regulamentavam as publicações de livros. Sobre isso, Chartier diz:

Não basta ao autor escapar da censura e das condenações para ser definido positivamente. É necessário que se beneficie de um estatuto jurídico particular que reconheça sua propriedade. Isto se fará a partir do século XVIII para se desfazer talvez no fim de nosso século: para os autores de hoje, o perigo de perder seus direitos é, de fato, mais difundido que o de perder sua liberdade (CHARTIER, 2009, p. 45).

Portanto, questões como censura e autoridade sobre o texto publicado foram fundamentais para a construção da *função autor*. A priori, compreende-se que os fanzines subvertam completamente essas relações. A *linguagem zineira* é constituída justamente no esfumaçamento da autoria, porquanto sua circulação não está atrelada a nenhuma censura institucional ou autoridade entre sujeito e obra.

SOU AUTOR?

Caso queiram reproduzir ou colocar em algum lugar em algum fanzine parte dos textos, não precisa então da minha ‘autoridade’, pois ficarei até lisonjeado [...] (THRASH-CORE, Bal ,199-, n.p).

A epígrafe acima foi extraída do *punkzine* *Consciência anarquista*. A mensagem é clara: a autoridade sobre o *zine* não está vinculada ao sujeito que produziu e editou o texto. A fabricação do *punkzine* é um contínuo apagamento de si mesmo, pois, mesmo depois de “pronto”, o texto e as imagens podem ser reproduzidas e apropriadas ilimitadamente em outros *zines* e, a cada replicação, a “voz” do criador original vai sendo silenciada. Essa prática nos remete ao pensamento de Michel Foucault quando argumenta:

[...] a escrita está atualmente ligada ao sacrifício da vida; apagamento voluntário que não é representado nos livros, pois ele é consumado na própria existência do escritor [...] a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve [...] (FOUCAULT, 2015, p. 272-273).

Nos *punkzines*, a *função autor* é experimentada negando a individualidade do(s) seu(s) criador(es), funcionando como um dispositivo catalisador do movimento *punk*, isto é, a individualidade do sujeito é negada em prol de uma escrita coletiva. Entretanto, essa escrita que apaga os sujeitos não é exclusividade dos *punks*, pois esse tipo de produção “zineira” tornou-se hegemônica aos poucos. Um dos primeiros *zines* com a temática *punk* que circularam no Brasil foi 1999 (1984), inclusive, com contatos internacionais, demonstrando, assim, uma notoriedade dentro do cenário que estava sendo formado na década de 1980. No espaço reservado ao editorial, são citados os nomes dos organizadores e colaboradores do *punkzine*. Atualmente, esse fato é inusitado, mas, no início da década de 1980, a noção de *punk* estava em constituição, logo, a própria forma e conteúdo dos *punkzines* eram irregulares. Os colaboradores do *zine* 1999, mesmo pertencendo ao movimento *punk*, objetivaram tornar visível sua presença como autores do texto. Chamamos a atenção para essa peculiaridade, porque as condições históricas do período ainda não estavam completamente postas para o apa-

gamento completo (isso, se for possível) da autoria nos *punkzines*, ou seja, a prática de embaçar a marca autoral foi se constituindo ao longo da década de 1980. Segundo Magalhães, “[...] entre 1983 e 1984 circularam em São Paulo os fanzines 1999 [...] impressos em fotocopiadoras ou em pequenas offset [...] iriam influenciar os futuros fanzines ditos anarquistas [...]” (MAGALHÃES, 1993, p. 39).

Essa citação de Magalhães lança indícios sobre o processo de apagamento da autoria nos *punkzines*, todavia, ao contrário de sua afirmação, pensamos em outra hipótese: não foi o 1999 que influenciou os *fanzines* anarquistas, mas foi o anarquismo que possibilitou uma ruptura ideológica e estética dentro do movimento *punk*. Nesse sentido, recorremos a Gustavo dos Santos Prado: “O movimento punk conseguiu êxito valendo-se [...] do anarquismo [...] Os punkzines brasileiros indicam que o movimento punk apropriou-se [...] para justamente manter sua própria cultura” (PRADO, 2016, 55-54). Compreende-se, então, que foi a ideologia anarquista que criou as condições para uma escrita que não aponta para o sujeito, mas para a coletividade, no caso, o movimento *punk*.

Essa hipótese fica mais verossímil quando comparamos o *zine* 1999 com *punkzines* posteriores como, por exemplo, o *Consciência Anarquista*, citado anteriormente. Esse *punkzine* não possui uma data precisa, mas, através dos indícios apresentados nas suas páginas, é provável que seja da década de 1990. No seu conteúdo, observamos uma articulação clara entre o movimento *punk* e os ideais anarquistas, porém, as referências ao anarquismo no conteúdo do *punkzine* 1999, produzido em 1984, são raras e imprecisas. O anarquismo foi adotado aos poucos durante a década de 80, causando uma dispersão dentro do próprio movimento *punk* e possibilitando uma *linguagem zineira coletiva*. Todas essas transformações que identificamos através dos *zines* 1999 e *Consciência anarquista* nos remetem às problematizações que Stuart Hall levantou ao analisar as identidades culturais no contexto pós-moderno. A explosão do movimento *punk* foi potencializa-

da pela globalização, fenômeno que continuamente está deslocando as identidades culturais, principalmente a partir da década de 1960. Até então, a cultura era entendida como o elemento que tornava a noção de sujeito sólida e centralizada, todavia, a globalização fragmentou o sujeito. Essa é a condição histórico-existencial do sujeito pós-moderno que caracteriza os indivíduos que produzem os *zines* (HALL, 2006). Assim, numa visão macro, a globalização é responsável por tornar as identidades culturais mais maleáveis, na qual um grupo cultural começa de uma forma e continua de outra. Foi exatamente esse movimento que aconteceu com o *punk* ao longo das duas últimas décadas do século XX, e permanece acontecendo no século XXI.

Entretanto, se os sujeitos do movimento *punk* continuamente apagavam seus rastros de autoria, não podemos tomar isso como verdade absoluta e generalizar essa conclusão, pois cada *zine* possui suas peculiaridades. Por exemplo, o *Monasterium zine* (1994) foi um *heavy-zine* produzido na capital piauiense, Teresina. O seu editorial possui o nome dos colaboradores responsáveis pela confecção do impresso, inclusive, especificando a função de cada um. Essa característica encontrada no *Monasterium zine* é completamente oposta aos *punkzines* após a inserção dos elementos anarquistas. Então, por que existe essa disparidade entre esses *zines*? Por que o *Monasterium zine* impõe uma pretensa presença de autoria? Para responder a essas questões, vamos regredir até 1983, quando foi lançada a 10ª edição do alternativo *Rock Brigade*. No editorial da revista alternativa consta o seguinte aviso:

Os artigos aqui publicados são de autoria e responsabilidade dos autores. Todos os direitos autorais são reservados. Proibida a cópia ou reprodução total ou parcial de quaisquer matérias aqui contidas sem prévia autorização por escrito dos editores (ROCK BRIGADE, 1983, p. 02).

O trecho em questão se afasta completamente da citação que usamos na epígrafe deste artigo. Se no *punkzine* “*não precisa então*

da minha ‘autoridade’” no alternativo selecionado, essa atitude em relação à função autor é reconfigurada, uma vez que “*Todos os direitos autorais reservados. Proibida a cópia ou reprodução total ou parcial [...]*”(ROCK BRIGADE, 1983, p. 02). Essa advertência presente na *Rock Brigade* contraria todas as conceptualizações que tivemos acesso sobre *fanzine* e revistas alternativas no âmbito acadêmico, pois até agora os *fanzines* foram entendidos como “[...] uma forma de livre expressão de seus produtores, que não precisam se preocupar com editoras ou vendagem” (NEGRI, 2005, online). Além disso, “[...] o *fanzine* é um meio no qual não há limites estéticos, editoriais e temáticos para colocar isso em prática” (BUSANELLO, 2018, p. 32). Novamente, assim como o *punkzine*, existem nuances que escapam dos conceitos rígidos que cunhamos em nossas pesquisas.

Para compreender melhor esse fato, é necessário conhecer o contexto cultural que gestou o *fanzine*. Recorremos a Jaime Luís da Silva: “[...] a revista *rock brigade*, criada em São Paulo em 1982 a partir de um boletim informativo de um fã-club de *heavy metal*. [...]” (SILVA, 2008, p. 32). Nesse pequeno trecho que citamos, encontramos algumas particularidades interessantes que lançam luz sobre essa característica peculiar da *Rock Brigade*, que reforça a *função autor* e, ironicamente, tenta impedir a reprodução de seu conteúdo em outros *zines*. Primeiramente, é preciso dizer que, ao longo das duas últimas décadas do século XX, a *Rock Brigade* se estabeleceu como uma revista comercial, alcançando status de publicação mais influente dentro do *heavy metal* brasileiro. Dito isso, é interessante o que coloca Silva, pois, inicialmente, a *Rock Brigade* possui todas as características de um *fanzine* produzido na década de 1980, contudo, nas edições da *Rock Brigade* que tivemos acesso para análise⁴, em nenhum momento a palavra *fanzine* é citada.

4 As edições 1a, 4 a, 6 a, 7 a, 10a, 13a, 14a, 15a e 17a foram publicadas entre 1982 e 1985.

O *heavyteam*, como era chamada a equipe de colaboradores da *Rock Brigade*, utilizavam termos como, por exemplo, informativo, boletim, revista e até jornal, mas não usavam a palavra *fanzine*. Essa é uma ausência importante, pois, mesmo produzindo uma mídia que se enquadraria facilmente como *zine*, os editores não empregavam esse termo. Dito isso, podemos levantar duas hipóteses: primeiro, os editores desconheciam a palavra *fanzine* e seu significado e, por isso, não a utilizavam para denominar sua produção. Segundo, os editores conheciam essa palavra e, propositalmente, rejeitavam o seu uso. Dessa forma, entendemos que faz mais sentido trabalhar a partir da segunda opção, isto é, de negar deliberadamente o uso do termo *fanzine*.

Pode-se argumentar que o acesso restrito à informação, visto que o Brasil estava numa ditadura civil-militar, dificultava a difusão desses termos. Porém, segundo Magalhães, “Os fãs-clubes de música começaram a lançar fanzines no início da década de 1970, chegando a atingir força expressiva em 1976 e 1977, com a explosão do movimento punk” (MAGALHÃES, 1993, p. 38). Ou seja, já existia uma produção zineira desde o início da década de 1970. Entretanto, o questionamento que levantamos é: será que os *fanzines* do começo da década de 1970 eram, de fato, *fanzines*? Podemos citar, por exemplo, o *zine Ficção*, considerado o primeiro fanzine brasileiro, produzido em 1965 por Edson Rontani (MAGALHÃES, 1993), entretanto, “[...] Edson Rontani, que em 1965, resolveu fundar o *Intercâmbio Ciência-Ficção ‘Alex Raymond’* (em homenagem ao desenhista de Flash Gordon) e editar um boletim para abordar quadrinhos e reunir os amantes dessa arte. O boletim saiu em 12 de outubro e foi batizado com o nome de *Ficção*” (NEGRI, 2005, online). Novamente, o termo *fanzine* está ausente naquele que é, ironicamente, considerado o primeiro *zine* brasileiro. Nesse caso, ao contrário da *Rock Brigade*, é a falta de informação que torna ausente o termo *fanzine*, pois, vale lembrar que fanzine é um neologismo de origem americana e, mesmo nos Estados Unidos, seu uso

estava restrito a um círculo específico de consumidores. Portanto, era pouco provável que Edson Rontani conhecesse essa palavra quando lançou o boletim *Ficção*. Negri corrobora:

[...] de seu próprio mimeógrafo à tinta, nasceram as 300 primeiras edições do Boletim (na época o termo fanzine era completamente desconhecido no país) [...] *Ficção* teve 12 edições com periodicidade incerta: “Puro passatempo, saía quando sobrava tempo” (RONTANI, 1985). O último exemplar circulou em 1970 [...]. Logo depois, em 1974, o artista novamente lança uma publicação, esta utilizando o nome Fanzine no título: “Eu enviava o *Ficção* para o exterior e um clube de colecionadores franceses enviou um comentário sobre o boletim chamando-o de fanzine. Assim resolvi adotar a nomenclatura, quando voltei a editar” [...] (NEGRI, 2005).

O termo *fanzine* explodiu ao redor do mundo somente a partir da segunda metade da década de 1970, juntamente como o “boom” do movimento *punk*. Portanto, foi apenas no início da década de 1980 que o termo fanzine foi popularizado. Essa questão pode soar irrelevante, mas consideramos extremamente importante debatê-la, uma vez que a presença ou ausência de um termo tão específico indica várias possibilidades de interpretação. Entendemos que [...] o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre sua exterioridade” (CERTEAU, 2014, p. 205). Assim, o ato de escrever não fica restrito ao espaço do papel, mas atua “sobre sua exterioridade”, isto é, a escrita é gestora de mundos, espaços e condutas, assim sendo, a ausência ou a presença de um termo é entendida como afirmação ou negação de uma determinada ética e identidade.

Compreende-se que a ausência do termo *fanzine* na *Rock Brigade* não é falta de informação, pelo contrário, em várias edições do alternativo são realizadas matérias com colaboradores fora do Brasil, especialmente, na Inglaterra. Então, por que a *Rock Brigade* não usa a

palavra *fanzine*, embora sua produção nos remeta a essa prática? Bom, acreditamos que isso aconteceu, pois durante boa parte da década de 1980, os *punks* e *headbangers* viviam em constante conflito. Como já apontamos, “[...] foi a partir da cultura punk que o *fanzine* ganhou grande repercussão” (PRADO, 2016, p. 31). Desse modo, pensamos que a ausência do termo *fanzine* na *Rock Brigade* é uma forma que seus colaboradores encontram para marcar uma oposição em relação ao movimento punk, pois, apesar do nome “*rock*”, o conteúdo da revista era basicamente pautado por bandas de *heavy metal*. Portanto, ao se opor aos *punks*, seus editores realizavam uma prática discursiva que rompia com a estética e o direcionamento dos *punkzines*. Se nos *punkzines* existe um contínuo apagamento da *função autor*, nos *heavyzines* acontece o oposto, isto é, a *função autor* é reforçada.

Com efeito, a *Rock Brigade* exerceu uma enorme influência nos *headbangers* do período, uma vez que seus colaboradores se colocavam como os verdadeiros porta-vozes do *heavy metal*, transformando o *heavyzine* naquilo que Foucault (2018) chamou de texto prescritivo, moldando profundamente as subjetividades dos fãs de *heavy metal* da década de 1980. A citação a seguir corrobora essa hipótese: “Outras fontes de inspiração: Rock Brigade, Revista Metal, Black Hole Fanzine, Hammer on, Head-banger Force, Metal Hammer. Rock Hard, Hard Rock, Enfer, Over Kill, Metal Attack, [...]” (*Banger Maniac*, 1987?, p. 2). O trecho foi extraído da primeira edição do *heavyzine Banger Maniac*, e pelos indícios identificados ao longo de suas páginas, lançado em 1987. No editorial, são mencionadas várias influências para a composição do *zine*, e a *Rock Brigade* encabeça a lista. Em 1987, já existia uma gama de *heavyzines*, porém, a *Rock Brigade* produzida continuava como a principal referência. São essas continuidades que pautam a produção zineira no universo do *heavy metal* brasileiro. Os sujeitos responsáveis pelo *Monasterium zine* marcaram sistematicamente cada função de seus componentes, como a *Rock Brigade* fez em 1982. Essas disparidades entre os *punkzines* e os *heavyzines* nos remetem novamente ao trabalho de Stuart Hall, dado que, como citamos anteriormente, a globalização vai descolando as identidades culturais (Punk), porém, esse mo-

vimento não é unilateral, uma vez que, como ele mesmo comenta em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, ocorrem resistências (Heavy metal) frente a essa fragmentação do sujeito pós-moderno. Sobre isso, Hall destaca:

[...] a possibilidade de que a globalização possa levar a um fortalecimento de identidades locais [...] pode ser visto na forte reação defensiva [...] Algumas vezes isso encontra uma correspondência num recuo, entre as próprias comunidades minoritárias, a identidades mais defensivas [...] (HALL, 2006, p. 50).

Destacamos esse trecho porque compreendemos que o esforço que identificamos nos *heavyzines* em relação à *função autor* é, em última instância, um esforço para firmar uma identidade cultural fixa, ou seja, uma tentativa de consolidar um sujeito uno e centrado numa identidade específica. Já nos *punkzines*, identificamos outra postura, na medida em que a *função autor* é continuamente apagada de sua escrita zineira. Nesse sentido, o *punkzine* nos remete ao pensamento de Foucault, quando este diz, “pode-se imaginar uma cultura em que os discursos circularassem e fossem aceitas sem que a função autor jamais aparecesse [...]” (FOUCAULT, 2015, p. 288). É exatamente isso que o ocorre na *linguagem zineira* dos *punkzines*, pois, mesmo quando algum nome é indicado no editorial, este não possui o *status* de autor, porquanto o nome inserido no editorial não representa uma unidade coerente em relação à produção textual. O próprio Foucault nos alertou sobre a diferença entre o nome próprio e o nome de autor:

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso [...] ele exerce um certo papel em relação aos discursos: assegura uma função classificatória; tal nome permite agrupar um certo número de textos [...] uma relação de homogeneidade ou filiação, ou de autenticação de uns pelos outros, ou de explicação recíproca [...] indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana [...] (FOUCAULT, 2015, p. 277-278).

As características elencadas por Foucault para caracterizar a função do nome de autor são subvertidas nas folhas dos *punkzines*, pois os nomes escritos no editorial não classificam e, muito menos, agrupam determinado número de texto. Inclusive, essa homogeneidade é totalmente oposta à economia zineira de troca de matérias e apropriação de revistas de grande circulação comercial, em que seu sentido é subvertido no espaço do *punkzine*. A pretensa presença dos autores atravessa todo o *heavyzine*. Mas, por que pretensa? Bom, apesar do esforço de muitos produtores em deixar sua marca autoral ao longo da leitura, a própria lógica zineira, como uma alternativa marginal às revistas tradicionais, impede que, de fato, a *função autor* seja exercida plenamente. Portanto, concordamos com Chartier, quando argumenta:

Aquele que assina uma carta privada ou um documento legal e aquele que inventa uma publicidade não são autores, mesmo tendo sido eles produtores dos textos. A “função autor” resulta, portanto, de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito (CHARTIER, 2014, p. 28).

Na verdade, o *heavyzine* tenta emular a estética de uma revista de grande circulação comercial, todavia, pela própria racionalidade e as maneiras de produzir um *heavyzine*, experimenta-se outra forma de autoria, pois, como argumenta Foucault, “[...] o essencial não é constatar seu desaparecimento; é preciso descobrir, como lugar vazio — ao mesmo tempo indiferente e obrigatório —, os locais onde sua função é exercida” (FOUCAULT, 2015, p. 268).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, então, que os historiadores, ao se depararem com fontes tão singulares como os *fanzines*, devem repensar suas perguntas sobre os sujeitos responsáveis por esses rastros do passado, sempre tendo em vista a lógica que permeia a fonte histórica. Assim,

não devemos mais perguntar quem é o autor de um *fanzine*, mas reformular essa questão para o seguinte: O que se produz no lugar dessa função ausente? O que essa ausência produz? Na análise dos *punkzines* e *heavyzines* disponíveis para o estudo, foi estabelecido o seguinte apontamento: no espaço dos *fanzines*, o autor “morre”. Essa figura racional e iluminista se apaga, produzindo outra, isto é, a figura pós-moderna do zineiro. A cada troca, reprodução, fragmentação, recorte, colagem, o autor é “assassinado”, e no luto de sua morte nasce a figura do zineiro. Uma função que tem como principal característica a fragmentação e a negação do sujeito entendido como unidade.

REFERÊNCIAS

- BIGNOTTO, Cilza C. **Figuras de autor, figuras de editor**: as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925). São Paulo: Unesp, 2018.
- BUSANELLO, Willian de Lima. **Fanzine como obra de arte**: da subversão ao caos. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2018.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Mídias táticas: os fanzines como fontes para a pesquisa histórica. **Diálogos** (Online), Maringá, UEM, v. 19, n. 2, 2015, p. 741-762.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. 1a reimpressão. São Paulo: UNESP, 2009.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: edUFSCar, 2014.
- FOCAULT, Michel. **O que é o autor?** *In*: Ditos e escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: 11 ed. DP&A, 2006.

MAGALHÃES, Henrique. **O que é fanzine?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

NEGRI, Ana Camilla. Quarenta anos de fanzine no Brasil: o pioneirismo de Edson Rontani. *In*: NP—Histórias em Quadrinhos. ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, V, realizado durante o XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

PRADO, Gustavo dos Santos. **“Caminho para morte” na metrópole — cultura punk: fanzines, rock, política e mídia (1982-2004)**. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, PUC, 2016.

SILVA, Jaime Luís da. **O heavy metal na revista Rock Brigade: aproximações entre jornalismo musical e produção de identidade**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FONTES

Banger maniac, 1987?.

Consciência anarquista, 199-.

Monasterium zine, 1994.

Rock brigade, 1983.

Entre as memórias dos grupos de jovens (1965-2005)

Gabriela Migon¹

INTRODUÇÃO

Neste texto abordamos o espaço ocupado pela memória em nossa pesquisa de mestrado, que tem como objetivo escrever as práticas cotidianas dos grupos de jovens, das comunidades tradicionais faxinalenses Lageado de Baixo e Faxinal dos Trojan, do município de Mallet/PR, entre os anos de 1965 e 2005.

Para desenvolvimento da dissertação usamos fontes escritas, livros de Atas², e fontes orais, entrevistas³. Mas, para a escrita deste trabalho damos ênfase nas fontes orais. Essa necessidade adveio da reflexão proporcionada pela disciplina “Antropologia de la Memoria. Política y conocimiento en grupos subordinados y alterizados”, cursada por meio de intercâmbio acadêmico na Universidad Nacional de Misiones, Argentina, no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Sucintamente, a disciplina visava refletir e discutir

-
- 1 Graduada em História, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2018), aluna do programa de Pós-Graduação em História e Regiões da mesma instituição. <http://lattes.cnpq.br/4879100471546240>. E-mail: historia.gabrielamigon@gmail.com.
 - 2 Precisamente, foram dois livros de Atas do Lageado de Baixo e seis livros de Atas da escola do Faxinal dos Trojan.
 - 3 Conversamos, até o presente momento fevereiro de 2020, com 12 pessoas, sendo a maioria delas ex-integrantes dos grupos de jovens do Lageado de Baixo e do Faxinal dos Trojan.

acerca dos processos epistemológicos, ontológicos, afetivos e políticos de construção da memória de alguns grupos que viveram processos de subordinação e alterações, como por exemplo, indígenas, refugiados, afrodescendentes, entre outros.

Tal curso nos possibilitou conhecer os diversos usos da memória, em particular na antropologia. Ao realizar um estado da arte sobre os usos da memória, nos estudos sociais, Ramos (2011) identificou:

[...] tres diferentes aproximaciones a la memoria: la memoria como marco de interpretación, la memoria como fuente documental y los usos sociales del pasado. Estas aproximaciones no sólo han producido teoría sobre la relación pasado-presente, sino que también, en sus interrelaciones, hacen posible la empresa de un campo de interlocución común (RAMOS, 2011, p. 132).

Esses diferentes usos da memória, nos possibilitaram pensá-la também de modo interdisciplinar. Nos dedicamos na interpretação, que tanto a antropologia, quanto a história, utilizam da memória como fonte, em particular, das recordações e esquecimentos provindos da oralidade. A oralidade é um ponto chave para entender comunidades faxinalenses estudadas.

Essas comunidades nos custam apresentar uma definição geral pronta e acabada, pois ao passo que as memórias dos moradores, principalmente sobre o cotidiano, são expostas, observamos as particularidades de cada localidade. Nas linhas da lei 15.673, de 13/11/2007, “Art. 1º O Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade específica, peculiar do estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais”. Para além desse entendimento legislativo, que ressalta o modo de produção, de acordo com o Almeida, Montysuma e Schörner (2019, p. 168) “[...] o faxinal não é apenas um modo de produção, mas também

um modo de vida, com características próprias, como a pecuária no criatório comum, lavouras de subsistência, puxirões, hábitos alimentares distintos, rituais, rezas, curas, entre outras”.

Essas características peculiares dos faxinais foram sendo observadas na medida em que os pesquisadores começaram a ter contato direto com faxinalenses, seja em conversas informais, reuniões, entrevistas, etnografias, entre outras metodologias. Em nosso caso, realizamos entrevistas, entendendo conforme Silveira (2007, p. 41) que “A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória”. Essas narrativas não se prendem somente ao que é gravado, vão além disso, são permeadas de sentimentos, pausas, gestos, entonações de vozes e pela troca de conhecimento entre o (s) entrevistado (s) e o entrevistador.

À vista disso, buscamos refletir acerca dos diálogos existente entre história oral, memória e antropologia. Além de apresentar como essa reciprocidade foi por nos vivenciada, enquanto realizamos as entrevistas e as utilizamos para buscar produzir escritas menos homogêneas acerca dos jovens faxinalenses.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E ANTROPOLOGIA

No campo da história, a partir da Escola dos Annales, sobretudo, com Le Goff (1996) houve a ampliação da noção de documentos. Passaram a ser documentos: fotografias, lugares, objetos etc. E por volta da década de 1990 em âmbito internacional, e em 1994 em âmbito nacional, passa a ser utilizada história oral com o documento produzido pela entrevista (ALBERTI, 2013).

A História Oral se desenvolveu com ajuda de muitos outros campos do saber que já utilizavam, por exemplo, das entrevistas - consideradas o cerne desta metodologia -, mas se lapida na história conforme aponta Alberti (2013). Segundo a mesma autora, a História Oral apresenta uma relação estreita com a biografia, a linguagem

falada e, em particular, com a memória. Uma das especificidades da história oral, segundo a autora, não é o preenchimento de lacunas na história — pois de acordo com Veyne (1976) vemos apenas partes da história e assim é a natureza desta área- tampouco o imediatismo, mas, “toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2013, p. 31).

Entretanto, cabe destacar que as declarações dos entrevistados também possuem lacunas e não são entendidas como verdades absolutas, mas fontes históricas passíveis de análise, visto que, muitas vezes existem interferências, influências, entendendo que não produzimos nossas vivências solitariamente, mas em sociedade. Conforme Halbwachs (2004), a memória é coletiva, mesmo se tratando da memória individual, ela sempre está condicionada as lembranças dos grupos em que os sujeitos mantiveram certas inserções. Grupos esses que podem ser o trabalho, a família, a escola, a igreja, os amigos. E é por meio da lembrança que se torna possível a reconstrução das vivências (HALBWACHS, 2004). Também, segundo o mesmo autor, a memória pode ser despertada com ajuda de dados em comum entre os sujeitos. Conforme realizamos as entrevistas -buscando saber, sobretudo, acerca do tempo que os entrevistados participaram dos grupos de jovens- um entrevistado narra suas histórias e fazia seus comentários envolvendo, também outros membros ou antigos membros do grupo de jovens.

Desse modo definimos quem entrevistar, além de percebermos pelas narrativas dos entrevistados e pelas leituras teóricas como a conceituação de jovens está longe de possuir um consenso nas significações. Em outras palavras, mencionamos que os entendimentos acerca dos jovens e da juventude são dadas de modos diferentes conforme o tempo e o espaço. Em ambas as comunidades estudadas, observamos as significações entrelaçadas entre várias categorias sociais como: faixa etária, ocupação e o recebimento dos sacramentos dos diferentes ritos religiosos católicos seguidos — Faxinal dos Trojan rito latino e Lageado de Baixo rito ucraniano. Levi e Schmitt (1996) organizaram duas obras sobre a história dos jovens demonstrando como cada sociedade

— a partir do seu entendimento biológico, social e simbólico - cria limites que levam a caracterizar a juventude, isto é, a definir quem são os jovens. Igualmente a esses autores, analisamos, a partir da fala de nossos entrevistados, que a juventude era entendida como uma fase da vida no Lageado de Baixo e no Faxinal dos Trojan.

Ressaltamos, que a não delimitação das definições de juventude em uma única categoria se devem ao modo como cada sujeito narrou consumir seu espaço, ressignificando as regras sociais no cotidiano a sua maneira, conforme apresenta Certeau (2011). Mas, seguindo por refletir sobre a voz dos entrevistados, percebemos como embora a prática da história de entrevistar se distingam do fazer antropológico etnográfico -esse geralmente conta com a imersão do pesquisador em determinadas comunidades- observamos diálogos entre essas metodologias. Tanto os historiadores, quanto os antropólogos visam trazer para a escrita as vozes dos entrevistados, principalmente, de povos e comunidades que levam um modo de vida diferenciado, que resistem ao sistema social homogêneo. De acordo com Santos:

No que a história Oral e Etnografia convergem são o uso das fontes a ponto de seus pesquisadores tentarem trazer a voz do interlocutor de forma a respeitar aquilo que foi dito na íntegra. Outra convergência favorável às duas estratégias metodológicas de investigação são as narrativas, sendo evidente que cada uma possui uma forma diferenciada de colher e/ou adquirir suas fontes. As vozes dos interlocutores são pela história oral, portanto, obtidas pelas narrativas colhidas pelo pesquisador. A Etnografia também trabalha com as narrativas, demandando uma convivência mais aprofundada entre pesquisador e seu Outro. A necessidade de estar em campo e expressar de forma mais próxima daquilo que foi evidenciado faz parte da história oral, do mesmo modo, isso também converge com os propósitos da etnografia. Ao proporcionar um trato mais próximo do que foi colhido em campo, ou até mesmo, ao transcrever na íntegra tudo o que foi registrado, passou a ser uma forma de se utilizar as vozes dos interlocutores como uma estratégia do etnógrafo e do historiador oral de responder a necessidade de ser mais coerente com o que foi obtido em campo (SANTOS, 2016, p. 9-10).

Ao irem a campo tanto historiadores, quanto antropólogos, buscam romper com o modo de fazer história e antropologia tradicional. A utilização de fontes orais está longe de ser entendida como falta de outras, ou ainda, como o caminho mais fácil a ser percorrido (RAMOS, 2016). Ao trazer a memória dos sujeitos para os textos o pesquisador necessita de comprometimento e ética visto que de certa forma a vida privada dos entrevistados passa a ser pública.

O caminho que seguimos para realizar as entrevistas contou com contato prévio, por meio de mensagens e ligações telefônicas ou visita na casa dos entrevistados e entrevistadas. Nesse primeiro encontro realizamos uma apresentação pessoal e acadêmica e seguíamos por decidir o dia e horário que as conseguiríamos fazer a entrevista. Desde aí, muitos aspectos foram mostrando a riqueza do cotidiano de nossos entrevistados. Todos os entrevistados do Lageado de Baixo residiam na comunidade rural e as entrevistas foram todas realizadas em dias de domingo pela tarde. Essa lógica estava relacionada ao dia em que teriam “mais tempo” e ao período do dia que não implicaria no trato dos animais, pois embora não “trabalhassem”, por exemplo, na lavoura nos dias de domingo, os animais recebiam trato de manhã e à tarde. Por mais que a entrevista se prolongasse, assim que os porcos, vacas e galinhas começavam a se aproximar da propriedade dos donos, sabíamos que já estava na hora de pararmos. Os entrevistados do Faxinal dos Trojan, sendo grande parcela residentes na cidade, nos receberam em dias de semana, mas também, todos pela tarde. Igualmente seguiam a lógica de um dia que estariam sem tantos afazeres para assim nos receberem. Ainda que estamos, em processo de construção da pesquisa, estipulamos transcrever as entrevistas, entregar uma cópia aos entrevistados e perguntar se possuem algum aporte a fazer sobre as mesmas.

As entrevistas nos possibilitaram saber de práticas específicas da juventude, mas também não deixaram de relacionarem as demais práticas das comunidades envolvendo sujeitos que se encontravam em outras etapas da vida, como crianças, adultos e idosos. Segundo Delgado (2006), a metodologia, da história oral, tem uma forte função, dentre

muitas, de despertar a memória, esta que pode ocorrer de maneira voluntária, induzida e involuntária. Enquanto um indivíduo narra, gesticula e o outro escuta, ali simultaneamente ocorre troca olhares da viagem feita no tempo. De acordo com a autora, a história oral permite que “ultrapassa-se o tempo presente, e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico” (DELGADO, 2006, p. 41). Portanto a memória, resgatada pela oralidade, permite que:

[...] as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupos. [...] assim, muitas das teorias da história oral são de fato teorias da história social como um todo (PORTELLI, 1978, p. 27).

Também se referindo as minúcias do cotidiano vemos por meio da memória “[...] experiências do passado e do presente se encontram interpenetradas na maioria dos minutos e detalhes cotidianos de nossas vidas”⁴ conforme parafraseia Ramos (2011, p. 133) a Connerton (1989). Se faz importante observarmos como fica explícito a dinâmica temporal com os estudos da memória, conforme apontando por Lucilia Delgado.

O sistema simbólico e as representações são, por sua vez, construções multiculturais realizadas através da temporalidade histórica. Transmitidos de geração para geração, passam algumas vezes por transformações e em determinadas situações são retidos pelas experiências acumuladas e transmitidas. O homem é um ser histórico tanto na dimensão de sua vida individual quanto na de sua vida coletiva, e uma das experiências coletivas mais relevantes no processar da História é exatamente a da transmissão de experiências” (DELGADO, 2006, p. 59).

4 Tradução nossa. Segue o original: “[...] experiencias del pasado y del presente se encuentran interpenetradas en la mayoría de los minutos y detalles cotidianos de nuestras vidas” (RAMOS, 2011, p. 133).

E a partir da transmissão de experiências, as gerações vão reinventando e isso é parte do processo que envolve as práticas cotidianas dos grupos de jovens das comunidades estudadas. Logo, “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diárias das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1978, p. 31). As entrevistas em nossa pesquisa serviram para cruzar informações com as atas e como destaca Portelli, conhecer já conhecido, ou desconhecido que nesses escritos. Ademais, quanto a proximidade provocada pela história oral com o cotidiano e a memória, Verena Alberti destaca que:

Outros campos nos quais a História oral pode ser útil são a História do cotidiano (a entrevista de história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas); [...] o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc; Histórias de comunidades, como as de bairro, as de imigrantes, as camponesas etc, podendo inclusive auxiliar na investigação de genealogias; História de instituições, tanto públicas como privadas; registro de tradições culturais, aí incluídas as tradições orais, e **História da memória** (ALBERTI, 2008, p. 166. Grifo nosso).

Enfim, entende-se que por meio da análise das fontes, em especial, as orais, emanadas da memória que os entrevistados construíram, é possível dispormos de novas possibilidades de pesquisa, para fazermos história. Pois:

A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado (ALBERTI, 2008, p. 164).

O uso oral, produzido, por meio das entrevistadas permite transitar em outras áreas do conhecimento traçando diálogos, além de conhecer não somente o uso da linguagem, mas também do modo ser dos entrevistados e como esses constroem suas vivências e produzem suas memórias no dia a dia. Ressaltamos ainda que a história, em particular a qual prezamos, vem aprimorando as técnicas de campo a ponto de considerar o ambiente para além das palavras da entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da disciplina cursada, sobre a memória, tivemos uma explanação de como a memória vem sendo trabalhada, com ênfase no campo da antropologia, mas como é possível realizar diálogos com a história, principalmente quando ambas as áreas utilizam das vozes dos sujeitos para produzirem suas pesquisas. Essa troca, entre as disciplinas, demonstra como produzimos muito conhecimento nas fronteiras epistemológicas, rompendo com o isolamento no interior dos campos do conhecimento.

Também, refletimos sobre o espaço ocupado pela memória em nossa pesquisa de mestrado que está em andamento. Trabalhamos em grande parte, a memória, por meio da história oral. Isso implica considerar que são memórias permeadas por esquecimentos, moldadas pelas relações de poder, imbuídas de sentimentos, traumas, demonstram ainda, como selecionamos o que narramos, como construimos entendimentos e subjetividades históricas a partir de nossas memórias. E como a história rompe com a escrita positivista e oficial, quando passa a escrever sobre, as populações marginalizadas, pequenas, humildes, dentre outras, explicando como esses existem e resistem produzindo suas próprias subjetividades, como é o caso das comunidades faxinalenses, em particular dos e das jovens.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, P. 386.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. *In*: PINSKI, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo. Contexto, 2008.

ALMEIDA, Marisangela Lins; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire; SCHÖRNER, Ancelmo. Cercas e memórias: a experiência histórica do uso comum da terra no Faxinal Rio do Couro (Irati-PR). **História Oral**, v. 22, n. 1, 2019, p. 164-183.

BRASIL. **LEI Nº 15673-13/11/2007**. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/LEI_FAXINAIS_15673_2007.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 17 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral — memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. “Memoria colectiva y memoria individual”. *In*: HALBWACHS, Maurice. **En La memoria colectiva**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

LE GOFF, Jaques. **Documento Monumento**. Arquivo histórico regional UPF. 1996

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Claude. **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. Tradução de Claudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Cia das letras, v. 1, 1996, p. 372.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Claude. **História dos jovens**: a época contemporânea. Tradução Claudio Marcondes, Nilson Moulin, Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das letras, v. 2, 1996, p. 382.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, n. 14. São Paulo, Educ, fev. 1978, p. 25-39.

RAMOS, Ana. **Perspectivas antropológicas sobre la memoria en contextos de diversidad / desigualdad**. Alteridades, 2011.

RAMOS, Ana Carolina Crespo; TOZZINI, Alma. “En busca de recuerdos ¿perdidos? Mapeando memorias, silencios y poder”. *In*: RAMOS, A. C. Crespo; TOZZINI, Alma (Org.). **Memorias en lucha. Recuerdos y**

silencios en contextos de subordinación y alteridad. Colección Aperturas, Viedma: Universidad Nacional de Río Negro, 2016.

SANTOS, Ana Maria Smith. **História oral e etnografia:** Convergências e contribuições em uma pesquisa sobre o outro e suas demandas de política públicas em Breves-PA. Disponível em: https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462053068_ARQUIVO_ANASMITHhistoriaoralok.pdf Acesso em: 30 jan. 2020.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: história & cultura**, v.6, n.12, p.35-44, jul./dez. 2007.

VEYNE, Paul. A história conceitual. *In*: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

O livro de Daniel, de E. L. Doctorow: um narrador à margem do mundo¹

Fúlvio de Oliveira Saraiva²

INTRODUÇÃO

O romance *O livro de Daniel* parte de um fato conhecido na história dos E.U.A. como “o caso Rosenberg”, episódio de grande repercussão internacional na década de 50. A trama recria a trajetória dos filhos Daniel e Susan (nomes fictícios do livro) em meio ao risco da eclosão de um ataque nuclear durante a Guerra Fria. No decorrer do texto, situações como a ciência da execução dos pais, a rejeição e a adoção das crianças são vivenciadas por elas e coincidem parcialmente com as que os filhos Robert e Michael Meeropol (sobrenome do casal que os adotou) experimentaram na vida real.

Na tessitura do texto, sugere-se uma educação fictícia das crianças que explica boa parte de sua conduta futura, bem como as consequências decorrentes de suas experiências traumáticas. Das diversas e conturbadas passagens da vida dos personagens resulta uma narrativa fragmentada, como que carecendo de um fio condutor que religue o narrador ao seu passado, o que fica expresso em alguns tre-

¹ Artigo resultante de trabalho de tese de doutoramento pela Universidade Federal do Ceará.

² Professor de Literatura da Universidade Estadual do Piauí; Doutor em Teoria da Literatura pela Universidade Federal do Ceará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4478335475293301>. E-mail: fulviooliveira@ors.uespi.br.

chos nos quais a religião (no sentido etimológico do termo *religare*) é abordada pelo protagonista. Nisso, há um engodo textual causado pela quebra da sequência temporal, que depõe contra um Daniel narrador-personagem pretensamente lógico, dedutivo, científico, haja vista que a tentativa de reabilitação da história de seus pais está sendo materializada na escrita de sua tese de doutoramento.

O texto suscita grande diversidade de vozes narrativas que deságuam como um feixe de narradores nem sempre passíveis de identificação e classificação pacíficas. Nisso, a qualidade do sujeito que almeja maior proximidade e propriedade sobre a verdade histórica, por ter participado dela, volta-se contra ele, que se vê em meio ao turbilhão que a recordação (também no sentido etimológico do termo: lembrar com o coração) dos fatos acarreta.

O narrador torna-se, pois, sombrio, taciturno nos seus interesses e capacidade. Nesse sentido, examinar tal figura e as identidades emergentes desse cipoal enunciativo, quando a voz narrativa fala da infância e da juventude ou se assume como tal na técnica de *flashback*, faz saltar uma problematização acerca da posição que o jovem estadunidense assumia no período do macartismo. O texto chama a atenção para esse narrador-personagem, por vezes “perdido”, identificado com questões da sua própria infância (SCHNIER, 2017) que serão cruciais para a estruturação e o entendimento da obra através significação da “verdade histórica”, construída a partir da reflexão dos pressupostos marxistas introjetados pelo personagem Daniel³.

Este jovem Daniel é pautado pela recusa em se identificar com a juventude de sua época, no sentido de negar uma posição balizada pela ideologia de consumo e pela demonização do comunismo. Isso fica expresso quando ele se põe à margem da sociedade por não par-

3 Para noções caras ao marxismo, cf. KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

tilhar das escolhas feitas pelos seus pares. Abre-se, então, o caminho para a formação política e ideológica de um personagem alinhado à esquerda estadunidense, num momento de efervescência política e cultural emblematizado no maio de 1968.

A MARGEM DO MUNDO À MARGEM DO TEXTO

Obviamente, quando da recepção pela crítica em 1971, houve grandes ataques à obra, pois ela propunha uma leitura a contrapelo para o caso que repercutiu internacionalmente e negativamente contra os Estados Unidos. Também foi uma reação natural das camadas mais conservadoras da crítica e da sociedade daquele país, que ainda vivia sob o “terror do comunismo” propalado pela mídia e pelo próprio governo.

O assunto que inspira a elaboração do livro de Doctorow não é ponto pacífico na história dos Estados Unidos. Até os dias atuais, a remissão da culpa do casal Rosenberg não foi reconhecida pelo governo do país. Isso já traz alguma tensão no que se refere à temática, pois abordar um conteúdo que divide opiniões geralmente faz com que algumas delas rejeitem certo posicionamento que o livro traia diante do tema. Ainda mais quando se trata de um episódio real da história política de uma nação cujas implicações para a política internacional puderam ser sentidas notadamente.

Com isso, a história que é contada se desdobra da memória e da pesquisa empreendida pelo narrador, Daniel, na tentativa de entender melhor o que houve com seus pais e o que desencadeou o fatídico destino deles.

A juntada de todas essas características indicia erroneamente a ilusão de que esse narrador é o mais próximo à verdade, dando uma ideia de realismo que se assemelha à concepção aristotélica de arte que sustenta que quanto melhor uma imitação melhor a obra de arte. Assim sendo, portanto, bastaria que Daniel seguisse o fio condutor da história, imitando-a sob sua própria ótica, que a redenção de Paul e Rochelle Isaacson (casal Rosenberg da obra)

estaria assegurada. Entretanto, a roupagem moderna que Edgar Lawrence Doctorow atribui ao seu texto problematiza as próprias dimensões do gênero romance, numa tendência da literatura para a reflexão metaliterária, traço inerente às artes modernas que se voltam a si mesmas para uma metalinguagem.

No caso de Daniel, a correspondência entre realismo e verdade se desfaz na “inabilidade de contar ou conhecer a verdade sobre seus pais” (REED, 1992 *apud* AGILDO, 2006, p. 25), mas, insistente:

Parece querer contar a história do [casal] Isaacson / Rosenberg [sic] mais integralmente do que é possível através dos códigos de realismo narrativo em uma ficção convencional ou historiografia incorporando aqueles códigos como um dos seus momentos, assim reinscrevendo o realismo em outro plano (REED, 1992 *apud* AGILDO, 2006, p. 25).

O termo em si encerra algumas contradições, apontadas por Jakobson, no artigo “Do realismo artístico”: “Mas o termo ‘realismo’ é que foi particularmente infeliz. O emprego desordenado desta palavra de conteúdo extremamente vago suscitou fatais consequências. O que é realismo para o teórico da arte?” (JAKOBSON, 1973, p. 120).

Como o mostra bem Omar Calabrese, sintetizando as reflexões do formalista russo:

Mas a palavra mais infeliz é a palavra “realismo”, cujo uso acrítico produziu consequências absurdas. Por “realismo” podem entender-se efectivamente duas interpretações opostas: a intenção do artista de propor uma obra como verossímil, ou o reconhecimento por parte do fruidor da adequação da obra à realidade. Em ambos os casos podem surgir, porém, duas novas interpretações diferentes, uma em sentido progressivo e outra em sentido conservador: primeiro caso, ou seja, a tendência para verossimilhança artística, pode interpretar-se ou como a tendência para deformar os cânones em voga aproximando-se assim da realidade ou como a tendência conservadora no seio de uma tradição artística considerada fiel à realidade; o segundo caso, ou seja, o juízo subjectivo sobre a fidei-

dade da obra de arte ao real, pode interpretar-se ou como a percepção da deformação dos cânones como aproximação da realidade ou como a deformação dos hábitos artísticos como alteração da realidade. Baseado nestas distinções, Jakobson apresenta diversas formas de realismo em arte e literatura, aplicando porém à análise o método formal da própria poética (CALABRESE, 1986, p. 58-59).

REALISMO, REALIDADE E ROMANCE

A história sempre foi uma questão muito presente nos estudos de literatura. No que tange à questão dos gêneros literários, não só o tempo como categoria ou tópico de narrativa, mas enquanto processo dialético histórico, relaciona-se à estrutura das formas literárias e suas manifestações estéticas.

As alterações sofridas nos gêneros literários ao longo do tempo confirmam, como constataram Hegel e Lukács, que a complexidade envolvendo o binômio forma e conteúdo transcende o âmbito da estética e se comunica com as mais variadas áreas da sociedade e das ciências humanas.

Tal relação entre formas literárias e mundo foi o ponto de partida para discussões fundamentais sobre a configuração que o gênero romance adquiriu na modernidade, segundo os filósofos citados. Muito embora haja um distanciamento entre os dois pensadores acerca do entendimento da liberdade na modernidade nas distintas posições de cada um em relação ao papel do Estado (que comentaremos no desfecho desta subseção, pois se relaciona intimamente com a figuração entre Daniel e esse mesmo Estado que assassinou seus pais), no que tange à concepção do gênero em questão, ambos concordam que se trata do substituto moderno para a epopeia antiga, sendo que esta ideia é uma das muitas influências herdadas de Hegel por Lukács.

De saída, uma importante constatação que podemos fazer em relação à Modernidade, para Hegel e Lukács, é que algo foi quebrado nela, quando comparada à Antiguidade. Trata-se da totalidade que,

para os autores, integrava o homem e o mundo e dava vazão a uma (re)produção de mundo, através da epopeia, que era concernente à própria existência social e ao modo de o indivíduo entender-se nela. Dessa maneira, era como se a individualidade, de fato, não existisse.

O herói da epopeia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre considerou-se traço essencial da epopeia que seu objetivo não é um destino pessoal, mas o de uma comunidade. E com razão, pois a perfeição e a completude do sistema de valores que determina o cosmos épico cria um todo demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se tão isolada em si mesma, tão fortemente voltada a si mesma, a ponto de descobrir-se como interioridade, a ponto de tornar-se individualidade (LUKÁCS, 2009, p. 67).

Com o advento da modernidade, passa-se a modular uma individualidade na produção narrativa que se consolidava junto com o mundo e o surgimento da sociedade civil burguesa. O indivíduo que emerge com essa nova conjuntura se percebe fragmentado, dissociado de uma totalidade, o que, por sua vez, repercutirá na produção narrativa desse contexto como uma falta, uma ausência de pertencimento que gera uma busca de sentido no mundo da totalidade reconstituída artificialmente pelo romance. Ora, tal descrição parece se encaixar perfeitamente com o perfil de Daniel delineado desde a introdução deste trabalho.

Assim, àquela falta no mundo que a literatura tenta compensar — no dizer de Perrone-Moisés (1990, p. 103), uma falta que remete às incompletudes da realidade, acrescida pela mesma falta inerente à linguagem, sua incapacidade de substituir algo da realidade — é oferecido o “lugar” onde a literatura pode nascer e atuar como elemento resolutivo (embora como um embuste, segundo Lukács) dessa tensão. O desejo de suplantar uma ausência, de alterar uma falha, mesmo sendo constituída de ausências e falhas e fadada ao fracasso da linguagem: essa luta é uma das possibilidades da literatura, o que Barthes chama de sua “função utópica” (SARAIVA, 2012, p. 9).⁴

4 Aqui e em algumas passagens mais adiante, com certos constrangimento e permissividade, tomamos a liberdade de citar alguns trechos adaptados, frutos de nossos trabalhos anteriores.

O que vemos dessa vontade de transcender o que falta ao mundo é justamente o que caracteriza a relação de Daniel com ele, através de sua escrita, do seu ato narrativo. Daniel busca essa transcendência aceitando o desafio de ser um instrumento para superar essa ausência: falta-lhe a verdade sobre a história de seus pais biológicos.

Do embate entre Daniel e mundo surgem perguntas que o indivíduo fragmentado não consegue ou não sabe responder, e isso é uma característica do romance na modernidade do qual Daniel é partícipe.

Daniel é um homem do seu tempo. E o que ele busca é informação para uma finalidade, ou seja, seu repertório precisa ser utilitário. Sua busca pela verdade de seus pais, para além dessa esfera pessoal, atende à necessidade de realização de sua tese. Com isso, não se dissocia um fim prático dado às informações que recolhe. Percebe-se, pois, não só a estreita relação guardada entre forma e conteúdo no romance, mas também a manifestação de Daniel em ser-e-estar-no-mundo (*dasein* heideggeriano).

Como se sabe, muito do que Lukács usa na sua reflexão sobre a relação entre Estado e homem tem origem em Hegel. No entanto, Hegel crê na reintegração entre sujeito e Estado na modernidade, afirmando que a busca pela totalidade reconcilia o individual na coletividade do todo do Estado. Dessa forma, a liberdade do sujeito em sua interioridade é redimensionada em consonância com o projeto totalizante do Estado. Hegel vê a integração entre indivíduo e Estado como condição imprescindível para a liberdade. Lukács distancia-se dessa compreensão, sob a alegação de que a cisão entre o sujeito e o mundo não pode ser desfeita. Ele, opondo-se a Hegel, entende a modernidade não “como a consumação da liberdade do homem, mas a compreende como a experiência do sujeito fragmentado e separado das estruturas sociais” (SILVA FILHO, 2014, não paginado). Tanto é que suas palavras sobre esse afastamento para com Hegel são enfatizadas no seu prefácio de 1962:

No próprio Hegel, porém, somente a arte torna-se problemática como resultado disso: o “mundo da prosa” [...] é justamente o espírito ter-se alçado a si mesmo no pensamento e na práxis socioestatal. A arte torna-se problemática precisamente porque a realidade deixa de sê-lo. De todo contrária é a concepção formalmente semelhante da *Teoria do romance*: nela, a problemática da forma romanesca é a imagem especular de um mundo que saiu dos trilhos. Eis por que a “prosa” da vida é nela um mero sintoma, entre muitos outros, do fato de a realidade não constituir mais um terreno propício à arte; eis por que o acerto de contas artístico com as formas fechadas e totais que nascem de uma totalidade do ser integrada em si, com cada mundo das formas em si imanentemente perfeito, é o problema central da forma romanesca. E isso não por razões artísticas, mas histórico-filosóficas: “não há mais uma totalidade espontânea do ser” [...] (LUKÁCS, 2009, p. 13-14).

Em *O livro de Daniel*, os caminhos distintos que seguem as teorizações de Hegel e de Lukács são evidenciados pelo fato de a obra se alinhar a este e não aquele autor. O aspecto fragmentário que reveste a narrativa na sua forma e na figura do narrador Daniel estampa a cisão entre indivíduo e mundo moderno. E mais vigorosamente segue a trilha de Lukács nessa bifurcação conforme as reflexões do filósofo vão sendo comprovadas pela desagregação entre o Estado e o narrador Daniel. Ora, esse mesmo estado processou, julgou, sentenciou e executou seus pais. Por conseguinte, essa desintegração exposta nos postulados de Lukács se consubstancializa na forma e no conteúdo do romance.

De acordo com Hegel, a arte, como expressão da individualidade, cumpriria uma função em sintonia com o Estado. E a modernidade seria a verdadeira era que possibilitaria a liberdade, na qual, e somente nela, o homem é efetivamente livre, porque integrado ao Estado. A autonomia é ligada ao estado universal (HEGEL, 2001, p. 189-190).

Hegel afirma, ao mesmo tempo, a capacidade do Estado moderno de comportar ou acatar o desenvolvimento da particularidade. É essa imagem que se encontra no centro da tese hegeliana de uma superação da arte pela filosofia, bem como da específica diferença entre a epopeia e a épica moderna, todas temáticas ponderadas com fundamento nessa compreensão da culminância da liberdade do espírito na modernidade (SILVA FILHO, 2014, não paginado).

A forma é, pois, determinada através do conteúdo. E a penetração da lírica no romance é indício da liberdade e da interioridade subjetiva que se caracteriza, também, pela poetização do romance em sua liberdade formal. Se há a liberdade da forma é porque existe a liberação entre Estado e indivíduo que não postula mais a integridade da totalidade.

Essa formalidade apenas se deixa explicar quando descemos ao conteúdo que determina a forma paradigmática de cada um desses gêneros em sua relação com o desenvolvimento histórico. Se lírica e épica se entrecruzam e se atravessam na poética da modernidade, no romance, isso ocorre porque os gêneros são apenas as indicações formais mais abstratas da relação poética entre o “eu e o mundo” (SILVA FILHO, 2014, não paginado).

Muito embora no drama haja a expressão da individualidade na singularização da situação, que, no entanto, reafirma o universal pelo esmagamento trágico exercido pelas forças sociais, pelas leis e pelos deuses, na lírica, essa reconciliação não encontra guarida, sendo ela a forma *sui generis* da interioridade. Quando, na tragédia, essas forças sociais são conflitantes (no caso de *Antígona*, por exemplo, o direito de enterrar o irmão e a punição que ele deve sofrer), o peso do Estado, do coletivo é sempre maior do que o do individual. No entanto, segundo Hegel, quando o Estado mantém uma constituição rígida, os conteúdos da épica não são cabíveis, pois eliminam o sentimento de liberdade que emana em sintonia com a vontade de base comum para o Estado e que a faz parecer uma vontade subjetiva dos indivíduos (HEGEL, 2001, p. 98-99).

Conforme Antônio Vieira da Silva Filho,

[...] nas várias experiências poéticas do espírito, até mesmo naquelas que **Hegel designa como pré-artísticas** (*Vorkunst*), como ocorre, **por exemplo, na lírica oriental**, os gêneros se apresentam baseados nessa subordinação ao desenvolvimento mais universal do conteúdo. É essa dialética da forma e do conteúdo que nos explica a afirmação, de Lukács e de Hegel, do **romance** como a forma poética da épica moderna. Isso significa dizer que esse gênero épico, que tem seu paradigma incontestável na epopeia homérica, aparece, **em sua configuração moderna, atravessado pelo lirismo, pelo princípio da subjetividade** que lhe é historicamente subjacente, ou seja, **que é a sua determinação de conteúdo** (SILVA FILHO, 2014, não paginado) (negritos nossos).

Nessa citação, apontamos duas ponderações feitas às afirmações contidas nela: para a primeira, de Hegel, acerca das “poéticas pré-artísticas”, e para a segunda, de Hegel e Lukács, quanto à determinação de conteúdo do romance atravessado pelo lirismo e pela subjetividade. Para esta, indicamos a caracterização feita por Ian Watt, defendendo que o traço constitutivo e diferencial do romance para com as outras formas narrativas anteriores a ele é justamente o “realismo de conteúdo⁵” — que se opõe diametralmente às considerações dos filósofos e que, posteriormente, Lukács irá considerar em suas reflexões⁶ — e a individualidade emergida com o gênero; para aquela, observamos que Hegel escreve, por exemplo, sobre a África como “parte não-histórica do mundo⁷”. Assim o faz também para falar da Sibéria como se ela estivesse “além dos limites da história”, ponto de

5 Cf. WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 9-36.

6 Segundo Renata Altenfelder Garcia Gallo, trata-se inicialmente, do ensaio “O romance como epopeia burguesa”, de 1935, mas posteriormente Lukács observa o esvaziamento do símbolo da épica dando lugar à descrição objetiva da realidade, o realismo — observação de um Lukács mais maduro que vai ao encontro do que afirma Ian Watt.

7 “Neste ponto deixamos a África, para não mais a mencionarmos. Pois ela não é parte histórica do Mundo; não tem movimento ou desenvolvimento para mostrar... O que compreendemos apropriadamente por África é o Espírito Não-Histórico, Subdesenvolvido, ainda envolvido nas

vista que será rebatido por diversos autores e demonstra a falta de documentação sobre a África e locais fora do centro hegemônico do discurso intelectual, o que forja o olhar do europeu da época de Hegel em relação às “periferias” como se elas não tivessem história⁸.

A ARTE É HISTÓRIA

Devemos nos apegar à atualização de Hegel e de Lukács feita por Arthur Danto em seu livro *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história*. Como o próprio subtítulo sugere, a história é fundamental para a compreensão dos contornos da estética. Nesse sentido, o que Danto anuncia de maneira aparentemente apocalíptica é par do que Hegel afirma em sua *Estética* e do que Lukács fala em *A teoria do romance*. Partindo da fundamentação em uma teoria filosófica da arte, fundada igualmente em uma leitura da história da arte, Danto pensa que o fim (não a finalidade) da arte é justamente o reconhecimento da verdadeira natureza filosófica da arte — pensamento completamente hegeliano (DANTO, 2010, p. 34).

Assim, há o apontamento para a metalinguagem adotada pela arte quando do amadurecimento de suas reflexões filosóficas. De tal modo que a exploração de temas e técnicas deu lugar a uma arte contingencial e autorreflexiva que se contemplava a si mesma em seus aspectos teóricos, críticos, intelectivos, mas não meramente contemplativos. A estética que surge, a concepção de beleza de então, é algo inteligivelmente construído, sendo, portanto, circunstancial.

O princípio de liberdade que norteia as considerações sobre a lírica em Hegel na modernidade é o mesmo que rege as argumentações acerca do romance em Lukács. A lírica se fecha sobre si e não almeja transcender a solidão do sujeito fragmentado da modernidade, dife-

condições simples da simples natureza, que só tem que ser apresentada aqui como situada no limiar do mundo” (HEGEL *apud* BURKE, 1992, p. 109).

8 Danto vai explorar várias das teses de Hegel e sua relação com a história no decorrer de seu livro. Cf. DANTO, Arthur C. **Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Odisseus Editora, 2010. p. 29.

rentemente do que faz o romance. Essa é a ruptura entre os dois e o que atesta a liberdade formal do romance.

Partindo da definição clássica de romance histórico em *O romance histórico*, de Lukács, a estudiosa Barbara Foley (1978) vê em Doctorow um autor que subverte a história através da ficção para, paradoxalmente, dar mais força à história (e também à ficção).

É claro que a preocupação de Barbara Foley não é se Doctorow se enquadra ou não nos preceitos de Lukács sobre o romance histórico [...] mas sim “classificá-lo” entre os romancistas que subordinam a História à ficção; junto com outros da mesma época que dividem “um profundo ceticismo sobre a natureza objetiva da realidade histórica” (AGILDO, 2006, p. 16).

No entrelaçamento entre história e ficção, Doctorow abandona em algum grau a forma da tradição mimética do realismo em favor de uma forma documental que confunde fato e ficção (AGILDO, 2006, p. 16).

Já Joseph Turner (1979) procurou ver a apropriação que Doctorow faz da História sob uma perspectiva filosófica, pois o escritor, ao fazer uso dos fatos históricos a seu bel prazer, questiona os próprios fundamentos da História como disciplina. Isso pode, inclusive, ser visto como uma provocação aos canais da história oficial estadunidense que nunca se ocuparam em mostrar o outro lado do Caso Rosenberg. Nesse sentido, Turner classifica *O livro de Daniel* como um romance filosófico.

Pensar, por conseguinte, como o passado histórico é condição para o nosso presente é um dos temas que o narrador Daniel tem que dar conta, e, ao menos, tematizar em sua narrativa. No entanto, em um mundo sem historicidade não se consegue apreender o senso da História, pois estamos fadados a conviver com os estereótipos do que foi o passado e este está quase sempre “fora do nosso alcance”. Não é difícil de se entender então como o confinamento na caverna de Platão [...] prejudica a “visão” do narrador Daniel [...] fazendo com que ele conduza a sua narrativa de maneira esquizofrênica por viver em eterno presente (AGILDO, 2006, p. 24).

Nesse sentido, observamos, com o decorrer dos nossos argumentos, que *O livro de Daniel* é uma obra que recorre a artifícios de quebra de linearidade, no que tange à temática e à própria forma. Isso nos permite especular sobre a validade dessa interpretação como possibilidade de leitura. Luiz Costa Lima nos lembra que “a concepção moderna de história mantém a insuficiência epistemológica constatada nos antigos” (LIMA, 2006, p. 397), mas mesmo sabendo das limitações da história como disciplina, consideramos que ela é uma janela que se abre para a compreensão da sociedade e de nós mesmos.

REFERÊNCIAS

- AGILDO, João Rodrigo Lima. **A crise da esquerda norte-americana em *The book of Daniel*, de E. L. Doctorow**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CALABRESE, Omar. **A linguagem da Arte**. Lisboa: Presença, 1986
- DANTO, Arthur Coleman. **Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Odysseus Editora, 2010.
- DOCTOROW, Lawrence Edgar. **O livro de Daniel**. Tradução de Áurea Weissenberg. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FOLEY, Barbara. “From USA to Ragtime: notes on the forms of historical consciousness in modern fiction”. In: **American literature** 50, 1978.
- GALLO, Renata Altenfelder Garcia. **“A teoria do romance” e “O romance como epopeia burguesa”**: um estudo comparado da concepção de Romance em Georg Lukács. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2012.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Cursos de Estética**. Vol. I. Tradução de Marco Aurélio Werle. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2001.

JAKOBSON, Roman. “Do realismo artístico”. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). **Teoria da literatura**: formalistas russos. Tradução de Ana Mariza Ribeira Filipouski *et al.* Porto Alegre: Globo, 1973.

LIMA, Luiz Costa. “Perguntar-se pela escrita da história”. In: **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2009.

LUKÁCS, Georg. “Introdução aos estudos estéticos de Marx e Engels”. In: **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REED, Thomas Vernon. “Genealogy/ Narrative/ Power: questions of postmodernity in Doctorow’s *The book of Daniel*”. In: **American literary history** 4, 1992.

SARAIVA, Fúlvio de Oliveira. “Literatura infantil fractal e mercado editorial: lições contemporâneas”. In: **Revista Via Atlântica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 20, 2011. p. 125-134.

SARAIVA, Fúlvio de Oliveira. **Literatura, consumo e ideologia**: a construção de perfis da infância em três momentos do mercado editorial infantil brasileiro. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza, 2012.

SCHNEIR Miriam. “Ethel Rosenberg’s Sons Still Seek Justice for Their Mother”. In: **The Nation**, 19/01/2017. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/ethel-rosenbergs-sons-still-seek-justice-for-their-mother>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SILVA FILHO, Antonio Vieira da. “Hegel e o jovem Lukács: da consonância estética à dissonância política”. In: **Revista Kriterion**. v. 55, n. 129 Belo Horizonte jan./jun. 2014.

TURNER, Joseph. “The kinds of historical fiction: an essay in definition and methodology”. In: **Genre** 12, 1979.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Os usos políticos dos passados Antigo e Medieval na contemporaneidade

“Um culto doméstico dos mortos que lembra o dos antigos gregos e romanos”: a presença de elementos da antiguidade clássica em Casa-Grande & Senzala

Giovanni Accioly Sellaro Júnior¹

INTRODUÇÃO

Uma leitura atenta da *magnum opus* de Gilberto Freyre, Casa-Grande & Senzala, revela um aspecto que, ao que nos parece, ainda não foi abordado nas variadas análises que já foram feitas acerca da produção intelectual freyreana: a presença de elementos da antiguidade clássica na escrita do autor. Freyre foi leitor dos clássicos, estudou latim e grego durante sua formação escolar, e tais fatos se refletem ao longo de todo o texto de Casa-Grande & Senzala. A obra contém diversas passagens nas quais Freyre traça paralelos entre a família no Brasil colônia e na Roma antiga, por exemplo.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo apontar trechos da obra nos quais tais elementos se fazem presentes e ensaiar possíveis interpretações para a presença e os significados destes elementos no livro. A relevância de uma investigação deste tipo reside no papel de destaque ocupado por Freyre no que con-

¹ Universidade Federal de Pernambuco, mestrando bolsista da CAPES.

cerne às tentativas de “interpretação” do Brasil, além do caráter pioneiro de suas reflexões acerca da função crucial exercida pela constituição familiar na conformação da sociedade brasileira.

GREGOS E ROMANOS OCUPAM A CASA-GRANDE

Gilberto Freyre foi tocado pela influência do pensamento grego durante sua formação escolar. Tendo estudado no Colégio Americano Batista, ele frequentou, na instituição, aulas de latim e de grego, disciplinas que compunham o currículo escolar à época². A crer nos supostos diários do autor³, aos 15 anos traduzia textos em ambos os idiomas — sendo que, em grego, chegava mesmo a compor versos; embora declare não ter “vocação para ‘Latinista’ nem para ‘Helenista’”, aos 17 anos já se considerava iniciado em filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, “embora de modo nenhum senhor da filosofia de qualquer deles” (FREYRE, 1975, p. 12).

Apesar dos arroubos de vaidade de Freyre, não seria ingenuidade crer em seu relativo domínio do latim e do grego e no contato precoce com alguns autores clássicos, dado o ambiente intelectual no qual foi criado. De todo modo, a familiaridade do autor com termos e figuras pertencentes à antiguidade clássica se faz sentir no decorrer de todo o texto de Casa-Grande & Senzala.

Em alguns momentos, o autor trata da dominação romana em Portugal, de modo a elucidar aqueles que acredita serem aspectos importantes da formação daquele país, e que contribuíram tanto

2 Maria Lúcia Pallares-Burke apresenta tais informações ao tratar dos créditos do colégio recense aproveitados por Freyre em seu ingresso na Universidade de Baylor, no Texas (PALLARES-BURKE, 2005, p. 55).

3 O caráter literário, por vezes ficcional, de *Tempo morto e outros tempos*, já foi apontado por alguns autores, tais como Schwarcz, em palestra “Sobre Tempo Morto, de Gilberto Freyre”, ministrada no evento Mal-estar na Cultura, promovido pelo Departamento de Difusão Cultural - PROEXT-UFRRGS e pela Pós Graduação em Filosofia - IFCH — UFRGS/Abril-Novembro de 2010.

com o desenvolvimento de características específicas do povo lusitano quanto com as formas que assumiu a colonização portuguesa em terras brasileiras (FREYRE, 2006, p. 67, 279, 282, 286, 314, 321).

Outros trechos demonstram os paralelos traçados por Freyre entre acontecimentos e costumes experienciados pelos antigos gregos e romanos e fatos que marcaram a história do povo português e da colônia no Brasil. É o caso, por exemplo, do momento em que o autor compara uma técnica de tortura aplicada pelos portugueses aos índios a um ato similar, com origem na Roma antiga:

Infligindo-lhes [os portugueses aos índios] suplícios adaptados dos clássicos às condições agrestes da América. Um desses o de Tulo Hostílio, de prender-se o paciente a dois fogosos cavalos, logo soltos em rumos opostos. Esse horrível suplício foi substituído no extremo-norte do Brasil pelo de amarrar-se o índio a duas canoas, correndo estas, à força de remos, em direções contrárias até partir-se em dois o corpo do supliciado (FREYRE, 2006, p. 226).

Ainda em outro trecho, Freyre utiliza a expressão latina *In hoc signo vinces* — que teria aparecido durante uma batalha a Constantino, imperador romano, junto ao símbolo da cruz, o que o haveria levado à conversão para o cristianismo — para se referir à “revelação” que os colonizadores portugueses vislumbraram quanto à riqueza que fariam com a cana de açúcar no Brasil (2006, p. 342).

No que diz respeito aos hábitos sexuais observados na colônia, dos quais Freyre trata em diversos momentos ao longo do livro, os exemplos da presença de elementos da antiguidade clássica em sua escrita continuam. Ao tratar das práticas homossexuais no período, por ele referidas como “sodomia”, o autor se utiliza das expressões “culto de Vênus Urânia” e “amor socrático”⁴ (2006, p. 404-405). Numa análise

4 A respeito da relação entre a Vênus Urânia e o sexo entre homens, além da utilização do termo “amor socrático” para se referir a tal prática, cf. SELLARO JR., Giovanni. “... alguma coisa de grego, de helênico, de sublimação de amizade em amor”: a presença de elementos da Antiguidade grega na elaboração das concepções freyreanas de sexualidade e masculinidade. In: **Anais**

sobre os hábitos sexuais dos colonizadores, Freyre compara-os a figuras mitológicas: “Nossos avós e bisavós patriarcais, quase sempre grandes procriadores, às vezes terríveis *sátiros* de patuá de Nossa Senhora sobre o peito cabeludo, machos insaciáveis colhendo do casamento com meninas todo um estranho sabor sensual” (2006, p. 443, grifo nosso). Quando trata da iniciação sexual precoce dos meninos brasileiros na época da colônia, Freyre se refere às relações sexuais como “combates com Vênus” (2006, p. 499).

Em determinados trechos do livro, o autor estabelece paralelos entre elementos da vida cotidiana e dos costumes no Brasil àqueles que ele julga serem seus equivalentes em outras culturas, à maneira do que fizeram os folcloristas ao longo do século XIX e início do XX. De acordo com Thompson (1997, p. 58), as características formais dos costumes e mitos:

Eran comparadas por encima de inmensos océanos temporales y culturales; en unas pocas páginas, nos trasladamos desde los ‘antiguos hindúes’ hasta la Alemánia de Tácito, desde los modernos groenlandeses hasta Java y Polinesia y desde allí hasta Mongolia, para acabar en América con los indios mandans y choctaws. El final de este camino se alcanzó finalmente con *The Golden bough* de Sir James Frazer (Londres, 1936).

Nos parece ser isso o que Freyre faz, em certa medida, ao buscar equivalentes de práticas e hábitos observados por ele na formação do povo brasileiro junto a outros povos e culturas. É o que se nota, por exemplo, na passagem em que o autor trata da figura do bicho papão, citando o trabalho de Chamberlain:

O trabalho, hoje clássico, de Alexander Francis Chamberlain⁵ acerca da criança na cultura primitiva e no folclore, das culturas históricas, indica ser o papão, complexo ge-

do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil / org. Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História — ANPUH-Brasil, 2019.

5 A obra de Chamberlain mencionada por Freyre é *The child and childhood in folk-thought*, Nova York, 1896.

neralizado entre todas elas; e quase sempre, ao que parece, com fim moralizador ou pedagógico. Entre antigos hebreus era o *Lilith*, monstro cabeludo e horrendo que voava de noite em busca de crianças; entre os gregos roubavam menino umas velhas feiíssimas, as *Strigalai*; entre os romanos a *Caprimulgus* saía de noite para tirar leite de cabra e comer menino — talvez avó remota da cabra-cabriola — enquanto de dia dominava nos matos o espírito mau da floresta, *Silvanus*” (2006, p. 199).

Um exercício semelhante é realizado por Freyre ao tratar dos costumes religiosos brasileiros. A religião é um tema caro ao autor, e ele parece se esforçar por demonstrar que o cristianismo católico assumiu tanto em Portugal quanto no Brasil, contornos bem mais “suaves” do que aqueles observados em outros países da Europa e do mundo. É o que fica demonstrado no seguinte trecho: “Nenhum cristianismo mais humano e mais lírico do que o português. Das religiões pagãs [...] conservou como nenhum outro cristianismo na Europa o gosto de carne. Cristianismo em que o Menino-Deus se identificou com o próprio Cupido” (2006, p. 302). Ao tratar das festividades católicas em Portugal e no Brasil, Freyre traça paralelos entre algumas delas e os ritos de fertilidade realizados por greco-romanos, como nesta descrição que faz da festa de São Gonçalo, na Bahia:

O resíduo pagão característico, trouxera-o de Portugal o colonizador branco no seu cristianismo lírico, festivo, de procissões alegres com as figuras de Baco, Nossa Senhora fugindo para o Egito, Mercúrio, Apolo, o Menino Deus, os doze Apóstolos, sátiros, ninfas, anjos, patriarcas, reis e imperadores dos ofícios; e só no fim o Santíssimo Sacramento. Não foram menos faustosas nem menos pagãs as grandes procissões no Brasil colonial (2006, p. 329).

Tais comparações, contudo, não se deram apenas nas obras dos folcloristas do XIX e início do XX. É possível observá-las em trabalhos de historiadores renomados, já na segunda metade do século XX. É o caso, por exemplo, da *História Noturna*, de Carlo Ginzburg. Nela, o

pesquisador italiano afirma o que segue: “Servindo-me da comparação, era preciso tentar traduzir em termos históricos a distribuição dos dados, até então apresentados na base de afinidades internas, formais” (2012, p. 14). Algo que Freyre não faz em *Casa-Grande & Senzala* — o que é compreensível, dado que na obra as comparações assumem, por vezes, um caráter quase anedótico, enquanto para Ginzburg trata-se de argumentos centrais na construção de sua narrativa.

A FAMÍLIA PATRIARCAL BRASILEIRA COMO *FAMILIA ROMANA*

Casa-Grande & Senzala é uma obra que se propõe a analisar, como explicita seu subtítulo, a *formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Este é o objeto central do livro e, como ocorre com os temas tratados na sessão anterior, também aqui Freyre estabelece, ao longo de diversas passagens, paralelos, aproximações e semelhanças entre a família patriarcal do período colonial e a *familia romana* tal qual esta se organizava, na visão do sociólogo, durante a antiguidade clássica.

Há uma mostra disso já no prefácio à 1ª edição, no qual, ao tratar da estrutura familiar e de práticas religiosas da família patriarcal, o autor afirma que

Abaixo dos santos e acima dos vivos ficavam, na hierarquia patriarcal, os mortos, governando e vigiando o mais possível a vida dos filhos, netos, bisnetos. Em muita casa-grande conservavam-se seus retratos no santuário, entre as imagens dos santos, com direito à mesma luz votiva de lamparina de azeite e às mesmas flores devotas [...] **“Um culto doméstico dos mortos que lembra o dos antigos gregos e romanos”** (2006, p. 40, Grifo nosso).

A julgar pelo emprego do verbo “lembrar” na frase destacada, pode parecer que Freyre apenas vislumbrara uma semelhança remota, sem maiores desdobramentos para suas análises acerca

da instituição familiar colonial. Tal impressão, contudo, se desfaz através das reiteradas comparações estabelecidas e termos empregados por ele para se referir aos membros da família patriarcal, como se verá a seguir.

Ao tratar das interações sexuais entre os colonizadores portugueses e os demais elementos que, na visão de Freyre, formam a população brasileira — nativos indígenas e escravos africanos — o autor destaca, em alguns momentos, a maneira como se dava a iniciação sexual dos meninos no período colonial. Aqui, o sociólogo enxerga um paralelo entre a maneira como se dava tal processo no Brasil e aquela que ocorria entre os romanos:

Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado *leva-pancadas*, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico. Quase que do moleque *leva-pancadas* se pode dizer que desempenhou entre as grandes famílias escravocratas do Brasil as mesmas funções de paciente do senhor moço que na organização patrícia do Império Romano o escravo púbere escolhido para companheiro do menino aristocrata: espécie de vítima, ao mesmo tempo que camarada de brinquedos, em que se exerciam os *premiers élans généésiques*⁶ do filho-família” (2006, p. 113, grifos do autor).

Em alguns outros momentos da obra Freyre volta a se referir aos meninos, filhos dos senhores de engenho, como “filhos-família” (2006, p. 367, 500), expressão que consiste na tradução do termo latino *filius familias*, utilizada para designar o filho homem na estrutura familiar romana. Por outro lado, o senhor de engenho, chefe da família patriarcal brasileira, é referido como *pater familias*, como por exemplo no seguinte trecho, no qual o autor trata das adaptações sofridas pela língua portuguesa ao longo do processo de colonização: “Parece-nos justo atribuir em grande parte aos es-

6 No texto original, Freyre remete, aqui, à obra de F. Buret, *La syphilis aujourd'hui et chez les anciens*, Paris, 1890.

cravos, aliados aos meninos das casas-grandes, o modo brasileiro de colocar pronomes. Foi a maneira filial, e meio dengosa, que eles acharam de se dirigir ao *pater familias*” (2006, p. 418).

Há ainda um trecho, já próximo ao final do livro, no qual Freyre trata da “evolução” das formas de tratamento observadas pelos filhos e esposas em relação aos homens, chefes das famílias. O autor afirma que, durante o período colonial, das esposas se esperava que tratassem o marido sempre por “senhor”; ao longo do século XIX, tal termo foi gradativamente substituído pelos mais íntimos “tu” e “você”. Ao concluir o raciocínio, Freyre afirma que “Até então [século XIX], esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos” (2006, p. 509). Apesar da ausência de uma referência direta à estrutura familiar romana, é curioso notar que, também nesta passagem, Freyre parece observar paralelos entre a família colonial e a família romana.

Os numerosos exemplos das aproximações realizadas por Freyre entre a família colonial brasileira e a antiga família romana nos levam ao seguinte questionamento: qual teria sido a razão para tal? Por quais motivos, conscientes ou irrefletidos, teria o autor enxergado, no processo da colonização lusa no Brasil e da formação da família brasileira, um reflexo de alguns temas, eventos e estruturas da antiguidade clássica, e em especial da civilização romana?

Uma possível resposta para estas indagações pode residir no contexto no qual se deu a produção intelectual freyreana em comento. Nas primeiras décadas do século XX,

A preocupação em “inventar o Brasil”, isto é, em descobrir as supostas raízes históricas do país, contidas na linha de continuidade dos eventos históricos, unindo presente e passado, encadeando os processos sociais, políticos e culturais marcou o horizonte de muitos intelectuais brasileiros, entre os anos vinte e trinta (RAGO, 1998, p. 175).

Este é, sem dúvida, o caso de Freyre, que busca em diversos momentos de Casa-Grande & Senzala estabelecer “linhas de continuidade” tanto no que diz respeito à história portuguesa quanto à história brasileira, sendo que em ambos os casos a antiguidade clássica cumpre papel importante — no caso dos portugueses, através das seguidas menções à dominação romana sobre o território no qual Portugal se estabeleceu; no caso brasileiro, por meio das constantes comparações entre a família brasileira e a família romana.

Tal característica da obra de Freyre pode fazer parte, também, de uma tendência mais geral e mais antiga de inserção do Brasil no curso dos acontecimentos relativos à história ocidental. Conforme Guarinello, “Desde o século XIX, a ‘ocidentalização’ de nossa História e de nossa memória foi um projeto consciente do Estado brasileiro e de nossas elites” (2013, p. 7). É possível que, no caso de Freyre, isto não tenha se dado de modo tão consciente. De todo modo, ainda segundo a lição de Guarinello, a história antiga nos ocidentaliza: nos situa como herdeiros do oriente próximo, da Grécia e de Roma; nos torna sucessores da história medieval e faz com que a história do Brasil seja encarada como ramo da história europeia nos tempos modernos, após o início da colonização portuguesa no século XVI.

Por fim, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que Casa-Grande & Senzala não foi a única obra na qual Freyre lançou mão de termos que remetiam à antiguidade clássica para explicar e se referir a fatos que vivenciou ou observou durante sua vida. É o caso, por exemplo, de *Tempo morto e outros tempos*, livro no qual Freyre afirma que transpôs seus diários dos 15 aos 30 anos. Há que se levar em consideração que tal escrito “Consiste em fonte insegura e ao mesmo tempo imprescindível. Há no texto editado, sem dúvida, acréscimos posteriores e modificações. Mas mesmo estes são reveladores da personalidade de Gilberto” (LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 591). Feitas tais ressalvas, traz-se à colação um trecho da obra no qual Freyre denomina a amizade próxima entre alunos de Oxford de “platônica”: “nos *parties*

de vinho do Porto aqui em Oxford, que mais de uma vez tenho visto terminarem em danças de rapazes uns com os outros, há alguma coisa de grego, de helênico, de sublimação de amizade em amor” (1975, p. 100). Pouco mais adiante no texto, Freyre comenta que:

Em Oxford, o que se encontra é, antes, a tendência para intensas amizades de rapazes com rapazes semelhantes às que existiam — suponho eu — entre os gregos platônicos. Podem ter às vezes alguma coisa de homossexual. Mas, quase sempre — é o que me parece — um homossexualismo [sic] transitório. E não só transitório: platônico (1975, p. 102-103).

Tenha ou não escrito tais reflexões na época à qual as atribui — 1922, ano no qual visitou a universidade de Oxford durante alguns meses — a presença destes elementos na obra em questão constitui uma demonstração da tendência de Freyre em traçar paralelos entre antiguidade clássica e contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Gilberto Freyre, como apontado no início deste trabalho, é ampla, múltipla e apresenta incursões em diversos campos do conhecimento. No que concerne especificamente a Casa-Grande & Senzala, trata-se de um livro que mistura características de história, antropologia, folclore... Ao fim e ao cabo, Freyre é um grande criador de imagens, antes do que de conceitos. Talvez este seja dos maiores méritos do livro.

Apesar das críticas às quais foram submetidos, autor e obra permanecem vivos no imaginário brasileiro, de maneira direta ou indireta. E, mesmo que talvez não possa mais ser considerado como uma referência para a compreensão do processo de colonização portuguesa no Brasil, Casa-Grande & Senzala continuará a ser um importante testemunho da história da historiografia nacional.

As imagens que Freyre compôs, no que diz respeito especificamente à instituição da família patriarcal brasileira, está, se não im-

pregnada, ao menos bastante perpassada pela ideia que o autor tinha do que teria sido a família romana na antiguidade.

Ao que nos parece, tais comparações e paralelos estão intimamente ligados ao método de análise adotado pelos folcloristas. Apesar da decadência dos estudos desta área durante a década de 1930⁷, resta saber se a influência de seu método continuou a se fazer sentir na produção freyreana que se propôs como continuação a Casa-Grande & Senzala. Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso estão ainda por ser analisados.

O presente trabalho, portanto, não se propôs a buscar respostas definitivas acerca dos questionamentos levantados sobre o tema. Trata-se aqui de uma primeira tentativa de reflexão acerca de um assunto que, ao que nos parece, ainda não havia sido alvo de análises precedentes. Isto demonstra, sem dúvida, a riqueza da produção freyreana e a multiplicidade de interpretações às quais ainda pode ser — e será — submetida.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social** — Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9(2): 1-12, outubro de 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915 — 1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

7 “La ascensión del fascismo condujo a una identificación de los estudios del folclor con una ideología racista o profundamente reaccionaria. [...] Porque la costumbre es, por su propia naturaleza, reaccionaria” (THOMPSON, 1997, p. 59).

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2005.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. *In*: LOYOLA, Maria Andreia (Org). **A sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 175-200.

THOMPSON, E. P. **História social y antropologia**. México: Instituto Mora, 1997.

Teoria crítica da Inquisição em Tomás de Aquino

Claudio Pedrosa Nunes¹

INTRODUÇÃO

A Inquisição medieval ainda suscita polêmicas e discussões. Não são incomuns os debates em salões religiosos, acadêmicos, judiciários e até políticos acerca de sua efetiva historiografia e das consequências dos procedimentos adotados pelos tribunais da Inquisição para fins de formação de segmentos dogmáticos do direito processual penal, civil e trabalhista.

É indispensável, todavia, que se promova o adequado desapego à ideia pejorativa e preconcebida de repulsa deliberada à cultura medieval, assim como de suas consequências sobre a refutação aos hereges no que toca diretamente à Inquisição. A história da humanidade é pródiga de eventos e acontecimentos que os identificam a partir do simbolismo que determinada comunidade elege como ínsita ao seu modo de vida e de decisões. Assim sendo, a cultura medieval concentra retrocessos e avanços em tema judiciário tão presentes em seus simbolismos quanto as ideias, igualmente simbólicas, de epifania das práticas democráticas que informam a cultura ocidental atual.

¹ FFLCH/USP. cpnunes@trt13.jus.br.

Certo é que as fórmulas empregadas naquela temporalidade medieval não são de todo estranhas aos procedimentos processuais constantes de códigos e leis de instrução de processos judiciais na contemporaneidade. E, nisso, não se pode olvidar de algum proveito para a cultura jurídica contemporânea. Basta mencionar, nesse aspecto, a persistência do princípio processual do inquisitório por conduto dos artigos 185 a 196 do Código de Processo Penal, do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, e dos artigos 765 e 848 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Coube a Tomás de Aquino, no entardecer da Idade Média e por conduto dos estudos escolásticos, oferecer uma teoria crítica que moveu o entendimento e inspirou os esforços para tornar útil e menos penoso o instituto da Inquisição. Entre encômios e refutações, Aquino soube delinear adequadamente o alcance e os limites dos processos da Inquisição, oferecendo uma doutrina que prima pela moderação e pela correta aplicação do instituto.

Pretende-se apresentar neste breve estudo um diagnóstico resumido do pensamento de Tomás de Aquino a respeito dos tribunais da Inquisição e do papel dos padres da Igreja e das autoridades eclesiásticas de escol no entorno do julgamento de incautos e impuros. Sempre movido pelo espírito de equidade entre o excesso e a escassez das coisas, Tomás tornou possível aproveitar a Inquisição no que ostentava de ordeiro e modelar suas entranhas procedimentais a modo de expungir injustiças e arbitrariedades. Faz-se referência a textos de normas jurídicas que, direta ou indiretamente, representam projeção contemporânea de dogmas e/ou princípios dos processos e procedimentos da Inquisição medieval.

PRIMÓRDIOS DO PROCESSO INQUISITORIAL: OS ORDÁLIOS

No medievo, as condutas eram recorrentemente inspiradas no senso comum ou em mitos e utopias imanentes a crenças pessoais em determinadas coisas ou situações transfáticas. Esse comportamento

comunitário não se desalinhou dos institutos jurídico-processuais daquela temporalidade. Talvez também em razão dessa conjuntura a Idade Média tenha sido indevidamente alcunhada de “Idade das Trevas”, inclusive na orbe do Direito, expressão pejorativa que não encontra respaldo na verdade historiográfica de múltiplos eventos que se descortinam especialmente no período exuberante da escolástica.

A compreensão do sistema jurídico medieval não se irmana aos impropérios que podem ser cometidos quando firmado um juízo de valor subterrâneo referente às normas jurídicas em voga, máxime quando em confronto com concepções puramente positivistas, senão mecânicas, de direito contemporâneo (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 334).

Os procedimentos processuais do alto medievo pautaram-se, em seu nascituro, por representações e costumes remanescentes de comunidades bárbaras, assim como perfilhava um ideal de justiça desalinhado do direito romano em ascensão. Nesse panorama, o direito medieval buscou seus fundamentos na essência do povo da época, baseando-se não raro em crenças religiosas e no temor de castigos divinos (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 335).

Sobremais, a conjugação entre o direito e a moral no ordenamento jurídico medieval é cerebrina, vez que em tudo se vislumbrava o valor moral, ou seja, a lição extraída, o significado moral essencial (HUIZINGA, 2010, p. 378). Tal procedimento enfatizava a submissão do acusado a um desafio para que provasse sua inocência, tendo em vista que se acreditava na intervenção divina durante a provação proposta, ou seja, para constatação da inocência do acusado e sua consequente absolvição. Afinal, Deus haveria e haverá de interceder como em um *milagre* e a pessoa não sofreria as consequências do desafio imposto pelo ordálio. A propósito, leciona de Le Goff (2002, p. 338):

[...] o direito, o sistema normativo daquela época, que também repousa essencialmente na tradição oral, está doravante organizado em torno de outras referências ou de outros valores, que se impõem progressivamente no meio das transformações econômicas e sociais: a parte

religiosa ou mágica do poder real e a força dos costumes observados entre os predecessores, os laços de sangue e amizade, o código de honra e a necessidade de obter reparação, a posse de bens de raiz e o donativo, os ilimitados graus de posse e a renovação permanente de acordos ou guerras. Tudo isso com uma referência herdada da romanidade tardia, a do cristianismo latino introdutor de novas normas (LE GOFF; SCHMITT, 2020, p. 338).

Todavia, a prática dos ordálios, ao contrário do que se possa imaginar, passou a ser amplamente refutada pela Igreja. Já por ocasião do IV Concílio de Latrão (1215), a excomunhão logrou inclusive lugar adequado para os clérigos que a adotassem fora dos permissivos do alto clero. Dessa forma, os costumes e procedimentos ordálios tiveram sua eficácia contestada e, sucessivamente, enfraquecida, abrindo-se ensanchas ao surgimento de um sistema normativo mais apurado e convergente com a realidade pulsante e empírica, a bem da verdade real.

A norma de direito, mesmo ancorada no direito natural, afe-re especial relevo e notório espaço, sem vilipendiar o ambiente de usos e costumes considerados normativamente aceitáveis (LE GOFF; SCHMITT 2002, p. 341). Nesse diagnóstico, o desprestígio dos processos ordálios no medievo pode ser reputado como prenúncio de uma fase de transição cuja compreensão perpassa pela necessidade de atenção à realidade e ao processo natural das coisas.

Com efeito, Deus é o ordenador por excelência da verdade e da realidade concomitantes à natureza das coisas. A realidade social e jurídica não poderia desarraigar-se dessa constatação, sob pena de conspiração à própria ordem divina. É nessa atmosfera de transição que surgem os processos inquisitoriais. Deles nos ocupamos a seguir.

O PROCESSO INQUISITORIAL

Com a derrocada progressiva dos processos ordálios, iniciou-se na Idade Média um período de transição para os processos inqui-

sitoriais. Um dos principais emolumentos da transição consistiu na contribuição dos processos inquisitoriais para instituição e desenvolvimento de um sistema penal mais racional e desprovido de misticismo corroborado exclusivamente pela interferência divina, superando, portanto, a dogmática dos ordálios.

Inaugurou-se, assim, uma ordem jurídica baseada na concepção fundamental de que se a natureza e a ordem física das coisas encerram manifestação da vontade divina, contrariá-las redundava em grave ofensa à onipotência de Deus, criador do mundo, devendo-se como consequência reprimir a perseguição e eventual punição aleatória dos indivíduos (LE GOFF; SCHMITT, 2002, p. 345).

Embora empregando, no nascedouro, métodos excessivos e até desumanos, o processo inquisitorial corroborou com a racionalização do iter de apuração da verdade, pautando-se em provas reais e diligências acessíveis ao mundo empírico. O sistema punitivo do final da Idade Média e início dos tempos modernos exigia investigação meticulosa, detalhista, depoimentos de testemunhas tomados com rigor e, como dito, o disciplinamento de um regime de produção de provas bastante sugestivo em relação ao adotado atualmente. Tomás (2005, p. 176) explica:

Tratando-se de um caso particular, porém, a informação lhe vem mediante as peças, os testemunhos e os demais documentos legítimos, que hão de ser seguidos no julgamento mais do que a ciência que o juiz adquire como pessoa privada. Essa ciência, no entanto, poderá ajudá-lo a discutir mais rigorosamente as provas aduzidas e a desvendar-lhes os defeitos. Mas se não conseguir se desfazer delas pelos caminhos jurídicos, deverá basear nelas o seu julgamento (AQUINO, 2005, p. 176).

De ressaltar, nesse panorama inovador, que a grande maioria dos pensadores dos séculos XII e XIII era proveniente de ordens religiosas católicas, especialmente as dos dominicanos e franciscanos,

afeitas aos estudos. Isso favoreceu o desenvolvimento do modelo inquisitorial dotado de fundamentação acadêmica e, portanto, realista.

A criação das citadas ordens religiosas dos frades mendicantes instigou e fomentou o surgimento das universidades como ambientes de propagação e aperfeiçoamento do saber científico (KENNY, 2008). Tal conjuntura certamente refletiu no aparecimento de regras de direito processual mais alinhadas com a finalidade essencial de descortino da verdade e proporcionalidade do aparato de sanções. A experiência restou fecunda a ponto de não se poder ignorar a especial influência da sistemática inquisitorial no direito processual contemporâneo, sobretudo no processo penal.

Em que pese os fatos negativos, a Inquisição teve resultados bons como já vimos. Sem ela o Ocidente cristão teria se transformado num caos de inúmeras seitas, com perseguições, ódios, assassinatos e guerras civis. Foram essas coisas que alarmaram os governos e fizeram com que ela surgisse (AQUINO, 2017, p. 288).

É preciso compreender a Inquisição a partir do descortino da relação entre a Igreja Romana e o Estado. Com efeito, enquanto para Santo Agostinho o Estado encerra uma instituição pecaminosa, cuja eventual utilidade recai sobre a possibilidade de seguir à Igreja para alcance do reino celeste, Aquino entende o estado como instituição puramente humana e necessária diante da inclinação dos homens à socialização. Afinal, ombreado à doutrina de Aristóteles, Tomás também entende o homem como um animal político.

Disso deflui que, para Tomás, os tribunais da Inquisição estão mais afeitos ao regime secular próprio da convivência social entre os homens que à missão da Igreja de evangelização e busca da salvação das almas. Assim, é possível admitir que as oscilações das práticas inquisitoriais decorreram sobretudo do embate entre a missão sagrada da Igreja (redenção das almas, combate às ofensas à doutrina

cristã etc.) e a atividade punitiva do Estado enquanto organização secular. Se os veredictos dos tribunais da Inquisição eram emanados dos eclesiásticos em conjunto com os agentes do Estado, a execução correspondente cabia exclusivamente ao regime secular.

A inquisição constituiu-se, pois, pela reunião do tribunal do Santo Ofício com o tribunal civil. Tinha dois 'braços': o primeiro era o braço eclesiástico, que inquiria (Inquisição), corrigia e finalmente julgava os delitos de heresia. Sua finalidade principal não era vingar e castigar, mas corrigir e emendar. O segundo braço era o secular, a quem eram entregues os réus convictos e contumazes, para serem castigados segundo as leis civis (BERNARD, 2016, p. 12).

Tal conjuntura parece explicar o porquê dos excessos da Inquisição: a sensível incompatibilidade entre o projeto divino entregue à Igreja e a regulação social destinada ao Estado no tocante ao regime judiciário das pessoas e as consequentes punições, na melhor concepção de Tomás de Aquino.

Este é o mapa que se deve ordenar à Inquisição. Impossível entendê-la sem tentar dar a ela a empatia consistente na identificação e penetração no objeto temporal do estudo. Compreender bem a Inquisição e seus julgamentos perpassa obrigatoriamente pelo esforço de revisitação da cultura e da metodologia da época, além de entregar-se à posição dos atores humanos que a conduziram. O sentimento social da temporalidade medieval é também qualificativo indissociável da correta compreensão da atuação da Igreja Romana e do Estado enquanto protagonistas dos procedimentos inquisitoriais. É duvidoso, portanto, enxergar a Inquisição sob uma ótica baseada exclusivamente na cultura contemporânea do presente e de exercício de projeções para o futuro.

Outra dimensão da cultura medieval e, com ela, dos processos inquisitoriais, refere-se à noção de bem comum inspirador das punições dos detratores da ordem social instalada. Com efeito, para Tomás, o bem comum se obtém também a partir do emprego da justiça comu-

tativa que se aplica na medida dos méritos e deméritos de cada pessoa em relação com outras e com a lei. A justiça comutativa autoriza a aplicação das sanções adequadas aos delitos praticados, numa espécie de relação contratual e, portanto, sinalagmática². Assim, evidente que as investidas de desordem social promovidas pelos hereges impunham à condenação e aplicação das sanções pertinentes de natureza corporal. Aquino não refuta de todo essa concepção senão para ajustar as punições de competência dos religiosos, como já enfatizado.

No século XII, a Igreja enfrentava fortes contestações de uma série de movimentos que propugnavam a pobreza; uma marca comum de todos eles era a denúncia de que a Igreja Católica era uma instituição muito rica e que tal riqueza, fruto de doações de terras feitas por reis, príncipes e senhores ao longo de séculos contrastava com a pobreza de Nosso Senhor Jesus Cristo. O poder econômico da Igreja facultava a Bispos e Cardeais e também aos Papas o controle de vastas áreas feudais, e uma vida de certo luxuosismo, uma corte principesca e diversos privilégios. É bem verdade que tal crítica não carecia de um certo sentido: afinal haviam clérigos que descuravam da vida espiritual e das obrigações pastorais para se dedicar aos gozos da vida terrena e a busca das ambições transitórias. Contra isso vários movimentos já tinham se levantado, em épocas de crises semelhantes, dentro da própria Igreja. Cabe lembrar aqui o movimento de restauração do monastismo iniciado em Cluny na França num momento em que o monaquismo havia relaxado do ideal de oração e trabalho. Todavia, da crítica tais movimentos passaram a defender a demolição da igreja institucional para no lugar dela criar uma nova Igreja, puramente espiritual, guiada por projetos iluminados pelo Espírito Santo de modo direto. Uma Igreja sem poder temporal, sem bens, sem clero, sem autoridade, sem padres, bispos e papas. Qual seria o efeito para a sociedade feudal se tais propostas

2 Franco Montoro bem define a justiça comutativa segundo Tomás: “Na justiça comutativa, a pluralidade de pessoas (alteritas) se realiza sob a forma de uma relação entre particulares. O debitum se apresenta como um devido, rigoroso e estrito. E a igualdade é simples ou absoluta, também chamada real ou aritmética. Pela reunião dessas três notas, podemos definir a justiça comutativa como a virtude pela qual: um particular dá a outro particular aquilo que lhe é rigorosamente devido, observada uma igualdade simples ou real. Por exemplo: o comprador paga ao vendedor o preço correspondente ao valor da mercadoria; o agressor é obrigado a reparar o dano, na medida do prejuízo que causou à parte contrária” (Cf. **Introdução à Ciência do Direito**, 26 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 192).

tivesses vingado? O mundo feudal era baseado nas relações de solidariedade e nas relações de subordinação às autoridades naturais e espirituais. A sociedade era uma teia de interrelações de confiabilidade, daí a importância dos juramentos de fidelidade entre senhores e cavaleiros. As relações de dependência de todos para com todos era a base moral e jurídica do mundo medieval europeu. Destruir a instituição que garantia tais juramentos e que era a portadora máxima da confiabilidade dos contratos e dos poderes a que os homens estavam sujeitos por seu caráter sobrenatural e divino era por em xeque a existência da sociedade; sem a autoridade da Igreja que socializa as relações sociais não haveria nada capaz de manter os laços entre os indivíduos e as ordens sociais (nobreza, servos, burgueses, cavaleiros, etc.) de pé permanentemente. Assim, os chamados movimentos heréticos eram não só ameaças à autoridade da Igreja ou dos dogmas católicos mas ameaça grave à continuidade da sociedade medieval³.

Dessarte, a Inquisição, devidamente compreendida, não se constituiu num reino de absoluto horror que comumente e equivocadamente se alardeia em se tratando de Idade Média. Sem a Inquisição, a ordem social medieval ter-se-ia deixado sucumbir pela ferocidade das práticas hereges numa concepção comparável à tirania e à dominação pela força bruta. Charles H. Lea, citado por Felipe Aquino, assim se manifesta:

A Inquisição não foi uma organização arbitrariamente concebida e imposta ao mundo cristão pela ambição e pelo fanatismo da Igreja. Foi antes o produto de uma evolução natural, poder-se-ia quase dizer necessária, das diversas forças de ação no século XIII. Os inquisidores se preocupavam muito mais em converter os hereges do que em fazer vítimas. Estou convencido que o número de vítimas que pereceram na fogueira é muito menos do que se julga ordinariamente. Entre os modos de repressão empregados em consequência das sentenças inquisitoriais, a fogueira foi relativamente o menos usado (LEA *apud* AQUINO, 2017, p. 360-361).

3 Cf. A Inquisição à luz de São Tomás de Aquino. Portal Conservador, 2013. Disponível em: <https://portalconservador.com/apologetica/a-inquisicao-a-luz-de-sao-tomas-de-aquino>. Acesso em: 20 set. 2020

A historiografia da Inquisição medieval tem, pois, muito a revelar para resgate da efetiva realidade dos fatos e eventos que informaram aquele ainda hoje desconhecido órgão de natureza híbrida. Sua importância para segurança social e política da época tem assente inclusive no fato de que a reforma protestante teve seus próprios órgãos inquisitoriais (BERNARD, 2016, p. 16).

OSCILAÇÕES DAS PRÁTICAS INQUISITORIAIS

A inquisição medieval teve origem no desenvolvimento de uma ordem jurídica própria de iniciativa da Igreja Romana com o intuito de tutelar a sociedade sacra de então em colaboração com o Reino. O direito canônico é sua fonte de excelência e determinante para o florescimento do sistema inquisitorial (GROSSI, 2014, p. 139).

Entretanto, a Inquisição se utilizava de métodos que, embora coerentes com parte da doutrina mística e assaz conservadora da Igreja Romana, punia, torturava e matava sem critérios preestabelecidos e provas empíricas convincentes. Sob invocação de combate às heresias, a Inquisição ergueu fogueiras e impôs sacrifícios físicos desmedidos.

A falta de clareza da heresia é grande, e, no entanto, ela está no coração da construção do Ocidente, porque permitiu o nascimento do procedimento inquisitorial, definitivamente instituído pelo papa Gregório IX em 1231: a necessidade de extorquir a qualquer preço uma confissão dava à verdade, e assim ao erro, um novo valor absoluto. Da Igreja o procedimento deslocou-se para a realeza, e encontra-se na base da exagerada reivindicação de poder total própria do Estado moderno (ZERNER, 2002, p. 520).

É nessa dimensão que as práticas inquisitoriais apresentam oscilações e paradoxos que as tornam passíveis das correções e ajustes a que se dedicou Tomás de Aquino. É certo que a Inquisição representou avanço em relação às práticas ordálias e para debelar a desordem que os heréticos impunham à sociedade organizada de

então, mas, ao mesmo tempo, promoveu injustiças e exageros para alcance o mais rápido e resolutivo do restabelecimento da autoridade da Igreja e do Estado. O procedimento básico dos tribunais e julgamentos da Inquisição consistia basicamente no seguinte:

Em uma região em que se suspeita de atividades heréticas crescentes chegam 4 inquisidores no mínimo, em geral frades franciscanos e dominicanos. Convidam a multidão para uma prédica na Igreja convidando os rebeldes a pedir perdão a Deus. A princípio a Inquisição se apresenta como um tribunal de penitência que tem primeiro a finalidade de reconciliar os pecadores com Deus e a Igreja através da confissão. Oferece-se um prazo para a confissão da falta. Em caso de sua heresia nunca ter causado escândalo público ser-lhe-á imposta uma simples penitência secreta. Em caso de ter sido pública o confesso receberá uma indulgência e penas como peregrinar para locais santos ou ficar algum tempo em um convento. Os que não confessam e são denunciados são investigados e levados a um julgamento onde via de regra não se permitia advogado; mas segundo fontes autorizadas muitos réus tiveram advogado; o Manual do Inquisidor de Bernardo Guy proíbe a intervenção de advogados sob a suspeita de que possam ser hereges como os réus ou pagos para acobertar seus crimes; já no de Eymeric diz-se que 'não se deve privar os réus do direito de defesa e de advogados'.⁴

Tomás de Aquino, outrossim, a partir do Artigo 4 da Questão 64, *secunda secundae*, da Suma Teológica, denuncia os equívocos que demandavam repensar do clero.

Aos clérigos não é lícito matar, por dupla razão. 1º São escolhidos para o serviço do altar, no qual se representa a paixão de Cristo imolado, 'que, ao ser espancado, não espancava'. Portanto, não compete aos clérigos espancar e matar. Pois, os servos hão de imitar o seu Senhor, como se diz no livro do Eclesiástico. 'Qual é o juiz do povo, tais serão os seus ministros'. Outra razão é que aos clérigos se confia o ministério da Nova Lei, que não comporta pena

4 Cf. A Inquisição à luz de São Tomás de Aquino. Portal Conservador, 2013. Disponível em: <https://portalconservador.com/apologetica/a-inquisicao-a-luz-de-sao-tomas-de-aquino>. Acesso em: 20 set. 2020.

de morte ou mutilação corporal. Assim, para serem ‘ministros autênticos da Nova Aliança’, devem abster-se de tais práticas (AQUINO, 2005, p. 137).

No Artigo 2 da Questão 67, *secunda secundae*, Tomás reafirma que o simples ministério de julgar, antes que o de impor penas capitais ou corporais, não se alinha à missão dos religiosos, mas apenas à autoridade pública investida oficialmente de tal poder. Assim é que se dirige a refutar as práticas de repartição de funções judiciárias entre a Igreja e o Reino (julgamentos e execuções).

A sentença do juiz é como uma lei particular visando um caso particular. Mas, como ensina o Filósofo, a lei deve ter força coercitiva; assim também, a sentença do juiz há de ter força coercitiva, para obrigar ambas as partes a observá-la; do contrário, o julgamento não seria eficaz. Ora, na ordem das coisas humanas, só podem exercer licitamente o poder coercitivo os que estão investidos da autoridade pública; eles são submetidos como superiores dos que lhes são submissos, seja em virtude de um poder ordinário seja delegado. É, portanto, manifesto que ninguém pode julgar senão a quem lhe está sujeito, por um poder delegado ou ordinário (AQUINO, 2005, p. 172).

Tomás de Aquino também refutou diversos procedimentos promovidos no curso dos julgamentos da Inquisição. Alertou, no Artigo 3 da Questão 67, *secunda secundae*, para a necessidade de existência de um acusador formal, da obrigatoriedade de acusação escrita, da condução correta de oitiva de testemunhas, da suspeição de julgadores e da ética de interpretação do direito aplicável. Quanto a necessidade de existência de acusador formal, assim se pronuncia:

O juiz é intérprete da justiça. Por isso, nota o Filósofo, os homens recorrem ao juiz como a uma espécie de justiça viva. Ora, já ficou estabelecido a justiça não se pratica para si mesmo, mas para outros. Cumpre, portanto, que o juiz decida entre duas partes, o que se dá quando uma é autor e outra réu. Por isso, em matéria criminal, não pode o juiz condenar a quem não tenha acusador (AQUINO, 2005, p. 177).

No tocante à obrigatoriedade da acusação escrita, o aquinate, no Artigo 2 da Questão 68, *secunda secundae*, assim discorre:

Como já foi explicitado, quando em uma causa criminal, se procede por via da acusação, o acusador se constitui em parte, de tal sorte que o juiz se coloca como mediador, para examinar a justiça entre o acusador e o acusado. Então, se faz preciso cercar-se de todas as garantias possíveis para assegurar a certeza. Ora, o que se diz oralmente facilmente foge da memória. Por isso, se tudo não for consignado por escrito, quando o juiz tiver de proferir a sentença, poderia não mais estar seguro do que foi dito e da maneira como o foi. Com muita razão foi portanto que a acusação e os demais atos do processo fossem redigidos por escrito (AQUINO, 2005, p. 180-181).

Sobre o procedimento básico dos julgamentos, em especial quanto a necessidade ou direito do acusado de constituir advogado para sua defesa, Tomás de Aquino expõe uma correção ao sustentar que todos têm jus a apelação quando reputados de malfeitores. Certamente que o aquinate dirige-se sobretudo aos tribunais da Inquisição Assim, o Artigo 3 da Questão 69 da *secunda secundae* da Suma Teológica prescreve:

Pode-se fazer apelo por um duplo motivo. 1º Porque se tem confiança na justiça de sua própria causa, tendo sido injustamente condenado pelo juiz. E, nesse caso, é lícito apelar, o que vem a ser buscar com prudência escapar à injustiça. Por isso dispõe o direito: 'todo aquele que for oprimido pode livremente apelar para o juízo dos sacerdotes, se quiser, e não seja impedido por ninguém. 2º Pode alguém fazer apelo afim de ganhar tempo e retardar assim que uma justa sentença seja proferida contra si. É o expediente de uma defesa caluniosa, e, portanto, ilícita, como já se mostrou (AQUINO, 2005, p. 190).

Com efeito, o direito de defesa, segundo Aquino, é de grande densidade, admitindo até a existência física, a fuga ou outro expediente similar, quando se é vítima de uma condenação injusta. Pode-se vislumbrar aqui mais um recado indireto às cortes inquisitoriais

movidas por sentimento pouco elogiável de aceção de pessoas em julgamentos para o fim de condenação.

No que se refere à condução correta de oitiva de testemunhas, Tomás, nos Artigos 1, 2, 3 e 4 da Questão 70, *secunda secundae*, elenca cinco providências que não podem ser olvidadas pelo julgador: a) a obrigatoriedade das pessoas prestar testemunho sobre os fatos que presenciaram; b) a dispensabilidade de número elevado de testemunhas; c) a falibilidade de testemunhos contraditórios; d) a idoneidade de quem testemunha; e) a tipificação criminosa, dita pecaminosa, do falso testemunho. Quanto ao primeiro aspecto, Aquino escreve:

No ato de testemunhar, é mister distinguir: às vezes, o testemunho é exigido, outras vezes, não. Quando o depoimento de um súdito é requerido pela autoridade de um superior, a quem deve obediência em matéria de justiça, não há dúvida que está obrigado a testemunhar dentro da ordem do direito. Por exemplo, sobre crimes manifestos ou já denunciados pela opinião pública. Se, porém, se requer o testemunho sobre outros fatos, por exemplo, sobre casos ocultos ou não divulgados pela opinião pública, não há obrigação de testemunhar [...]. Se o testemunho é pedido afim de livrar alguém ameaçado injustamente de morte ou de qualquer castigo, de desonra imerecida ou de algum dano, então há obrigação de testemunhar (AQUINO, 2005, p. 194-195).

Quanto ao número de testemunhas, Tomás, no Artigo 2 da Questão 70, *secunda secundae*, escreve:

[...] deve-se dizer que por maior que seja o número de testemunhas, ainda assim o depoimento delas poderia ser iníquo, como se lê no livro do Êxodo: 'Não seguirás a multidão para praticares o mal'. Contudo, se não se pode chegar a uma certeza infalível em tais domínios, nem por isso se há de negligenciar a certeza provável que se obtém pelo depoimento de duas ou três testemunhas, como se acaba de ver (AQUINO, 2005, p. 196).

Quanto a falibilidade de testemunhos contraditórios, Tomás, ainda no Artigo 2 da Questão 70, *secunda secundae*, prescreve:

[...] deve-se dizer que o testemunho perde todo o seu valor se há desacordo entre as testemunhas em torno das circunstâncias principais, que mudam a substância do fato: o tempo, o lugar da ação, as pessoas que intervieram mais ativamente. Com efeito, se divergem a tal ponto, no seu depoimento, as testemunhas parecem isoladas, cada uma de seu lado, falando de fatos diferentes. Por exemplo, se uma afirma que este fato se passou em tal momento, em tal lugar; e outra, assegura que foi em outro tempo e em outro lugar, dão a impressão de não falarem da mesma coisa [...]. Com maior razão se deve deixar de lado o depoimento de uma só testemunha que se contradiz, quando interrogada quanto ao que viu ou sabe (AQUINO, 2005, p. 196-197).

Sobre a necessidade de aferição da credibilidade e idoneidade da testemunha, o aquinate, no Artigo 3 da Questão 70, *secunda secundae*, arremata:

Um testemunho, como já foi dito, não é susceptível de certeza infalível, mas somente provável. Por isso, tudo o que aumenta a probabilidade no sentido contrário enfraquece o valor do testemunho. Ora, torna-se provável que alguém não será firme na atestação da verdade, seja por culpa, como se dá com os infieis e infames, bem como os culpados de crime público, seja às vezes sem culpa. Esse último caso acontece quer por falta de razão, como se vê nas crianças, nos dementes e nas mulheres, quer pela afeição, assim os inimigos, parentes e domésticos; quer ainda pela condição social, tais os pobres, os escravos e aqueles que estão sujeitos à autoridade de outrem; pode-se presumir que estão facilmente levados a testemunhar contra a verdade. — E assim se evidencia que o testemunho de alguém pode ser recusado por causa de culpa ou sem culpa (AQUINO, 2005, p. 198-199).

Doutra parte, em relação ao perjúrio, a Tomás vaticina no Artigo 4 da Questão 70, *secunda secundae*:

O falso testemunho comporta uma tríplice deformidade. A primeira vem do perjúrio, pois só se admitem testemunhas juradas. Por esse motivo, é sempre pecado mortal. — A segunda resulta da violação da justiça. Sob esse aspecto, é pecado mortal em seu gênero, como qualquer injustiça. Por isso, no Decálogo se condena o falso testemunho: ‘Não levantarás falso testemunho contra teu próximo’. Pois, não age contra outrem quem o impede de cometer injustiça, porém quem o priva da justiça que lhe é devida. — Enfim, a terceira deformidade provém da falsidade mesma, que faz de toda mentira um pecado (AQUINO, 2005, p. 200).

Por fim, Tomás, no Artigo 2 da Questão 67, *secunda secundae*, ressalta que o juiz não é livre para julgar como entende ou deseja, mas deve render vassalagem à lei e ao direito. Trata-se do que hoje se convencionou chamar princípio processual do convencimento motivado⁵, ou seja, toda sentença deve basear-se na prova legítima produzida nos autos, a ela estando vinculado o julgador.

Em sentido contrário, Agostinho, comentando o salmo, declara: ‘O bom juiz nada faz por seu próprio arbítrio, mas se pronuncia segundo as leis e o direito’. O que quer dizer julgar conforme as disposições e as provas apresentadas no processo. Logo, é assim que o juiz deve julgar, e não se baseando em seu próprio arbítrio (AQUINO, 2005, p. 173).

Ao abordar a questão dos julgamentos, Aquino elabora uma teoria da moral profissional dos julgadores. Tal teoria, dotada de notável cientificidade, obviamente mais se aproxima dos filósofos, designadamente agentes públicos do Reino, que propriamente dos destinados às missões precípua do altar, Com elegância e fidalguia, distingue o papel dos clérigos, dirigindo-os substancialmente ao serviço de Deus.

5 Segundo Maria Helena Diniz, o livre convencimento motivado é “Princípio pelo qual o magistrado pode apreciar livremente as provas constantes nos autos, dando-lhes a força ou o valor que entender, guiado pela prudência objetiva e pelo bom senso, indicando na decisão os motivos que formaram seu convencimento ou convicção. Trata-se do exame das provas segundo a consciência do juiz e a impressão geral que colheu do processo, desde que atenda aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos” (Cf. **Dicionário Jurídico**, vol. 3, 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2005, p. 171-172).

Sem dúvida, Tomás elenca uma série de preceitos que definem o julgamento correto e justo. Ao advogar a impossibilidade dos julgamentos pelos clérigos, o Santo Doutor anuncia a incompatibilidade da Igreja as missões judiciárias seculares, destinando tais missões à autoridade laica, ou seja, aos agentes do Estado medieval. Não se trata de desmerecer as decisões eclesiásticas em matéria propriamente religiosa, *interna corporis*, mas de segregá-las daquelas que demandam preparo técnico secular, bem mais adequadas aos auxiliares do príncipe.

O direito da Inquisição efetivamente merecia ajustes e recortes a bem da preservação do prestígio da Igreja Católica Romana. É exatamente nessa dimensão que deve ser observada e assimilada a teoria crítica de Tomás de Aquino quanto aos tribunais do Santo Ofício. Longe de pretender desconstruir os dogmas da Igreja, o aquinate idealizou, na cátedra e na doutrina cristã mais bem elaborada, um conjunto de lições que resgatam a virtude da justiça comutativa no nível das sanções penais. A continuidade dos erros e exageros do Santo Ofício representaria um retrocesso que certamente Tomás quis evitar. Zerner (2002, p. 516-517), a propósito, ressalta:

O triunfo da Inquisição passava pela assimilação. No direito, a definição do herege estabelecida pelos maiores juristas é o mais amplo possível. A glosa ordinária define como herético aquele que corrompe os sacramentos, aquele que se afasta da unidade da Igreja, todo excomungado, aquele que se engana nos comentários sobre a Escritura Sagrada, aquele que funda uma nova seita ou a segue, aquele que compreende os artigos da fé de forma diversa da Igreja Romana, aquele que fala mal dos sacramentos da Igreja. No imaginário dos perseguidores, os hereges, adoradores de Lúcifer, capazes de todas as infâmias, são definitivamente diabolizados (ZERNER, 2002, p. 516-517).

Com sua doutrina do julgamento justo, Tomás erigiu uma nova ordem jurídico-judiciária que contribuiu com duplo significado para o direito processual que se seguiu no porvir: a) construiu um iter

sucessivo ao processo inquisitorial, como forma de iluminar, com a devida deferência, os julgamentos levados a efeito pelos religiosos, instando-os a revisitar seus procedimentos e suas decisões; b) lançou as bases dogmáticas e deontológicas do que na contemporaneidade judiciária ocidental se denomina *due process of law*⁶ regra de ouro das constituições ditas social-democráticas.

NOVOS RUMOS DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS MEDIEVAIS

A teoria crítica de Tomás de Aquino certamente favoreceu a ascensão de novos procedimentos e institutos para os julgamentos de acusados e inovou no tocante ao ordenamento jurídico da Idade Média tardia. Também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de uma ciência judiciária independente e autônoma. Trata-se do que Grossi (2014, p. 175) intitula “*precisa consciência da reflexão filosófico-política*” a que “*corresponde uma igualmente precisa consciência da nova doutrina jurídica*”, constituindo de “*uma presença viva a partir do final do século XI*”.

Pode-se afirmar que os tribunais judiciais dos fins da Idade Média foram conduzidos, senão compelidos, a promover a conjugação da ordem jurídica emanada do direito canônico — proeminente fonte escrita do direito na alta Idade Média — com a laicidade imanente ao direito romano — mais técnico e empírico -, conferindo fôlego vital às decisões e julgamentos a cargo da Igreja e do Estado. A ressalva da limitação dos poderes do julgador e sua desvinculação da mística puramente religiosa representou a inovação fundamental, como bem ensinou Tomás de Aquino. Nesse sentido, pontua Grossi (2014, p. 177):

6 O princípio do *due process of law* (devido processo legal) está prescrito textualmente no artigo 5º, inciso LIV da Constituição do Brasil com a seguinte redação: ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Segundo Rios Gonçalves, “o princípio obriga a que se respeitem as garantias processuais e as exigências necessárias para a obtenção de uma sentença justa” (Cf. **Novo Curso de Direito Processual Civil**, vol. I, 14 ed., São Paulo: Saraiva, 2017, p. 67).

Em suma, uma construção coerente, que reforça o ponto do qual partimos: a identificação do príncipe com a função de “dizer o direito”: a identificação do direito com uma realidade que está muito além do poder político, uma realidade que a *lex* tem a tarefa de manifestar. Nessa construção coerente, extremo ato de coerência, o direito — que está muito além — constitui inevitavelmente um restrição intransponível para o poder e para seus detentores: repete-se nos juristas tudo o que pudemos observar nos escritores de filosofia política (GROSSI, 2014, p. 177).

Não é de estranhar que a teoria crítica de Tomás de Aquino à Inquisição tenha decorrido de suas concepções de conjugação da fé cristã com a razão aristotélica. A síntese da fé com a razão conferiu aos tribunais da Inquisição a oportunidade de julgar com mais apuro e preparo, pois ofuscou, senão eliminou, o misticismo exagerado que o apego à fé absoluta determinou. A razão, para Aquino, não é inimiga da fé, assim como a fé sem razão caminha para o devaneio.

Em última análise, Tomás de Aquino mostrou que entre fé cristã e razão subsiste uma harmonia natural. E foi esta a grande obra de Tomás, que naquele momento de desencontro entre duas culturas — naquele momento em que parecia que a fé devia render-se perante a razão — demonstrou que elas caminham a par e passo; que quando parecia ser a razão não compatível com a fé não era razão; e aquilo que parecia ser fé não era tal enquanto se opunha á verdadeira racionalidade; deste modo ele criou uma nova síntese que veio a formar a cultura dos séculos seguintes (AQUINO, 2017, p. 311).

Fator preponderante para a continuidade dos tribunais judiciais medievais foi também a transformação abrupta da sociedade medieval duzentista, passando de uma comunidade predominantemente rural para ambientes mais urbanizados e com a prática reiterada de atividades mercantis, tudo por conduto do alvorecer da burguesia. Sendo assim, desenvolveu-se nitidamente, segundo Grossi (2014, p. 188), “uma civilização que considera inadequa-

das as primitivas regras consuetudinárias, respeitadas e eficientes no passado, ou que, ao menos requer novas regras que se coloquem lado a lado com as antigas”.

Depreende-se, pois, que a consciência jurídica e judiciária da baixa Idade Média caminhou por significativas fases para o aperfeiçoamento de sistemas jurídicos que culminaram com os contemporâneos *common law* e *civil law*, vigentes atualmente em muitos países do mundo ocidental. Além disso, tal cultura jurídica subsidiou o renascimento do direito romano em comunhão com o direito positivo baseado no justo racional, ícone e base histórico-filosófica e política do almejado constitucionalismo democrático. Tomás de Aquino, como visto, certamente possui lugar de escol nessa construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, verifica-se que Tomás de Aquino formulou uma verdadeira teoria crítica da Inquisição medieval, oferecendo as bases fundantes do processual judicial justo e racional. Por sua propriedade jurídico-científica, tal sistema processual revela utilidade e conserva autoridade até os dias de hoje.

O sentido do justo é, em Tomás, não apenas uma qualidade da ordem natural das coisas subjacente ao querer de Deus-Criador, mas também uma premissa de aplicação da racionalidade humana do bem no mundo jurídico por meio de institutos e categorias construídos para proveito do dia-a-dia das relações processuais.

A superação e extinção dos processos ordálios e a proposta de correção de rumos dos procedimentos da Inquisição representaram e, de certo modo, ainda representam, o mérito das preocupações do aquinate em reafirmar a credibilidade da Igreja Romana e da doutrina cristã a partir da análise racional das coisas, aproximando o adequado processo judiciário dos bons propósitos do Santo Ofício.

Tomás promoveu uma redescoberta da autoridade dos julgamentos a partir da sensibilidade extraível da lógica e da razão empíricas que devem nortear as decisões dos juízes para proveito real e não fictício da comunidade. Nesse contexto, exibe uma real dogmática e deontologia do julgamento justo, enfatizando a importância do princípio *in dubio pro reo*, da correta hermenêutica jurídica, assim como da adequada colheita e valoração da prova. Tem-se, portanto, a construção de uma teoria jurídico-processual que, já no Medievo escolástico, inaugurou a cultura do que hoje denominamos *due process of law*.

Em Tomás, depreende-se que o direito judiciário passou a ser analisado não mais como manifestação pura e isolada da vontade mística, mas sim como uma ciência independente e autônoma que objetiva promover a equidade e o bem comum. Assim é que, segundo se extrai de suas concepções, a ciência jurídica no segmento processual não pode deixar-se afetar por pretensões religiosas pouco confiáveis. O objetivo medular é a busca pela verdade empírica mediante uma construção teórica direcionadora da paz social.

REFERÊNCIAS

- A Inquisição à luz de São Tomás de Aquino. **Portal Conservador**, 2013. Disponível em: <https://portalconservador.com/apologetica/a-inquisicao-a-luz-de-sao-tomas-de-aquino>. Acesso em: 20 set. 2020.
- AQUINO, F. **História da igreja**: idade média, 2 ed., Lorena: Cleofas, 2017.
- AQUINO, T. **Suma teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- BERNARD, J. **A inquisição**: história de uma instituição controvertida. São Caetano do Sul: Santa Cruz Editora, 2016.
- LE GOFF, J.; SCHMITT, J-C. **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico**, v. 3, 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

GONÇALVES, M. V. R. **Novo curso de direito processual civil**, v. 1, 14 ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

GROSSI, P. **A ordem jurídica medieval**. Trad. de Denise Rossato Agostinetti, São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUIZINGA, J. **O outono da idade média**. Trad. de Francis Petra Jansen, São Paulo: Cosac Naify, 2010.

MONTORO, A. F. **Introdução à ciência do direito**, 26 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ZERNER, M. Heresia. **Dicionário temático do ocidente medieval**, v. I, trad. de Flavio de Campos, Bauru; EDUSC, 2002.

Heloísa (c.1100-1164) do Paráclito: sabedoria que atravessou o tempo como amor e lenda

Luciana Alves Maciel¹

INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é compreender o que está além do romance entre os dois, reconstruindo a trajetória dessa aristocrata, aluna, amiga, amante, esposa, mãe, freira forçada, priora por eleição, abadessa por vocação e fundadora de uma ordem religiosa.

Para tanto, temos como intuito analisar o contexto no qual Heloísa está inserida e com isso compreender a abadessa por trás das cartas trocadas com Pedro Abelardo e com outros pares da alta aristocracia do século XII. Heloísa ainda jovem tinha conhecimento de latim, hebraico e grego. Ela também era uma estudiosa da Bíblia de onde extraiu numerosas citações para argumentar com Pedro Abelardo.

Heloísa foi uma mulher que ainda jovem já estava em contato com a sociedade do seu tempo, algo que pode ser observado nas suas epístolas, sobretudo nas citações de Ovídio, Sêneca e na observação sobre Aspásia. Nem a frente, nem atrás, mas no seu tempo, Heloísa foi forjada nas regras rígidas da educação secular, o que possibilitou que ela fosse reconhecida por sua inteligência desde a juventude por seus pares.

¹ Luciana Alves Maciel, licenciada em História/UFMT e mestranda do PPGHis — Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Bolsista da CAPES. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5202173232107777> Endereço eletrônico: luciana.alvesmaciel@hotmail.com.

Em nossa busca, desejamos encontrar não uma, mas pelo menos três Heloíças, duas delas menosprezadas por boa parte da historiografia que a condenou a viver à sombra do grande filósofo e de uma história de amor.

HELOÍSA EM ARGENTEUIL: CONHECIMENTO E AMOR PELAS LETRAS

Heloísa quando criança foi levada para viver no convento de Santa Maria D'Argenteuil onde teve o primeiro contato com as letras. O mosteiro foi construído em um ambiente onde transitavam mercadores, trovadores, comerciantes e todo tipo de transeuntes. A pequena Vila de Argenteuil era usada como abrigo para doentes e viajantes. Ao que tudo indica, o motivo pelo qual o mesmo adquiriu, no século XII, a fama de mundano foi o modelo de ensino lá vigente que permitia às alunas flertar com seus mestres através de poemas a fim de auxiliar no aprendizado. Nesta abadia, onde circulavam abades e bispos, ela foi criada, educada, treinada em retórica e, ao que parece, aprendeu a redigir cartas com bastante destreza. Ainda que possa parecer improvável aos olhos modernos, este foi para Heloísa um lugar de oportunidades. O que podemos supor é que ali ela adquiriu o gosto pelo conhecimento e o amor pelas letras. Dentro desses muros do saber se “[...] ensinava ler, escrever, calcular e conhecimentos rudimentares de latim, adquiridos por meio do ensino de orações, canções e credo cristão” (DIEL, 2017, p. 411). Ali, Heloísa aprendeu latim, hebraico e grego, instrumentos necessários para o contínuo estudo da Bíblia que tinha como fim último a salvação. Para além da salvação, dentro e fora dos mosteiros, entre mestre e discípulo, era permitida a troca de correspondência para o treino da retórica.

As cartas de afetos que, em fins do século XI e início do XII eram endereçadas a freiras ou emitidas por elas, também eram trocadas entre jovens da alta nobreza, mulheres da aristocracia, discípulos e

mestres. Um exercício de retórica ambíguo que entre jogos de sedução e aprendizado de letras latinas, expressados em poemas curtos e missivas rimadas, davam a melodia das cartas — é possível que venha daí a harmonia existente nas epístolas de Heloísa. Expressar afeto e dominá-lo ia ao encontro do comedimento que se exigia em suas ações dentro dos mosteiros e no convívio com a sociedade. Um estilo educacional que permitiu que as mulheres, entre 1100 e 1115, praticassem “[...] a escrita alfabética como parte de sua educação monástica, aprendendo latim através da escrita de poesia de amor” (PIRON, 2018, p. 174). Assim, as cartas poderiam não passar de uma troca de deveres entre aluno e professor, um dever que proporcionou manter o segredo do relacionamento de Heloísa com Pedro Abelardo. Em Paris a relação mestre aluno se esgueirou para fora das paredes da casa de Fulbert com as cartas que segundo nos afirma o próprio Pedro Abelardo, os unia (MCLAUGHLIN; WHEELER, 2009, p. 23). Um artifício que Heloísa aprimorou com seu mestre para manipular o conhecimento de seu tio Fulbert e que acreditamos ela fez uso nas epístolas enviadas a Pedro Abelardo entre os anos de 1132 e 1136.

Nesse contexto, um dos modos pedagógicos inegáveis, segundo o que apontou C. Stephen Jaeger, era “a imitação do professor” que é proveniente do carisma pessoal. Para Jaeger, a disciplina do *mores*² dava ao aluno a possibilidade de aprender como agir e usar a sabedoria e a eloquência adquiridas a seu favor. Ações, expressões e emoções deveriam estar em consonância, só assim o indivíduo poderia alcançar o céu³. “Conduta própria” e “boa conduta”, ou ainda “conduta elegante”, são paráfrases que aproximam o sentido” (JAEGER, 2019, p. 24) em tempos onde as sete artes liberais e a literatura pagã andavam

2 Mores: traduzindo-o ordinariamente por ciência dos “modos” e “costumes”.

3 Céu é uma metáfora para a ascensão social. A sociedade do século XII estava às voltas com as mudanças esperadas para o comportamento do indivíduo, o controle das emoções, o amor cortês tudo gira em torno de um novo homem, capaz de controlar-se para subir na hierarquia social.

lado a lado. O ensino baseado nas *ars*⁴ era uma espécie de processo do “espírito humano a controlar as técnicas necessárias à realização de algo” (LANZIERI JÚNIOR, 2013, p. 20). Um modo ordenado de aprender com o objetivo de atingir um fim no qual as técnicas de oratória eram necessárias, mas careciam de interpretação que não poderia vir sem a devida coerência filosófica (FRIAÇA, 1999, p. 12).

Com isso o *modus operandi do trivium* — gramática, a retórica e a lógica — proporcionava ao aulista condições de falar, escrever e aprender a interpretar um poema, além de compreender a própria vida e a diferença entre o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto. O indivíduo precisava ser virtuoso já que a virtude era o caminho para lógica que, se bem aplicada, poderia proporcionar ao pupilo viver em sociedade, compreender o mundo e a refutar valores. Uma arte ensinada com a noção de justiça e moral. Lógica e retórica caminhavam juntas e em contato com a Filosofia, se preocupavam em como as ações de uma pessoa poderiam afetar outra, o que exigia técnica e domínio na hora de dissertar corretamente. Essas associações proporcionavam ao aluno a capacidade de desenvolver-se no século. Nesse período a preocupação em aprender sobre coisas práticas da vida e a própria língua não eram os únicos componentes de um homem “educado”. Esperava-se que:

[...] o ser humano ideal, sendo ele bom, afável, elegante, compassivo, e bem-letrado, e revelando-se essas qualidades na sua postura, nas suas expressões faciais e nos seus movimentos, fosse um ideal amplamente compartilhado na educação dos mores. Independente do nome que lhe aplicassem seus contemporâneos, esse ideal estava vivo e pulsante nas escolas catedrais (JAEGGER, 2019, p. 126).

4 “A Antiguidade sempre esteve presente durante todos os séculos medievais. [...]O sistema educacional baseado no *trivium* e *quadrivium* é um desses exemplos mais elementares desse poder muitas vezes restritivo da Antiguidade sobre o mundo medieval” (FRIAÇA, 1999, p. 13). Não vamos tratar aqui do *quadrivium* já que este nos parece teve pouca influência na educação de Heloísa. Não podemos afirmar ao certo se ela teve algum conhecimento nesta *ars*, ainda que Pedro Astrolábio (c.1117) seja um nome um tanto quanto inusitado para o filho dela com Pedro Abelardo.

Portanto, de acordo com C. Stephen Jaeger, o ensinar alicerçava-se em duas condições primordiais nesse período: ler e extrair o sentido da leitura. Nesse sentido, os textos respaldavam e davam vida ao saber através da arte da linguagem, da escrita e da argumentação e os mais antigos eram usados como exemplo para dar forma ao discurso. Parte do ensinamento consistia em fazer com que o discípulo exaltasse grandes personagens utilizando toda sua erudição e lógica. Conhecimentos que convergiam para a compreensão da palavra de Deus e possibilitaram a erudição que foi peculiar em Heloísa, uma educação clássica que juntamente com sua cultura possibilitou que ela se tornasse uma mulher “excepcional” (MCLAUGHLIN; WHEELER, 2009, p. 23).

Heloísa cresceu e conheceu Pedro Abelardo em um século de metamorfose que fomentou as discussões sobre as Escrituras e autores deste e de outros tempos como: Aristóteles (385-323 a.C.), Donato (c.350 d.C.), Prisciano (500 d.C.), Cícero (106-43 a.C.) e poetas como Virgílio (500-555 d. C) e Ovídio (43 a.C-18 d.C.). Neste último, Heloísa encontrou um modelo de amor. Foi neste período que o aprendizado da leitura, assim como a maneira de se expressar o entendimento da mesma, ultrapassou as cortinas do saber direcionando para além a escrita, a fala e as reflexões. Modelo que tinha como alicerce o desejo de diminuir a violência.

Amor ao próximo, sobriedade e humildade eram virtudes enraizadas nos claustros. Bens que tornavam o homem menos violento e mais propenso ao perdão, ao amor e à serenidade. Essa busca pelo bem comum reverberou nos ensinamentos oferecidos pelos mestres monásticos. Paradoxalmente, a procura pelo amor fraterno através da educação passava pela punição corporal dos estudantes, mormente os jovens, levianos e refratários a disciplina (LANZIERI JÚNIOR, 2013, p. 87).

Ainda que com variantes, esse modelo de educação foi imposto à jovem Heloísa. Usado oficialmente no Ocidente esse modelo estava “[...] profundamente imbricado com a transmissão do saber, da edu-

cação à moda antiga [...] fundamenta-se nas concepções propostas por São Bento, elaboradas por volta de 450 [...] [dever-se-ia] viver em cima de um tripé: rezar, trabalhar, estudar” (FRIAÇA, 1999, p. 18).

As regras de comportamento e as maneiras de educar andavam em sincronia com a leitura pagã e a leitura das Escrituras⁵. Do que aprendeu nas escrituras, Heloísa apoiou-se por diversas vezes em 1 Coríntios, Mateus, Provérbios e Eclesiastes. Textos que têm como intuito não somente conduzir o aluno a elevação, mas, adquirir conhecimento. Em Coríntios, por exemplo, evangelizar “[...] era experimentar o choque entre evangelho e paganismo” e com isso anunciar os bons ventos aos povos irrequietos. Era doutrinar jovens que estavam expostos a um envolvente paganismo, com suas doutrinas e maus costumes. O estudo das escrituras proporcionava ao aluno formação e educação pautados em valores éticos cristãos. Em Provérbios, livro contemporâneo de Sócrates (c. 469-399 a.C.) e Platão (428-347 a.C.), a educação abstraída do valor religioso é de suma importância. Baseada na tradição, ela era pensada como transmissão da experiência das gerações passadas e como “disciplina”, ou seja, correção de tendências ou atitudes consideradas prejudiciais ou antissociais e o fruto da sabedoria deveria ser o temor a Deus. Provérbios, livro no qual a sabedoria se entende por habilidade, é típico do corpo *sapiencial* e fonte de inspiração para aqueles que se dedicaram a estudá-lo.

Repleto de metáforas, o livro dos Provérbios faz uso da sabedoria popular e com isso é preciso uma certa acuidade para interpretá-lo. Enquanto que, mas dedicado a aprofundar conhecimento o livro de Eclesiástico se dedica a colocar o aluno no caminho da prudência através da sabedoria. Ao se debruçar sobre as escrituras acreditava-

5 “Mulheres, escritura, experiência interior: a conjunção destes três elementos é explosiva, porém insólita na Idade Média. É tão insólita que não parece verdade. E, sem embargo, o é. Na Idade Média, as mulheres se apropriaram dos instrumentos das escrituras para falar de si mesmas e de Deus, pois Deus foi o que encontraram em suas câmaras, em suas moradas, em seus castelos da alma. Rompendo as barreiras do mundo que as havia condenado ao silêncio, alçaram suas vozes, que foram ouvidas porque saíam de suas experiências sobrenaturais” (COSTA; COSTA, 2019, p. 13).

-se ser possível adquirir cautela e circunspeção favorecendo assim o convívio social - o qual entendemos fez parte da trajetória de Heloísa no claustro. Um princípio extraído do sentido de sabedoria para o mundo judaico que era o da habilidade conquistada no dia-a-dia. Nesse contexto sábio (sensato, prudente) era quem soubesse lidar de modo inteligente com seus afazeres, seus amigos, com os poderosos e com autoridades e no caso de Heloísa com o próprio esposo.

Em Eclesiástico, igualmente citado por Heloísa em diferentes oportunidades, é possível aprender a necessidade de se obedecer às leis de Deus e com isso adquirir sabedoria traduzida no agir com bondade e justiça. Considerado como um dom do próprio Deus, o temor era um dos princípios da sabedoria que exacerba a ciência, inteligência e a prudência naqueles que são capazes de absorvê-la. Dons que acreditamos fazer parte da personalidade de Heloísa e que foram aprimorados quando ela se tornou abadessa, bem como manipulados quando tratou com Pedro Abelardo nas epístolas.

Para entender que a sabedoria de Heloísa trazia em si um componente ético, que a nossa cultura eminentemente letrada não costuma enxergar, é preciso percorrer o caminho feito por ela. Esse lado ético apoiado no carisma que ela despertou entre seus pares e os leigos foi construído ao longo de sua juventude e maturidade. E conhecer essa trajetória nos dará instrumentos para reunir todas as Heloísas na abadessa do Paráclito.

HELOÍSA EM PARIS: AMOR PELO MESTRE E PELA LÓGICA.

Virtuosidade e erudição foram os elementos que fizeram com que Pedro Abelardo voltasse seus olhos para Heloísa. Ela tinha acabado de sair do convento de Santa Maria d'Argenteuil e chegou a Paris onde sua popularidade já havia se espalhado. Fulbert, seu

tio e tutor, ansiava pela continuação de seus estudos e sem poder dar continuidade a ele mesmo, nem a colocar entre os outros jovens, facilitou a aproximação de Pedro Abelardo.

Protegido por sua reputação de contingência clerical, ele conquistou a admiração do tio e o amor de Heloísa. Pelo que pode ser observado nas cartas, o sentimento que existiu entre os dois é inquestionável, mas, Heloísa não deixou que seu “coração pensante” se afastasse completamente de seus estudos. Ela, como mais recentemente nos propõe a historiografia, entendeu, incorporou e aprofundou a doutrina do intencionalismo — “moral da intenção”, relacionada aos “hábitos e costumes, vícios e virtudes do indivíduo” que poderiam conduzi-lo a realizar tanto as boas como as más ações e a depender da ação o resultado seria o pecado (DIEBE, 2019, p. 231) — de Pedro Abelardo.

Quando redigiu as missivas, Heloísa fez uso do conhecimento que ele lhe transmitiu, o que possibilitou que ela travasse com ele uma batalha de retórica e lógica enquanto dava testemunho do amor que teve. Heloísa confessa que pecou, mas, que ainda assim ela era inocente porque o fez sem intenção de fazer — uma analogia com a moral da intenção desenvolvida por Pedro Abelardo. O controle das emoções de Heloísa foi um ingrediente importante para manter o sigilo do relacionamento e posteriormente para se corresponder com Pedro Abelardo.

Consideramos com isso que as cartas deixadas por esses personagens devem ser analisadas a partir de seu momento histórico e de suas intenções e não a partir de um contexto que ficou no passado e guardado na memória. Toda cultura que fomentou a vida intelectual na Paris do século XII, todo conhecimento que por lá transitou foram fontes de aprendizado para Heloísa. Com um pé nos livros e outro no mundo real da discussão e da persuasão, Heloísa desenvolveu-se ao lado de Pedro Abelardo e o amor que por vezes colocou as letras de lado não impediu que ela encontrasse seu lugar: o Paráclito.

HELOÍSA DO PARÁCLITO.

Em 1130, Heloísa e Pedro Abelardo dedicam-se a construir o *corpus* documental do Paráclito,⁶ o que acarretou em uma nova onda de “falatórios” a respeito do relacionamento considerado impróprio de ambos. Já no mês de novembro do ano seguinte, através de uma carta, Inocêncio II (1081-1143) confirmou os direitos de Heloísa e de suas freiras no Paráclito. Acatando, segundo ele, um pedido das monjas e por acreditar estar fazendo o que é sábio e considerado razoável.

Sempre que somos solicitados a fazer o que é sabido ser razoável, é adequado que o concedamos com boa vontade e concedamos direitos adequados aos desejos daqueles que estão pedindo. Por isso, queridas filhas no Senhor, acatando os vossos justos pedidos, nós confirmamos a você [Heloísa] sob a proteção da Sé Apostólica o Mosteiro da Santíssima Trindade, no qual vos devotais ao serviço divino, e o asseguramos pela página do presente escrito, fixando que quaisquer posses, qualquer bem que você possua justa e legitimamente no presente ou no futuro pela concessão de papas, a liberalidade de reis ou príncipes, as ofertas dos fiéis ou por outros meios justos você pode terminar com o favor de Deus, permaneça firme e intacto para sempre (INOCÊNCIO II, FERRANTE)⁷.

Com os direitos de Heloísa confirmados e diante dos falatórios, restou a Pedro Abelardo que partisse. Depois de se ausentar, no final do ano de 1133, Pedro Abelardo redige a *Historia Calamitatum* que deu início ao grupo de epístolas analisadas mais comumente pela historiografia. Ao escrever suas memórias em uma narrativa de caráter autobiográfico, Pedro Abelardo se referiu a uma mulher bela, mais que isso, uma mulher inteligente que foi capaz de atrair o seu interesse.

6 Grande parte de *corpus* documental foi concluída nos anos de 1136 e 1137. Entre estas estão algumas epístolas, o “*Hymnarius Paraclitensis; Sermons; Expositio in exaameron; Problemata Heloissae*”.

7 Esta é a primeira referência textual que se tem datada sobre Heloísa.

Ela não era, de modo algum, a última mulher bonita, mas, na medida em que aprendeu, superou todas elas. Como esse presente é tão raro nas mulheres, ganhou o maior elogio por ele, e se tornou a mulher mais famosa de todo o reino. Vendo nela todas as qualidades que geralmente atraem admiradores, decidi que ela era a pessoa certa para se unir a mim [...] (MCLAUGHLIN; WHEELER, 2009, p. 23).

Pelo que a narrativa demonstra, Heloísa despertou o interesse do reino por sua capacidade de aprender sem pensar em nada além de seu conhecimento. E é essa mestria que acreditamos foi impressa nas suas epístolas e é nessa direção que a historiografia, desde fins do século XX, vem caminhando.

Heloísa através de sua educação se tornou uma intelectual que, fora capaz de imprimir o conhecimento adquirido a fim de atingir um objetivo, como nos sugere a retórica. Sem se afastar de suas funções ela se corresponde com Pedro Abelardo ao mesmo tempo que trata das suas obrigações como abadessa. Entre 1133 e 1137 ao redigir a *Consolation* — uma resposta da *Historia Calamitatum* — ela se corresponde com o papa Inocêncio II a fim de tratar das suas atividades no Paráclito. Nos anos seguintes ela irá se corresponder com Pedro Abelardo sobre a condução do mosteiro sem, no entanto, deixar de imprimir sua vontade.

Isso tudo nos dá uma noção de linha do tempo de sua história que vem desde seu nascimento na aristocracia, passa por Argenteuil onde aprendeu as letras, Paris como amiga e esposa do mestre com quem teve um filho e segue para sua vida religiosa até sua consagração como abadessa do Paráclito. Enquanto Pedro Abelardo se tornou um falador vaidoso consumido pelo remorso. Para Guy Lobrichon — citado no início desse artigo, o desafio de Heloísa girou em torno de como se livrar de Pedro Abelardo ao se instalar no Paracleto, já que ele se imaginava como abade das monjas. Lobrichon, assim como nós, busca encontrar Heloísa

para além da lenda de amor. Isso se torna possível a partir de decisões importantes que a abadesa tomou no Paracleto.

Apesar de Pedro Abelardo ter composto regras e hinos litúrgicos, Heloísa escolheu seguir a regra de São Bento que ela adaptou para as monjas:

Elle introduz três novas inovações nos costumes que governam seus mosteiros: a adesão de todas as freiras a responsabilidades no mosteiro, o exercício diário de pregar pelas freiras, a recusa de controle do mosteiro pelas linhagens doadoras e pelas famílias das freiras (LOBRICHON, 2014, p. 1).

Depois que Heloísa “rompeu” os laços emocionais com Pedro Abelardo, ela dedicou-se às suas funções enquanto abadesa do Paráclito. Heloísa fundou cinco priorados independentes, e conquistou o respeito de pessoas importantes como: o arcebispo de Sens, a condessa de Champagne e Bernardo de Clairvaux, desafeto de Pedro Abelardo. Além desses, ela se corresponde com Pedro, o Venerável, para pedir por seu irmão em Cristo, Pedro Abelardo, e por Astrolábio, fruto do amor pelo mestre. Ao longo dos anos como abadesa ela ainda vai se corresponder com papa Lúcio II († 1145), papa Eugênio III (1088-1153), papa Anastácio IV (1073-1154), papa Adriano IV (1100-1159) e papa Alexandre III († 1181). À medida que a herança intelectual de Heloísa é indiscutível, sua origem continua a ser uma incógnita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos no início, uma lenda entre os franceses e oitocentos e cinquenta anos depois de sua morte eles ainda buscam compreender e dignificar sua Heloísa. No entanto, somente em fins do século XX começaram as investidas a fim de uma defesa dessa lenda entre os franceses.

Heloísa como nos propõe Guy Lobrichon (2014) é portadora de uma interminável ladainha de títulos, entre estes, aristocrata, aluna, amiga, esposa, mãe, freira por restrição, priora por eleição, abadesa por vocação, fundadora da ordem. Assim, enquanto muitos escrevem a respeito de seu relacionamento com o mestre Pedro Abelardo, nós buscamos compreendê-la através do contexto em que está inserida e o que isso proporcionou a sua escrita. Para além de uma história de amor que, reconhecemos ser incontestável, existem essas Heloísas que convergem para Heloísa abadessa. Que mesmo enquanto amou foi racional a ponto de se oferecer em sacrifício para defender uma causa que acreditava e que mesmo sendo subjugada nos seus desejos aceitou o ônus de sua juventude sem se intimidar.

As três Heloísas, a jovem aluna, a dedicada discípula e a esposa de Cristo são fruto de um tempo e um espaço de saber impresso nas letras de suas epístolas. A abadessa por trás das cartas para Pedro Abelardo, não é mais a jovem quinze anos atrás, ela dedicou-se à lógica, à física e à filosofia e foi reconhecida como filha pelos bispos, irmã pelos abades e como mãe pelos leigos.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS MEDIEVAIS IMPRESSOS:

HELOÍSA. Epístolas. *In*: FERRANTE, Joan (Ed.). **Epistolae: Medieval Women's Latin Letters**. Disponível em: Acesso em 12 jul. 2017.

M. MCLAUGHLIN, B.; WHEELER. **The Letters of Heloise and Abelard: A Translation of Their Collected Correspondence and Related Writings**. Tradução e edição — ed. Palgrave Macmillan; United States, 2009.

DOCUMENTOS GERAIS:

BONNEVALLE, A. **Héloïse au couvent des Bénédictines D'Argenteuil**. Ed. Bacot, 1869. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bp->

t6k6370048p/f7.image.r=Monast%C3%A8re%20de%20Argenteuil.
Acesso em 17 abr. 2019.

BOURGAIN, Pascale. « Héloïse, vie et oeuvres », *Cahiers de recherches médiévales et humanistes* [En ligne], 23 | 2012, mis en ligne le 30 juin 2015, consulté le 03 mai 2019. URL <http://journals.openedition.org/crm/12833>; DOI: 10.4000/crm.12833.

DIEBE, E. P. O livre-arbítrio na ética de Pedro Abelardo. **Transformação**: Revista de Filosofia. UNESP. Marília, v. 42, p. 231-248, 2019, Edição Especial. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/9612>. Acesso em: 20 set. 2020.

DIEL, E. P. Free will in the ethical writings of Abelard. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 42, 2019, p. 231-248.

DIEL, Paulo Fernando. As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagogia. **Educação Unisinos**, v. 21, 3, 2017.

FRIAÇA, Amâncio *et al.* (Ed.). **Trivium e quadrivium**: as artes liberais na Idade Média. Cotia: Íbis, 1999.

GILSON, Étienne. **Heloísa e Abelardo**. Tradução: Henrique Ré. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

JAEGER, C. STEPHEN. **A inveja dos anjos: as escolas catedrais e os ideais sociais na Europa medieval (950-1200)**. 1 ed. — Kírion, Campinas/SP, 2019.

LOBRICHON, Guy. **Héloïse du Paraclet, ou Argenteuil**. France Archives: Portail National des Archives, 2014. Republique Francese. Disponível em: <https://francearchives.fr/fr/commemo/recueil-2014/39813>. Acesso em: 05 jun. 2020.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Aprender para ensinar, doutrinar para salvar**: a formação da sabedoria cristã do abade Guiberto de Nogent (c. 1055-c.1125) em *Monodiae* (c.1115). 2013.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **A mão que açoita é a do mestre que ama e ensina**: os castigos físicos na educação monástica medieval através de fontes originais. Anais da ANPUH — XXV Simpósio Nacional de História — Fortaleza, 2009.

PIRON, Sylvain. « L'éducation sentimentale d'Héloïse », **Clio. Femmes, Genre, Histoire** [En ligne], 47 | 2018, mis en ligne le 01 août 2021, consulté le 17 octobre 2018. URL : <http://journals.openedition.org/>

SCHÖKEL, Luís Afonso. **Bíblia do Peregrino**. Tradução: Ivo Storniolo; José Bortoline. São Paulo, SP. 3 ed., Paulus, 2017.

TÜRK, Egbert. Héloïse à Abélard: Rhetorici colores et discours persuasif. *In*: TÜRK, Egbert; DESWARTE, Thomas (dir.); HERBERS, Klaus (dir.); SIRANTOINE, Hélène (dir.). **Epistola 1. Écriture et genre épistolaires**. Nouvelle édition [en ligne]. Madrid: Casa de Velázquez, 2018 (généré le 03 maio 2019). Disponible sur Internet: <http://books.openedition.org/cvz/4796>. ISBN: 9788490961674.

Espaço de experiência e horizonte de expectativa de Dante Alighieri

Eduardo Leite Lisboa¹

INTRODUÇÃO

Segundo François Hartog, o *tempo* tornou-se um problema historiográfico muito recentemente. Ele era naturalizado, algo pouco tematizado na prática historiadora até a crise de porvir oriunda dos acontecimentos traumáticos do século XX. “Como articular, nessas condições [em momentos desorientados e sem noção de processo], o passado, o presente e o futuro?”, indaga o francês. No entanto, foi graças a questionamentos como este que há pelo menos quatro décadas a temporalidade tem sido preocupação de vários colóquios, revistas e livros (HARTOG, 2013, p. 20). Reinhart Koselleck foi um dos pensadores que teve sua produção permeada por esse assunto. Na terceira parte do livro *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, o historiador alemão apresenta duas categorias históricas capazes de auxiliar o pesquisador a perceber como foi mobilizado o passado e o futuro em determinado presente. Em outras

1 Eduardo Leite Lisboa, mestrando em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa. O presente texto é fruto do meu trabalho de conclusão de curso na Especialização em História Antiga e Medieval ofertada pelo Grupo Educacional ITECNE (2019/2020) e faz parte das reflexões de minha dissertação (em andamento). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5428506342272992>.

palavras, como o *espaço de experiência e o horizonte de expectativa* de dado contexto podem ser condições de histórias possíveis.

Pode-se definir “experiência” como um passado-atual, uma recordação, um momento que conserva vivências alheias por conhecê-las e terem nelas seu referente; podem ser datadas mas não mensuráveis cronologicamente. Já a “expectativa” seria um futuro-presente, algo ainda não experimentado, como as “projeções”, “esperanças”, “anseios”, “medos” e “curiosidades” de algum período. Antes mesmo da elaboração científica, “História’ [*Geschichte*] não significava ainda, antes de tudo, o passado [...]. Indicava a vinculação secreta entre o antigo e o futuro, cuja conexão só se pode reconhecer depois de se haver aprendido a compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Isto posto, nas páginas que seguem procuro mobilizar essas duas categorias meta-históricas ao pensamento político de Dante Alighieri (1265-1321), isto é, observar como passado e futuro foram articulados no tratado *Sobre a Monarquia* (*De Monarchia*).

SOB OS ESCOMBROS IDEOLÓGICOS DO IMPÉRIO

Dante Alighieri nasceu (1265) sob os escombros ideológicos do Sacro Império. Desde 1250 a coroa imperial encontrava-se vacante por razões que interessavam não só às cidades italianas desejosas de sua liberdade (independência no autogoverno republicano), mas também à Cúria Romana, maior aliada contra a ingerência germânica na Península Itálica e quem desde a Reforma do século XI ampliava teórica e materialmente sua jurisdição nas questões terrenas. Juntos, esses dois elementos constituem a pedra angular da filosofia política do célebre poeta florentino.

Não caberia em tão poucas páginas relatar toda a vasta contenda entre os poderes temporal e espiritual em solo italiano, no entanto,

convém ao leitor ter em mente que a presença do Império na região que compreende a Itália centro-setentrional já estava anunciada desde quando Pepino III (714-768) atende aos apelos do papa Estevão II (752-757) e “restitui” para o bispo de Roma os territórios recém conquistados pelos lombardos — área que, grosso modo, acabaria por se tornar os próprios Estados Pontifícios (RIBEIRO, 1996, p. 45-46). Com Carlos Magno (742-814), agrava-se não só a estada, mas a interferência imperial na Península. Nesse primeiro momento, no entanto, tal situação não configurou um problema para a Igreja, uma vez que foi a partir da restauração do Império no Ocidente que ela começou a consolidar o Primado de Roma, afinal, até o fim da Antiguidade Tardia o título de “papa” designava qualquer bispo, portanto o da Cidade Eterna era apenas “um dentre muitos” e a Igreja dita Católica pode ser vista como uma “federação de episcopados”, ou seja, sem identidade, autoridade de doutrina ou qualquer espécie de unidade (RIBEIRO, 1995, p. 49-50). A relação dos romanos com Bizâncio nunca foi das mais amistosas, especialmente a respeito da intervenção política dos imperadores orientais em matérias religiosas, fazendo com que já no século V Gelásio (492-496) apregoasse na epístola *Duo Sunt* (Há Dois) uma distinção das competências do poder espiritual e temporal, sustentando a ausência de direito do imperador em impor-se nos assuntos eclesiásticos (SOUZA 2012, p. 34-35). A coroação de Magno no natal dos 800 significou que o governo do mundo deveria ser inspirado pela Sé Romana, uma inversão do rito bizantino de autocoroação posterior à aclamação pelo povo.

Desde então, por conta dos direitos de proteção e dominação que facultava sobre Roma, o domínio da Itália parecia ser condição necessária a dignidade imperial. Depois da primeira divisão do Império de Carlos Magno a coroa universal transitou entre aqueles que passaram a governar o antigo Estado lombardo: duques de Spoleto, marqueses do Friul, reis e condes da Borgonha e da Provença etc. “No entanto — ao contrário dos reis da França Ocidental, cujo próprio

afastamento impedia de alimentar ambições sobre a Itália ou sobre o Império — os soberanos da França Oriental contavam-se, também, entre os vizinhos próximos do belo reino ao abandono”, e após Oto I ter sido aclamado seu rei em Pavia, no ano de 951, foi questão de tempo para igualmente ser feito Augusto em Roma, durante o inverno de 962 (BLOCH, s/d, p. 414). Conforme Patrick Gilli recorda, desde quando Oto I une o antigo *Regnum Lombardiae* ao reino germânico e posteriormente ascende à dignidade imperial, a figura do bispo é central na dinâmica política de uma Itália ligada institucionalmente ao Império. Mediante diplomas reais, eram eles quem coordenavam a comunidade civil e, portanto, foi em seu entorno que estabeleceram-se as clientelas, isto é, relações de dependência social (GILLI, 2011, p. 24-25).

As outorgas dos cargos pelos potentados seculares revestiam os eclesiásticos de uma condição temporal ao imprimir-lhes direitos senhoriais (*regalia*). Não demoraria para as investiduras escancararem a simonia e o nicolaísmo, isto é, a compra/venda de cargos/ordenações sacerdotais e o casamento ou concubinato clerical (situação que resvalava também no direito de herança). Essas práticas passaram a exigir uma reforma dos valores ético-religiosos da Igreja, porém, sem um consenso se cabia ao papa ou ao imperador essa tarefa, uma vez que estava no horizonte de Augusto o zelo pela vida espiritual e moral de todos os seus súditos (clérigos e leigos). No entanto, em decorrência do cisma entre os patriarcas de Roma e Constantinopla (1054), a gestão do poder religioso não poderia escapar a uma Igreja que encontrava-se em franco processo de emancipação e afirmação institucional.

[...] o clero alemão, que também aderira ao espírito e ao programa reformistas, fundamentando-se na literatura produzida na época carolíngia respeitante à tarefa do Imperador e da nobreza e à missão dos bispos, estava convicto de que o sucesso da reforma só poderia vir a ser alcançada se a autoridade imperial fosse plenamente restaurada. Como sabemos, os monarcas germânicos dos séculos X e XI conseguiram tal desiderato, tanto na própria Alemanha como na Itália Setentrional e Central.

Coexistiam, pois, duas tendências no interior do movimento reformador quanto aos meios a utilizar para alcançar os objetivos. Uma era de natureza exclusivamente clerical e anticesaropapista, inspirada teoricamente no pensamento gelasiano sobre as atribuições específicas do sacerdote e da realeza. A outra, cujos partidários viviam nas regiões sob controle político do Império, defendia a idéia segundo a qual tinha de ser o Imperador a dirigir a reforma, pelo que a investidura dos dignitários eclesíasticos praticada por ele era como que um mal necessário (SOUZA; BARBOSA, 1997, p. 16).

O primeiro reformador do grupo clerical que posicionou-se contrário às nomeações germânicas de então foi Leão IX (1049-1054), pontífice no momento do “Grande Cisma”. Seus sucessores na cátedra de Pedro acabaram por ascenderem sem interferência dado o herdeiro imperial ser apenas uma criança, possibilitando que os partidários da prerrogativa sacerdotal decretassem (1059) pelas mãos de Nicolau II (1058-1061) a bula *in nomine domini* (“Em nome do Senhor”). Uma série de destaques são possíveis de serem feitos sobre este documento, mas grosso modo ali encontramos a condenação dos supracitados flagelos morais; a competência única e exclusiva da eleição de Roma se dar pelo colégio de cardeais; a redução da influência temporal no reconhecimento do Sumo Pontífice; além de detidamente legislar contra a investidura laica (MARCOLINO, 1976, p. 65-94). Uma querela estava para surgir.

De fins do século XI até meados do XIII as duas cabeças da Cristandade adentraram um período de intensas disputas para consolidar sua área de atuação no mundo. A Cúria e a Corte conheceram pontífices e imperadores como Gregório VII (c. 1015-1085) e Henrique IV (1050-1106), Alexandre III (1159-1181) e Frederico Barba Ruiva (1122-1190), Inocêncio III (1198-1216), Inocêncio IV (1243-1254) e Frederico II (1194-1250), dentre muitas outras personagens que levaram às últimas consequências (guerras, excomunhões, sequestros, interditos, eleição de opositores na sucessão de ambos os cargos etc.) aquilo que poderíamos chamar de “disputa teocrática”.

O entendimento comum de “teocracia” recai em uma restrita concepção de governança sumo-sacerdotal, isto é, um dirigismo político essencialmente eclesiástico. Historicamente, esse “governo exercido pela(s) divindade(s)” (segundo a etimologia) é verificável em diferentes épocas e localidades, como entre os reis de Judá e Israel, para exemplificar com uma tradição próxima ao cristianismo, ou mesmo entre os imperadores do Baixo Império, para ficar geograficamente mais perto da nossa discussão. É presumível, então, falar tanto de uma *teocracia régia* quanto de uma *eclesial* — ou, a fim de distinção terminológica, de uma *hierocracia* (BARBOSA, 1992, p. 149-157). Nesse embate a Itália figurou como palco das tramas universais, onde cada comuna (ou Liga) procurava tirar vantagens, sobretudo a fim de consolidar suas instituições municipais na busca de um autogoverno independente, situação especialmente expressa nas famosas nomenclaturas de “guelfos” (cidades partidárias do papado) e “gibelinos” (cidades partidárias do imperador).

Em meados do século XIII houve o “grande interregno”, no qual, basicamente, ocorreu a suspensão das coroações romanas (1250-1312). De acordo com Ernest Kantorowicz, a ausência de investidura imperial significou a garantia de liberdade para a Borgonha e a Itália, uma vez que as zonas não-germânicas do Império compreenderam, na esteira do pensamento hierocrático fortalecido por Inocêncio III, que o *rex romanorum* não possuía poder executivo e/ou judiciário sobre si enquanto não fosse coroado em Roma (KANTOROWICZ, 1998, p. 196-199). Em contrapartida, os intérpretes dualistas negavam esta derivação de competência pois diante da *lex regia* o eleito já era *verus imperator*.

Mesmo com a ausência do imperador durante o interregno, as lutas entre guelfos e gibelinos continuaram. Muito além do que se posicionar a favor de um outro poder, as cidades procuravam fazer frente a cada desafio que lhes obstassem a independência, o que — ao menos neste momento — significou ser anti-imperialista. Florença, nesse sentido, é um caso exemplar: nos albores do século XIII tinha posição

tão sólida que reunia em sua causa a maioria das cidades guelfas da região. Não é estranho, portanto, a atenção que recebera de Frederico II e seu filho legitimado, Manfredo (1232-1266), que depois da morte de Conrado (†1254) passou a década de 1250 em vitoriosa disputa pelo reino da Sicília (foi coroado em Palermo no ano de 1258). Após consolidar o poder no sul, o bastardo procurou avançar suas posições na Toscana ao esmagar os florentinos na batalha de Montaperti (1260), fazendo triunfar o gibelinismo neste vicariato e mesmo em parte dos Estados Papais. Mas tal feito seria breve. A fim de recrutar um campeão da Igreja contra os últimos Hohenstaufens, Clemente IV (1265-1268) oferta o reino da Sicília a Carlos de Anjou, conde que em 1262 havia conquistado a Provença (região pertencente a Borgonha, domínio do Império). O angevino vence Manfredo na batalha de Benevento, em 1266, e restitui o poderio da *pars Ecclesiae* no centro italiano (SKINNER, 2009, p. 48-49). Nesta região ainda despontaria Arezzo como baluarte gibelino, situação que mudou apenas em 1289, quando as forças florentinas revidaram na planície de Campaldino a derrota sofrida em Montaperti. Neste confronto, figurava nas fileiras da cavalaria guelfa ninguém menos que Dante Alighieri, com 24 anos.

Proveniente de uma família reconhecidamente anti-imperialista e de pouca importância política — haja vista os Alighieri não terem sido incomodados quando seus opositores tomaram o governo da cidade no início da década de 1260 —, o futuro autor da *Commedia* teve uma infância sem excepcionalidade para alguém da baixa nobreza. Há muita especulação sobre sua formação intelectual-universitária, pois carecem fontes que auxiliem na validação das destoantes informações contidas nas biografias feitas sobre o poeta. No entanto, é certo que frequentou o convento franciscano de Santa Croce e o dominicano de Santa Maria Novella, bem como tenha sido instruído pelo notário Brunetto Latini (1220 - c. 1295), sendo essas as mais seguras vias “formais” com que podemos afirmar que o jovem Dante tenha tido contato com as sete artes liberais, Aristóteles e Cícero. La-

tini foi particularmente importante sobre esses dois últimos, pois traz para Florença a filosofia aristotélica e a retórica ciceroniana (mediante tradução e comentários). Outro meio desse conhecimento chegar à Península foi através dos estudantes italianos que regressavam de Paris, como é o caso do dominicano Remigio de Girolami (1235-1319), provável professor de Dante em Santa Maria Novella. Outro caractere a se destacar da influência intelectual de nosso florentino é a admiração pela poesia provençal e escrita em vulgar, também imprimida por Latini (via *Trésor*) e por Guido Cavalcanti (1255-1300), seu amigo (*Ibid.*, p. 50-68 e 73; FRANCO JÚNIOR, 28-29 e 52-55).

Dante começou a participar dos conselhos governativos de Florença em 1295 após adentrar à corporação de ofício dos boticários e, com isso, habilitar-se para o exercício de cargos públicos numa comuna então governada pelo *popolo*. Essa necessidade de vinculação corporativa foi imposta pelas ordenanças de justiça de 1293, com o intuito de reduzir ao máximo a representação política dos *grandi* (GILLI, *Op. cit.*, 2011, p. 88-89.). Ou seja, naquela altura o partido guelfo de Florença encontrava-se dividido em dois grupos: um composto por novos-ricos, que graças ao comércio ascenderam socialmente e conquistaram sua participação política (os guelfos brancos); e outro vinculado às famílias da velha oligarquia, que em fins do século XIII assistiam a subtração de seus privilégios (os guelfos negros) (FRANCO JÚNIOR, *Op. cit.*, p. 24-25). Dante era casado com Gemma Donati, prima do poderoso Corso Donati, o mais influente representante das linhagens decadentes que agitavam a política na Toscana; todavia, por mais que ligado matrimonialmente aos negros, o poeta tomou partido contrário. À iminência de uma guerra civil na virada do século, o governo da cidade exilou os principais agitadores políticos de ambas as facções, mas de forma mais acentuada entre os opositores dos *popolani* (*Ibid.*, p. 30-31). Por consequência disso, a aristocracia buscou o arbítrio do papa Bonifácio VIII (1294-1303), quem conclama outro francês, Carlos de Valois (1270-1325), para “apaziguar” Florença.

A verdade é que, se antes era necessário aliar-se aos pontífices para garantir a liberdade ante ao Império, quando este deixa de existir, o *guelfismo* vira sinônimo de alienação das autonomias comunais (GILLI, *Op. cit.*, 53.). Desde o início do interregno a Sé Apostólica intenta retomar suas posições na Península. Alexandre IV (1254-1261), por exemplo, estendeu o controle romano à Lombardia oriental após capturar, em 1259, Ezzelino da Romano, aliado dos imperialistas que unia em si toda uma mancha entre Verona, Pádua e Ferrara. Outro avanço se deu com Gregório X (1271-1276), quando barganhou apoio à infrutífera campanha de Rodolfo de Habsburgo ao trono imperial (1273) mediante a anexação das províncias da Bolonha e Romanha, tradicionais bases do Império. Depois, passaria a ser estratégico o estreitamento com a região da Toscana, fronteira setentrional dos territórios papais. Para citar um caso a este respeito, vemos em 1281 Martinho IV (1281-1285) conceder a Florença, Siena e Volterra o direito de coletar impostos clericais (SKINNER, *Op. cit.*, p. 35-36.). Ora, saliente-se que, “na época do nascimento de Dante, Florença era sem dúvida o grande centro financeiro ocidental, com comerciantes e banqueiros espalhados por toda a Europa e servindo clientes como o Papado e a monarquia da Inglaterra” (FRANCO JÚNIOR, *Op. cit.*, p. 23.).

Após deitar seu manto sobre quase toda a Itália, a Cúria tratou de manipular as políticas internas de cada cidade. Uma das formas de sujeitar as comunas aos desígnios papais foi através de políticas de isolamento jurídico, político-econômico e religioso, como por meio da ameaça de suspensão dos ritos litúrgicos, boicotando os mercados locais, vigiando as nomeações dos *podestà*, estigmatizando a cidade e os cidadãos etc. Ademais, tamanhas intervenções reforçariam a difusão de correntes anticlericais e heréticas, isto é, “essencialmente a contestação de uma ordem romana” (GILLI, *Op. cit.*, p. 47-50.). Outra maneira foi o próprio nepotismo, prática que Bonifácio VIII muito bem ilustra. Diferentemente do que fizera em Florença, Bonifácio concedeu privilégios às *gente nuova* de sua cidade natal, Agnani, pois

estes, ao contrário da nobreza local, se voltavam aos interesses pontificais. Por conta disso, vários foram os populares de Agnani e parentes do papa que ocuparam cargos elevados nas cidades do Patrimônio e da Romanha. “Assim, a presença pontifical contribuiu inegavelmente para desequilibrar o jogo das relações de força interno a cada cidade, ao favorecer ou desfavorecer esta ou aquela cidade, de acordo com sua suposta fidelidade guelfa” (*Ibid.*, p. 43.). Sabendo de todas essas coisas, em nada foi estranha a prontidão com que Bonifácio aceita o chamado para intrometer-se entre os florentinos, sobretudo quando remanescentes gibelinos juntaram-se aos guelfos brancos.

Quando Bonifácio pediu ajuda militar aos franceses (1300), Dante ocupava o mais elevado cargo do governo da república. Opondo-se a atitude pontifical, o próprio compôs uma embaixada a Roma com o claro intuito de desencorajar a intervenção; contudo, a comitiva foi retida tempo suficiente para que o neto de São Luís aplicasse um golpe de Estado junto aos negros, em 1301. Dante e outros brancos foram acusados de corrupção, condenados ao pagamento de enorme multa, além da exclusão perpétua dos cargos públicos e exílio por dois anos. Nosso florentino jamais se apresentou para cumprir a sentença, tendo sido por isso condenado à morte (FRANCO JÚNIOR, *Op. cit.*, p. 31-32.). Exilado, então, o poeta erra por várias cidades até que decide cruzar os Alpes e ir a França, onde pôde aprofundar-se nos estudos de Teologia e Filosofia. É no desterro que Dante produz suas principais obras, dentre elas o *Convívio*, que acaba por ser abandonado para a redação do *De Monarchia* (1309-1313), seu tratado político em defesa do Império. Como dito mais acima, em um primeiro momento foi necessário às comunas depositarem o resguardo de suas liberdades nas mãos do pontífice; depois, no entanto, tais mãos acabaram por igualmente sufocá-las. Com isso, algumas cidades lombardas e toscanas começaram a elaborar uma ideologia política capaz de legitimar sua contestação aos poderes e

imunidades da Igreja, e uma dessas foi apelar ao santo principado temporal, cujo *Regnum Italicum* possuía e estava sendo usurpado pela Igreja (SKINNER, Op. cit., p. 37-38).

Esse fôlego foi particularmente renovado quando o mais novo rei dos germânicos, Henrique VII de Luxemburgo (1274-1313), iniciou sua marcha para também coroar-se imperador. Nesse momento parece que Dante estava na Universidade de Paris (1309-1310), “contudo, segundo Boccaccio, apesar de ter cumprido brilhantemente todas as obrigações ele não obteve o título de doutor em Teologia. Ou por lhe faltar o dinheiro necessário, ou por se deixar entusiasmar pela entrada de Henrique VII na Itália, ou por esses dois motivos [...]” (FRANCO JÚNIOR, *Op. cit.*, p. 54-55.). Quando do anúncio de sua *Romerzûg* em fins de 1310, Dante enviou uma carta a todos os governantes da Itália exclamando sobre os felizes sinais de paz e justiça que aparecem junto do Titã que se levanta (o divino Augusto, esposo da triste Itália), exortando solenemente aos resistentes para que prestem a devida reverência diante do seu legítimo senhor (Epístola V). O luxemburguês foi o quarto pretendente imperial com apoio do pontífice (situação iniciada com Rodolfo de Habsburgo), mas o primeiro a de fato fazer uma aparição na Península. A aceitação entre os guelfos foi inicialmente oscilante, porém, não demorou para Henrique reunir apoio de ambos os partidos e já em janeiro de 1311 ser feito rei dos Lombardos na cidade de Milão. Os negros da Toscana, porém, decidiram que nenhum imperador poderia ser bom para a causa guelfa e recusaram-se a enviar representantes à coroação nortenha; insuspeita certa, pois o agora rei italiano começou por repatriar os exilados e logo em fevereiro entrou em guerra com os milaneses. A partir desse ocorrido, Florença e Roberto I (1275-1343), rei de Nápoles, neto de Carlos de Anjou e por tradição chefe dos guelfos, capitanearam os crescentes insatisfeitos e constituíram o maior obstáculo para a sagração imperial (HYDE, 1973, p. 138-139).

A insurreição florentina não passou despercebida por Dante. No fim de março de 1311, o exilado admoesta seus conterrâneos que de nada servirá contar com suas ridículas paliçadas ante aquele que possui do seu lado o exército celestial, instigando-os a abandonar tamanha insensatez pois tal resistência somente afastará a misericórdia do justo rei. Para exemplificar seu ponto, vale-se da memória das ruínas deixadas por Frederico I e Frederico II àqueles que se voltaram contra suas vontades (Epístola VI). Dante talvez tenha ido à Lombardia encorajar Henrique a prioritariamente extinguir sua Hidra (Florença), mas se não o fez em pessoa, recomendou por carta, alertando que a procrastinação reforçava a confiança do estandarte que mais excitava as outras cidades contra si, em 17 de abril de 1311 (Epístola VII). Em função dos certames iniciados, a coroação imperial ocorreu somente no fim de julho de 1312 (por legados papais, em São João de Latrão). Depois de desperdiçar o outono de 1313 num cerco inconsistente a Florença, Henrique volta para o norte e tenta reorganizar suas forças contra Robert de Nápoles; no entanto, antes de qualquer conflito o imperador morre febril perto de Siena, em 24 de agosto de 1313 (FRANCO JÚNIOR, *Op. cit.* p. 44-46. HYDE, *Op. cit.*, p. 138-139.)

O tratado *Sobre a Monarquia* foi escrito nesse interino. Com ele, Dante pretende resolver os problemas de seu tempo, isto é, a carência de uma paz no mundo, e insere-se no debate teocrático que arrastava-se desde a Reforma do século XI. O opúsculo é dividido em três partes: no primeiro momento, elucida a necessidade do regime monárquico universal; depois, demonstrar que essa missão corresponde ao povo romano; e, por fim, intenta provar que o poder imperial independe da Igreja. Vejamos em sequência. Após concluir que somente sob o principado de um único soberano é possível manter a ordem e a justiça no mundo, posto que o gênero humano se ordena para um único fim, Dante é enfático dizendo que apenas em um período histórico a humanidade experimentou tamanha beatitude: sob o reinado de Augusto (27 a.C. - 14 d.C.), onde a felicidade e a paz universal confi-

gourou uma “plenitude dos tempos”. Nada obstante a essa submissão ao imperador, nosso tratadista não deixa de abordar um assunto caro a qualquer cidadão, que é a liberdade das realidades/expressões políticas locais. Essa preocupação está presente nas seguintes passagens:

O gênero humano pode, pois, ser governado por um só príncipe supremo, que é o monarca. A propósito desta informação, deve-se considerar que, quando se diz ‘o gênero humano pode ser governado por um só príncipe supremo’, isso não deve ser entendido no sentido de que as mínimas decisões de qualquer município devam emanar diretamente só dele, mesmo que as leis municipais sejam por vezes defeituosas e necessitem de critérios interpretativos gerais, como claramente se pode ler no quinto livro da *Ética a Nicômaco*, na passagem em que o filósofo recomenda a equidade. Por outro lado, as nações, os reinos e as cidades têm em si características peculiares que é oportuno que sejam governadas por leis diferenciadas, porquanto a lei é uma regra diretiva da vida [...]. O verdadeiro sentido da frase inicial, porém, é este: o gênero humano deve ser governado pelo monarca no tocante às regras válidas para todos e deve ser governado por uma norma válida universalmente na busca da paz (DANTE ALIGHIERI, 2012, p. 60-62).

No segundo livro, Dante objetiva demonstrar de que maneira a providência divina predispsô o Império Romano ao domínio do universo. Para realizar essa história providencial, o autor vale-se da *Eneida* de Virgílio e remonta a linhagem italiana à Enéias, que reunia em si, por meio da ascendência e de laços conjugais, as três regiões do mundo conhecido — Ásia, África e Europa (precisamente a Itália) —, daí sua predestinação sanguínea para ser aquele que submete todo o ecúmeno (*Ibid.*, p. 70-73). Outra característica que atesta tal direito são os milagres, “[...] como afirma Tomás [de Aquino] no terceiro livro *Contra Gentiles*, ‘milagre é aquilo que ocorre por vontade divina fora da ordem costumeira das coisas’”. Um desses fenômenos destacados é o episódio relatado por Tito Lívio acerca do ganso que denunciou onde estavam os inimigos gauleses preparados para to-

mar o último baluarte da cidade de Roma (*Ibid.*, p. 75). Depois, Dante aborda sobre como, sem cobiça e em prol da paz universal, esse povo conquistou o mundo (enquanto outros tentaram e não obtiveram sucesso). Porém, confirma-se especialmente que o Império foi designado por Deus aos romanos quando o autor da vida de Cristo, Lucas, relata que “César Augusto promulgou um edito para que o recenseamento fosse feito no mundo inteiro” (*Ibid.*, p. 88). Adiante, Alighieri atribuiria um enorme valor a esta listagem/censo do domínio imperial, pois se mesmo depois de sua arguição ainda dissessem que “[...] o império romano não existiu de direito, Cristo ao nascer conferiu validade a uma coisa injusta”:

Cristo, como atesta o evangelista Lucas, quis nascer de uma virgem mãe sob o edito emanado pela autoridade romana, a fim de que o filho de Deus, nascido homem, fosse registrado como tal nesse excepcional recenseamento do gênero humano. Isso significava sujeitar-se ao edito. **Talvez fosse, porém, mais justo pensar que esse edito foi promulgado por graça divina por César, a fim de que aquele que era esperado por tanto tempo na sociedade humana passasse a fazer parte dela voluntária e formalmente. Cristo demonstrou nos fatos, portanto, que o edito de Augusto, que personificava a autoridade dos romanos, era legítimo.** Como à legítima legislação está ligada a jurisdição, necessariamente aquele que demonstrou ser legítimo o edito confirmou também a jurisdição que, se não tivesse suas raízes no âmbito do direito, teria sido injusta (Grifos meus, *Ibid.*, p. 94).

Após a confirmação do direito pelo nascimento, Dante reitera-a a partir da morte. Se o Império Romano não existisse de direito, o pecado de Adão não teria sido punido em Cristo. Desta maneira, se o filho de Deus não tivesse padecido por um juiz regular, sua pena teria sido apenas uma injúria, posto que a reta punição só é aplicada por aquele que possui a jurisdição de punir. “Que deixem, portanto, de injuriar o império romano aqueles que fingem serem filhos da Igreja, porquanto sabem que o esposo dela, Cristo, con-

feriu ao império legitimamente no início e no fim de sua militância terrena” (*Ibid.*, p. 96.) Para o florentino, a vinda de Cristo sob o cetro de Augusto testemunhava a mais bem-quista organização política, precisamente aquela que carecia em seu tempo. Ao sacralizar a história do Império, Dante investe-o de uma missão escatológica paralela a da Igreja: a felicidade terrena de todos os homens, conduzida pelo imperador; a bem-aventurança celestial, guiada pelo pontífice. Esse duplo fim da humanidade — a grande inovação trazida pelo pensamento político dantesco — é abordado na terceira e última parte do tratado, onde Dante filia-se a corrente dualistas e rebate as principais teses hierocráticas, reduzindo-as a sofismas.

Destarte, depois da morte de Henrique (eternizado no canto XXX do *Paraíso*), Dante volta a vagar por uma Itália fragmentada e em ebulição. “Nesta época não existia ainda a figura do ‘artista de corte’, aquele que vive da proteção de um nobre (o mecenas), amante das artes, benfeitor da atividade cultural”, porém, “os nobres que davam abrigo a Dante, interessavam-se por ele como homem de intelecto, capaz de desempenhar eficientes missões diplomáticas ou de agir como um teórico do partido gibelino” (TÔRRES, 2002, p. 5.). Sua última morada foi Ravena, sepulcro do Império Romano do Ocidente (onde Rômulo Augusto foi deposto, em 476) e também de nosso tratadista († 1321), que lá ainda encontra-se exilado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Koselleck observa que até meados do século XVIII o futuro parecia atrelado ao passado. Ele exemplifica tal argumento a partir do artesão de duzentos atrás, que tinha a vida permeada pela lentidão e dependência da tradição de saberes e climas; ou seja, as experiências daqueles homens eram alimentadas por experiências herdadas e mesmo seu horizonte de expectativa não se distanciava delas. Destarte, com a Era industrial e do capital, isto é, com o ocaso do demorado desenvolvi-

mento da técnica e do mundo feudal, impõe-se uma experiência totalmente nova: a velocidade das máquinas, a quebra dos estamentos e a concorrência. Acontece uma ruptura quando surge a profecia do *progresso*, do futuro sempre aberto. As antigas expectativas passam a não condizer com as experiências, uma vez que o futuro passaria a (ter que) ser diferente do passado: “sempre se tratava de superar a experiência que não podia ser derivadas das experiências anteriores, e, portanto, de formular expectativas que antes ainda não podiam ser concebidas”, ou, como fora axioma das filosofias da história oitocentista: “não é mais possível projetar nenhuma expectativa a partir da experiência passada” (KOSELLECK, 2006, p. 319). O aumento dessa assimetria, segundo a tese koselleckiana, seria o fundamento da modernidade.

A muito estudada vida e obra do célebre poeta florentino não poderia ser abordada em tão poucas páginas, nem se fizéssemos um recorte que compreendesse “apenas” às suas proposições teóricas. Não preocupado em revelar toda a profundidade do pensamento político de Dante Alighieri, este ensaio apenas buscou compreender suas formulações em defesa do Império por meio de seu espaço de experiência, remontando os vários estratos de tempos que o compõe (KOSELLECK, 2014, p. 19-25). Nada obstante as inovações trazidas pela sua argumentação, Dante valeu-se do passado para a resolução das vivências políticas de seu tempo — ou melhor, para erigir seu horizonte de expectativa. Ora, vigorava ainda a concepção de história como *magistra vitae*, cuja estrutura temporal delimitava um espaço de experiência contínuo, no qual ocorria toda a experimentação possível. Em outras palavras, Dante não compreendia seu mundo como posterior à Antiguidade e, portanto, não pretendeu com seu tratado projetar uma inaudita experiência política assentada numa construção apaixonada do passado. Era pequena ou quase inexistente a assimetria entre essas duas temporalidades. Mobilizar as categorias meta-históricas propostas por Reinhard Koselleck auxilia-nos a compreender melhor as condições de enunciação dantesca, pois para

o florentino, assim como para qualquer um antes da modernidade, a “[...] história jamais o levaria a regiões novas e desconhecidas do futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 33).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Morais. Fundamentos teóricos da hierocracia no pensamento político da Baixa Idade Média. *In: Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. 37, 1992.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, s/d.

DANTE ALIGHIERI. **Monarquia**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2012.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Dante: o poeta do absoluto**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

GILLI, Patrick. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval** (Séculos XII-XIV). Campinas: Unicamp, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HYDE, J. K. **Society and Politics in Medieval Italy: The Evolution of the Civil Life, 1000—1350**. New York: The Macmillan press 1973

KANTOROWICZ, Ernest. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006.

MARCOLINO, Venício. O decreto de 1059 sobre a eleição do papa. **Di-daskalia**, v. 6, n. 1, 1976, p. 65-94.

RIBEIRO, Daniel Valle. O Império Cristão e o Nascimento da Europa. **Varia Historia**, v. 15, 1996.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, José Antônio de C. R. de; BARBOSA, João Morais. **O Reino de Deus e o Reino dos Homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quiddort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOUZA, José Antônio de C. R. de. **O pensamento gelasiano a respeito das relações entre a Igreja e o Império Romano-Cristão**. Covilhã: Artigos LUSOSOFIA, 2012. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20121023souza_jose_antonio_camargo_o_pensamento_gelasiano.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Dante ou “a alma da Idade Média” - uma breve biografia. *In: Anais do X Encontro Regional de História (ANPUH-RJ)* - História e Biografias, 2002, p. 1-6.

Pela abordagem da história da medicina nos discursos sobre o medievo na contemporaneidade

Mauricio Ribeiro Damaceno¹

INTRODUÇÃO

Se torna cada vez mais latente nos estudos e nas abordagens contemporâneas do medievo a necessidade de um discurso que possa dar conta de novas perspectivas, diferente daquela tradicionalmente adotada onde a sociedade medieval é revelada apenas em seus aspectos políticos, religiosos, de relações de poder e de guerra. A Idade Média pode oferecer muito mais a aqueles que decidem analisar por uma outra dimensão.

Assim sendo, a posposta deste ensaio é apontar a possibilidade de uma Idade Média vista a partir das práticas médicas e dos esforços em manter a saúde, sobretudo das autoridades civis e eclesiásticas, combatendo as vicissitudes da vida cotidiana, tais como as doenças, a exemplo da Peste Negra. Para tanto, faremos a análise de três livros didáticos apresentados ao Estado de Mato Grosso no ano de 2019, visando destacar os, ainda tímidos, usos da história da Medicina, da saúde e das doenças como recurso didático e metodológico.

¹ Professor efetivo de História pela SEDUC-MT, Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás, e Especialista em Ensino de História pela Faculdade Única de Ipatinga-MG, <http://lattes.cnpq.br/9973548749338942>, mauricioribeiro96@hotmail.com.

Vale lembrar que, metodologicamente falando, o processo de escolha destes três exemplares não aconteceu de maneira aleatória. Um grupo formado por pelo menos 10 professores da rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso, se reuniu para selecionar entre os tantos modelos apresentados, 3 finalistas que atenderiam as exigências básica de conteúdo, questões, linguagem apropriada à faixa etária e abordagem. Desta forma, o livro 1 se refere à coleção *Araribá mais: História* (Moderna), o Livro 2 à *Teláris História* (Editora ática) e o livro 3 da temática *História: Sociedade & Cidadania* (FTD). Assim, utiliza-se para esta pesquisa, exemplos de editoras diferentes, de autores diferentes, mas que são do mesmo componente curricular, que atende ao mesmo público (6º e 7º ano do Ensino Fundamental) e que foram os selecionados para a votação final de escolha para o livro que seria usado a partir de 2020 nas escolas estaduais do município de Água Boa-MT.

Em um segundo momento, como alternativa de abordagem, aponta-se a importância de analisar os físicos e cirurgiões como atores integrantes das cortes monárquicas e papais e o que este estudo pode revelar sobre estes atores e sobre a sociedade em que estavam inseridos. De início, é relevante destacar que o estudo dos profissionais voltados, em especial, para o cuidado da saúde não só dos nobres, mas também de outras camadas sociais, é importante principalmente pelas contribuições para a história social da medicina no medievo.

ESTUDO DE CASO: A MEDICINA E AS ENFERMIDADES NOS LIVROS DIDÁTICOS

Tão antiga como a humanidade, a medicina veio se preocupando, desde os tempos mais remotos, com o fato de se ver livre das doenças e do sofrimento, fazendo, para tanto, o uso de diversos meios ao seu alcance. Se estes meios tinham os efeitos esperados ou não, isto não altera o fato de que ao longo da história da humanidade, o homem,

ano após ano, foi acumulando experiências a respeito da saúde e das doenças que o infligiam (SOUSA, 1996, p. 15-24).

Antes mesmo de se tornar uma técnica, a medicina, ainda em suas origens, fazia a união da doença com a experiência singular do doente. O historiador sempre se serviu das enfermidades como uma passagem obrigatória em suas narrativas: da antiguidade, com Tucídides (460-395 a.C.) e na Alta Idade Média com Gregório de Tours (539-594), aos comentários modernos a respeito da peste ou mesmo nos jornais dos dias de hoje, é encontrado, sem surpresa, algo que se refira a tal área (REVEL; PETER, 1976, p. 144).

Assim, não restam dúvidas a respeito da importância da história da Medicina para o entendimento dos deslocamentos e permanências ocorridas no medievo. Surge então o primeiro questionamento deste trabalho: os livros didáticos, já adaptados às regras da BNCC, trazem a história da Medicina, da saúde e das doenças como recursos didáticos e metodológicos para entender as transformações na sociedade medieval? A resposta é sim, mas de uma maneira muito simplista e carente de aprofundamento. Percebe-se um persistente conservadorismo nos estudos sobre o medievo.

No livro didático *Araribá mais História* (livro 1) em seu manual do professor para o 6º ano do Ensino Fundamental, pode ser notado alguns esforços para se incluir a história da medicina nas discussões. Ao discutir sobre o Islamismo e a cultura árabe e suas influências, o manual traz como sugestão ao professor o trabalho com a medicina, como mostra a passagem abaixo:

A medicina foi outro campo de grande desenvolvimento no mundo muçulmano. Foram eles que criaram, por exemplo, o conceito de hospital como local para o tratamento dos doentes e para a prática e o ensino da medicina. Os árabes também desenvolveram instrumentos cirúrgicos e estudo sobre anatomia e fisiologia humanas, sobretudo o corpo feminino, anestesia e o sistema nervoso óptico. É importante notar que identificar as trocas culturais entre os árabes e os mais diversos povos no período estudado colabora para o trabalho com habilidade EF06HI14 (FERNANDES, 2018, p. 201).

No fragmento acima nota-se uma tímida tentativa de abordagem da temática em sala de aula. A medicina é colocada como outro grande campo desenvolvido pelos mulçumanos e que os hospitais foram usados como “[...] local para os tratamentos dos doentes e para a prática e o ensino da medicina”. No parágrafo seguinte, destaca que os árabes também desenvolveram tanto materiais cirúrgicos, como os estudos sobre a anatomia e a fisiologia humana, em especial, do corpo feminino, além da anestesia e sobre o sistema nervoso óptico. São informações relevantes para o aluno.

O último ponto, que talvez seja o mais intrigante, indica uma das habilidades ao qual se enquadraria a abordagem sobre a cultura e as contribuições mulçumanas, incluindo os avanços na medicina. A habilidade do componente curricular História indicada na passagem em questão foi a EF06HI14 cujo texto diz “Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 421).

Apesar de um grande avanço encontrar exemplos incluindo a história da medicina, ainda não parece ser o suficiente. Tais informações deveriam vir no corpo do texto, afinal, é importante que o estudante compreenda que os árabes foram grandes tradutores e adaptadores dos cânones da medicina, até mesmo para desmistificar a visão deturpada que muitos acreditam ainda na atualidade.

Graças aos árabes, a medicina e a cirurgia puderam prosperar. Seus comentadores e tradutores fizeram diferença ao atualizar as teorias e permitir, por meio das traduções, que pensadores de outros lugares como a Península Ibérica tivessem acesso a novas informações. As obras presentes nos *Estudos Gerais* de reinos como da França entre 1300 e 1340 e em Bolonha em 1405 contavam com uma dúzia ou mais de obras de Galeno e sessões de escritores árabes como Avicena, e obras de Hipócrates, Avicena e de Razes. A coleção hipocrática prestou importantes contribuições sobre lesões na cabeça, fraturas

e luxações. Essa foi a fonte de conhecimento de pensadores como Paulo de Egina que foi de grande interesse para estudiosos médicos muçulmanos como Razes, Haly Abbas, Albucasis e Avicena. No final século XIII e durante o século XIV, nota-se um surgimento substancial de um grupo de praticantes que eram letrados, que tiveram acesso a estas obras (SOUSA, 1996, p. 225-254).

Ainda no *Livro 1*, ao tratar a respeito da peste negra, o texto principal apresenta quatro parágrafos para falar aspectos gerais da doença como nome científico e como ela se manifestava no corpo do infectado, bem como a estimativa de que um terço da população teria morrido entre os anos de 1348 a 1352. Após esta discussão, em um quadro, os organizadores descreveram o percurso da doença. Porém, as informações não passam disto, ou seja, o aluno não tem uma descrição básica das mudanças sociais que ela provocou. Somente no manual do professor existe um box de orientação no canto superior direito da página que destaca que:

A crise feudal do século XIV está relacionada à estagnação da produção, à disseminação de epidemias, sobretudo a peste negra, e às revoltas que atingiram os campos e as cidades, acontecimentos que abalaram as estruturas da sociedade europeia. Vale destacar que a epidemia de peste negra dizimou aproximadamente um terço da população europeia e que, culturalmente, ela era interpretada, por grande parte da população, com um castigo divino, sendo mais uma expressão da forte mentalidade religiosa na época.

No momento de trabalhar os conteúdos relacionados a peste negra, sugerimos uma discussão comparada entre as causas daquela epidemia e as doenças endêmicas no Brasil e no mundo atual. Em ambos os casos, a saúde não pode ser compreendida sem que se leve em conta que ela é produzida nas relações que os seres humanos mantêm entre si e com os meios físico, social e cultural (FERNANDES, 2018, p. 229).

Analisando o conteúdo ao qual o aluno tem acesso e a orientação que só está no livro do professor, nota-se que novamente, apesar da tentativa de inclusão (desta vez, da história das doenças) pecou-se pela carência de informações. Ao ler a página, o aluno não tem a

dimensão das causas da doença e do processo para o descobrimento de como preveni-la. Apesar de informar que um terço da população europeia teria morrido, não exemplifica as dimensões para que o estudante consiga tirar suas conclusões. A preocupação parece estar nas possibilidades que o professor tem e não naquilo que o próprio aluno pode descobrir ao ler por si só. Sendo assim, as informações que estão no bloco de orientações, presentes somente no manual do professor, deveria estar no corpo do texto, pois relaciona a sociedade, as crenças religiosas e as causas da doença.

É inconcebível pensar que o aluno terá uma visão mínima das mudanças sociais e culturais que esta doença provocou, com meia página de conteúdo. Além disto, levando em conta a autonomia do professor em elaborar seus métodos e a aplicação do conteúdo em sala, não é leviano pensar que grande parte deles não atribuiriam em sentido algum a este importante marco divisor do mundo medieval e moderno. Ignorar este tema é também deixar de lado a figura do médico da peste que foi um personagem tão emblemático, sobretudo por suas vestimentas que certamente despertariam o interesse dos educandos.

Por outro lado, existe um aspecto positivo: as orientações para se trabalhar a história da medicina e das epidemias já é um grande avanço na proposta de ver a Idade Média em outras perspectivas. Além disto, a proposta, ao estabelecer uma relação com a sociedade medieval e com o presente do estudante, possibilita uma melhor compreensão do conteúdo, indo de encontro com aquilo que é pregado pela BNCC, sobretudo no entendimento das transformações das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços.

Ainda com a temática da peste negra, no trecho abaixo, destaca-se no livro 2 as orientações dadas pela editora para trabalhar a temática. No canto superior esquerdo da página do manual do professor, destaca-se que:

A chegada da peste negra a este panorama intensificou a precariedade da vida dos servos e camponeses. A peste, vinda do oriente nas embarcações, assolou no início os portos e as cidades, mas logo atingiu o campo. A pior consequência dessa epidemia foi, portanto, a morte exponencial de camponeses, cuja o trabalho constitui a base de provimento da Europa. Com a peste negra, a Europa viveu também a “grande fome”.

[...] A propagação da peste negra teve origem na Ásia central, mais precisamente na China, a região mais importante das rotas comerciais da Ásia, propagando-se para Europa por vias terrestres e marítimas. Em 1334, causou 5 milhões de mortes na Mongólia e norte da China. Dez anos depois, a peste instalava-se nas cidades italianas e por mais trinta anos deslocou-se pela Europa causando uma mortandade sem precedentes (VICENTINO *et al*, 2018, p. 24).

Nota-se neste trecho os mesmos problemas do Livro 1. As informações prestadas como orientação para o professor e que só estão em seu manual, deveriam estar no corpo principal. Seria de importância primordial que o estudante obtivesse através de sua própria leitura, a informação de que uma única doença conseguiu dizimar grande parte da Ásia e da Europa, matando não somente por seus sintomas, mas também pelos efeitos que causava na sociedade, já que, ao atingir os camponeses, matava a força produtora de alimentos da sociedade medieval e que não tinha qualquer recurso voltado para a saúde. A carência de mão de obra resultava na carência de produtos que ela oferecia, ou seja, o povo passou a morrer também de fome e com isto, a sociedade precisou de mudanças.

Aqui, caberia ao professor apenas nortear as discussões, pois seria o aluno, através de suas leituras, que conseguiria as informações necessárias para levantar questões e elaborar suas colocações. O livro 2 até apresenta um mapa do percurso da peste, mas um tanto deficiente em dados já que o texto principal não os oferece. Este mapa mostra o percurso de contágio da doença e as regiões onde houveram maiores índices da epidemia, juntamente com a época que se manifestou. O box lateral, presente somente no manual do professor, sugere ao docente que

faça perguntas aos alunos para que descubram onde surgiu a peste. Apesar de um ótimo recurso metodológico, o mapa não apresenta a divisão territorial dos reinos e por isto, se torna difícil para o aluno localizar os principais pontos onde a doença se manifestou. O aluno também não tem acesso ao número de mortes para ter ideia da dimensão.

Porém, se a abordagem nos dois livros até agora apresentados parece simplista, o livro três, *História: Sociedade & Cidadania* (6º Ano), apresenta muito pouco a respeito das doenças, da medicina e da saúde, com exceção de uma imagem diminuta no canto esquerdo do livro, que se quer foi explicada. A imagem apresenta como legenda a frase “médico explicando as propriedades de um remédio a judeus, cristãos e mulçumanos” (BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 200). É a única indicação para o aluno que se trata de um médico. Ela foi usada apenas para ilustrar o texto que trata sobre a interação comercial e cultural do mediterrâneo, sem qualquer relação com a medicina propriamente dita. Nenhum outro exemplo foi encontrado na coleção.

Portanto, os exemplos apresentados até aqui mostram uma notável carência por novas abordagens nos livros didáticos. Por outro lado, exemplos como o livro 1 e 2, mostram que, mesmo a passos lentos, a Idade Média está começando a ser vista sob novas óticas. O número ainda tímido de abordagens pode significar também a necessidade de fortalecimento de pesquisas acadêmicas sobre o tema. As pesquisas atuais sobre história da medicina, ainda ocupam um lugar minoritário na preferência dos pesquisadores e isto com absoluta certeza reflete na Educação Básica.

A IMPORTÂNCIA DE DEBATES ACADÊMICOS SOBRE O TEMA

Grandes historiadores como Jacques Le Goff e Jean Favier dedicaram seus trabalhos aos estudos sobre a política, memória, religião, e poucos ou nenhum, aos estudos da medicina. No caso de Le Goff, percebe-se a obra *Uma história do corpo na Idade Média*, escrita em

parceria com Nicolas Truong, onde pretendia-se abrir os debates sobre o corpo que, segundo os autores, constituía uma das grandes lacunas da história, tendo sido esquecido pelo historiador. Para eles, a história tradicional era desencarnada, discutindo sobre homens e seus feitos, mas quase sempre sem corpo. Estes atores estavam reduzidos a sua parte colocada à mostra, onde seus corpos são colocados em segundo plano e a atenção foi direcionada aos seus atos, sucessões, sacramentos, batalhas, acontecimentos. Mas qual a relevância deste debate para o fortalecimento dos estudos sobre a história da medicina, saúde e das doenças? A resposta é que este debate ajuda a entender quais os limites enfrentados pela medicina durante o medievo e qual o imaginário construído pelo homem medieval.

Na Idade Média houve uma ruína do corpo na vida social. No século XII, a visão que se tem do homem é a que ele aceitava que o sofrimento fazia parte da vida, entendendo a representação do corpo como o lar do pecado e os padres como doutores da alma. O Concílio de Latrão de 1215 proibia os monges físicos de atenderem os doentes fora do mosteiro e receberem ordenado, além de proibirem os cristãos de consultarem com físicos judeus. O que só existia no papel. No entanto, devido à virtude cristã da compaixão os hospitais continuaram existindo. A objeção da Igreja era clara: o divino (a vontade de Deus e a alma) estava acima do temporal. O corpo devia estar submisso a alma, e a cura, como qualquer outra ação temporal, tinha que estar sob regulação eclesiástica (PORTER, 1999, 110).

Os alicerces da sociedade Medieval foram levantados usando de grandes tensões, relacionadas a imagem do Deus criador e do homem, construído a sua imagem e semelhança; e sobre tudo que fazia parte do cotidiano. É preciso lembrar que a sociedade medieval era composta por três ordens: os *oratores* (aqueles que rezam), *bellatores* (aqueles que combatem) e os *laboratores* (aqueles que trabalham); e que estas ordens estavam intimamente definidas por sua relação com o corpo, onde os corpos sadios dos padres não deviam ser mutilados,

assim como os corpos dos guerreiros, tornados nobres por meio de suas proezas de batalha e os corpos dos trabalhadores, cansados pela labuta (SILVA; SANTOS; MEDEIROS, 2017, p. 105-115).

Diferente de Le Goff que apesar de não dedicar-se integralmente aos estudos ligados à história da medicina, teve sua parcela de contribuição nestes debates; Jean Favier, importante historiador francês, preferiu escrever sobre os reinados de Carlos Magno, Louis XI e Felipe IV ou sobre os papas de Avignon em uma perspectiva política, administrativa e das relações entre reinos e camadas sociais. Em obras como *Philip the Fair* (1978), a corte foi analisada em uma visão tradicional que excluía os profissionais da saúde, passando a ideia de que os monarcas ou mesmo os líderes da Igreja, não se importavam com sua própria condição saudável, o que não é nem de longe verdade. Os questionamentos que ficam são: Quais os caminhos tomados pela historiografia a respeito do tema e qual seria a relevância de dar voz aos profissionais da saúde das cortes medievais?

As pesquisas sobre o tema partem de três correntes de historiografia: a primeira está relacionada às reflexões históricas e sociológicas e uma extensa biografia considerando as representações e o conhecimento do corpo (corpos reais) imaginários, em sua analogia com um pensamento cósmico ou na relação alegórica de individualização. A segunda linha está ligada a historiografia que analisa a corte juntamente com sua composição e seus integrantes, bem como sua localização geográfica suas funções e a profissionalização de seus componentes, além de seu alcance cultural. Uma última linha de pesquisa está vinculada à historiografia da medicina voltada aos aspectos sociais e intelectuais.

A corte se tornou o lugar em especial para a profissão médica que servia de alavanca para a ascensão social. Ao discorrer sobre os médicos da corte, sobretudo no panorama francês, os primeiros reflexos se remetem a Versalhes e ao meio de Luís XIII e Luís XIV onde en-

contra-se campos da saúde que descrevem esta existência. Os tempos, lugares e efeitos de origem cumprem um papel importante na habilidade de definir as adjacências da figura do médico e pode embaraçar o jogo das comparações. A documentação existente, sobretudo da Idade Média, permite verificar o curso das interferências médicas e o estado de saúde da pessoa cuidada. Para o historiador pode ser uma fonte de informação sobre a aquisição de remédios, o pagamento das consultas e uma certa simetria desta prática. No entanto, nem sempre é possível saber para quê e para quem tais intervenções e despesas foram decididas (ANDRETTA; NICOU, 2013, p. 04-12).

Outras fontes revelam a prática médica na corte, tendo sido conservada nas correspondências e bilhetes de afinidades, com palavras de pacientes ou dos próprios praticantes, defendendo e ilustrando sua prática. A literatura médica conta ainda com os conselhos, boletim de saúde, correspondências ou perícias, além de textos práticos; devendo ser estudados e ordenados.

O médico faz parte de uma teia que envolve o paciente, seus parentes e o resto dos profissionais da corte, sem esquecer todos os outros palacianos. Este profissional também estabelece uma relação familiar cuja presença não se restringe apenas às ocasiões de crise salutar, mas desdobra por outros papéis como de fornecer conselhos e reivindicar autoridade sobre todos os momentos. Muito além do papel médico, ele poderia ser pedagogo, conselheiro, figura moral, e até um embaixador.

Por ser um lugar de competição, a corte também oferece caminhos individuais através das produções acadêmicas e específicas, e colaboram para a afirmação ou renovação de sua popularidade. Para tomar partido ou proteger-se, o médico afirmava-se perante a competição de outros atores, tornando pública a sua palavra e afirmando as pressões da disciplina médica exercitada pela política ou pela Igreja (ANDRETTA; NICOU, 2013, p. 04-12).

Muitos praticantes permaneceram prestando serviço ao novo rei quando o mesmo subia ao trono: alguns médicos de Luís IX, prestaram serviços a Filipe, O Ousado e talvez a Filipe, O Belo em seu advento, em 1285; Henri de Mondeville, por exemplo, manteve suas funções após a morte de Filipe, O Belo, sendo também o cirurgião de Luís X; Robert le Febvre, foi médico de dois reis e uma rainha; Arnoul de Quincampoix tratou, Filipe, O Belo, Luís X, Filipe, O Alto e Carlos IV; Geoffroi Corvo (?), médico de Filipe V, também pode ter prestado serviços a Luís X (1289-1316) e Carlos IV (1294-1328); e Guilherme Aymart que era físico de Luís X e Carlos IV. O mesmo aconteceu com os cirurgiões: Jean Pitart, foi cirurgião de Filipe, O Belo a partir de 1298, ocupando ainda essa posição no reinado de Carlos IV; Jacques (ou Jean) de Siena, por sua vez, foi cirurgião de Filipe IV, Filipe V e Carlos IV (1301-1326).

Finalmente, esses praticantes podem ser identificados por seus deslocamentos: Mondeville seguiu Filipe IV em 1301, depois Carlos de Valois, para Arras em 1312 e Jean Pitard, por exemplo, acompanhou o rei Filipe IV a Languedoc em 1304. Tal monarca teria passado pouco mais de três meses por ano em Paris, viajando bastante em função de assuntos externos e especialmente em função de caçadas. A casa real foi adaptada para a vida em movimento. Nem todos viviam ao mesmo tempo na residência real e alguns serviam de modo alternado (MOULINIER, 2006, p. 31-50).

O rei Filipe IV, O Belo, foi com frequência estudado em todas as suas dimensões políticas. No entanto, deve ser ressaltado o espaço dado à produção escrita, a exemplo da Cirurgia de Henri de Mondeville que escreveu dedicando ao rei, como mostra o trecho abaixo. Nele, Mondeville dedica não só ao rei, mas também aos seus filhos, à Jesus Cristo, à virgem Maria e aos santos Cosme e Damião, protetores da profissão:

Em honra, louvor e glória ao Senhor Jesus Cristo e à Santíssima Virgem, sua Mãe, e aos Santos Mártires Cosme e Damião, e do nosso ilustre Senhor Filipe, pela graça de Deus, Rei dos franceses, e dos seus quatro filhos de Sereníssima, a saber, lorde Louis, primogénito, já Rei de Navarra, Filipe, Carlos e Roberto [...], e sobretudo para o interesse geral, que, segundo o Filósofo no II livro de “*Política*”, deve ser preferido ao interesse especial - eu, Henri de Mondeville, cirurgião do ilustre Senhor Rei acima mencionado, estudando e vivendo na famosa cidade de Paris e em seu excelente Estudo, proponho, por enquanto, ou seja, no ano 1306, escrever brevemente e expor publicamente e apreciavelmente nas escolas, na medida do possível, todo o trabalho manual de cirurgia (MONDEVILLE, 1320, p. 01-02).

Além de Henri, na história das traduções encontra-se, por exemplo, as obras de Jean de Meun (1240-1305) que dedicou ao rei o seu *Consolação da filosofia* de Boécio (480-524); Henri de Gauchy (século XIII) que traduziu para ele em 1282 a obra *Regimine principum* composto por Gilles de Roma para o jovem príncipe; e o físico Raymond de Beziens (final do séc. XIII e início do XIV) que traduziu do espanhol para o latim a coleção fábulas *Calila e Dimna* a pedido de Joana de Navarra (1285-1305), oferecendo sua tradução concluída em Paris em 1313 (MOULINIER-BROGI, 2013, p. 131-132).

Assim como Henri de Mondeville, outros mestres dedicaram suas escritas ao rei da França. Lanfranco de Milão (1250-1306) em sua passagem por Lyon onde teria sido bem recebido pelo médico Jean de Passavant (1222—1294) e onde escreveu a sua *Cirurgia Parva*, compôs em 1296 sua obra *Tudo sobre a arte prática que é chamada de cirurgia ou cirurgia magna* para seu amigo Filipe IV, O Belo. Pode-se citar ainda a *Parábola Médica* de Arnaldo de Vilanova (1240-1311), enviado ao reino francês em missão para Jaime II de Aragão (1267-1327). Tal documento foi dirigido a Filipe IV em 1300 (MOULINIER-BROGI, 2013, p. 131-132).

Outro aspecto importante a se observar é a relação das contratações com o contexto político e/ou social em que o reino estava envolvido. A maioria dos físicos e cirurgiões foram incorporados à corte de Filipe

IV, O Belo, por exemplo, nos anos de 1285 (pelo menos 5), 1301 (4 profissionais) e 1304 (2 físicos) e para isto existem explicações claras. No dia 16 de agosto de 1284, Filipe IV se tornou rei de Navarra e no dia 5 de outubro de 1285, se tornou o monarca do reino da França. Ele certamente começou neste período a convocar, selecionar e incorporar aqueles que fariam parte da sua equipe médica e que certamente atenderia não só ele, mas toda a família real (rainha e filhos). Se estabelecermos uma linha de convocação entre o ano de 1285 e 1298 veremos que parte dos profissionais também estiveram na corte dos reis anteriores: é o caso de Robert Le Febvre, Francon e Hervé e não seria uma surpresa se Jean Pitard estivesse nesta lista, apesar de não haver comprovações.

Os governos posteriores ao de Filipe Augusto realizaram a conquista de seu próprio reino através de pressões, confiscos, casamentos políticos, mas nenhum grande combate após a Batalha de Bouvines, com exceção de um ocorrido em 1302. O segundo momento de maior convocação é com certeza um capítulo importante do reinado de Felipe IV. No ano de 1302, o monarca francês sofreu uma desastrosa derrota para o exército flamengo na Batalha de Courtrai, e como uma batalha exige preparação, os físicos possivelmente começaram a ser incorporados ainda em 1301, dentre eles esteve o físico e cirurgião Henri de Mondeville. O último foi Jean de Mire já no ano da batalha (MONTEIRO, 2015, p. 212-218).

Os episódios que se sucederam após a Batalha de Courtrai ajudam a entender as aquisições de novos profissionais da saúde a partir de 1302, sobretudo em 1304. Com a vitória flamenga um cenário de destruição começou a se espalhar sobretudo no condado de Artois. No inverno de 1302-1303 um novo exército francês chegou a ser mobilizado, mas não conseguiu deter o exército flamengo. Foi preciso um acordo de paz assinado em 20 de setembro de 1303 que se estenderia até o dia de Pentecoste, em 17 de maio de 1304.

No verão de 1304, se voltou novamente para Flandres, organizando um novo exército que marchou contra os flamengos que, devido a erros de estratégias de batalha e ao novo espaço geográfico, se en-

fraqueceu. Em 18 de agosto de 1304 foi travada a Batalha de Mons-en-Pévèle, liderada pelo próprio Filipe, O Belo. Os dois exércitos clamaram a vitória, mas os flamengos tiveram mais custos e houve a morte de seu comandante, Jülich (MONTEIRO, 2015, p. 242-248).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das discussões feitas neste ensaio, foi possível constatar as aparições ainda tímidas da história da medicina, da saúde e das doenças nos livros usados na base da educação de Mato Grosso. No entanto, ainda que em pequenas proporções, elas precisam ser olhadas com otimismo e como inspiração para que novas pesquisas possam ser feitas ou aprofundadas. A Idade Média precisa ser vista por outras perspectivas, mas isto só chegará até os estudantes da Educação Básica se os pesquisadores do meio universitário se proporem a inovar.

Na contemporaneidade a Idade Média não precisa ser vista como algo engessado, fechada atrás das muralhas de um castelo ou debaixo de um escudo. As cortes da nobreza civil e eclesiástica pode nos relevar preocupações com o bem estar de seus membros e com a manutenção de suas saúdes. A permanência de físicos e cirurgiões podem indicar a eficiência de seus trabalhos, assim como as novas contratações podem mostrar a aproximação de uma guerra, um surto de doença ou a ineficiência dos profissionais anteriores. O estudo da medicina, das doenças e dos modos de se tratar, são fatores importantes para o entendimento da sociedade medieval e de suas transformações sociais e culturais ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, Elisa; NICOUD, Marilyn. Introduction. In: **Être médecin à la cour (Italie, France, Espagne XIII-XVIII siècle)**. Florença: SIS-MEL — Edizioni Del Galluzzo. 2013, p. 03-13

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania** (6º ano): ensino fundamental. São Paulo: FTD, 2018.

FERNANDES, Ana Claudia. **Araribá mais**: História - Manual do professor. São Paulo: Moderna, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MONDEVILLE, Henri. **Chirurgie de Maître Henri de Mondeville**. 1320. Tradução de: E. Nicaise, com a colaboração do Dr. Saint-Lager e F. Chavannes. Paris: Bibliothèque Nationale de France. 1893.

MONTEIRO, João Gouveia. A Batalha de Courtrai (1302): Apanhados “como lebres numa armadilha”. In: **Guerra e Poder na Europa Medieval, das Cruzadas à Guerra dos Cem Anos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015, p. 191-268.

MOULINIER, Laurence. Soins du corps à la cour de France au tournant du XIVE siècle. In: VINHA, Mathieu Da; LANOË, Catherine; LAURIOUX, Bruno. **Cultures de cour, cultures du corps. XIVE -XVIIIe siècle**. Versailles: PUPS. 2006, p. 31-50.

MOULINIER-BROGI, Laurence. Roi Garant ou roi guérisseur? Philippe Le Bel et le corps, d’après le réceptaire mis sous son nom. In: ANDRETTA, Elisa; NICOD, Marilyn. **Être médecin à la cour (Italie, France, Espagne XIII-XVIII siècle)**. Florença: SISMEL — Edizioni Del Galluzzo. 2013, p. 131-148.

PORTER, Roy. **The Greatest Benefit to Mankind**: A Medical History of Humanity. Londres: Fontana Press, 1999, 872 p.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 141-159.

SILVA, Luiz Alberto Ruiz da; SANTOS, Maria de Lourdes dos; MEDEIROS, Marcia Maria de. O corpo na Idade Média: alguns apontamentos. In: O Espaço urbano: da pequena cidade à metrópole. Campo Mourão-PR: **Revista NUPEM**. 2017, p. 105-115.

SOUSA, Armando Tavares. **Curso de História da medicina**: das origens aos fins do século XVI. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1996.

VICENTINO, Cláudio *et al.* **Télaris História**, 7º Ano: ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2018.

Índice remissivo

Amazônia, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 155.

América do Sul, 33, 36, 37, 38, 62.

Antiguidade clássica, 212, 213, 216, 219, 220.

Autoritarismos, 123, 124, 135, 136.

Comunidades faxinalenses, 184.

Contemporaneidade, 209, 220, 224, 240, 291.

Crítica, 40, 42, 133, 158, 197, 224, 230, 239, 240, 241, 242.

Dante Alighieri, 260, 265, 274.

De Monarchia, 260, 268.

Democracia, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 78, 110.

Democratas, 50, 51, 127.

Deputado, 42, 52.

Direito, 46, 55, 57, 62, 69, 116, 119, 225, 230, 240.

Ditadura civil-militar, 87, 88, 105, 118, 176.

Ditadura militar, 107, 117, 123, 125, 136, 137.

Educação, 114, 115, 116, 117, 163, 168, 257, 284, 291.

Família, 36, 106, 127, 128.

FOLHA de São Paulo, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26.

Formação, 29, 31, 37, 50, 63, 77, 79, 81, 84, 106, 111, 112, 117, 120, 145, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 197, 211, 212, 214, 216, 218, 223, 250, 257, 265.

Função autor, 169, 170, 171, 172, 175, 178, 179, 180.

Getulistas, 51.

Gilberto Freyre, 211, 212, 220, 221, 222.

Grupo de jovens, 186.

Guerra do Paraguai, 29, 31, 32, 37, 38.

Heavyzines, 170, 178, 179, 181.

Heróis, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 81.

História cultural, 80.

História da Medicina, 277, 279.

História oral, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192.

Historiografia, 85, 198, 220, 222, 223, 232, 252, 254, 286.

Ibiapina, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70.

Identidade nacional, 74.

Inquisição, 223, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 241, 242, 243.

Junho de 2013, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26.

Juventude, 111, 113, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 186, 187, 196, 245, 251, 256.

Koselleck, 48, 259, 273, 274.

Legião Urbana, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 153, 154.

Legislativo, 55, 56, 59, 184.

Lideranças camponesas, 97, 102.

Literatura, 29, 32, 104, 131, 181, 198, 199, 200, 208, 247, 287.

Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, 155, 158, 161, 162, 163, 164, 165.

Manifestações, 16, 19, 20, 21, 25, 27, 62, 73, 106, 119, 126, 199.

Medievo, 224, 225, 226, 277, 278, 279.

Memória, 79, 82, 85, 100, 102, 104, 125, 183, 184, 185, 186, 188, 189,

190, 191, 192, 193, 197, 219, 235, 252, 270, 284.

Pará, 50, 125, 127, 130, 131, 133, 137, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 167, 168.

PARÁ, 126, 127, 128, 134, 167.

Parlamento, 55, 62, 65, 69.

Política, 15, 16, 18, 21, 22, 25, 30, 31, 34, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 56, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 97, 98, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 136, 137, 145, 156, 158, 170, 182, 193, 197, 208, 232, 240, 241, 242, 260, 261, 262, 265, 266, 268, 273, 274, 275, 284, 287, 298.

Punkzines, 170, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181.

República, 16, 69, 143, 146, 155, 156, 167, 268.

Resistências, 41, 123, 135, 136, 137, 179.

Ressonâncias, 142.

Sabedoria, 250, 251, 257.

Sesquicentenário da Independência do Brasil, 74, 84.

Teoria, 56, 205, 207, 208, 224, 238, 239, 240, 241, 242, 243.

Tomás de Aquino, 224, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 243.

Realização



Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 296 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

LEGIÃO URBANA

Livro com artigos apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia. Os trabalhos aqui reunidos fizeram parte dos Simpósios Temáticos **“História política: o percurso contemporâneo como oportunidade de pesquisa”**, **“Cultura política e violência(s) de estado no Brasil e América Latina”**, **“Juventudes, Culturas e Identidades: leituras a partir da História e Historiografia”** e **“Os usos políticos dos passados Antigo e Medieval na contemporaneidade”**. Pode-se dizer que são textos que orbitam as palavras Política e Cultura. Porém, o centro gravitacional que faz essas produções existirem extrapola o campo conceitual. O que une os trabalhos aqui compilados, de fato, é o desejo de que possamos (nos) reconhecer (n)o outro, superar nossas imagens mortíferas, reencontrar o onírico de nossas existências, ultrapassar esse tempo estranho e lembrar que História é o apelido carinhoso pelo qual a vida atende, quando está apaixonada.